UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana

Nilton César de Oliveira Gama

O processo de conformação da periferia urbana no município de Guarulhos: *os loteamentos periféricos como (re)produção de novas espacialidades e lugar de reprodução da força de trabalho*

São Paulo

2009

Nilton César de Oliveira Gama

O processo de conformação da periferia urbana no município de Guarulhos: *os loteamentos periféricos como (re)produção de novas espacialidades e lugar de reprodução da força de trabalho*

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - FFLCH/USP para obtenção do Título de Mestre em Geografia

Área de Concentração: Geografia Humana

Orientador: Prof. Dr. Júlio César Suzuki

São Paulo

2009

Aos meus avôs Elísio de Oliveira e Geralda Alves de Oliveira – Jerônimo Galdino Gama e Tolentina F. Gama que não tiveram a oportunidade para o desvendamento de novos tempos, mas deixaram plantada a semente da dignidade e da virtude.

In Memoriam

AGRADECIMENTOS

Não foram poucos aqueles que disponibilizaram atenção e sentimentos de estímulos durante a investigação, redação e finalização desta pesquisa. Assim, gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos de maneira particular:

As professoras Amélia Luísa Damiani e Marta Inêz pelas sugestões precisas no momento da qualificação do projeto de pesquisa, o meu singelo agradecimento;

À Vera Lúcia de Jesus Curriel, dirigente Regional de Ensino pela acolhida na diretoria Guarulhos Norte;

Aos mestrandos da Diretoria de Ensino Guarulhos Norte pelo estímulo e incentivo nos momentos difíceis em que a dissertação parecia não prosperar, em especial, a Andréia, Flávia, Jorge Onodera, Jorge Conceição, Raquel e Sandra Firmino;

A toda equipe pedagógica e administrativa da Diretoria Guarulhos Norte, em especial a Isaque Kobayashi por nossas conversas ao final das tardes que enriqueceram a finalização desta pesquisa;

Ao amigo Daniel D'Andrea pelas indicações e sugestões que orientaram a organização do roteiro de entrevistas;

Ao Sr. Adilson Pacheco pelo relato de suas experiências que aprofundaram nossas análises;

À equipe do Arquivo Histórico Municipal de Guarulhos pela contribuição nos levantamentos de documentos que compuseram grande parte de nossas análises;

À secretaria de Desenvolvimento Urbano em especial a Ricardo Abreu, Zoimo, Laura Matos e Liliane pelo fornecimento das documentações;

À secretaria de Habitação pelas informações que nortearam o entendimento em torno das políticas habitacionais no município, em especial a Carla Rosana, Mariosan, Miguel e Vani;

Ao professor Carlos José Ferreira dos Santos (SIMPRO) pelas orientações em torno do processo histórico do município;

Ao amigo Eduardo Dutenkefer, pela confecção dos mapas e por sua incondicional prestatividade, meu agradecimento especial;

Ao Sr Osvaldo Manzoni da Imobiliária Mediterrâneo que em entrevista nos forneceu dados importantes sobre os loteamentos periféricos;

Aos companheiros de orientação e de colóquio pelo estímulo e cooperação: Alberto, Hideko, Juliana, Eduardo, Evandro, Giancarlo, Camilo, Lina, Gisele, Elias, Imário e Viviane;

À Secretaria da Pós Graduação em Geografia Humana, pela atenção e cordialidade dispensada durante todo o programa de mestrado;

À Tânia Regina, esposa e companheira pelo amor e dedicação, além das valiosas contribuições na leitura das múltiplas versões do trabalho;

A meu irmão Wagner José pelo companheirismo ao longo de nossas vidas;

Aos amigos e parentes que souberam compreender a minha ausência durante o decorrer da pesquisa;

À CENP pelo afastamento junto a diretoria de Ensino durante a realização desta pesquisa pelo programa Bolsa Mestrado do Estado de São Paulo.

Ao meu orientador Prof. Dr Júlio César Suzuki por confiar na realização desse trabalho, mostrando-me caminhos suficientes para corrigir equívocos nas interpretações. Acima de tudo um amigo, que na arte de ensinar soube conduzir e alicerçar esse trabalho de maneira brilhante.

Por fim, aos meus pais José Galdino Gama e Odete Alves Oliveira Gama pelo apoio, incentivo e confiança, motivos que sempre me fizeram prosseguir.

RESUMO

Esta pesquisa buscou analisar o processo de conformação da periferia urbana na zona leste do município de Guarulhos, considerando os loteamentos periféricos como acesso à moradia operária. Deste modo, a pesquisa toma como objeto central o padrão periférico de crescimento na conformação da periferia do município de Guarulhos. A “*produção doméstica*” como técnica de construção viabilizou a materialização da casa própria contribuindo para reprodução da força de trabalho. Para que os loteamentos pudessem existir o parcelamento das terras consideradas rurais foram destinadas ao parcelamento e colocadas a venda como lotes urbanos, possibilitando a extração da renda da terra. O espraiamento urbano da capital paulista em sentido à Guarulhos consolidaria anos mais tarde a Região Metropolitana. As implicações do processo de regionalização ou simplesmente, a estruturação da Grande São Paulo passou a determinar a reprodução do espaço periférico e a sujeição do seu planejamento aos interesses da capital. Assim, uma nova espacialidade urbana surge em Guarulhos determinada principalmente pelos loteamentos periféricos instalados ao longo da região leste do município e em torno de um dos mais significativos equipamentos urbanos da região metropolitana paulista: o Aeroporto Internacional de Cumbica/São Paulo.

Palavras-chave: conformação, espacialidade, periferia, produção doméstica, reprodução da força de trabalho.

ABSTRACT

This research looked for to analyze for the understanding of the process of formation of the urban periphery in the zone east of the municipal district of Guarulhos, considering the outlying divisions into lots as access to the labor home. This way, the research takes as central object the pattern growth peripheral in the formation of the periphery of the municipal district of Guarulhos. The domestic production as construction technique made possible the materialization of the own house contributing to reproduction of the manpower. So that the divisions into lots could exist the division of the lands considered rural they were destined to the division and placed the sale as urban lots, making possible the extraction of the income of the earth. The urban expansion of the capital from São Paulo sense to Guarulhos would consolidate later years the Metropolitan Area. The implications of the process of regionalization or simply, the structuring of Great São Paulo started to determine to the reproduction of the outlying space and the subjection of your planning to the interests of the capital. Like this, a new urban spacious appears in Guarulhos determined mainly by the outlying divisions into lots installed along the area east of the municipal district, and, around one of the most significant urban equipments of the from São Paulo metropolitan area: Cumbica/São Paulo's International Airport. Spacious

Word-key: formation, spacious, periphery, domestic production, reproduction of the manpower.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	iv
RESUMO.....	vii
ABSTRACT	viii
SUMÁRIO.....	ix
LISTA DE FIGURAS	xi
LISTA DE TABELAS	xiii
LISTA DE GRÁFICOS.....	xiv
LISTA DE MAPAS.....	xv
INTRODUÇÃO	1
1- EVOLUÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO GUARULHENSE	12
1.1 Nossa senhora da Conceição: ligações intrínsecas à fundação da Vila de São Paulo.....	12
1.2- Guarulhos: absolutização da propriedade nos subúrbios da capital paulista	18
1.3- Um conceito de periferia urbana	30
1.4- Espaço estratégico: periferização e industrialização no município de Guarulhos.....	33
2 – LOTEAMENTOS PERIFÉRICOS: a ideologia da casa própria	55
2.1 Chácaras, olarias: a arquitetura dos loteamentos periféricos no município de Guarulhos.....	55
2.3- A questão do aluguel: moradia popular no espaço industrializado	67
2.4- Bairros – jardins na periferia de Guarulhos	82
2.5- A produção do espaço: os loteamentos periféricos em Guarulhos	92
2.6- Casa própria: reprodução da força de trabalho e ascensão social	122

3- A CAPITALIZAÇÃO DO ESPAÇO: ingerência do capital na espacialidade do município de Guarulhos	133
3.1- Guarulhos: espaço capitalizado	133
3.2- Guarulhos: Aeroporto Internacional na periferia do município	136
3.3- Periferização e espoliação urbana: inoperância do Estado e a ocupação de áreas públicas no município de Guarulhos	171
CONSIDERAÇÕES FINAIS	188
REFERÊNCIAS.....	195
ANEXO.....	208
Anexo 1:Principais Empresas instaladas no município de Guarulhos.....	208

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Jardim Santos Dumont - Distrito São João	6
Figura 2: Aeroporto Internacional na paisagem periférica de Guarulhos	8
Figura 3: Divisão Regional do espaço urbano do município	9
Figura 4: Loteamento Cidade Industrial Satélite.....	43
Figura 5: Periferização e Favelização	52
Figura 6: Concentração de fiéis na igreja Nossa Senhora de Bonsucesso.....	56
Figura 7: Rio Tietê – Contato entre a capital Paulista e Guarulhos.....	63
Figura 8: Jardim São João	64
Figura 9: Área dedicada à extração de Areia	64
Figura 10: Paupedra - Pedreira Pavimentação e Construções Ltda	65
Figura 11: Esquema de abertura dos loteamentos.....	80
Figura 12: Base Aérea de São Paulo – Cumbica década de 1970	83
Figura 13: Moradias populares – Jardim Presidente Dutra	101
Figura 14: Conjunto habitacional Zezinho Magalhães – Parque Cecap.....	103
Figura 15: Ônibus trafegando pelas ruas do Jardim São João.....	108
Figura 16: Estação Cumbica na Base Aérea de São Paulo	109
Figura 17: Base Aérea preserva Estação Cumbica.....	109
Figura 18: Jardim Lenise e Vila Rica.....	114
Figura 19: Jardim Bananal	115
Figura 20: Jardim Cidade Seródio – Distrito São João.....	116
Figura 21: Jardim Cidade Soberana – Distrito São João	117
Figura 22: Projeto de infra-estrutura - Rodoanel e Aeroporto Internacional ...	135
Figura 23: Valores Fiscais do Estado de São Paulo: principais municípios ...	137
Figura 24: Rodovia Presidente Dutra na década de 1970.....	139

Figura 25: Rodovia Presidente Dutra e Parque Industrial em Cumbica	139
Figura 26: Área da antiga fazenda Cumbica	145
Figura 27: Área de Desapropriações para Construção do Aeroporto de São Paulo em Guarulhos.....	146
Figura 28: Demarcação da Área para Construção do Aeroporto de São Paulo	148
Figura 29: Processo de Desapropriação em Cumbica	149
Figura 30: Moradia ao lado de uma das pistas do aeroporto	151
Figura 31: Avenida João Jamil Zarif ao lado do Aeroporto de Guarulhos	152
Figura 32: Principal acesso ao Jardim São João e também ao Aeroporto de Guarulhos.....	153
Figura 33: Imagem de Satélite Rodovia Hélio Smidt.....	156
Figura 34: Bloqueio entre a Rodovia Hélio Smidt e João Jamil Zarif.....	158
Figura 35: Desapropriação para construção de Terceira Pista	160
Figura 36: Avenida João Jamil Zarif acesso ao aeroporto	163
Figura 37: Jardim Novo Portugal.....	168
Figura 38: Aviões da antiga Vasp a beira do Jardim Novo Portugal	168
Figura 39: Construção de Viaduto sobre a Rodovia Ayrton Senna	169
Figura 40: Favela Vila Florida.....	173
Figura 41: Favela Vila Florida: população moradora.....	174
Figura 42: Processo de ocupação: Assentamento Anita Garibaldi.....	180

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Guarulhos: Crescimento demográfico	46
Tabela 2 - Guarulhos Incremento Demográfico por Crescimento Vegetativo e Migratório entre 1970 e 2000	47
Tabela 3 - Evolução no Número de Núcleos Subhabitacionais.....	176
Tabela 4 – Moradia em área de Ocupação – Guarulhos.....	179
Tabela 5 – Dez Maiores Município Segundo PIB Total – 2005 (em milhões)	182

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Guarulhos: Origem Migração	49
Gráfico 2: Guarulhos Índice Populacional	69
Gráfico 3: Concentração populacional na Zona Leste.....	172
Gráfico 4: Composição Demográfica do Município de Guarulhos – Censo 1980	175

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Área de Estudo.....	2
Mapa 2: Área de Mineração no Município de Guarulhos	14
Mapa 3: Região Metropolitana de São Paulo – RMSP.....	142
Mapa 4: Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Social de Guarulhos.....	166
Mapa 5: Uso e Ocupação do Solo no Município de Guarulhos.....	183

INTRODUÇÃO

A produção do espaço periférico como meio de reprodução da força de trabalho e a preponderância da “*Produção doméstica*” na consolidação da periferia urbana no município de Guarulhos, tornou-se eminentemente um espaço dedicado a acomodar à população operária. A proximidade entre o município guarulhense e a capital paulista, atuou como elemento propício para a expansão da periferia urbana na espacialidade do município guarulhense, fundamentalmente, em sua porção leste.

Compreendemos a periferia como uma localização em constante movimento, um espaço em continua transformação. A periferização não se deu de modo homogêneo nem se conformou em uma unicidade. As características de cada bairro refletem sua especificidade, sua localidade. A periferia como uma construção social, é resultado das contradições do capital, que de forma residual promoveu a “inclusão subalterna”¹ da classe trabalhadora nos arredores dos municípios industrializados, como é o caso específico de Guarulhos.

Como área de estudo, o distrito do jardim São João localizado ao redor do Aeroporto Internacional de São Paulo/Cumbica é constituído por loteamentos de grande adensamento populacional, como: Jardim Presidente Dutra, Cidade Seródio, Lavras, Soberana, e São João², espacialidades cujo buscaremos *analisar* o processo de conformação da periferia urbana na zona leste do município de Guarulhos, considerando os loteamentos periféricos como acesso à moradia operária. Deste modo, desvendar a técnica da “produção doméstica” na (re)produção da paisagem periférica na zona leste de Guarulhos como lugar de reprodução da força de trabalho.

¹ Apoiamo-nos na assertiva de José de Souza Martins (2003) em seu questionamento em torno do termo “Exclusão” nos alertando para a existência de um processo de ampla inclusão social nos moldes do capitalismo, ou seja, em padrões **subalternos** de relações capitalistas. Neste caso, vimos à periferia não como uma *exclusão* do urbano, mas como uma inclusão subalterna que possibilita aos moradores das periferias viverem o urbano, no entanto, em condições precarizadas.

² Ver mapa 1.

Mapa 1: Área de Estudo

Acreditando na influência da capital na determinação e conformação do fenômeno de periferização no município, encaminhamos esforços no sentido de reconhecermos as determinações que possivelmente contribuíram para a estruturação dos loteamentos periféricos na espacialidade do município. Araújo Filho (1958) ao estudar o crescimento da população de São Paulo e sua expansão urbana na segunda metade do século XX, relata o transbordamento da capital em direção a outros municípios, entre os quais, Guarulhos.

(...) – a capital paulista não poderia evidentemente, limitar sua esfera de influência aos estreitos limites de sua área municipal. Seus tentáculos foram muito além: em direção a leste, alcançaram os municípios de Guarulhos, Itaquaquetuba, Poá e Suzano; em direção a sudeste, os municípios de São Caetano do Sul, Santo André e São Bernardo do Campo; rumo de sudoeste, os municípios de Itapeçerica da Serra e Cotia; no rumo noroeste, os municípios de Barueri, Mairiporã e Franco da Rocha. (ARAÚJO FILHO, 1958, p.243)

A expansão urbana da capital passou a determinar a reprodução espacial dos municípios vizinhos, tornando significativa a afirmação de Dedecca (2004) ao considerar o crescimento da capital como fato eminente para configuração da Região Metropolitana de São Paulo - RMSP.

A aceleração do crescimento nas segundas metades dos anos de 1950 e 1960 foi acompanhada pela explosão do crescimento populacional de São Paulo, que transbordou para os municípios limítrofes, criando e consolidando a Região Metropolitana de São Paulo. (DEDECCA, 2004, p. 241)

O crescimento urbano da cidade de São Paulo transcendeu os limites de sua espacialidade ocupando espaços dos municípios vizinhos, em especial, Guarulhos. A proximidade entre os municípios colaborou para que a espacialidade guarulhense fosse extremamente incorporada ao padrão periférico da capital, determinando uma nova lógica de reprodução do espaço no município.

As especificidades que conformaram a espacialidade do município de Guarulhos vão de encontro com o desenfreado crescimento urbano da capital, escalonado pelos altos índices de evolução da população urbana, que a partir de 1950 começa a apresentar números cada vez mais altos em sua composição demográfica. Na década de 1940 a população total de Guarulhos

era pouco mais de 13 mil habitantes distribuídos na área central e rural do município. Já ao findar de cinco décadas a população ultrapassou os 800 mil habitantes e atualmente é o município de maior população do estado com mais de 1.200 milhões de habitantes, ficando atrás apenas da capital paulista. Assim, os dados municipais ressaltam:

Guarulhos é a segunda cidade paulista em população e em geração de riqueza, medida pelo Produto Interno Bruto (PIB), sendo superada nesses itens pela Capital do Estado. Em 2008, a população atingiu 1.298.394 pessoas. Já o PIB municipal em 2006 (último ano disponível) chegou a R\$ 25.663,71 milhões. O tamanho de sua população faz de Guarulhos a maior cidade brasileira não capital de Estado. Seu PIB municipal é o oitavo do País. (Fonte: http://www.guarulhos.sp.gov.br/empresarial_home.html - Acesso em 15/02/2009 - Por Nilton Gama)

Com o acelerado crescimento demográfico do município de Guarulhos o processo de periferização ganhou impulso, principalmente em virtude da necessidade de constituição de um *lugar* propício a reprodução da força de trabalho. O amplo espaço na periferia do município incorporou o que se convencionou como padrão periférico de crescimento (BONDUKI, 1998; KOWARICK; ANT, 1994), constituído, sobretudo, com a organização de loteamentos destinados a classe operária. Sem opções nos centros urbanos:

A massa trabalhadora urbana vai, no entanto, se assentando principalmente nas periferias das cidades, que é onde sua baixa capacidade aquisitiva lhe permite pagar o aluguel ou comprar seu terreno. (CAMPOS FILHOS, 1999, p.35)

Um elemento que contribuiu para a concretização do padrão periférico de crescimento deu-se durante o Estado Novo. Vargas ao decretar em 1942 a Lei do Inquilinato³, alterou completamente a relação entre inquilino e locatário. Com base na regulamentação da Lei, o provimento de habitação de aluguel reduziu-se enormemente em decorrência do congelamento de seus valores, tornando menos rentável a produção de moradias para o mercado de locação.

Em plena articulação do Estado Novo a Lei do Inquilinato trouxe resultados contraditórios à população operária que vivia nas áreas centrais da

³ A primeira Lei do Inquilinato foi promulgada em 1921 pelo decreto 4403/21, sendo em 1928 revogado pelo decreto 5617. BONDUKI, 1998, p.211.

capital, pois em decorrência do crescimento populacional, a lei, ao mesmo tempo em que favorecia o inquilino, acabou por alargar consideravelmente a crise habitacional na capital paulista. Nabil Bonduki, ao citar os impactos da Lei do Inquilinato a classe proprietária observou:

Os efeitos da Lei do Inquilinato sobre os proprietários foram diversos e em vários planos. O mais evidente era, sem dúvida, a queda do rendimento do negócio, sobretudo das casas com contratos anteriores a 1942, caso em que era impossível para os proprietários lançar mão de expedientes criados para garantir a rentabilidade das locações. No entanto, o efeito mais importante foi a insegurança que passou a ser associada a esse tipo de investimento e o conseqüente desestímulo para novas aplicações. (BONDUKI, 1998, p.229)

Como ressaltou Bonduki, a problemática em torno da moradia agravou-se mediante ao desestímulo do mercado imobiliário em produzir habitações para locação. Contudo, os loteamentos periféricos foram incorporados como a principal alternativa para suprir a falta de moradia e constituir um novo ideário junto à classe operária, a casa própria.

“Os lotes são oferecidos a partir de um processo de loteamento que vai se implantando de modo a ter o mínimo custo para permitir um preço baixo de venda ao alcance do ganho muito baixo da maior parte da população urbana, que cresce de modo rápido, vegetativamente e por migração”. (CAMPOS FILHO, 1999, p.35)

Em Guarulhos, os loteamentos periféricos foram imprescindíveis para a conformação de sua espacialidade urbana. À medida que os níveis demográficos atingiam índices cada vez mais elevados, o setor imobiliário articulava-se com o planejamento de novos loteamentos totalmente distantes do perímetro central. Os loteamentos São João, Lavras, Bonsucesso, Presidente Dutra e Cumbica foram espaços incorporados ao processo de constituição do padrão periférico de crescimento.

Surgidos a partir de 1950, os loteamentos apresentavam-se totalmente desprovidos de recursos básicos, não possuíam água, esgoto, pavimentação, escolas, energia elétrica nas ruas, além da carência por transporte. Eram espaços completamente desestruturados e que não apresentavam nenhuma característica de urbanização, predominando as chácaras, olarias e portos de extração de areia. A população que se propunha a morar nessas áreas do município teve a função de estabelecer as formas de estruturação do espaço,

pois não havia comércio, as ruas eram improvisadas, o esgoto a céu aberto, sem água e o transporte praticamente inexistente. De tal modo, que o comércio era mantido pelos moradores instalados nos loteamentos, sendo eles responsáveis por manter o abastecimento de itens básicos a toda a população residente, uma vez que era extremamente penoso o acesso às áreas centrais para a realização de compras domésticas.

A localização do comércio e dos serviços nesses loteamentos segue a seguinte lógica: quanto mais pobre a comunidade, mais ela tende a adotar comércio e serviços prestados pelos próprios moradores como forma de ganho alternativo. (CAMPOS FILHO, 1999, p. 116)

A vantagem que os loteamentos periféricos apresentavam, constituía-se exclusivamente no preço da terra, sendo que a falta de infra-estrutura permitia o baixo preço do lote, possibilitando o proprietário auferir a renda da terra sem nenhuma necessidade de investimento.

Figura 1: Jardim Santos Dumont - Distrito São João

Fonte: Arquivo Histórico do Município de Guarulhos –08/11/1993 - Autoria Desconhecida

Na Figura 1, podemos observar o processo de conformação do espaço periférico do município, prevalecendo as moradias construídas domesticamente em lotes sem nenhuma estruturação urbana básica. O processo de

ordenamento parte da iniciativa da própria população moradora que ao meio do imprevisto consegue estabelecer melhorias que buscam amenizar a falta de infra-estrutura urbana. Em alguns casos, a mobilização e a eleição de pessoas ligadas ao bairro contribuía para formalizar as reivindicações dos moradores. Mesmo assim, o padrão periférico de crescimento buscou na consolidação do “sobretabalho” as bases para o estabelecimento da “*construção doméstica*”, um dos fundamentos constitutivos da (re)produção do espaço periférico no município de Guarulhos. “No entanto, ao produzir sozinha sua casa, o trabalhador cria um valor de uso, apropriado totalmente por ele, e que é, potencialmente, uma mercadoria, pois pode ser comercializado a qualquer momento”. (BONDUKI; ROLNIK, 1982, p.129)

A casa própria passa a substituir a moradia de aluguel configurando uma nova lógica ao processo de reprodução da força de trabalho. Elucidar os elementos constitutivos da conformação periférica no município de Guarulhos perfaz condição necessária para que a estrutura intra-urbana do município possa ser investigada em torno dos fatores espoliativos (KOWARICK, 1979) presentes no espaço urbano do município.

O grande desafio é transformar o ‘*acampamento*’ que o município se transformou no decorrer dos anos e onde vive a maior parte da população em uma cidade de fato. Um local onde as pessoas que a habitam possam ter acesso aos serviços e possam trabalhar e que a população viva plenamente o ‘direito à cidade’. (BALTRUSIS, 2003, p.5)

A expansão urbana do município em particular o espaço periférico, incorporou novos processos de reprodução. Os equipamentos de escala *regional*⁴, instalados na espacialidade de Guarulhos, contribuíram consideravelmente para as alterações intra-urbanas. Guarulhos está plenamente dividido em seu espaço intra-urbano, uma vez que a instalação do Aeroporto Internacional determinou de maneira rígida a fragmentação do espaço urbano do município. A periferia isolou-se em seus limites espaciais

⁴ Instalação da Base Aérea de São Paulo em 1945; Recorte territorial com a Via Dutra em 1951; instalação do Aeroporto inaugurado em 1985; instalação de um complexo presidiário no município, liberando a capital do Carandiru em 2000; e, em maior escala, a instituição da Região Metropolitana de São Paulo em 1973.

conformando-se em áreas distintas das demais partes que compõem a municipalidade.

Figura 2: Aeroporto Internacional na paisagem periférica de Guarulhos

Fonte: Portal do Brasil. Revista Infraero, Janeiro, 2005, p.17.

Na imagem acima, é possível observarmos a considerável estrutura do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos e também um detalhe de grande representação a reprodução do espaço urbano no município com relação as formas de usos do urbano. Bem ao lado do estacionamento uma “cortina verde” é utilizada como recurso para segregar o denso espaço periférico do município dos recursos urbanos que o aeroporto agrega. Com altas árvores rigorosamente próximas uma das outras neutralizam a integração entre os espaços, prevalecendo à ideologia do urbano na esfera metropolitana. A seguir, na figura 3 é possível termos uma noção clara de que espacialmente o aeroporto internacional foi instalado no centro do município de Guarulhos e que separa a periferia da área central.

A rodovia Hélio Smidt permite o acesso ao Aeroporto, tanto pelas rodovias Ayrton Sena e Presidente Dutra, como também, pela Avenida Monteiro Lobato. No entanto, o acesso só é permitido até o Aeroporto, uma

espécie de rodovia sem saída. A intenção de ampliar o limite aeroportuário reservou uma área classificada como canteiro de obras, que bloqueou completamente o acesso ao espaço periférico do município.

Figura 3: Divisão Regional do espaço urbano do município

Fonte: Secretaria de desenvolvimento Urbano – Prefeitura de Guarulhos

Em meio a determinações de caráter *Regional*, propomos a investigação das interferências do Estado nas políticas estruturais direcionadas ao município, bem como a instalação de equipamentos como o pólo industrial (Cumbica), a instalação de novos presídios no município⁵, instalação da Base Aérea e principalmente, do Aeroporto Internacional de São Paulo.

Ao analisarmos a criação da *Região Metropolitana de São Paulo*, identificamos uma significativa interferência sobre o espaço urbano de Guarulhos, sobretudo nas últimas cinco décadas. As metamorfoses processadas no espaço urbano de Guarulhos foram fortemente determinadas pela escala regional, uma vez que a utilização do espaço periférico do município cedeu lugar a equipamentos significativamente necessários à reprodução espacial da capital paulista.

⁵ Com a demolição do Carandiru, dois novos presídios foram instalados na espacialidade de Guarulhos, formando um complexo penitenciário entre a Via Dutra e Ayrton Senna.

Em suma, a pesquisa consiste na investigação dos elementos que conformaram o processo de periferização no município de Guarulhos, como um espaço extremamente determinado por sua proximidade com a metrópole paulistana, justificando uma coexistência espacial, principalmente, ao tratarmos de equipamentos como o Aeroporto Internacional. Diante da subordinação espacial eminentemente estabelecida pela metrópole ao município guarulhense, torna-se necessário o desvendamento dos efeitos da escala regional na conformação espacial do município, mais precisamente, em sua periferia urbana.

Como consequência, a consolidação da casa própria em confluência com as nuances performativas da “*produção doméstica*”, efetivou-se como meio de reprodução da força de trabalho, uma vez que o trabalhador encontrou meios para liberar-se dos altos custos do aluguel e compor a base de seu salário, a fim de reduzir os custos da cesta básica de reprodução.

Assim, a dissertação está organizada em três capítulos. No primeiro, iremos discutir a importância do aldeamento de Nossa Senhora da Conceição dos Guarulhos para a Vila de São Paulo, de modo a compreender a relação entre os dois aglomerados enquanto ocupação e exploração da espacialidade guarulhense. Analisamos as relações que formalizaram o monopólio da terra e conseqüentemente a sua metamorfose em mercadoria, tornando possível a extração da renda da terra. Trata-se de uma particularização a fim de estabelecermos meios para a investigação do processo de conformação das propriedades rurais em lotes de periferia.

No segundo capítulo, discutiremos a instalação dos loteamentos periféricos na espacialidade do município de Guarulhos, caracterizando a atividade econômica na reprodução do espaço guarulhense (Olarias, portos de areia e agricultura). Discutimos a relação de reprodução da força de trabalho destacando a habitação como elemento de sua reprodução e parte da composição dos salários. Analisamos a “*produção doméstica*” como principal agente na conformação da paisagem periférica na zona leste guarulhense, para assim, apresentarmos uma discussão considerando a casa própria como elemento de estabilidade e ascensão social.

No último capítulo, discutiremos a importância da espacialidade na reprodução do capital e as interferências na (re)produção do espaço periférico proporcionadas com a construção do aeroporto internacional de São Paulo. Destacamos a dinâmica do espaço metropolitano na espacialidade guarulhense reproduzido espaços espoliativos, num reordenamento espacial com o propósito de garantir infra-estrutura para a reprodução do capital em detrimento das melhorias nas condições de vida da população residente no distrito Jardim São João. Como espaço estratégico, buscamos analisar os processos de capitalização do espaço guarulhense e a reprodução de contradições inerentes ao capital que constituíram a existência de um espaço de inclusão “subalterna” no município de Guarulhos.

1- EVOLUÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO GUARULHENSE

1.1 Nossa senhora da Conceição: ligações intrínsecas à fundação da Vila de São Paulo

Ao apoiarmos nossa atenção ao sudeste brasileiro dificilmente não destacaremos a presença do planalto paulista como espaço privilegiado economicamente e também, por seu crescimento urbano e demográfico. A cidade de São Paulo como principal metrópole brasileira exerce a função de centro administrativo de maior representação, e concentra também, a maior produção industrial do país⁶. Todo esse crescimento é fruto de uma intensa valorização do planalto iniciada desde sua fundação em 1554 e o surgimento dos aldeamentos jesuíticos nos arredores da vila de São Paulo⁷. A ocupação do planalto estendeu-se aos seus arredores com a fundação de aldeamentos, sendo o de Nossa Senhora da Conceição dos Guarulhos⁸ um importante espaço de ocupação, não só para formação da população local, mas, sobretudo, como um significativo espaço de expansão urbana da capital.

A partir de 1560, com a fundação da vila de São Paulo, mais três aldeamentos foram instituídos: São Miguel, Nossa Senhora dos Pinheiros e Itaquaquetuba (...). Um quarto aldeamento jesuítico, Nossa Senhora da Conceição, acolheu um grupo de “guarulhos” introduzidos por volta de 1580. (MONTEIRO, 1994, p.43)

O aldeamento de Guarulhos está intrinsecamente ligado à ocupação e ao desenvolvimento da vila de São Paulo, pois o aglomerado paulistano

⁶ São Paulo é, hoje, não somente a maior cidade do Brasil, como também um dos maiores centros urbanos do mundo. (SINGER, 2004, p.193)

⁷ O crescimento econômico da cidade de São Paulo só se fará em meados do final do século XVIII início do XIX, principalmente com o cultivo do café. Ao resgatarmos as origens da cidade de São Paulo, estamos cronologicamente apontando para as características de pólo administrativo caracterizado a capital desde a existência dos aldeamentos no planalto.

⁸ A historiografia local atribui a fundação do aldeamento de Nossa Senhora da Conceição como uma necessidade de defesa a vila de São Paulo. No entanto, acreditamos na possibilidade do recrutamento de mão-de-obra mediante a catequização do indígena e mais tarde, por meio da prática das “guerras justas”. Pasquale Petrone já dissertou sobre a possibilidade do próprio Campos de Piratininga ter servido ao recrutamento de cativos, o que nos faz a direcionar tal função a Guarulhos: “Não é demais acreditar na precoce função dos Campos de Piratininga como centro de recrutamento de escravos, relacionando-os com a também precoce da feitoria de São Vicente”. (PETRONE, 1995, p.39)

consolidou-se como uma centralidade político-administrativa e também econômica, possibilitando exercer uma forte influência sobre os espaços limítrofes dos antigos aldeamentos. Ao considerar as alterações políticas na Vila de São Paulo, Silva considera que:

(...) em 1560, a elevação de São Paulo à categoria de vila, apenas decorridos seis anos da fundação do colégio; e, com isso, definiu-se-lhe uma nova função: a função *político-administrativa*. (SILVA, 1958, p.13)

Não nos parece haver dúvidas com relação à afirmação de Silva, uma vez que a influência econômica da capital na espacialidade do planalto levou à constituição da Grande São Paulo. Como centralidade, São Paulo exercia a legislatura da Câmara com a importante função de manter a estrutura do processo colonial e o desenvolvimento econômico do planalto, tanto na manutenção dos aldeamentos, quanto na organização social que integravam a espacialidade do planalto paulista no século XVI.

A posição político-administrativa sobre Guarulhos pesará mais intensamente a partir de 1589 quando da descoberta de minas auríferas. Os registros da época evidenciam para a existência de diferentes áreas de exploração aurífera no território indígena de Guarulhos, e também, a possibilidade de que o processo de extração do minério tenha constituído a primeira atividade realmente econômica destinada ao núcleo de Conceição.

“Houve ao menos seis lavras auríferas em território Guarulhense, que se localizam em pontos diferentes de uma vasta área, compreendendo algumas dezenas de quilômetros quadrados, onde se acham os bairros de Lavras, Cata Velhas, Monjolo de Ferro, (esta deve ter sido a chamada Lavras-Velhas-do-Geraldo), Campos dos Ouros, Bananal, e Tanque Grande”. (ROMÃO; NORONHA, 1980, p. 55)

As minas de extração aurífera no aldeamento de Conceição dos Guarulhos muito provavelmente deram início do processo de exploração do ciclo ouro no território brasileiro e principalmente no planalto paulista. O fato aponta-nos para uma função econômica do município guarulhense que remonta o início do processo de ocupação do território brasileiro, fundamentalmente, a Vila de São Paulo. Nas proximidades de onde se extraia o ouro atualmente se mantém a prática da mineração a presença de duas importantes pedreiras: A Paupedra e Empresa Basalto (Antiga Reago).

Mapa 2
Área de Mineração no Município de Guarulhos

Como nos mostra o mapa 1 as áreas de mineração no município de Guarulhos coincidem exatamente com os espaços das antigas minas auríferas encontradas no século XVI, principalmente em sentido da serra da Cantareira, onde pelo menos dois pontos de área remanescente da mineração aurífera foram constatados: as minas do Ribeirão da Lavras e do Tanque Grande.

Além da mineração, Guarulhos desempenhou um papel importante na organização do espaço no planalto contribuindo com o recrutamento de mão de obra indígena. Ao pesquisar sobre o apresamento dos indígenas e a função dos aldeamentos jesuíticos, John Monteiro (1994) apresenta a existência de Conceição dos Guarulhos, como um importante núcleo de povoamento no planalto.

Uma segunda fase de povoamento concentrava-se expressamente no território indígena, surgindo inicialmente com a sesmária de Geraldo Correia Soares, situada na área posteriormente denominada Minas de Geraldo Correia ou Minas Velhas. Alegando a existência de jazidas auríferas ao longo do rio Baquirivu, nas terras do aldeamento de Conceição (...). (MONTEIRO, 1994, p. 205)

Com o processo de ocupação e povoamento, a descoberta de jazidas auríferas na espacialidade de Conceição deu início ao primeiro processo de valorização espacial, proporcionando a muitos colonos paulistas o interesse em apropriar-se das terras indígenas e a possibilidade de poderem organizar a exploração das minas auríferas. Nos levantamentos produzidos por Ranali (1986) encontramos registros evidenciando que a partir da divulgação da descoberta de áreas auríferas em Conceição, ascendeu um maior interesse pelas terras indígenas, iniciado por concessões de sesmarias na área compreendida ao aldeamento indígena de Conceição, conseqüentemente, em *lugar* próximo à exploração das minas auríferas. Para darmos ênfase em nossa afirmativa, separamos alguns registros que sintetizam nossa argumentação.

“15-11-1625: Receberam sesmarias no aldeamento dos “guarus” na Tapera Grande, sob n. de ordem 25, Francisco Rodrigues, localizada no Campo do Sapateiro e Jarapebica, com 1500 braças, junto ao Rio Juqueri e Miguel de Almeida, pela ordem n. 25, com 1500 braças, na Conceição.”

“6-3-1639: recebe sesmária, nas Minas do Geraldo, pela ordem n.41, com 1500 braças, Geraldo Mendes Peres e igual regalia é concedida a Baltazar Correia que obtém sesmária com 1500 braças, no mesmo local”.

“4-7-1639: A viúva Maria Rodrigues é beneficiada, pela ordem n.44, com uma sesmaria com 3.000 braças, no local denominado Guaramimins Tapera”.

“11-7-1639: Uma sesmaria com 3.000 braças é dada a Manuel António, na aldeia de Guarulhos, pela ordem n.46 e, pela ordem n.25, com 1500 braças, Miguel de Almeida consegue sesmaria no sítio do Chiqueiro”.

“2-3-1640: Recebe sesmaria, com 1500 braças, no sítio denominado Sepetiba, território ocupado pelos índios guarus, Francisco Rodrigues Velho”.

“28-8-1640: Recebem sesmarias em território guarulhense, no local denominado Sepetiba, Sebastião Bicudo de Siqueira, com 500 e 1500 braças, e Francisco Nunes Siqueira, no mesmo local, com 1500 braças, tudo conforme ordem n.57”.

“7-9-1641: Gaspar Sardinha da Silva consegue, pela ordem n.61, sesmaria com 1500 braças no Juqueri e, pela ordem n.30. igual benefício é dado a Geraldo Correia que obtém sesmaria de 1500 braças, nas Minas do Geraldo”. (RANALI, 1986, p. 16-7)

A concessão de sesmarias na espacialidade Nossa Senhora da Conceição justificou-se pelo relativo interesse dos colonos paulistas em promover a exploração das minas, o que de certo modo, veio proporcionar a *valorização do espaço* de Conceição. Logo o aldeamento de Nossa Senhora da Conceição despontaria como uma importante espacialidade ao planalto, não demorando a despertar o interesse de grupos locais e também, da própria vila de São Paulo.

Em 1685 o aldeamento é elevado à condição de freguesia, passando a designar-se como *Nossa Senhora da Conceição dos Guarulhos*. (RANALI, 1986, p.18). “Uma dessas possíveis explicações da mudança de status de aldeamento para freguesia encontra-se na exploração de ouro, desde 1590, iniciando-se no lugar conhecido como “Lavras Velhas do Geraldo”. (SANTOS, 2006, p.42)

De fato a freguesia de Conceição dos Guarulhos sofreu alterações evidentes após a exploração aurífera, pois os interesses pelas terras na freguesia intensificaram-se, sendo muito provável que a população paulistana desejasse garantir seus interesses preservando glebas de terras na freguesia. A valorização do espaço guarulhense já era visivelmente observada, à medida que a maior parte da população do planalto concentrava-se nas freguesias em torno da capital, até então, consideradas como meras espacialidades do subúrbio de São Paulo.

“No entanto, cumpre observar, das 10 freguesias que constituíam o termo da cidade apenas três correspondiam ao centro urbano: Sé, Santa Ifigênia e Brás, englobando um total de apenas 9391 habitantes, o que significa bem menos da metade da população recenseada. A maior parte da gente paulistana espalhava-se pelas demais freguesias, que seriam subúrbios da Paulicéia de então: Guarulhos, Nossa Senhora do Ó, Cotia, Nossa Senhora da Penha, São Bernardo, Juqueri e M’Boi (Embu)”. (MATOS, 1958, p.55)

Considerando o relato de Matos, Guarulhos apresenta-se como um espaço de grande representação demográfica, demonstrando sua importância econômica e espacial para o desenvolvimento do planalto. Nossa preocupação em resgatar o processo de ocupação do planalto e conseqüentemente, fortalecimento econômico de São Paulo, se faz necessária para compreendermos as veemências que solidificaram os aldeamentos paulistas em extensos subúrbios do planalto⁹, com predominância, ao assentamento de Guarulhos. Entendemos que a força pujante do núcleo paulistano constituiu elementos que configuraram ao longo do século XX, um movimento de ocupação nos chamados subúrbios paulistanos, pela dinâmica de expansão da cidade de São Paulo.

A expansão urbana da cidade de São Paulo e a conformação de um amplo mercado de terras tornaram-se elementos fundamentais para a compreensão do movimento de reprodução espacial do município de Guarulhos. A função polarizadora de São Paulo se fez presente nas determinações administrativas, caracterizadas pelo estabelecimento de amplitudes regionais. A evolução espacial de São Paulo claramente levaria ao seu transbordamento, sendo inevitável a ocupação da espacialidade de Guarulhos. Com ligações intrínsecas ao desenvolvimento da capital e, sobretudo, pelas interferências espaciais ocasionadas pela ressignificação da riqueza, discutiremos a seguir o processo de articulação da propriedade privada no município de Guarulhos, assunto de grande relevância ao parcelamento do solo urbano constituído a partir de 1960 com a abertura dos loteamentos periféricos.

⁹ “Os antigos aldeamentos indígenas constituíram, pois, as sementes remotas da atual área suburbana, hoje caracterizada por suas atividades rurais ou industriais e em relação à qual São Paulo exerce, como centro de atração, verdadeira função regional” (MONBEIG, 1953, p.69-70 *apud* SILVA, 1958, p.21)

1.2- Guarulhos: absolutização da propriedade nos subúrbios da capital paulista

Desde o surgimento de Guarulhos ainda como um dos aldeamentos em torno da vila de São Paulo, a ocupação das terras indígenas já era freqüente e intensificaram ainda mais com a descoberta de ouro nas proximidades de Bom Sucesso e Lavras. As alterações nas características de reprodução da riqueza atingiram novos níveis de composição conduzindo transformações sócio-espaciais que se tornaram latentes a reprodução do espaço. Entendemos que as determinações espaciais existentes na espacialidade de Guarulhos foram fundamentalmente influenciadas pelas transformações da cidade de São Paulo. Somente notaremos os efeitos dessas mudanças com o surgimento das lavouras de café no planalto paulista.

A investigação em torno do cultivo do café tornou-se essencial para o desvendamento das questões empíricas que justifique o processo de absolutização da propriedade privada. Na concepção de José de Souza Martins, trata-se de um processo de transposição da renda capitalizada escravista para a renda capitalizada na terra. (MARTINS, 1998, p.33).

A importância do café concentrou-se necessariamente na prática do trabalho escravo aplicada nas lavouras, tanto em seu cultivo como na colheita. A pessoa do escravo detinha um valor muito mais significativo do que a própria terra. Para o proprietário, o negro representava a possibilidade de produzir mercadorias e assim, transformar em capital. A narrativa de José de Souza Martins é conclusiva ao citar:

(...) o principal capital do fazendeiro estava investido na pessoa do escravo, imobilizado como renda capitalizada, isto é, tributo antecipado ao traficante de negros com base numa probabilidade de ganho futuro. O fazendeiro comprava a capacidade do escravo criar riqueza. (MARTINS, 1998, p.26)

Em conclusão que coaduna com a de Martins, Zélia Cardoso de Mello considerou que a terra frente ao escravo apresentava pouco ou nenhum valor significativo para a composição da riqueza no período colonial (MELLO, 1990, p.16). A propriedade não caracterizava a riqueza em si mesma, mas sim, pelo

conjunto de relações produzidas nos limites da terra. Um dado importante e que nos fornece uma reflexão significativa em torno da noção de propriedade no período colonial, é a atribuição do conceito de fazenda e sua devida função na constituição da riqueza. Pois:

Fazenda significava o conjunto de bens, a riqueza acumulada; significava sobretudo os bens produzidos pelo trabalho e o trabalho personificado no escravo. Estava pois, muito mais próxima da noção de capital e muito longe da de propriedade fundiária, que é o sentido que tem hoje. (MARTINS, 1998, p.23)

O desvendamento do conceito de fazenda no período colonial mostra-se revelador para a distinção dos conceitos de propriedade e riqueza durante a manutenção do trabalho escravo no Brasil. A riqueza estava personificada no trabalho do escravo, sendo a fazenda a reunião dos resultados do trabalho, assim a terra apresentava valores econômicos minimamente expressivos sem a presença do trabalhador escravo. Considerando o escravo elemento de extrema importância para a composição da riqueza, a terra somente passaria a constituir posição de destaque com transformações sociais no âmbito do trabalho.

Tais alterações na composição da riqueza somente iriam se pronunciar mediante transformações nas relações de trabalho, que pressupõe claramente a extinção do trabalho escravo, que comeram a despontar frente alterações sistemáticas na estrutura do tráfico de escravos. As bases para a concretude dessa mudança estariam circunscritas na Lei de 1º de outubro de 1831, a Lei de 12 de outubro de 1833, a lei de terras, a Lei Eusébio de Queiros e o processo de abolição da escravidão (SUZUKI, 2004, p.135)

O trabalho escravo apresentava fortes indícios de sua substituição, principalmente após a proibição do tráfico de escravos pelos ingleses em 1850. À medida que crescia as pressões em torno da cessação do trabalho escravo, novas formas de reorganização de acesso a terra consolidava-se, como por exemplo, a Lei nº601 de 18 de setembro de 1850, a Lei de Terras que legitimou a mercantilização da terra como única maneira de aquisição (SUZUKI, 2004, p.136). Assim, a Lei de Terras surgiu como uma garantia de manutenção da continuidade da exploração da força de trabalho, mesmo com a extinção da escravidão por meio da sujeição ao trabalho. Portanto:

A Lei de Terras de 1850 e a legislação subsequente codificaram os interesses combinados de fazendeiros e comerciantes, instituindo as garantias legais e judiciais de continuidade da exploração da força de trabalho, mesmo que o cativo entrasse em colapso. Na iminência de transformações nas condições do regime escravista, que poderia comprometer a sujeição do trabalhador, criavam as condições que garantissem, ao menos, a sujeição do trabalho. (MARTINS, 1998, p. 59)

Contudo, é bom lembrar que as metamorfoses constituídas na composição da riqueza não estão permeadas na consolidação da Lei de Terras, mas sim, na substituição do regime escravista. A Lei de Terras apenas surgiu para estabelecer a terra como capital, que nas palavras de Martins (1998) definiu como renda territorial capitalizada. Com o crescimento das lavouras de café, novas relações de trabalho se estabeleceram constituídas na ideologia do trabalhador livre, ou seja, na transição do trabalho escravo ao trabalho livre. A nova relação de trabalho concretizada com a chegada do imigrante ao Brasil consolidou não só uma nova estrutura produtiva, mas também, estabeleceu a substituição do próprio trabalhador que deixou de ser o negro escravo para o imigrante europeu.

No entanto, a transição do trabalho escravo ao trabalho livre não resultou essencialmente na realização do assalariamento como prática de relação de trabalho. A prática permitiu trilhar novas fronteiras na significação do capital produzindo uma transformação na composição da riqueza, ou seja, “o capital deixa de se configurar no trabalhador para configurar-se no resultado do trabalho”. (MARTINS, 1998, p.33). Desta maneira a renda capitalizada escravista deixa de figurar como fundamento de riqueza cedendo lugar a renda capitalizada da terra, que de certa maneira ascendeu à determinação do monopólio da terra.

Zélia Cardoso de Mello, em seu trabalho sobre as metamorfoses da riqueza em São Paulo, sinalizou para o fato de que antes mesmo da extinção do regime escravista o escravo já havia deixado de estabelecer os rumos da acumulação.

Antes do término do escravismo, já estava pois, determinada a liquidação deste ativo; nem o escravo está valorizado do ponto de vista dos indivíduos, nem é esta a concentração real. Para complementar a análise e verificar qual é a valorização e concentração concreta, devemos abandonar esta forma pretérita de

riqueza e estudar e estudar o avanço de suas novas formas: este avanço libertou o capital dos escravos: este avanço libertou o capital dos escravos e não o contrário. (MELLO, 1990, p.124)

A confirmação da substituição do trabalho escravo ao trabalho livre alterou efetivamente as relações sociais ligadas ao trabalho e representou a transição da renda capitalizada escravista à renda capitalizada da terra. As alterações circunscritas às relações de trabalho consolidaram a terra como elemento de composição da riqueza, estabelecendo a absolutização da propriedade, a riqueza que se concentrava na pessoa do escravo reverteu-se a terra. Para Zélia Cardoso de Mello a composição da riqueza passou por uma metamorfose, ao considerar que “(...) a partir de 1873, as terras e não mais os escravos passam a servir como garantia de crédito” (MELLO, 1990, p.87).

As conseqüências da introdução do café na província de São Paulo são expressivas, pois foi responsável por um importante processo de reorganização nas relações ligadas a terra e trabalho, com interferências diretas aos padrões econômicos e sociais, principalmente, na determinação dos fundamentos de composição da riqueza. Ao tecer detalhes sobre as alterações na formulação da riqueza Mello ressalta:

Passa-se, portanto da riqueza antiga, baseada em escravos, à nova, baseada primordialmente em ações. Criam-se outras fontes de rentabilidade e os circuitos de valorização apresentam-se cada vez mais amplo. Não é mais possível, ao reverso do que ocorria antes, caracterizar proprietários tipicamente urbanos ou rurais, com funções especializadas; agora temos proprietários rurais com diversas atividades urbanas e vice-versa. Em vez de especialização, *diversificação*, em vez de escravos, *imóveis e ações*. (MELLO, 1990, p.139) – Grifo nosso.

Um dado representativo a ser considerado em relação à citação de Zélia Cardoso de Mello (1990) deu-se ao fato do surgimento de outras atividades financeiras determinadas após a separação do escravo e do capital. Em argumentação similar, Júlio César Suzuki, ao tratar da evolução da cidade de São Paulo e a transição do trabalho escravo ao trabalho livre, considerou a ressignificação da riqueza com aporte significativo à absolutização da propriedade privada, em conseqüência disso, à constituição de novos agentes sociais na composição da riqueza.

“A transição do trabalho escravo ao trabalho livre relaciona-se ao processo de absolutização da propriedade privada, a transformação da terra em mercadoria; cujos resultados são extremamente importantes na alteração da lógica de expansão urbana da aglomeração de São Paulo, com o surgimento de novos sujeitos sociais, particularmente, o loteador”. (SUZUKI, 2004, p. 146)

De fato, a resignificação da riqueza marca um novo momento de composição do capital, destinando a terra preceitos de mercadoria num movimento de abstração do capital, consolidada na extração da renda da terra. Surge então uma nova forma de riqueza derivada da absolutização da propriedade da terra, uma estrutura moderna de riqueza que passa transitar em imóveis e ações. Desta maneira, “encontram-se novas formas de aplicação da quais derivam novos tipos de rendimento: o juro, o dividendo o aluguel. (MELLO, 1990, p.31) No caso de Guarulhos cabe analisarmos as novas concepções de riqueza, sobretudo, no século XIX, a partir da consolidação da Lei de Terras que dispõe em relação ao processo de apropriação de importantes espacialidades do município guarulhense. A representação jurídica que assegura a posse da terra somente por meio da compra estabeleceu às antigas terras indígenas a exclusividade de acesso a pessoas de posse do capital.

“A lei de terras, de 1850, praticamente acabou com os direitos dos pobres às terras comunais tornando-as passíveis de apropriação privada. Houve posseiros que fizeram em seu nome o registro dessas terras”. (MARTINS, 1992, p. 137- 8)

Com os dispositivos da Lei de Terras o processo de regularização de terras na espacialidade do município guarulhense intensificou-se, principalmente após o Decreto nº 2672 de 20 de outubro de 1875, que autorizou o governo a alienar as terras das extintas aldeias indígenas que estiverem aforadas. Os termos do decreto seguiam os seguintes dispositivos:

Art. 1- O governo fica autorizado para alienar as terras das aldeias extintas que estiverem aforadas, observando as disposições seguintes:

§ 1 O preço será o que for ajustado com o foreiro, ou, de vinte vezes o foro de uma jóia de 2^{1/2} por cento, segundo for mais vantajosa à Fazenda Nacional.

§ 2 As terras assim alienadas ficarão sujeitas dos ônus dos § 1, 2,3 e 4 do artigo 16 da lei 601 de 18 de setembro de 1850.

§ 3. As terras em que estiverem ou em que passaram ser fundadas vilas ou povoações, e as que forem necessárias para logradouros públicos, farão parte do patrimônio das respectivas foros para abertura e melhoramentos das estradas vicinais.

Art. 2. Ficam revogadas as disposições em contrário.
(Trecho extraído do Decreto nº 2672 de 20/10/ 1875 – Fonte AHG)

Pelos critérios da lei, a Câmara Municipal de Guarulhos estava autorizada a realizar aforamentos nos termos da Marinha, acrescido dos terrenos da antiga aldeia de índios não remanescentes, nos termos do Art.1º da Lei 2672 de 20/10/1875. (ARQUIVO HISTÓRICO DE GUARULHOS).

O processo de absolutização da propriedade no município de Guarulhos pode ser compreendido por meio dos requerimentos de solicitação de terras encaminhados à Câmara do município. Nossa atenção recaiu em torno dos requerimentos solicitados nas antigas áreas de mineração, em locais como Lavras e Bom Sucesso. São áreas que apresentaram na segunda metade do século XX, um grande potencial de extração de renda da terra, com a implantação de loteamentos periféricos, além das olarias e diversas chácaras destinadas à prática da horticultura. Encontramos, nos registros de “Termo de Contrato de Aforamento”¹⁰, a solicitação de vários interessados em requerer terras nas antigas áreas de aldeias indígenas, entre os quais, as localizadas em Bom Sucesso.

Felício Marcondes Munhos aforou hum terreno da extinta aldeias de índios neste município no lugar Bom Sucesso as divisas são a seguinte principia na estrada vallo que desce divisando as terras essas de Benedicto Xavier da Silva athe chegar ao rio e pela estrada já nomeada segue ate ao córrego Guarapuá seguindo ahi córrego abaixo ate imbicar no mesmo rio Aracau o qual faz divisa feixo aos fundos da distas terreno ficando o mesmo senhor Felício, Villa da Conceição do Guarulhos 3 de janeiro de 1891 paga foro de 900 reis (Termo de Contrato de Aforamento, 1890-1891, livro 1º, p. 49)

Um detalhe que nos despertou atenção ocorreu diante da falta de precisão para informar as dimensões limítrofes das terras pretendidas. A maneira com que ocorriam as descrições dos limites das terras, favorecia de forma significativa, a apropriação de espaços muito maiores que os declarados, propiciando a acumulação fundiária. Além disso, encontramos em curtos periodos um mesmo requerente interessado em mais de uma propriedade, dando-nos a indicação de uma especulação imobiliária. Nos registros dos

¹⁰ Termo de abertura: Servirá este livro para nelle se lançar o nome de todos os foreiros de terrenos de índios d'este município e o pagamento dos respectivos foros, Villa da Conceição dos Guarulhos 9 de dezembro de 1890. João Theophilo de Assis Ferreira (Termo de Abertura do Livro de Termo de Contrato de Aforamento 1890 – 1891 – Livro1º).

Termos de Aforamentos de janeiro de 1891 notamos que o Sr. Felício Marcondes requereu mais de um montante de terras no bairro de Bom Sucesso, reforçando nossas indagações quanto à absolutização da propriedade como monopólio nas áreas de antiga ocupação indígena.

Felício Marcondes Munhos aforou hum terreno da extinta aldeia de índios neste município no lugar Bom Sucesso as divisas são a seguinte principio no lugar denominado Ponte Alta seguindo desta o rio Aracau asima até encontrar um vallo, seguindo este mesmo vallo athe chegar a um monjolo partindo do dito monjolo por uma cerca de varas ate encontrar um vallo seguindo esse mesmo vallo ate um pequeno espigão, partindo desse mesmo espigão ate encontrar a estrada seguindo estrada abaixo as direitas athe a supra referida Ponte Alta a onde principiou Villa da Conceição dos Guarulhos 3 de janeiro de 1891. Paga o foro annual de 2400 reis. (Termo de Contrato de Aforamento, 1890-1891, livro 1º, p. 50)

A concentração de terras em domínio de poucas pessoas caracteriza-se claramente nos registros de aforamentos da Câmara. Entre os foreiros que encontramos nos registros de Termos de Contrato de Aforamento, aparecem pessoas de expressivo destaque na organização política e econômica do município. É o caso de Felício Marcondes Munhoz, que em 21 de novembro de 1891 foi nomeado Intendente do município (RANALI, 1986, p.31)

Outros foreiros são citados em Bom Sucesso numa demonstração do interesse em se apropriar das terras das extintas aldeias, ou mesmo, a preocupação em legitimar juridicamente as terras já controladas.

Vicente Ferreira de Siqueira Bueno, aforou hum terreno de campo da extinta aldeã de índios neste município no lugar Campo do Veja as divizas são o seguinte principia neum vallo do sitio de Francisco Pinto e daí segue espigão athe dar neum pedaço de vallo daí travessa a estrada com os vallos das terras do capão do quilombo daí travessa a estrada segue o vallo do Mello athe dar neum rego da água segue o rego ate frontear um vallo velho daí athe incostar ne um vallo que ficha a fazenda *Bananal* segue o vallo com outro vallo que divide com o snr Dor João daí dividindo sempre com fechos do Dr João athe nos fechos de Francisco Pinto segue os fechos Francisco Pinto athe a onde principiou Villa da Conceição dos Guarulhos 21 de fevereiro de 1891 paga o foro annual de 4500 rs. (Termo de Contrato de Aforamento, 1890-1891, livro 1º, p.92) - Grifo nosso.

A maneira com que os aforamentos ocorriam não deixa dúvida em torno de nossa hipótese, a de que a acumulação imobiliária tem seu início no momento em que a Câmara Municipal de Guarulhos é autorizada a registrar os contratos de aforamento. Outra perspectiva dar-se-ia com a clara possibilidade

de estender os limites territoriais com extrema facilidade, uma vez que a unidade de medida dava-se por elementos paisagísticos, ou simplesmente por uma cerca, que a qualquer momento poderia ser alterada.

Acreditamos que os conchavos ocorreram com relativa frequência favorecendo a acumulação latifundiária e o domínio espacial em algumas áreas. Nos levantamentos que realizamos nos Livros de Termo de Contrato de Aforamento de 1890-1891, encontramos anotações que demonstraram a evidência de acordos para monopolizarem extensas espacialidades no município.

Felício Marcondes Munhoz, Jesuíno José de Sousa e Joaquim José da Costa aforam terras de campos em *combinação* dos três da extinta aldeia de índios n'este município no lugar Tijuco Preto no Bom Sucesso as divisas são o seguinte principia na ponte alta do rio Aracari caminho que segue para capella Bom Sucesso segue o caminho que vai ao Morro Grande athe dar em um vallo velho e segue o vallo a do rumo descrito no rio Baquirivu e desse o mesmo a dar em um terreno de *Jesuino José de Sousa* e segue aberrando o vallo do terreno de Nossa Senhora do Bom Sucesso athe dar no dito caminho da Ponte Alta a onde principia Villa da Conceição dos Guarulhos 9 de abril de 1890. Paga foro annual de 6\$000. (Termo de Contrato de Aforamento, 1890-1891, livro 1º, p.4) - Grifo nosso.

Os Termos de Contrato de Aforamento demonstram a intencionalidade de garantir a acumulação fundiária, numa caracterização evidente da terra como elemento de constituição de riqueza. Por outro lado, nota-se que o espaço de interesse concentra-se fundamentalmente nas antigas áreas de mineração, áreas que serão mais tarde disponibilizadas a um intenso processo de mercantilização da terra, por conta do parcelamento do solo e instalação do loteamento periférico.

Felisbino José Rodrigues aforou hum terreno da extinta aldeia de índios n'este município no lugar das Lavras as divisas são as seguinte principia em um córrego que desse no brisão subindo pelo córrego dividindo com José Jose Rodrigues athe frontiar com o segundo vallo do lado esquerdo procurando o vallo seguindo pelo vallo athe o fim do dito, do fim do vallo rumo direito no canto de outro vallo no alto do Campos seguindo pelo vallo athe o fim do dito seguindo pelo espigão abaixo athe ribeirão dessendo brisão abaixo athe onde principia Villa da Conceição dos Guarulhos 9 de abril de 1890. Pago o foro anual de 6\$300. (Termo de Contrato de Aforamento, 1890-1891, livro 1º, p.6)

Jesuino Luis Antonio de Moraes aforou hum terreno da extinta aldeia de índios neste município no lugar Mato das Cobras as divisas são o seguinte principia na barra de um córrego e segue hum vallo divisando com snr Filisbino athe sair em outro vallo e segue o vallo divisa em outro vallo e segue o vallo divisa com o snr Pedro Antonio Alves athe sair na estrada de Itaverava segue a estrada para o lado da Itaverava athe na incrusiada da Capellinha e segue o o caminho athe dar em outro vallo segue o vallo para o lado esquerdo athe o espigão e desse espigão abaixo athe dar a onde principiou Villa da Conceição dos Guarulhos 28 de março de 1891 paga o foro annual de 2400 r s (Termo de Contrato de Aforamento, 1890-1891, livro 1º, p.6)

Os Termos de Aforamentos consolidaram a legalidade da propriedade privada no município de Guarulhos, formalizando uma elite fundiária detentora de grandes glebas de terras nas áreas de assentamento das aldeias indígenas. Os dados que apresentamos referem-se aos registros efetuados após 1880 com emancipação política do município. Antes desse período os registros paroquiais estavam incumbidos da concessão das terras no município de Guarulhos. A concessão e regularização de terras já era uma prática que ocorria na espacialidade do município de Guarulhos, no entanto, os registros de concessão estavam a cargo das paróquias da capital.

A partir de 1850, a Lei de Terras dispõe de novos critérios para a legitimação da posse da terra. A partir de então, a mercantilização da terra consolida-se legitimando o acesso a propriedade por meio da compra. Para reforçar nossa análise, a argumentação de Julio César Suzuki sobre o processo de regularização das terras na cidade de São Paulo nos permite desvendar as determinações da Lei de Terras.

A Lei nº601, de 18 de setembro de 1850, a Lei de Terras, vem legitimar a mercantilização da terra como única forma de aquisição, bem como as posses anteriormente existentes, sendo que, para a realização da titulação, o Estado, que estava em formação, utilizou-se da única informação possível que garantisse a efetiva ocupação das terras: o registro paroquial. (SUZUKI, 2004, p.136)

O caso apresentado por Suzuki (2004) inerente à aglomeração de São Paulo aplica-se também ao município de Guarulhos, pois como vila, a representação legislativa estava toda vinculada à província de São Paulo, neste caso, os registros das terras estavam sobre domínio da igreja. É um momento em que a composição da riqueza já incorporou outros liames, a terra tornou-se também uma mercadoria, contribuindo para a reprodução do capital.

Acreditamos que a terra na espacialidade do município de Guarulhos compunha a constituição da riqueza dos paulistanos, ou seja, as terras do município garantiam a acumulação do capital na esfera fundiária, fortalecendo o monopólio da terra personificada na propriedade privada. Na argumentação de Zélia Cardoso de Mello (1990) podemos identificar essa diversificação de domínio sobre a terra por representantes paulistanos distribuídos em atividades distintas, numa real extração diferencial da renda da terra.

(...) há indivíduos com atividades e propriedades tipicamente urbanas; há os que possuem imóveis na cidade e nos **arredores ou somente nos arredores** e, portanto, podem desenvolver atividades de autoconsumo, subsistência ou ligadas à circulação e, portanto “mais rurais”. Há também proprietários de fazendas no interior, ou seja, *ainda que moradores em São Paulo, seu comando de riqueza ultrapassa os limites geográficos da cidade.* (MELLO, 1990, p.76) – Grifo nosso.

A afirmativa de Mello (1990) é elucidativa e conclusiva, pois apresenta posições concretas de composição da riqueza, num processo de constante ampliação do capital por meio da renda diferencial da terra. A terra como mercadoria e fortemente determinada como elemento de composição da riqueza, tornou-se cada vez mais escassa, à medida que a expansão urbana da cidade de São Paulo contribuiu fortemente para a apropriação das terras no município, “sobretudo, modificando a paisagem urbana e acabando por concretizar a existência do “Grande São Paulo”. (PETRONE, 1958, p.105)

A expansão urbana da capital expõe as artérias das vias de articulação para a monopolização da terra urbana aos arredores de São Paulo, o que evidentemente nos auxilia no desvendamento da mercantilização da terra no município de Guarulhos. Como elemento de análise, Zélia Cardoso de Mello (1990, p.76) resgatou em inventários a localização espacial dos imóveis registrados por moradores da capital, onde encontramos entre os registros, a declaração de posses no município de Guarulhos.

Nos arredores de São Paulo registrou-se maior número de casos de sítios em Santo Amaro (48), Juqueri (36), Freguesia do Ó (28), Itapequerica (27) e Santana do Parnaíba (26). **Terras e Fazendas** situavam-se no interior de São Paulo, devendo-se assinalar a concentração no oeste paulista. Na região mais próxima a capital registrou-se este tipo de propriedade em Santana do Parnaíba, Juqueri, Jaraguá, Santo Amaro, Santana, São Bernardo, Itapequerica, **Guarulhos** e Mogi das Cruzes. (MELLO, 1990, p.76) – Grifo nosso.

As fazendas existentes no município de Guarulhos localizavam-se em grande parte nos bairros Bananal, Bonsucesso e Lavras, áreas que posteriormente conformariam a periferia urbana do município. A argumentação de Mello (1990) permite-nos compreender a existência de propriedades no município de Guarulhos sobre domínio paulistano, o que também, evidencia a possibilidade do prolongamento dos limites da capital para a espacialidade do município.

O interesse por terras no município de Guarulhos atraiu os paulistanos para diversas áreas do município, sendo a mais significativa, o espaço dedicado a Fazenda Cumbica. Em um dado curioso, mas de importante representatividade à nossa análise, Ranali (1986, p. 79) ao expor um assassinato no município contribui para reforçar nossa argumentação em torno do interesse dos paulistanos em manter propriedades no município de Guarulhos.

24-8-1919: Um crime que abalou São Paulo é cometido na estrada de Bom Sucesso. Pelas 12,00 horas desse dia, um domingo, o coronel Abílio Soares, de charrete, dirigida pelo fiel empregado José Felix, deixava a **Fazenda Cumbica, uma dentre várias que possuía em Guarulhos**, para retornar à Capital, com o embarque, em Guarulhos, no trem das 13,00 horas, da Cantareira como fazia, habitualmente, todas as semanas. Numa elevação do caminho recebeu, de emboscada, um tiro de espingarda que atingiu-lhe o rosto, o pescoço e o peito, vindo a falecer sem receber socorros. (RANALI, 1986, p.79)
- Grifo nosso.

A citação remonta para a existência de grandes propriedades na espacialidade de Guarulhos sob domínio de moradores da cidade de São Paulo. Do episódio dois fatos são de relativa importância em nossa análise: a primeira corrobora para o fato da espacialidade de Guarulhos interessar ao processo de acumulação fundiária; a segunda diz respeito ao processo de expansão urbana da capital em direção a Guarulhos, com a destinação da Fazenda Cumbica à implantação do aeroporto internacional de São Paulo – Cumbica¹¹.

¹¹ A fazenda Cumbica primeiramente foi destinada a Base Área de São Paulo (BASP) inaugurada em 1945. No final da década de 1970 a área incorporou a construção de um aeroporto internacional, inaugurado em 1985 com a denominação de Aeroporto Internacional de São Paulo – Cumbica. Durante algum tempo, a espacialidade de Guarulhos pareceu na definir sua territorialidade aos limites do

Portanto, os Termos de contrato de Aforamento como regulamentação da Lei de Terras serviu necessariamente para impor restrições à população pobre ao acesso a terra, por outro lado, exerceu a finalidade maior da reprodução do capital ao proporcionar recursos de monopolização da terra, que conseqüentemente, foram elementos substanciais para a extração da renda da terra com o movimento de urbanização. O município de Guarulhos apresenta assim, especificidades determinantes para o processo de mercantilização da terra, na promoção da mercadoria fundamental à reprodução da classe operária urbana, a moradia na periferia.

Em conseqüência dos processos que legitimaram o parcelamento do solo como elemento de constituição dos loteamentos urbanos, a dimensão “lote” passa a configurar na espacialidade do município, conformando o trataremos a seguir como periferia urbana de Guarulhos. Nossa discussão em torno da periferia aproxima-se do sentido espacial enquanto uso do espaço pelo trabalhador urbano, que dentre outros elementos necessários a sua reprodução tem na moradia um aspecto determinante a sua condição de vida, não só como “abrigo”, mas como espaço de confluências entre o cultural e o urbano. Nesse pressuposto abarca diversas dinâmicas sociais que determinam o espaço construído com o vivido, capaz de relacionar na produção da paisagem todas as suas inflexões.

aeroporto, como se o equipamento aeroportuário estive em uma extensão da capital, numa visível fragmentação espacial em plena periferia do município.

1.3- Um conceito de periferia urbana

O conceito de periferia é um dado extremamente “*novo*” e concerne aos preceitos da industrialização¹². A periferia denominada como um espaço de concentração da pobreza e *locus* de reprodução da população operária, evidenciou-se como uma espacialidade de grande importância para a apreensão dos múltiplos conceitos sociais impregnados no espaço urbano.

Buscar uma definição precisa para o conceito de periferia não é uma tarefa simples, mesmo porque, de alguma forma outros pesquisadores já o fizeram. “A noção de periferia, no entanto, largamente utilizada com sentido distintos pelos estudiosos do urbano, exige uma definição mais precisa (...)”. (BONDUKI; ROLNIK, 1982, p.118)

Algumas dessas definições acabaram por reproduzirem ambigüidades em torno da definição de espaço periférico. A periferia é uma paisagem em constante transformação, um espaço em metamorfose. Como espaço em transformação, várias periferias se expressam cada uma com suas especificidades, produzindo formas de reprodução díspares uma das outras.

(...) não existe uma única periferia uniforme, mas muitas, com características diferentes, pois mesmo dentre os territórios da cidade mal servidos, há uma graduação e uma hierarquização muito grande, desde o que não tem ruas até o que tem água e não asfalto, etc., nas mais diversas localizações. (BONDUKI; ROLNIK, 1982, p.148)

As especificidades locais são representativas na caracterização do espaço periférico aclarando para as diferenças de um espaço a outro. As condições geográficas, formas de ocupação, relação entre sociedade e espaço, são elementos que diferem uma periferia de outra. Para Nabil Bonduki e Raquel Rolnik (1982) o espaço periférico é entendido da seguinte forma:

¹² Entendemos que o termo “*periferia*” seja uma conformação espacial relativamente nova, mediante ao seu aparecimento com a intensificação do processo de industrialização dos grandes centros urbanos. Precedido pelo amplo processo de concentração populacional tão somente a partir da década de 1970, o município de Guarulhos não apresentava um adensamento populacional nas localidades que hoje são denominadas como periferia. Nesse aspecto, o termo periferia ainda teve atrelado aos subúrbios a sua definição como espaço industrial e *lôcus* de moradia da classe operária, estabelecendo-se como reprodução do espaço urbano a partir da década de 1990.

“Preferimos definir periferia como “as parcelas do território da cidade que têm baixa renda diferencial”, pois, assim, este conceito ganha maior precisão e vincula, concreta e objetivamente, a ocupação do território urbano à estratificação social.” (BONDUK; ROLNIK, 1982, p. 147)

Definiremos periferia como espaço de vivência da população operária que busca por meio da superação estimular a reprodução do espaço urbano de acordo com suas práticas cotidianas. Na periferia, o espaço urbano produz simbolismos que contribuem para que as práticas sociais se realizem quase que exclusivamente no próprio bairro (na periferia). A mobilidade concentra-se entre uma periferia a outra, caracterizado por uma espacialização sociocultural determinada pela utilização dos espaços, produzindo novas territorialidades.

Ao definirmos periferia como a determinação de uma nova “*territorialidade urbana*”, não estamos apenas relacionando a um espaço ocupado, mas sim, ao surgimento de um sistema de valores que consolidam a periferia. É na periferia que podemos observar a extrema utilização do solo em sua caracterização mais precisa, ou seja, o espaço é realmente vivido, suas dimensões afetivas são caracterizadas por meio de uma apropriação, um espaço com valor cultural de vida¹³. Em relação ao conceito de territorialidade que empregamos ao processo de periferização, buscamos orientação na definição de Raffestin para sustentar nossa hipótese.

(...) a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. (RAFFESTIN, 1993, p.158)

A periferia não é uma mera ocupação ou um simples aglomerado de habitações populares, mas uma representação de vários objetos sociais que se sobrepõem em meio as suas representações. É onde regras são impostas por circunstâncias estabelecidas pela própria coletividade, um simbolismo do vivido. Ainda nos valendo de Raffestin, “a territorialidade se inscreve no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas”.

¹³ Na periferia, as ruas dos bairros são transformadas em playground para as crianças, as quadras alimentam a possibilidade de lazer dos adolescentes da periferia. O comércio de porta em porta é amplo, e uma prática comum nas áreas afastadas do centro urbano.

Como uma nova territorialidade urbana, a periferização no município de Guarulhos surgiu determinada pela especialização do território e principalmente pelos loteamentos periféricos instalados nos limites da zona leste na segunda metade do século XX. Embora seja um espaço de preponderância da população operária, a periferia é uma localidade destinada à acumulação do capital, pois a falta de uma estrutura urbana faz com que os serviços se reproduzam com um custo muito maior, além disso, ao contrário do que parece, o espaço periférico é amplamente vulnerável aos interesses do capital, podendo ao seu critério alterar as estruturas do espaço urbano. Amélia Luisa Damiani relata com precisão que:

É preciso abrigar a idéia de quão estruturais são as mudanças espaciais, movidas pela economia vigente, e o quanto atravessam a vida, especialmente, daqueles que moram em lugares ainda a explorar: todas as áreas pobres são, potencialmente, novos espaços para a valorização do capital. Elas, do ponto de vista dos habitantes parecem ter usos consolidados e a casa conquistada define-se como patrimônio inclusive a mobilizar, comercializando-a, como forma possível de sobrevivência; mas, do ponto de vista das estratégias de produção do espaço, são zonas vulneráveis. (DAMIANI, 2004, p. 41)

Desvendar o que Damiani denominou como *urbanização crítica*, corrobora fundamentalmente aos propósitos que apresentamos em torno da definição do espaço periférico, que por meio de um planejamento urbano fundamentado na fragmentação sócioespacial, a inclusão subalterna na espacialidade urbana direciona os fomentos de uma “*urbanização crítica*” do espaço urbano. De certo modo, o processo de periferização ocorrido nos principais municípios da Grande São Paulo, com total singularidade a Guarulhos, deu-se por conta de uma construção social, sobretudo, determinada pela reprodução do capital na conformação do espaço intra-urbano. Nesse sentido Castells argumenta:

Qualquer que seja a perspectiva teórica que adotemos, deveremos aceitar que todo espaço é constituído e que por conseguinte, a não-delimitação teórica do espaço tratado (por exemplo, chamando-o de espaço urbano ou espaço de troca, etc.) faz com que o relacionemos a uma divisão culturalmente prescrita (e portanto ideológica). (CASTELLS, 1983, p. 285)

A periferia como um espaço construído e determinado pelo capital, está condicionada aos elementos de sua reprodução à medida que os trabalhadores urbanos em busca de áreas propícias a sua sobrevivência, desenvolvem uma

relação entre sociedade-espço, responsáveis pelo movimento de periferização. Para nos, a determinação do capital apresenta-se na reprodução da periferia em sua porção Leste¹⁴ do município de Guarulhos, que na relação sociedade-espço mantêm os recursos inerentes a reprodução do capital. Nesse sentido, acreditamos na reprodução da periferia como elemento fundamental a composição do capital, que ao controlar o espaço assegura as condições necessárias a sua reprodução.

1.4- Espaço estratégico: periferização e industrialização no município de Guarulhos

O início do século XX é marcado por intensas alterações na estrutura urbana das principais cidades do Brasil, em especial no sudeste. A crescente urbanização da cidade de São Paulo e também nos municípios situados nos arredores da capital são reflexos diretos do processo de industrialização, essencialmente no planalto.

As bases do processo de industrialização estão engendradas ao cultivo do café que contribuiu para estruturação econômica e urbana da capital. No entanto, outros elementos foram significativos para que a industrialização pudesse efetivamente prosperar no sudeste¹⁵. Pasquale Petrone (1958) considera os conflitos mundiais ocorridos na primeira metade do século XX, como elementos determinantes para o crescimento da industrialização na capital.

(...) nos últimos 50 anos, importantes acontecimentos mundiais vieram repercutir extraordinariamente sobre a Capital paulista, fazendo com que nela surgisse seu grande parque industrial: a primeira Grande Guerra (1914-18), a crise econômica decorrente do “crack” de 1929 e a última conflagração mundial (1939-45). (PETRONE, 1958, p.102)

¹⁴ Ver imagens de satélite do Distrito Jardim São João.

¹⁵ A política brasileira é impulsionada no período do Estado Novo (1937-45), período em que Getúlio Vargas desenvolve uma estruturação que permite direcionar metas para a formação de um quadro de industrialização ao território brasileiro, deixando de ser uma economia unicamente agroexportadora e possibilitando uma transição ao urbano-industrial. “O Brasil teria passado pela transição de uma sociedade agrária que se transforma numa sociedade urbano-industrial”. (WEFFORT, 2004, p.170)

É possível notarmos que o auge da industrialização no Brasil ocorreu no pós-guerra, alavancado eminentemente pela política desenvolvimentista de Vargas. No entanto, compreender a introdução da indústria na espacialidade de Guarulhos, pressupõe uma investigação coesa em torno da industrialização na capital paulista, em razão do município ser o principal indutor da concentração industrial no planalto.

Não podemos deixar de considerar as especificidades locais que determinaram o desenvolvimento da industrialização no município de Guarulhos. João Ranali em um dos levantamentos historiográficos sobre Guarulhos nos apresentou números de 1933 que demonstram um município com características bastante modestas, mas, com reflexos de um crescimento iminente:

(...) 12.000 habitantes; 300 veículos a motor; não tem bondes; 450 veículos de outras espécies; 32 aparelhos telefônicos; 93 lâmpadas de iluminação pública; 184 consumidores de luz e força; 1.308 prédios; 1.392 poços para abastecimento de água; 17 escolas primárias com 915 alunos matriculados; 1 cerâmica como principal indústria; 5 fábricas dando ocupação para 185 operários; 6 fazendas para o cultivo de cereais, com produção anual de 858.220 quilos. (RANALI, 186, p.111)

Conforme os levantamentos produzidos por Ranali (1986), a atividade industrial em Guarulhos ainda buscava o seu crescimento no decorrer da década de 1930 à 1940. A Companhia Agrícola e Industrial de Guarulhos ou simplesmente, cerâmica Paulista, foi a primeira indústria mecanizada do gênero e, também, contribuiu para que o prolongamento do ramal Tramway da Cantareira¹⁶ chegasse até o município. Com a inauguração da linha do trem da Cantareira, a cerâmica Paulista tornou-se uma importante fornecedora de materiais destinados a urbanização da capital. Para corroborar com nossa argumentação, buscamos nos estudos de Silvio Ribeiro (2006, p.96), a seguinte narrativa.

¹⁶ O surgimento da estrada da Estrada de Ferro Cia Tramway da Cantareira que posteriormente levaria o ramal Guarulhos, surgiu da grande necessidade do transporte de materiais até a serra da Cantareira, para que se pudesse construir o reservatório de captação e armazenamento de água potável para garantir o abastecimento da capital de São Paulo. O ramal Guarulhos iniciou sua circulação no município em 1915 encerrando suas operações em 1965

Passou então a produzir grandes quantidades de tijolos e telhas, que com o prolongamento do ramal, pelos trens eram transportados para a capital, onde serviam para a construção da Catedral da Sé, Santa Casa de Misericórdia, Pinacoteca, Palácio da Indústria, Museu do Ipiranga e outras construções importantes. (RIBEIRO, 2006, p.96)

A produção de tijolos teve uma substancial importância à economia do município, favorecida pela necessidade de abastecimento interno e também ao mercado em expansão da capital paulista. Silvio Ribeiro (2006) ao citar a importância da ferrovia ao município de Guarulhos aponta para questões que nos permite avaliar o nível de industrialização do município no início do século XX.

(...) um dos motivos principais da criação da Estrada de Ferro Ramal de Guarulhos, foi o da necessidade do escoamento de produtos desse município, como cerâmicas, produtos de olarias e de hortifrutigranjeiros, pois Guarulhos nesses tempos da criação do ramal era um grande produtor destes últimos, de tal sorte que se configurou em um dos mais importantes centros de abastecimento do mercado central da capital, principalmente pelo grande desenvolvimento causado pela instalação, no município, dos imigrantes portugueses, japoneses, italianos e libaneses. (RIBEIRO, 2006, p.176)

Nota-se que a economia do município não se caracterizava pela industrialização. Apesar da existência de algumas indústrias em sua espacialidade, o que realmente garantia a economia guarulhense vinha das olarias e da produção agrícola. Outra atividade que representou o crescimento econômico da capital foi a extração de areia. Sobre essa atividade, Elói Pietá ao destacar as relações sócio-espaciais e econômicas no município, apontou com relativa ênfase a produção hortifrutigranjeira e a presença dos portos de extração de areia como principais elementos constitutivos da economia local.

Houve uma época, quando se abriram as nossas fronteiras à imigração, em que as propriedades rurais eram ocupadas em sua maioria por italianos. Avolumou-se o cultivo de uva, do fumo, do trigo, e depois, com a vinda dos portugueses, a horticultura e pomicultura ganharam destaque. Com a queda da produção agrícola e pela perda de duas porções de nosso território – Penha de França, que passou a pertencer à Capital, e Juquery, que se constituiu em município, Guarulhos desenvolveu uma nova atividade, o extrativismo e produção de areia e carvão. (PIETÁ, 1992, p.32)

A citação aponta para a importância da atividade extrativista no município com a extração de areia, mas, também, a grande concentração de imigrantes na espacialidade do município. O processo de imigração européia

deu-se com a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre nas lavouras de café. Um grande número de imigrantes desembarcou na capital paulista e distribuíram em diversos espaços do planalto, principalmente nas fazendas de café. No caso específico de Guarulhos, muitos deles vieram para o município já como proprietários, uma vez que “o colono deveria ser primeiramente um trabalhador da fazenda para tornar-se independente, somente após certo período de trabalho para terceiros, o seu trajeto seria empregado primeiro, e de autônomo ou, até, patrão depois” (MARTINS, 1998, p.129).

A representatividade dos imigrantes italianos no município de Guarulhos tornou-se importante para a compreensão econômica e espacial do município. No início do século XX os italianos representavam 50% das propriedades rurais do município, sendo que, a população total era de 6000 habitantes (RANALI, 1986, p.88).

O município guarulhense dispunha de áreas extensas e propícias a atividade agrícola, um atrativo considerável ao trabalhador imigrante, uma vez, que o motivo que os fizeram vir para o Brasil foi justamente a promessa de possibilidade de acesso à terra¹⁷. A industrialização do município de certo modo, ocorreu em oposição aos determinantes apontados ao processo da capital, pelo simples fato de não haver em Guarulhos nenhuma grande lavoura de café que pudesse justificar a inversão de investimentos em outras atividades.

Como subúrbio da capital paulista, Guarulhos desenvolvia atividades econômicas voltadas ao mercado do próprio planalto, principalmente, em função do abastecimento da cidade de São Paulo. O setor agrícola destacou-se como um exemplo importante na produção das relações comerciais que sustentaram a economia guarulhense. A agricultura era direcionada quase que exclusivamente ao mercado paulista, ou seja, ao consumo da capital.

¹⁷ A substituição do trabalho escravo pelo imigrante, que serviu antes de tudo, a uma nova concepção de ideologia de capital-trabalho, marcando a introdução do trabalhador livre. No entanto a transição do trabalho escravo ao trabalho livre não resultou no surgimento do proletariado, mas sim, numa outra categoria de trabalhador. “A extinção da escravidão não produziu o proletário da fábrica. Produziu antes, a categoria ambígua do trabalhador livre”. (MARTINS, 1992, p. 179)

A principal característica da lavoura municipal era de abastecer a cidade de São Paulo. Os dados do poder público local para o período assinalaram que a produção da lavoura municipal constituía-se de verduras, legumes e frutas, cuja finalidade fundamental era o provimento “não só do mercado da capital, como de suas feiras-livres. (SANTOS, 2006, p.103)

Com certa redundância, apontamos que o consumo interno também se constituía como uma necessidade, no entanto, a cultura agrícola justificar-se-ia em sua grandeza ao abastecimento da capital, o que demonstra as inter-relações econômicas exercidas entre São Paulo e Guarulhos. Consideravelmente, a atividade agrícola de Guarulhos não possuiu características que predominassem na economia agro-exportadora, como em outras espacialidades do planalto que tiveram o café como a principal cultura agrícola entre fins do século XIX e início do XX.

Nossa posição consiste na preponderância de alterações internas que organizaram novas formas de produção, sendo que, num segundo momento, o processo de industrialização decorreu da espacialização da capital paulista para o município de Guarulhos. Nesse ponto é incorreto relacionarmos a industrialização do município ao binômio café-indústria. Mesmo para o caso específico da industrialização na capital paulista, José de Souza Martins nos alerta para a necessidade de aprofundamento em torno das raízes do processo industrial, afirmando que:

(...) a indústria brasileira não surgiu no próprio corpo das relações imediatamente produzidas pelo comércio de produtos coloniais, como o café, mas sim nos interstícios dessas relações, *à margem e contra* o circuito de trocas estabelecido pelos importadores. (MARTINS, 1998, p.106) – Grifo do autor

A afirmativa de José de Souza Martins é esclarecedora, pois aponta para a necessidade de uma investigação sobre os interstícios das relações sociais e econômicas existentes em cada localidade em que se propôs o movimento de industrialização. No caso guarulhense, as transformações decorrentes ao acelerado processo de urbanização da capital e tendo a cidade de São Paulo como um grande mercado consumidor de matérias-primas, principalmente, de elementos para a construção civil, contribuiu para que o

município destinasse sua produção em torno das necessidades da capital¹⁸. A territorialidade do espaço guarulhense conformou-se em um grande número de olarias e portos de extração de areia, todos destinados a atender em grande parte, a sede da capital paulista. “Com a produção voltada para São Paulo, essa indústria primária produzia tijolos, telhas, cerâmicas e extraía areia, pedregulho, cal, madeira e lenha” (SANTOS, 2006, p.106).

A preponderância de atividades denominadas primárias na espacialidade de Guarulhos nos leva a compreender que o município estava intimamente relacionado ao crescimento da capital paulista e que sua base econômica constituía-se relativamente em função das relações comerciais estabelecidas com a capital paulista. Apesar da grande concentração de atividades primárias, já encontrávamos indústrias instaladas no município. Além disso, vale ressaltar que em 1913 é aprovada pela câmara do município a Lei nº 14 concedendo a empresa Light Power a execução de serviços de iluminação pública por um período de trinta anos (RANALI, 1986, p.68).

A indústria têxtil foi uma das primeiras atividades industriais a se instalarem no município, como a Tecelagem Carbonell. No entanto, em 1923 já havia em Guarulhos a presença da indústria metalúrgica, que nos anos seguintes cresceriam em números expressivos.

31-12-1923: Instala-se, à rua Professor Ferreira Paulino, 246, a fabricante de metais sanitários Metalúrgica Ibérica S.A.

2-4-1925: Criada pelos irmãos Hilário e Henrique Carbonell, inicia suas atividades, à Rua Força Pública, 292, a Carbonell Fiação e Tecelagem S.A. Com 160 operários, fabrica tecidos de algodão, lonas para tapeçaria e calçados.

(Dados organizados para essa pesquisa a partir de Ranali, 1986, vol 1 e 2).

No decorrer da primeira metade do século XX, o município intensificaria sua vocação ao processo de industrialização, com a elaboração de projetos beneficiando a instalação de empresas na espacialidade do município. A Lei nº20 de 24 de março de 1937 isentou de todos os tributos municipais, as

¹⁸ Essa argumentação nos leva a formulação de que a estrutura econômica do município de Guarulhos transitou de acordo com as exigências da capital, sobretudo com o processo de urbanização, em que a necessidade por materiais de construção tornou acelerada. Contudo, as especificidades do município eram determinar ciclos de relativa importância, mas, direcionadas sobre influência da capital.

indústrias que se instalassem até o mês de julho do mesmo ano. Logo em 1938, importantes indústrias começaram a se instalar no município, com especial destaque as empresas metalúrgicas.

11-3-1938: Fundada sob a razão social Norton Meyer S.A com capital de 10 contos de reis.

1-4-1938: A Harlo do Brasil In e Com. S.A para o fabrico de máquinas operatrizes e elevadores de carga, instala-se à rua João Casimiro Costa, 50 (RANALI, 1986, p.115)

Outro dado de significativa relevância para a consolidação da espacialização da indústria no planalto ocorreu com a reorganização política do Estado brasileiro. A política do Estado Novo presidida por Vargas visou essencialmente à formação de um Estado moderno, com reformulações no plano político, econômico e social. Foram alterações que estimularam o incentivo em investimento em outras áreas que não unicamente no setor agrícola, que diante da conjuntura do *Estado Novo* e da forte liderança de Vargas, puderam levar adiante a proposta desenvolvimentista de um Estado moderno. Sobre as características políticas, Francisco Weffort conclui:

O Estado brasileiro, como Estado moderno, isto é, como Estado nacional, passa a existir depois de 1930. O tipo de organização de Estado que nós tínhamos no Brasil antes de 1930 – a organização federativa da República Velha – era ainda um Estado de tipo patrimonialista, oligárquico. (WEFFORT, 2004, p.158)

As implantações políticas do Estado Novo conduziram o processo de modernização do país, a um lugar de extrema primazia na agenda nacional. Getúlio Vargas conseguiu a consolidação do projeto desenvolvimentista com a obtenção dos recursos necessários na forma de empréstimos para a implantação da indústria pesada¹⁹. O que “resultou da notável iniciativa que foi a criação da Companhia Siderúrgica Nacional, em 1941, pouco depois seguida pela criação da Companhia Vale do Rio Doce, em 1942” (IGLÉSIA, 2004, p.77).

¹⁹ Barjas Negri considera o período de 1955-1967 como sendo a primeira fase da industrialização pesada, responsável pela introdução da indústria metal-mecânica e sua concentração em São Paulo. “(...) um novo padrão de acumulação, que demarca uma nova fase, e as características da expansão delineiam um processo de industrialização pesada, porque este tipo de desenvolvimento implicou um crescimento acelerado da capacidade produtiva do setor de bens de produção e do setor de bens duráveis de consumo antes de qualquer expansão previsível de seus mercados”. (NEGRI, 1996, p.101)

A partir de então o capital internacional passou a concentrar no território brasileiro um grande volume de recursos, o que ficou denominado como processo de “*substituição de importações*”. São Paulo tornou-se logo um dos principais pólos de centralização industrial, com a instalação de importantes empresas multinacionais em sua espacialidade. Pasquale Petrone ao relacionar os fatores que consagraram a cidade de São Paulo como principal núcleo da industrialização, classificou os seguintes elementos: “facilidade de obtenção de energia; existência de um mercado consumidor interno; afluxo de capitais; mão-de-obra operária; existência de um mercado fornecedor de matérias-primas; rede de transportes” (PETRONE, 1958, p.102)

Com o crescimento da indústria na capital, o município de Guarulhos caracterizou-se como um espaço estratégico para acomodar a crescente industrialização do planalto. Em 1946 é implantado em Cumbica o loteamento industrial “*Cidade Satélite Industrial de Cumbica*” (Figura 4).

Anteriormente ao loteamento “Cidade Satélite Industrial” instalou-se nas terras da Fazenda Cumbica a Base Aérea de São Paulo – BASP, que se transferiu do campo de Marte para Guarulhos. “Localizada em Cumbica e de propriedade do Ministério da Aeronáutica a Base foi estrategicamente construída próxima de onde já se iniciavam as obras da Dutra (...)”. (SANTOS, 2006, p.147). Notamos que a espacialidade do município contemplava intencionalidades muito mais amplas do que as já implantadas até o exato momento. A necessidade do estabelecimento de um eixo de circulação que pudesse viabilizar a ligação entre os dois maiores centros econômica do país, São Paulo - Rio de Janeiro viabilizou a estratégia de pontos propícios à industrialização e a circulação de produtos. Nesse sentido, o loteamento “*Cidade Satélite Industrial de Cumbica*” surge como um plano estratégico engendrado no âmbito de políticas regionalizantes, ou nas palavras de Aroldo Azevedo (1945, p.30), como “*núcleos satélites*”.

Tais passagens, sem obstáculos de monta, foram muito bem aproveitadas pelo homem, que nelas construiu suas estradas de ferro e de rodagem, atraindo o povoamento e prolongando a influência da metrópole. Isto explica que para leste como para oeste a zona suburbana estenda-se num raio de 25 a 30 km, penetrando nos municípios vizinhos (...). Nessa direção, a expansão paulistana pode ser considerada ilimitada e, com o tempo, não nos deveremos

admirar de que muitas das cidades que hoje ali existem sejam transformadas em *núcleos satélites* e, sem dúvida, incluídas na categoria de subúrbios de São Paulo. (AZEVEDO, 1945, p.30) – Grifo nosso.

O crescimento urbano vivenciado na capital e a aceleração do processo de industrialização, foram responsáveis pela organização de um planejamento voltado a atender as necessidades da metrópole em expansão, como bem relatou Aroldo Azevedo (1945) a espacialização da capital em direção aos municípios vizinhos determinaria a conformação dos subúrbios paulistas. O município de Guarulhos caracterizou-se como um dos subúrbios paulistas que desenvolvia atividade agrícola em favor do abastecimento da cidade de São Paulo. Os subúrbios dar-se-iam como espacialidades rurais determinadas eminentemente por vínculos com a cidade, seja, como fornecedores de produtos, mão de obra ou simplesmente nas relações de troca centralizados nas cidades. Assim:

“(...) é isso que define o subúrbio durante largo tempo: um aglomerado rural cuja população tinha vínculos cotidianos com a cidade e que, em consequência organizava sua inteligência das condições de vida segundo um modo de pensar tendencialmente urbano”. (MARTINS, 1992, p. 195)

Na assertiva de Martins (1992) ao definir o que evidentemente seriam os subúrbios, acreditamos que o município de Guarulhos atendeu rigorosamente as características do conceito. Aroldo Azevedo aproximou-se da distinção de subúrbio da seguinte maneira:

O conceito vulgar da palavra subúrbio corresponde ao de “arrabalde ou vizinha de uma cidade ou de qualquer povoação”, o que, em princípio satisfaz e aproxima-se do conceito geográfico. (AZEVEDO, 1945, p.29-30)

A intensificação do processo de industrialização mediante a conjuntura política do cenário brasileiro e também pelas mudanças na ordem mundial, desencadearam aos subúrbios outra função, a de espaço industrializado. A singularidade existente entre subúrbio e cidade ganhou maior rigidez em suas relações, levando para a espacialidade rural os reflexos da urbanização. Deste modo:

“(...) a cidade começa a deixar de ser apêndice do campo e o campo começa a se tornar apêndice da cidade. É o momento do surgimento e difusão da noção de subúrbio (...)”. (MARTINS, 2001, p. 42)

Com o movimento de expansão das atividades urbanas para as espacialidades rurais, os subúrbios que anteriormente caracterizavam-se como espaço de atividade rural e em menor escala a moradia da mão de obra urbana, determinar-se-ia como espaços de deslocamento das atividades urbanas, eminentemente, a indústria. Nesse aspecto as fábricas e residências conformaram o espaço suburbano que em decorrência do baixo preço da terra espraíram-se rapidamente em forma de habitação ou como pólo industrial.

O loteamento Cidade Industrial Satélite em Guarulhos é um exemplo importante que embasar nossa percepção enquanto ocupação das áreas rurais com o direcionamento/deslocamento das atividades industriais para novas espacialidades. Portanto, como subúrbio da capital paulista o município de Guarulhos passou a concentrar o ordenamento da industrialização nas espacialidades de antigas fazendas e chácaras, reproduzindo novas formas espaciais. Desta maneira, a conformação da periferia guarulhense define-se estritamente com a intensificação da periferia paulistana uma vez que as redes técnicas imbricadas a grandes eixos de circulação (rodovias), e, conseqüentemente, a fixação das indústrias aos arredores das rodovias, concedeu a Guarulhos meios para materializar-se como um espaço privilegiado a reprodução do capital. Desta maneira a ressalva de Sachs faz sentido ao destacar:

A expansão da cidade se efetua, atualmente, segundo um eixo leste-oeste, com forte tendência para o leste: o eixo São Paulo – Rio atrai numerosas indústrias, em torno das quais vão surgindo bairros populares. (SACHS, 1999, p. 48)

A afirmação de Sachs encontra sustentação com a ocupação da espacialidade guarulhense nas áreas de predominância agrícola, que cederam lugar aos galpões industriais e em grande volume, ao processo de parcelamento da terra em lotes caracterizados como urbanos e oferecidos aos operários das indústrias, conformando nos bairros periféricos do município em torno da rodovia Presidente Dutra.

Figura 4: Loteamento Cidade Industrial Satélite

Fonte: Laboratório de Geoprocessamento da Universidade de Guarulhos – UNG.

O município de Guarulhos constituiu-se como “lugar” de extrema grandeza ao desenvolvimento da metrópole paulistana, porém, com seu desenvolvimento imbricado com o da capital. As transformações ocorreram evidentemente com o intenso processo de especialização do espaço urbano

guarulhense, estabelecendo novas funções ao município, estrategicamente, direcionadas pela fluidez da circulação com as rodovias presidente Dutra, Fernão Dias e posteriormente, Ayrton Senna. Ainda com relação à questão estratégica da espacialidade de Guarulhos, soma-se o desenvolvimento de um plano “*Geopolítico de Modernização Tecnológica*” que teve na criação de um parque tecnológico no vale do Paraíba, o desenvolvimento de um sistema integrado de relações que visaram o estabelecimento de um projeto geopolítico de estratégia militar.

É nessa porção do território nacional que se configura espacialmente a intencionalidade da constituição de um complexo industrial-militar onde se explica o reconhecimento de que o controle sobre o vetor científico-tecnológico é elemento fundamental da “segurança nacional”. (...) “indústrias de base” como fator de segurança nacional para o reconhecimento do controle sobre o vetor científico-tecnológico como condição de passagem de iniciativas mais ou menos isoladas, e independentes do arcabouço jurídico-institucional de fomento, característicos da década de 1950, tais como a implantação do CTA (na época, Centro Tecnológico da Aeronáutica) e do CNPq (na época Conselho Nacional de Pesquisas) para a constituição plasmada na década de 1970, de um complexo “Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico-Tecnológico”. (BECKER; EGLER, 1989, p.3)

A rodovia Dutra como fluxo de circulação de maior representação, teve a função de estabelecer a inter-relação entre os centros fornecedores de insumos e, estrategicamente, a ligação entre os principais pólos de comercialização do país.

(...) a proximidade à Grande São Paulo torna-se uma condição crucial da estratégia locacional do novo projeto que valoriza, particularmente, o trecho paulista do Vale. A localização na borda da metrópole paulista, por um lado garante o suprimento de insumos da indústria convencional para a indústria bélica e o acesso aos serviços e mercado de mão de obra que operam na Grande São Paulo. (BECKER; EGLER, 1989, p.5)

As instalações da Base Aérea de São Paulo, o planejamento do loteamento *Cidade Industrial Satélite* e a inauguração em 19 de janeiro de 1951 da rodovia Dutra, consolidou a formação de um corredor estrategicamente concebido ao plano desenvolvimentista da política brasileira, integrando urbanização-industrialização e a intencionalidade de um projeto *Geopolítico de*

*Modernização Tecnológica*²⁰. Ao longo da Dutra um extenso corredor se formou com a instalação de grandes empresas, principalmente, as multinacionais.

Steola Indústria de peças para Automóveis – 30/06/1950
 Microlit S/A – Pilhas Secas e Baterias (Ray o Vac) – 31/07/1951
 Cindumel Indústrias de Metais Laminados – 03/02/1953
 Asea Elétrica – 03/11/1955
 Olivetti do Brasil – 01/06/1956
 Nec do Brasil Comunicação e Telefonia – 26/11/1968
 Magestic Indústria e Comércio Plástico – 12/12/1968
 (Dados organizados para essa pesquisa a partir de Ranali, 1986, vol 1 e 2).

Além do favorecimento da rodovia Dutra como elemento de circulação, outros fatores colaboram para uma maior concentração das indústrias em Guarulhos. Buscando atrair novos investimentos, a administração municipal criou novos dispositivos facilitando a instalação de novas empresas no município.

A lei nº 170 (04/10/1951) isenta de impostos as indústrias que se instalarem em Guarulhos até 31/12/1952 pelo prazo de 3 a 6 anos, conforme o capital registrado e escalonado na referida lei.
 A lei nº 502 (21/12/1957) isenta por 3 e até 15 anos, conforme o capital registrado de todos os impostos municipais, indústrias que se instalarem no município até 31/12/1958. Esse prazo foi prorrogado até 31/12/1960 pela lei nº 551/58. (RANALI, 1986, p.148, vol.1)

A rodovia presidente Dutra não serviu somente à reprodução ampliada do capital, mas também, à população operária. Seguindo o caminho das indústrias e a procura de ocupação aos novos postos de trabalho, o crescimento demográfico ascendeu para uma necessidade básica da força de trabalho, um *lugar* de moradia. Entre as décadas de 1970 e 1980, o crescimento migratório no município alcançou números expressivos, determinando também, a expansão do espaço urbano do município.

É justamente no início da década 1970 que os municípios em industrialização começaram a crescer em todos os sentidos, com construção de grandes avenidas e a expansão de seu perímetro urbano. Os índices demográficos elevaram-se consideravelmente, em grande parte, pela alta do

²⁰ Centro Tecnológico da Aeronáutica (CTA) em São Jose dos Campos, transformado em 1971 em Centro Técnico Aeroespacial; Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA); EMBRAER empresa gestada pelo IPD (Instituto de Pesquisas e Desenvolvimento); AVIBRÁS empresa nacional privada; ÓRBITA empresa estatal.

fluxo migratório. Entre as décadas de 1970 e 1980 a população do município de Guarulhos cresceu a 8,4% no período de uma década (Tabela 1).

Tabela 1- Guarulhos: Crescimento demográfico

Guarulhos	Período - Década		
Taxa de crescimento demográfico	1970/1980	1980/1991	1991/2000
	8,4 %	3,6 %	3,5%
População Total	236.811 / 532.726	787.866	1.072.717

Fonte: Fundação SEADE, 1992 – PMG

Parte desse crescimento populacional deveu-se essencialmente a presença de grupos migratórios de diversas partes do Brasil, que em virtude do aquecimento industrial na espacialidade do município de Guarulhos, tornou-se um pólo de atração aos operários recém chegados de outras localidades.

No decorrer da década de 1970, período de intensificação das instalações das plantas industriais no município, a taxa de crescimento da população por migração, superou o crescimento vegetativo em mais de 50% do incremento total. A medida que a espacialização do espaço urbano guarulhense sofre intensificações mediante a transferência de grandes grupos industriais ao município, o número de habitantes tende a acompanhar ao crescimento do setor industrial. O interesse do capital em promover o incentivo para o processo de migração de outras partes do estado para os centros urbanos dar-se em razão da necessidade de constituição de uma mão de obra abundante, como possibilidade de reduzir a composição dos salários.

Tabela 2 - Guarulhos Incremento Demográfico por Crescimento Vegetativo e Migratório entre 1970 e 2000

PERÍODO	Vegetativo	Migração
1970/1980	32,49%	67,51%
1980/1991	68,83%	31,17%
1991/2000	56,58%	43,52%

Fonte: Fundação SEADE, 1992 – PMG

O fluxo migratório que ganhou força a partir de 1970 foi um dos fatores da elevação do crescimento demográfico, que contribuiu ainda, para o processo de periferização no município, principalmente, em razão da necessidade de constituir um *lugar* propício à reprodução da força de trabalho. Com isso, as áreas denominadas como rurais foram incorporadas ao plano de urbanização, o que se convencionou como “*padrão periférico de crescimento*”. (BONDUKI, 1998; KOWARICK ; ANT, 1994).

“A massa trabalhadora urbana vai, no entanto, se assentando principalmente nas periferias das cidades, que é onde sua baixa capacidade aquisitiva lhe permite pagar o aluguel ou comprar seu terreno”. (CAMPOS FILHOS, 1999, p.35)

A habitação, uma necessidade fundamental ao processo de reprodução da força de trabalho, e também, requisito básico para a reprodução do capital, tornou-se uma preocupação eminentemente da classe operária. Isso porque o desenvolvimentismo industrial mobilizou de maneira exacerbada a formação de centros urbanos com o objetivo de manter mão de obra operária excedente apenas para a manutenção dos novos postos de trabalho, o que Marx definiu muito bem como “exército de reserva. Deste modo, os interesses do capital não privilegiaram a produção de espaços urbanos dedicados a acomodar a população operária que em sua maioria deixava o campo em busca de ocupação como operário urbano. O que vimos, foi um aglomerado populacional em pontos estratégicos dos grandes centros urbanos e um número cada vez maior de operários sem uma moradia para acomodar suas famílias. Logo, a justificativa para insolvência na demanda de moradia viria se debruçar ao

crescimento populacional, o que verdadeiramente na traduz a realidade. O aumento demográfico em centros urbanos industrializados foi amplamente provocado com o intuito de formar uma mão de obra operária apta a exercer as atividades industriais. A crise por moradia nada mais é do que o resultado do movimento contraditório do capital, ao mesmo tempo em que estimulou a concentração populacional em espaços estratégicos do território brasileiro, acabou por gerar uma crise por moradia popular.

A insolvência na demanda por moradias é resultado das crises geradas pelo capital, que sucessivamente estabelece crises como meio de criar novas formas de reprodução do próprio capital, ou seja, há uma tendência generalizada do capital em promover momentos instabilidade para a sua renovação. Para a justificativa da teoria Malthusiana, Rui Guilherme Granziera considera que a construção de Brasília serviu para desafogar os grandes centros industriais atraindo percentual significativo de trabalhadores para o centro-oeste, no entanto, não foi suficiente para evitar a crise iminente.

“A partir daí, o Estado mostrou-se incapaz de atender à demanda de bens essenciais, do ponto de vista social, pois estes não podiam remunerar à altura a poupança privada. As políticas compensatórias falharam, e a periferia das grandes cidades virava terra sem o Estado, criando uma situação em que o integracionismo getulista não teria lugar”. (GRANZIERA, 2004, p. 201)

O crescimento industrial não proporcionou a criação de políticas urbanas que pudessem intercalar o desenvolvimento econômico às necessidades da população operária. A urbanização não acompanhou a elevação dos quadros de operários requisitados pela indústria, que num processo crescente atraiu um número significativo de trabalhadores as grandes cidades. A capital paulista como principal pólo de industrialização foi uma dessas cidades a estimular a migração operária.

Esse processo transparece com clareza nas elevadas taxas de crescimento demográfico dos municípios do Entorno, impulsionados por forte componente migratório, com saldo superior a 800 mil pessoas na década de 1940, enquanto em quase todas as regiões administrativas do interior esses saldos eram negativos. A população da Grande São Paulo saltava de 1,6 milhão de habitantes em 1940 para 2,7 milhões em 1950, ampliando de 21,8% para 29,2%, sua participação no total estadual. É importante salientar que enquanto a população residente na capital cresceu 1,6 vezes, a do Entorno quase duplicou. (NEGRI, 1996, p.88)

O interior do Estado de São Paulo foi o principal espaço a ceder mão-de-obra ao centro industrial de Guarulhos, sendo que 44% da população migrante no município era proveniente de outras localidades do próprio Estado paulista. (Gráfico1). No mesmo período em que os dados populacionais atingiram taxas expressivas, bem como o número de instalações de indústrias (ver anexo 1), as áreas com maior quantidade de empresas, como, Bonsucesso, Cumbica, Taboão, começaram a passar por um processo de urbanização periférica, sobretudo, com a instalação de loteamentos destinados à classe operária.

Uma das hipóteses de maior representação ao alto índice demográfico destinado ao município de Guarulhos decorre principalmente pela proximidade com a cidade de São Paulo e também pelos eixos rodoviários que interligam Guarulhos aos principais centros urbanos do sudeste.

As rodovias federais Presidente Dutra e Fernão Dias responsáveis pela maior circulação de mercadorias do país tornaram-se referenciais para aqueles que optaram por tentar a sorte na capital. Muitos acabaram por ficar em Guarulhos. O alto índice populacional alargou a necessidade por moradia e contribuiu para a instalação de loteamentos periféricos, além do processo de favelização por aqueles que não conseguiram recursos para obterem um lote na periferia.

Gráfico 1: Guarulhos: Origem Migração

Fonte: Indicadores da Cidade de Guarulhos – SIGEO – Prefeitura Municipal Guarulhos, PMG.

Dar-se-ia também, em 1970, o surgimento de áreas de ocupação, com o registro da primeira favela no município. Com o assentamento de 12 domicílios, o núcleo Vila Flórida surgiu como o primeiro caso de habitação em favela no município²¹, posteriormente, o processo de periferação tornou-se gradual e as favelas foram espacializando-se e ocupando outras áreas do município, principalmente, próximo aos corredores industriais – (Figura 5). Já em dados mais recentes que remonta a década de 1990, a procura por moradia intensificou-se na ocupação em favelas elevando a mais de 100% o número de moradias em favelas. Deste modo:

No caso de Guarulhos, o segundo município mais populoso do Estado de São Paulo, o número de favelas aumentou 112,5%, entre 1991 e 2000. A quantidade de favelas no período passou de 64 para 136, fazendo com que a cidade subisse de 11ª posição para a 4ª no ranking da favelização do IBGE. (FOLHA DE SÃO PAULO, 07/01/2001, Caderno Cotidiano)

Como a segunda população do Estado, acreditamos claramente que Guarulhos constitui-se como espaço de reprodução da mão-de-obra, uma vez que a periferia do município sofre incrementos constantes de populações que optam por ficarem em Guarulhos em razão de sua posição econômica e principalmente geográfica. Em relatório da Secretaria da Habitação elaborado para a instalação do programa Morar Melhor, o órgão dispõe da seguinte maneira sobre a significação do município na região metropolitana de São Paulo.

A localização de Guarulhos na região metropolitana de São Paulo provoca uma maior concentração de favelas no município, pois de acordo com especialistas do IBGE “a distribuição do número de favelas em 22,5% ou seja, acrescentou 717 núcleos, totalizando 3905 favelas espalhados pelo país, sendo que o Estado de São Paulo, com 1548 favelas, concentra 39,6 % desse universo. Ainda de acordo com o IBGE, São Paulo, Guarulhos, Osasco e Diadema possuem 938 favelas, cerca de 25% do total de brasileiros. (Secretaria de Habitação. PMG. Programa Morar Melhor, 2005, p.6)

É significativa a posição da Secretaria de Habitação ao considerar a localização do município de Guarulhos na Região Metropolitana de São Paulo – RMSP como espaço de maior concentração de favelas, ou seja, como um

²¹ O núcleo Vila Flórida fica localizado a poucos metros do paço municipal de Guarulhos, por isso, acreditamos na sua imediata identificação, o que nos permite acreditarmos na hipótese da existência de outros núcleos na periferia do município.

espaço privilegiado para a reprodução da força de trabalho.²² Ainda em termos de periferização por meio dos assentamentos em núcleos sub-habitacionais, a secretaria acrescenta:

A prefeitura de Guarulhos, por meio da secretaria de Habitação tem identificado 301 favelas, totalizando 32000 famílias. Estudos da Divisão Técnica de Gestão de Programas Habitacionais apontam para a média de 3,74 moradores por domicílio, o que possibilita afirmar que 119.680 pessoas residem em favelas, o que representa aproximadamente 11% da população total do município. (Secretaria de Habitação. PMG. Programa Morar Melhor, 2005, p.7)

Os dados apresentados pela Secretaria de Habitação são esclarecedores e corroboram com nossa posição de que a espacialidade da periferia do município foi estrategicamente determinada em função da necessidade de *“reprodução da força de trabalho”*. Por um lado, a concentração populacional contribuiu para que grupos imobiliários pudessem extrair a renda diferencial da terra com a instalação dos loteamentos periféricos na espacialidade de Bonsucesso, Cumbica e São João. Como um *lugar* estratégico, acreditamos que Guarulhos tornou-se um espaço de plena expansão da capital paulista, tanto à reprodução da força de trabalho como para ampliação do capital.

A existência de grandes glebas de terra na espacialidade do município de Guarulhos e boa parte delas, sob o domínio de grandes proprietários ligados a capital paulista, favorecia a ocupação do espaço urbano do município. A reprodução do capital por meio da expansão do setor industrial tinha as margens da rodovia Dutra um grande potencial de crescimento, pois detinha de condições favoráveis a sua fixação com o preço da terra relativamente baixo, um eixo de circulação de grande circulação com as principais capitais do país e principalmente, uma espacialidade apta a constituir um lugar de reprodução da força de trabalho nos lotes periféricos. Além dos bairros periféricos, as favelas acompanharam o crescimento urbano da periferia e também nos espaço próximos as instalações de setores industriais, como maior preponderância, em torno das transportadoras que deixaram à capital e instalaram-se em Cumbica.

²² Consideramos o município espaço privilegiado a reprodução da força de trabalho por acreditarmos que a obtenção da casa própria constitui circunstâncias favoráveis ao trabalhador de melhorias em sua qualidade de vida, conseguindo compor renda no momento em que não possui gastos com o aluguel.

Figura 5: Periferização e Favelização

Favela as margens do rio Baquirivu na cidade Satélite em Cumbica, principal espaço de industrialização as margens da rodovia presidente Dutra e também, de acesso a zona leste da capital – São Miguel-Penha.

Fonte: Arquivo Histórico do Município de Guarulhos – Autor desconhecido. sd

A transferência de plantas indústrias da capital paulista para Guarulhos ganha impulso com a criação do espaço metropolitano de São Paulo. Trata-se da expansão administrativa do espaço metropolitano como medida de integração entre espacialidades com características semelhantes. Portanto, como espaço de expansão dos limites da capital paulista, o território guarulhense passou a constituir por exercício de lei, a Região Metropolitana de São Paulo. Criada em 1973 a Região Metropolitana de São Paulo - RMSP conta atualmente com 39 municípios²³ entre os quais, o município de Guarulhos. É na região metropolitana que grande parte das indústrias se

²³ A região metropolitana de São Paulo é formada pelos seguintes municípios:

São Paulo, Arujá, Barueri, Biritiba-Mirim, Caieiras, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Diadema, Embu, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guararema, Guarulhos, Itapeerica da Serra, Itapevi, Itaquaquecetuba, Jandira, Juquitiba, Mairiporã, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Poá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Salesópolis, Santa Isabel, Santana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Suzano e Taboão da Serra.

deslocaram, contribuindo para a aglomeração populacional nos espaços de maior absorção de mão de obra operária. A 17 km da capital, o município de Guarulhos teve sua espacialidade atrelada ao desenvolvimento do planalto, conseqüentemente, com a criação da RMSP o espaço urbano do município sofreu interferências significativas a reprodução do espaço local. Em virtude de sua localização, o município de Guarulhos passou a compor o plano de desenvolvimento regional ligado a infra-estrutura da capital, concedendo na forma de representação o “*status*” de um espaço metropolizado²⁴.

Logo o aumento da população e a concentração industrial em áreas estratégicas do município trouxeram a necessidade de reprodução da força de trabalho, refletindo diretamente na demanda por moradia. Deste modo, novas espacialidades foram produzidas para atender as necessidades do capital responsáveis pela dinâmica de reprodução do espaço urbano.

As relações capitalistas de reprodução do espaço confirmaram-se com a formação dos loteamentos periféricos nas áreas de predominância agrícola, com a determinação da terra como mercadoria e elemento de composição do capital. Como forma de constituição da riqueza, a terra transformada em mercadoria assumiu um papel privilegiado na extração da renda, realizada na existência dos loteamentos na periferia de Guarulhos.

Deste modo, o espaço urbano é resultado de uma construção social que realiza-se com a ocupação e utilizada de um dado lugar pelo homem. Entendido como produto, o espaço urbano possui usos diferenciados e específicos em escala capitalista: “como produto do processo, ele é mercadoria, como condição para produção, é capital fixo”. (CARLOS, 1994, p. 85)

Contudo, a reprodução do espaço ocorre à medida que o indivíduo busca condições para a reprodução humana, transformando o espaço em um lugar propício a sua reprodução. Como reprodução da força de trabalho o

²⁴ Utilizamos o termo espaço metropolizado por considerarmos alguns aspectos ligados ao município de Guarulhos que aproximam estrategicamente Guarulhos a capital paulista. O Aeroporto Internacional de Guarulhos/São Paulo é um exemplo que simbolicamente transmite a noção da existência de um espaço integralizado, mas que na verdade, trata-se de um equipamento instalado com o objetivo de contemplar o desenvolvimento econômico e espacial da capital.

espaço torna-se um produto de grande potencial de troca principalmente aos trabalhadores urbanos. No entanto, a produção do espaço abarca a reprodução do capital em seu movimento de acumulação, responsável pelas alterações no espaço urbano.

O modo como a sociedade vive hoje é determinado pelo modo como o capital se reproduz, em seu estágio atual de desenvolvimento. Isto quer dizer, também, que o trabalhador não foge ao “controle” do capital, nem quando está longe do local de trabalho, pois o espaço da moradia tende a se subjugar às necessidades e perspectivas da acumulação do capital. Por outro lado, o trabalhador também terá acesso à moradia, e possibilidades limitadas de escolha para morar. O modo de vida urbano, sob o capitalismo, impõe disciplina. (CARLOS, 1994, p. 95)

Assim, a reprodução do espaço urbano está indissociavelmente atrelado ao processo de ampliação do capital que direciona a produção do espaço à medida que controla a circulação das mercadorias, das matérias primas e também a mão de obra. Contudo os loteamentos periféricos na escala da reprodução do espaço e como mercadoria que viabiliza o valor de uso, a “*produção doméstica*” complementa as formas de reprodução da força de trabalho.

O plano geral do processo de urbanização no município de Guarulhos seguiu um esquema estabelecido na metrópole, orientado pela técnica da “produção doméstica” em lotes de dimensões urbanas, criados graças a legitimação do parcelamento das glebas rurais e sua comercialização por financiamento. Assim “explosão” dos loteamentos periféricos será tratada a seguir como uma mudança de comportamento do trabalhador que essencialmente estabelece a propriedade da casa como elemento prioritário a sua reprodução, e conseqüentemente, transformando a moradia numa mercadoria.

2 – LOTEAMENTOS PERIFÉRICOS: a ideologia da casa própria

2.1 Chácaras, olarias: a arquitetura dos loteamentos periféricos no município de Guarulhos

Observar a periferia urbana do município de Guarulhos nos dias de hoje, principalmente nas antigas áreas dedicadas a exploração de minas auríferas, nos remonta a um período nostálgico em meio de um emaranhado de assentamentos espalhados por todos os cantos. Ainda é possível identificarmos as marcas das primeiras atividades econômicas empreendidas no município. Das antigas olarias, as ruínas denunciam o trabalho estafante de trabalhadores que alimentaram o fôlego da urbanização. Muitas chácaras desapareceram, no entanto, uma ou outra ainda persiste determinada em sua prática.

A espacialidade do Bonsucesso, Cumbica, Lavras e São João, até recentemente eram espaços de predomínio de chácaras e fazendas. Apesar de serem áreas que conheceram a ocupação desde o século XVI, a intensificação demográfica somente viria a ocorrer após 1970 com a formação dos loteamentos periféricos dedicados à população de baixa renda. Antes disso, o município de Guarulhos não apresentava espaços com elevados índices populacionais. Na década de 1940 a aglomeração dar-se-ia muito mais nas proximidades do centro do município, principalmente nos limites com a capital paulista. Os bairros distantes do núcleo central praticamente não existiam como espacialidade destinada a moradia popular. Eram extensas glebas de terras que desenvolviam a atividade agrícola e extrativista, predominando as chácaras, olarias e portos de extração de areia. Silvio Ribeiro ao citar as características do município de Guarulhos em 1940 é contundente em relacionar os limites do município às áreas próximas ao núcleo urbano. Desta maneira, relata que:

A população de Guarulhos, incluindo a cidade e bairros existentes, não ultrapassava a 15000 habitantes. Nessa época, não havia muitos bairros e vilas por aqui, e os mais conhecidos existentes eram o centro propriamente dito, o de Cumbica onde também se instalava a

vila militar dentro da Base Aérea, o de Vila Augusta, de Gopoúva, Torres Tibagy, a Vila Galvão e o da Ponte Grande, no caminho para a Penha, atual avenida Guarulhos. Bairros importantes como o de jardim Tranquilidade, Picanço, Cocaia, Vila Progresso, Jardim Presidente Dutra, Vila Rafael, Leda, Parque Santo Antônio, também considerados antigos de Guarulhos, estavam em fase de criação. *Outros bairros ainda nem existiam.* (RIBEIRO, 1995, p.36) Grifo nosso.

Além das espacialidades que se consolidavam em torno do centro urbano de Guarulhos, importantes bairros despontaram nos subúrbios do município com um dinamismo social muito maior do que o próprio centro. Foi o caso do bairro de Bonsucesso. Localizado a leste do município foi uma espacialidade de extrema importância ao município, não só pelo ciclo do ouro, mas pela representação social que desempenhou como principal centralidade religiosa. Diante de uma forte representação sócio-cultural no município, o bairro de Bonsucesso atraiu uma marcante presença da população local na reprodução do espaço na periferia urbana do município, principalmente, com a realização de suas festas reunindo romeiros de diferentes municípios para o bairro. (Figura 6)

Figura 6: Concentração de fiéis na igreja Nossa Senhora de Bonsucesso

Fonte: Arquivo Histórico do Município de Guarulhos. Foto: Folha Metropolitana, 31/08/1982

Na figura 6 Vê-se a grande aglomeração populacional que se fazia no bairro de Bonsucesso em razão de sua expressiva força religiosa. A grande concentração de romeiros não evidencia apenas o teor da representação religiosa, mas, nos permite analisarmos a ocupação e reprodução do espaço por conta das relações sociais concentradas nesta parte do município e que estão impregnadas nas formas espaciais da periferia urbana. Silvio Ribeiro (1995) chega a reconhecer a importância do bairro de Bonsucesso como representação religiosa, no entanto, não o cita como um dos principais bairros do município.

Um bairro bem antigo que apresentava características rurais era o Bonsucesso, onde havia também uma igreja bem no centro do aglomerado de casas, onde, em homenagem ao seu padroeiro, anualmente se organizava grandes e famosas festas que duravam dias e acolhiam visitantes até de outras regiões do Estado. (RIBEIRO, 1995, p. 72)

O fato do bairro do Bonsucesso estar distante do aglomerado central influenciou significativamente a posição do poder público municipal no direcionamento de investimentos às espacialidades distantes do centro urbano, principalmente, ao bairro do Bonsucesso. Considerando os aspectos urbanos, os bairros de Bonsucesso, Lavras e São João somente iriam compor grandes aglomerações populacionais com o processo de parcelamento do solo, processo que dar-se-ia com os loteamentos periféricos. No entanto, os portos de extração de areia e as olarias precedem os loteamentos periféricos.

Antes do surto da industrialização na capital paulista e conseqüentemente, o espraiamento da indústria aos municípios da grande São Paulo, a atividade econômica do município de Guarulhos foi basicamente mantida pela horticultura, produção de tijolos e da extração de areia. A presença das olarias tornou-se fundamental diante do processo de urbanização que passou a exigir uma constante demanda por tijolos. Tal conjuntura favoreceu a atividade oleira no município de Guarulhos. Com relação as olarias, Aroldo Azevedo nos aponta que: “Em toda várzea do Tietê, notadamente entre Penha e Guarulhos, as olarias constituem elemento característico daquela paisagem monótona e de nenhum atrativo”. (AZEVEDO, 1945, p.79) A interpretação de Aroldo Azevedo (1945) é ilustrativa quanto à

importância das olarias para o crescimento da capital paulista, e ao mesmo tempo, reporta às características das áreas produtoras demonstrando que o município de Guarulhos esteve incorporado as transformações da cidade de São Paulo. Ainda, ao tratar das olarias existentes no bairro da Penha, Azevedo nos fornece outros elementos possibilitando identificar a participação da espacialidade de Guarulhos na atividade oleira paulista, e por outro lado, a forte presença dos imigrantes italianos na administração das olarias.

O material utilizado pelas olarias é retirado das vizinhanças e conduzido em carroças de tração animal. Trata-se de uma mistura de três elementos principais: a terra negra, turfosa, conhecida localmente por “torba”, nome que denota visível influência italiana; o barro branco, que é denominado “forte” e areia. (AZEVEDO, 1945, p. 81)

As olarias tiveram uma importância econômica de grande relevância ao município de Guarulhos, pois além de compor os recursos municipais, contribuiu significativamente ao processo de urbanização com o fornecimento de tijolos, telhas, areia e outros recursos à capital paulista. Em Guarulhos as olarias compuseram a paisagem do município, sobretudo, com a chegada dos imigrantes²⁵ em sua espacialidade. Os italianos eram responsáveis pela administração de grande parte das olarias na espacialidade do município. Carlos José Ferreira dos Santos considera o predomínio de duas etapas na atividade oleira, numa primeira etapa em espaços próximos ao centro e posteriormente, intensificando para as áreas periféricas do município.

A primeira datada entre o final do século XIX até meados da década de 1940, marcada pela produção na Ponte Grande, Vila Augusta, Porto da Igreja e região, quase toda enviada para São Paulo e com forte presença italiana. A outra fase, a partir da segunda metade dos anos 40, com o predomínio desse tipo de indústria na Zona Norte e, principalmente, Leste do município, vinculada à construção da Dutra e à periferização municipal e paulistana, com participação de outros contingentes populacionais, destacadamente migrantes nordestinos e mineiros. (SANTOS, 2006, p.122-3)

²⁵ A presença de imigrantes na administração das olarias em Guarulhos representava grande parte das propriedades existentes no município. “Em 1934, 31 olarias funcionam no município envolvendo as famílias proprietárias que se tornaram figuras exponenciais no progresso da cidade, como: Testai, Romano, De Rício, Faccini, Lombardi, Fanganielo, Vilano, Camisoti, Delbússio, Mandoti, Calegari, Fantazini, Martelo e Demari”. (RANALI, 1986, p.113)

Como bem ressaltou Santos (2006), em meados da década de 1940 a atividade oleira espacializou-se em direção a zona Leste do município, dando uma nova configuração espacial a paisagem do lugar. Encontramos em registros feitos pela administração municipal, a existência de 68 olarias instaladas na zona leste do município no ano de 1949. (ARQUIVO HISTÓRICO DE GUARULHOS).

No bairro das Lavras a atividade oleira estendeu-se até meados da década de 1990, sendo que algumas olarias persistiram em suas atividades até pouco tempo. Muitas das áreas destinadas à produção de tijolos deram lugar a loteamentos, ou foram ocupados pela população de trabalhadores sem teto. Na espacialidade da antiga área de mineração, uma olaria resistiu ao tempo e as metamorfoses do capital, chegando até ao início deste século, mantendo solidificadas as ruínas de seus fornos, a “Olaria Valadar”. Assim, “com a produção artesanal de tijolos e telhas, começam a definhar, lentamente, até desaparecerem, no município, nos alvares do século XXI. (MACHADO: MOURA, 2005, p. 16).

Em grande maioria as olarias eram de proprietários imigrantes ou descendentes, principais mediadores na introdução do tijolo na substituição da Taipa de Pilão. No caso específico da “Olaria Valadar” a situação não demonstrou o contrário. João Machado com a contribuição de Valadar Dhein esclarece:

Oscar Dhein, nascido na Alemanha, chegou ao Brasil em 1919, depois da 1ª Grande Guerra, indo para o Rio Grande do Sul encontrar-se com o pai, chegando antes de 1914, e que havia sido professor na terra natal. Caminhoneiro, acabou se transferindo para Guarulhos em 1940 e instalando sua primeira olaria “pra cá de Cumbica”, diz o filho Valadar. Dali a produção era escoada “por rio até o [rio] Tietê, pra São Paulo”. Depois, em 1953, mudou para o Lavras e instalou nova olaria onde hoje está o supermercado 4Irmãos (Estrada das Lavras ou Estrada de Itaberaba). (MACHADO: MOURA, 2005, p. 17).

Como tudo indica, os imigrantes foram os principais proprietários das olarias existentes no município, contribuindo para definir a função econômica de Guarulhos e determinar uma efetiva contribuição ao processo de urbanização tanto da capital, como da espacialidade local.

Uma área de significativa importância na atividade oleira deu-se aos limites da antiga fazenda Bananal, que hoje compreende o bairro do Jd. São João. As olarias representavam a base econômica da propriedade que produzia tijolos visando abastecer a capital paulista e em menor número a demanda interna. É comum em entrevistas os moradores resgatarem a existência das olarias como principal característica de formação do bairro e que hoje cederam espaço as moradias. Em entrevista Nelson Dias de Sá tio de Willian Dias Barbosa²⁶, um dos herdeiros da fazenda Bananal, nos forneceu uma argumentação bastante precisa em torno das olarias.

Quando eu vim para essa região a principal economia da fazenda era olaria. Grande parte das olarias estavam próximas de onde hoje é o Jardim São João, onde hoje existe a rua Estrada das Olarias. Eu acredito que as olarias vieram de 1940 e foram até 1970, depois foi caindo à produção. (Nelson Dias de Sá, Dezembro, 2008)

O relato acima demonstra com notoriedade a importância das olarias para a economia da fazenda Bananal, e de maneira geral, reflete a situação determinada ao município durante toda a primeira metade do século XX, estendendo-se com relativa pujança até meados da década de 1980. A Estrada das Olarias é um retrato da relevância econômica que a atividade oleira representou a localidade. Machado e Moura em pesquisa realizada em torno do trabalho e moradia nas Olarias no bairro das Lavras apresentou um depoimento do proprietário da olaria Servema que nos permite compreendermos uma das formas de extração de renda da terra. Assim;

No apogeu da produção, em 1979/1980, chegaram a ser entregues 180 milheiros de tijolos por mês, de acordo com Davi Teixeira, filho de Manoel, tirando-se até 60 milheiros por fornada, dos quais 7 milheiros eram entregues ao dono da terra como pagamento do aluguel. (MACHADO: MOURA, 2005, p. 18).

A citação de Machado e Moura (2005) auxiliam-nos em uma reflexão muito mais elaborada com relação às olarias. O espaço de produção muitas vezes não era de fato do administrador da olaria. A terra alugada concedia a terceiros a possibilidade de auferir renda possibilitando o processo de renda diferencial da terra.

²⁶ Willian Dias Barbosa é um dos netos da sr^a Cândida Barbosa (Dona Candinha) proprietária da fazenda Bananal. A área que compreende a casa sede da fazenda foi tombada pela Prefeitura Municipal e comporta um casarão de estilo colonial e um espaço que possivelmente serviu de senzala.

Tal aspecto só pode ocorrer diante da absolutização da propriedade que permite a determinação da acumulação do capital por meio da extração da renda diferencial da terra. O fato é de suma importância, uma vez que o declínio da atividade oleira no município de Guarulhos cedeu lugar ao processo de parcelamento do solo. Em lugar das antigas olarias surgiram loteamentos periféricos. Outro dado significativo remonta para a estrutura produtiva empreendida nas olarias. A produção de tijolos era em sua maioria mantida pelo trabalho familiar.

A presença da família na produção de tijolos reafirma a importância da atividade para a economia do município e também nos mostra o quanto à reprodução do espaço periférico está vinculada a atividade das olarias. Em torno das relações espaço-sociedade, constatamos em depoimentos de moradores que as relações sociais estavam imbricadas com a atividade das olarias. “Eram famílias que trabalhavam nas olarias. O pai era oleiro, a mãe oleira, o filho também e a filha seguia a família nas olarias” (Nelson Dias de Sá. Entrevista realizada em 14/12/2008)

Logo, o espaço organizado pelas olarias cedeu lugar ao intenso processo de urbanização conformado pela aglomeração populacional, sobretudo, a partir da década de 1970 e determinando a reprodução do espaço por meio de um planejamento basicamente estruturado na periferização.

2.2- Área de extração: dos portos de areia as pedreiras

Além da produção de tijolos na especialidade do município de Guarulhos, outra atividade de grande importância econômica e que se deu em relativa concomitância com a presença das olarias foram os portos de extração de areia. Não só em Guarulhos, mas também outros bairros da capital desenvolviam a prática de extração de areia com a finalidade de abastecer a crescente demanda da capital.

Sobre o assunto Aroldo Azevedo argumenta que:

Em diversos pontos da planície aluvional, pode-se registrar a presença de “portos” de areia; correspondem as pequenas lagoas criadas pelo rio Tietê. A oeste da região, próximo a confluência do Aricanduva, há uma exploração dessa espécie; mas é no trecho mais amplo da várzea, nas proximidades de Engenheiro Goulart, que os melhores exemplos podem ser encontrados, havendo quatro “portos” em franca atividade. A areia é retirada do fundo das lagoas por meio de dragas, que exploram depósitos situados a 3 ou 4m de profundidade. Assim obtido o material passa para barcos apropriados que se destinam ao transporte até as margens. Junto a estas chegam os auto-caminhões que deverão conduzi-las até os centros de consumo da capital. A via férrea é pouco utilizada para esse fim; por isso mesmo os “portos” de areia da zona de Engenheiro Goulart(...) utilizam a estrada que liga a localidade à estrada de **Guarulhos**, cujo traçado é paralelo à via férrea e cuja construção data de uns 5 anos. (AZEVEDO, 1945, p.85-87)- Grifo nosso.

Apesar de Aroldo Azevedo não citar especificamente a extração de areia no município de Guarulhos, o fato do transporte ser necessariamente realizado entre a estrada da Penha a Guarulhos, é ao menos um indicativo da existência da prática em espaço guarulhense.

Carlos José Ferreira dos Santos (2006, p. 124) em seu trabalho em torno das determinações sócio-culturais no município, nos aponta para a presença das olarias, cerâmicas e portos de areia, como a reprodução de novas territorialidades ligadas a São Paulo, conforme argumenta a seguir:

O desenvolvimento das olarias, cerâmicas, portos de extração de areia acrescentaram novas características territoriais e sociais a essa área de contato com São Paulo. Seu desenvolvimento repercutiu, além dos bairros onde estavam localizadas, também nas suas adjacências através da construção de moradias, de estabelecimentos de comércio e de igrejas. (SANTOS, 2006, p. 124)

Os detalhes apontados por Santos (2006) são significativos porque abre uma discussão frente às atividades produzidas em concomitância com a capital paulista, deixando nas edificações locais a presença do contato de uma dupla espacialidade. A utilização do leito do Tietê para a extração de areia era realizada entre os dois municípios – São Paulo e Guarulhos, contato esse, facilitado pela Estrada da Conceição, atual Avenida Guarulhos. (Figura 7)

Figura 7: Rio Tietê – Contato entre a capital Paulista e Guarulhos

Fonte: Arquivo Histórico do Município de Guarulhos – Autoria desconhecida

A Figura acima de 1959 nos oferece uma importante reflexão em torno da atividade econômica entre São Paulo e Guarulhos. A ligação entre os municípios pela ponte sobre o Rio Tietê é uma comprovação da integração entre os municípios e, principalmente na extração de areia no leito do Tietê. A presença dos portos de extração, como também ocorreu com as olarias, foram direcionadas em sua maioria para espaços mais distantes do núcleo central. A espacialização dos portos deu-se essencialmente pela existência de novas áreas de extração disponíveis na espacialidade do município, principalmente no bairro Bonsucesso, Presidente Dutra, Lavras e São João. (Figura 8 e 9)

A intensificação do mercado paulista com o crescente processo de urbanização estimulou a abertura de vários portos na periferia do município, dividindo com as olarias, a paisagem de bairros distantes do centro do município. Para as áreas centrais a industrialização tomava lugar de destaque, acomodando as primeiras empresas, principalmente do setor têxtil, como a Tecidos Carbonell (1925) e Casimira Adamastor (1946). Nas proximidades do jardim Novo Portugal, duas lagoas foram exploradas em grande volume,

configurando uma nova paisagem ao lugar. Poucas moradias existiam na área de extração, predominando as vilas ao redor do porto, na grande maioria, dedicadas aos próprios operários do porto.

Figura 8: Jardim São João

Fonte: Arquivo Histórico do Município de Guarulhos. Data. 28/11/1979- Autoria Desconhecida

Figura 9: Área dedicada à extração de Areia

Fonte: Arquivo Histórico do Município de Guarulhos. - 28/11/1979 - Autoria Desconhecida

A Figura 8 nos fornece uma idéia da estrutura espacial mantida em meados da década de 1970 com áreas destinadas a extração de areia. Logo ao fundo é possível observar uma das lagoas que foram utilizadas para a extração de areia até meados da década de 1990. Ao lado direito, como consequência do processo de extração, nota-se uma enorme cratera possivelmente produzida pela intensificação da atividade extrativista. Já a Figura 9 demonstra claramente que a existência dos portos de extração de areia compunham a reprodução do espaço na abrangência do Jardim São João.

A extração é uma das características que conotam a paisagem da espacialidade local entre o bairro São João ao Fortaleza. Duas importantes pedreiras estão instaladas entre esses bairros, intercalados pela Estrada de Nazaré, uma das mais antigas e importantes ligações do município. A pedreira Paupedra instalada no início da década de 1970 contribuiu consideravelmente para a reprodução do espaço periférico da zona Leste na determinação da paisagem local, não só pelas explosões diárias, mas também pelo grande fluxo de caminhões que transportam diariamente toneladas de brita para diversas localidades da cidade de São Paulo (Figura 10).

Figura 10: Paupedra - Pedreira Pavimentação e Construções Ltda

Fonte: Arquivo Histórico do Município de Guarulhos – 28/11/1979- Autoria Desconhecida

A Figura 10 apresenta claramente a exploração dos recursos naturais encontrados na periferia de Guarulhos. A Pedreira Paupedra de propriedade da família Martello iniciou suas atividades na década de 1970, período em que os loteamentos periféricos intensificavam na espacialidade do município. Outra pedreira instalada no mesmo período foi à empresa Reago, uma companhia do grupo Camargo Correia e que hoje pertence a Basalto. Como forma de atração de mão de obra a empresa desempenhou um papel importante a conformação dos bairros locais, mais precisamente, São João, Lavras e Fortaleza. Sem a existência de uma rede de infra-estrutura capaz de servir a população local, existiu na sede da empresa uma escola dedicada aos seus funcionários, garantindo aos filhos de seus operários o acesso a escola primária. Para os moradores que ali viviam a pedreira era a única alternativa para alguns estudantes que conseguiam matricular-se na escola. Assim, um dos moradores e freqüentador da escola nos esclarece:

A Estrada de Nazaré era a principal aqui na região e logo quando a pedreira Reago veio para cá, nos íamos pela Estrada até a empresa para estudar, pois era a única escola por aqui. Era uma estrada de terra que cortava até Nazaré. Só depois de muito tempo que construíram a escola do São João. (Nelson Dias de Sá, Dezembro, 2008)

De fato, o interesse da empresa era simplesmente a exploração dos blocos de rochas que efetivaram a instalação da pedreira no município, no entanto, nos permite compreender as características de atuação do capital para a promoção dos seus interesses. Além disso, demonstra a presença de grupos economicamente ativos na exploração dos recursos naturais do município, sempre objetivando atender a capital paulista, por outro lado, o município colheu apenas as transformações transplantadas na organização de seu espaço urbano, sobretudo, na periferia.

De fato, a espacialidade pretendida para a conformação da periferia urbana guarulhense apresentava-se de sobremaneira como um espaço extrativista, com a presença pedreira, portos de extração de areia e diversas olarias. Para compreendermos a relação entre os alugueis e a projeção dos loteamentos fundamentados na “produção doméstica”, a seguir discutiremos a questão do aluguel nos centros urbanos e sua relação com a reprodução da força de trabalho, não distanciando dos interesses que movimentam o capital.

2.3- A questão do aluguel: moradia popular no espaço industrializado

O início do século XX é um período marcado por grandes transformações socioeconômicas e também políticas em todo cenário brasileiro e internacional²⁷. No caso brasileiro, as metamorfoses do capital foram determinantes para alterações profundas nas relações de trabalho, mudanças essas personificadas na organização do trabalho livre. É importante ressaltarmos que a percepção de uma nova ideologia que consistiu na transição do trabalho escravo ao trabalho livre não criou de imediato o proletariado das fábricas, pois o assalariamento foi decorrente das novas metamorfoses do capital que afetaram a relação capital-trabalho.

A categoria assalariado irá surgir com as alterações no plano econômico e, sobretudo, a partir da década de 1940 com a intensificação do processo de industrialização incorporado aos principais municípios brasileiros, e também, pela urbanização dos grandes centros urbanos. A ingerência do capital tornou-se um elemento importante na determinação de novos investimentos que não fossem somente destinados às propriedades cafeeiras. Os investimentos existentes na economia brasileira passaram a financiar recursos em diversos setores da indústria, concentrando principalmente, a industrialização na espacialidade do sudeste. Sobre as mudanças na composição do capital, Mello ressalta:

(...) enquanto “senhores” estabeleciam relações não capitalistas de produção; enquanto empresários nas atividades bancárias, comerciais, fabris, ou à medida que, dado o “problema da falta de braços”, se dá a passagem para o trabalho livre com a migração, passam a vivenciar simultaneamente outras relações sociais. (MELLO, 1990, p. 140)

Como centro administrativo, São Paulo reuniu condições propícias para a concentração da indústria em sua territorialidade e logo atraiu um grande contingente de trabalhadores urbanos junto às áreas fabris. Monbeig captou esse momento da seguinte maneira:

²⁷ Compreendemos como transformações, as mudanças decorrentes das crises que levaram aos conflitos mundiais e a desestruturação econômica dos países europeus, principalmente, com a segunda Guerra Mundial.

Assim inverteu-se a função exercida por São Paulo na época em que se tornara a capital dos fazendeiros; agora, em vez de constituir um mercado de trabalho para o interior, ela passou a drenar os recursos humanos das áreas rurais (MONBEIG, 2004, p. 70)

A população rural transfere-se em grande proporção aos municípios industrializados aumentando rapidamente os índices demográficos dos principais centros urbanos do planalto e demais partes do Brasil. No caso da capital, a expansão urbana ultrapassou os limites de sua territorialidade e avançou para os municípios vizinhos. Pasquale Petrone ao considerar o crescimento da capital como fato eminente para conformação da Grande São Paulo, explicita:

O surto industrial ainda influiu sobre a cidade, concorrendo para o aumento da população (em virtude da crescente necessidade de mão-de-obra e impulsionado pela “miragem” que vive atrair, para a metrópole, a população da zona rural e do interior, em geral) e, sobretudo, modificando a paisagem urbana e acabando por concretizar a existência do Grande São Paulo. (PETRONE, 1958, p.105)

A percepção de Pasquale Petrone confirmou-se plenamente, com o transbordamento da capital aos espaços dos municípios vizinhos, em especial, Guarulhos. A ampla proximidade com a capital contribuiu para que Guarulhos fosse incorporado ao padrão periférico da capital, determinando a reprodução de novas espacialidades no município. A evolução demográfica apresentou altos índices de crescimento, principalmente, nas espacialidades de afluxo da industrialização.

A população guarulhense cresceu em direção a periferia facilitada em grande parte pela instalação de espaços destinados aos operários e de forma não menos intensa, pela concentração industrial nessas novas áreas de atração. Em torno da rodovia Presidente Dutra, diversas empresas começaram a instalar suas fábricas nos arredores de Guarulhos. Isso se deu em virtude do favorecimento para a centralização de um pólo industrial nas denominadas áreas periféricas do município de Guarulhos. Para tanto, contribuíram os incentivos fiscais, o baixo preço da terra urbana e a localização estratégica que o município oferecia.²⁸ Com circunstâncias favoráveis ao crescimento industrial

²⁸ A posição geográfica de Guarulhos é exemplar para o aperfeiçoamento de um plano logístico pois com a rodovia Presidente Dutra a dinâmica em torno da circulação trouxe grandes vantagens a espacialidade

e urbano, a evolução demográfica do município começou a ser representativa a partir da década de 1940, quando a população guarulhense oferece números expressivos à conformação dos índices municipais. No gráfico a seguir, é possível notarmos a evolução demográfica apresentada em Guarulhos, principalmente, na segunda metade do século XX.

Gráfico 2: Guarulhos Índice Populacional

Fonte: Prefeitura Municipal de Guarulhos SIGEO/PMG: Os dados da população de 2005 – 2006 correspondem à estimativa produzida pelo IBGE

O progressivo crescimento demográfico contribuiu enormemente à dinâmica de periferização empreendida em meados da década de 1970 no município de Guarulhos. Esse processo de periferização encontrou justificativa em três fatores: *o processo de industrialização no planalto; a expansão urbana da capital; a terra como mercadoria.*

A criação de lotes urbanos oriundos do parcelamento de propriedades rurais ou de grandes glebas em poder de uma elite econômica tanto local como paulistana, materializou o processo de extração de renda da terra concedendo preceitos de mercadoria. A industrialização trouxe a necessidade cada vez maior do recrutamento da força de trabalho, para tanto, estimulou a migração de trabalhadores de diversas partes do Estado de São Paulo e outras

do município, contribuindo para o processo de ampliação do capital e estabelecendo condições de mobilidade espacial ao grande número de operários que começavam a ser alojar no município.

localidades do Brasil. Logo a falta de moradias tornou-se um problema iminente a capital paulista e, sobretudo, aos trabalhadores migrantes que desembarcavam na Grande São Paulo. O mercado de imóveis regulado pela habitação de aluguel, em sua maioria cortiços instalados na parte central das cidades industriais, não conseguiram suprir a crescente demanda por moradia. A habitação em cortiços firmou-se como uma das alternativas encontradas para assentar a expressiva população urbana que empreendia sua força de trabalho nas indústrias da capital e arredores, e, assim, possibilitar recursos para a reprodução da força de trabalho.

O cortiço é a modalidade de habitação proletária mais antiga em São Paulo. Ao contrário da favela ou da assim chamada “casa própria de periferia”, está ligada aos primórdios da industrialização que se iniciou nas últimas décadas do século XIX. (KOWARICK; ANT, 1994, p.73)

De maneira significativa Lúcio Kowarick e Clara Ant (1994) esclareceram que a forma tradicional de moradia consistia em cortiços, e, sobretudo, demonstrando que a industrialização trouxe além dos galpões industriais, uma alteração consistente nas relações sociais da classe operária. À medida que os cortiços foram espalhando-se pela espacialidade urbana das cidades industriais, o problema da moradia caracterizou-se como uma questão de saúde pública, surgindo os primeiros programas para erradicação dos cortiços das áreas centrais. Ao estudar com profundidade as origens da habitação popular no Brasil, e conseqüentemente, as políticas públicas para provimento de moradias, Nabil Bonduki sinaliza para uma realidade social bastante concreta nos municípios industriais.

“A construção barata era uma exigência intrínseca ao negócio, pois os níveis de remuneração dos trabalhadores não permitiam aluguéis elevados. Os cortiços e as casas coletivas eram, portanto, essenciais para a reprodução da força de trabalho a baixos custos e, enquanto tal, não podiam ser reprimidos e demolidos na escala prevista pela lei e desejada pelos higienistas. Esse conflito entre a legislação e a realidade, que nunca desapareceu, decorria do processo de exploração da força de trabalho e permeou a produção de moradias populares em São Paulo”. (BONDUKI, 1998, p.39)

Algumas indústrias pensando em manter os seus operários próximos as plantas industriais construíram nas proximidades das fábricas, vilas operárias dedicadas aos seus trabalhadores. As vilas operárias constituíam-se em duas modalidades: uma que era produzida pela própria empresa em benefício de

seus funcionários e outra, produzida por investidores do mercado imobiliário e destinado a locação. No entanto, em ambos os casos a habitação era alugada ao operário, sendo que, no primeiro caso as vilas eram oferecidas prioritariamente aos próprios operários da fábrica. De qualquer maneira, os operários sempre arcavam com os custos do aluguel, seja por vilas da própria empresa ou de empreendedores do setor imobiliário. Como uma possível solução ao problema habitacional que se fazia presente nos limites da capital paulista, a administração pública chegou a promover incentivos que viabilizavam a produção de vilas operárias. A tentativa era de promover uma habitação adequada, com o intuito de atender a demanda por moradia popular e isolar as ameaças dos cortiços. Sobre tais incentivos, Eva Blay argumenta:

“O governo propõe a construção de casas dotadas de higiene e conforto, claro que um “conforto operário” dada a redução dos padrões de construção, e localizadas em terrenos mais distantes. Mas dentro dos requisitos da lógica empresarial, prevê a extensão de sistemas de transporte ligando tais áreas aos locais de trabalho”. (BLAY, 1995, p.74)

A isenção era destinada aos investidores que construíssem vilas operárias dentro do padrão determinado e fora do eixo central da cidade. A proposta já era de levar a população operária para espaços distantes do núcleo central, numa tentativa de eliminar o risco da concentração operária no eixo central das cidades industriais, como ocorreu com os cortiços. O caráter iminente de levar a população pobre para os arredores dos centros urbanos, já estava estabelecido muito antes da república e foi circunscrito nas determinações das leis 493/1900 e 1098/1908. Em torno das isenções, Bonduki salienta que:

Desde o império, surgiram incentivos, inclusive isenções de impostos de importações de materiais, para facilitar sua construção. Em São Paulo, a lei 493/1900 previa a isenção de impostos municipais para as vilas operárias construídas conforme o padrão da prefeitura e fora do perímetro central, incentivo reforçado, em 1908, pela lei 1.098. Nesse dispositivo, a Câmara Municipal reafirmava a Legislação anterior e se propunha a fazer gestões junto ao Congresso Legislativo Estadual, para que este tomasse medida semelhante, e ao Congresso Federal, para autorizasse as Caixas Econômicas a empregar um quinto de seus fundos em empréstimos hipotecários às sociedades construtoras de casas baratas e higiênicas e às sociedades de crédito que facilitassem a compra ou a construção dessas casas. (BONDUKI, 1998, p.41)

Apesar dos incentivos, o Estado não participava da produção de habitações, deixando que o provimento de moradias se constituísse de acordo com as concepções do próprio mercado. O que fica bem explícito é o interesse de que as moradias fossem produzidas longe do perímetro central, num desejo claro de separar ricos e pobres, criando espaços dedicados à população carente. Sobre o tema, Raquel Rolnik afirma que:

A constituição de um mercado imobiliário dual, no qual os pobres estavam na periferia, começou com a proibição de instalar cortiços na zona central definida pelas posturas de 1886 e reiterada pelo Código Sanitário de 1894, que proibia terminantemente a construção de cortiços e permitia a construção de vilas operárias higiênicas fora da aglomeração urbana. A lei 498, de 1900, isentou de impostos municipais os proprietários que construíssem vilas operárias de acordo com o padrão municipal e fora do perímetro urbano, delimitado por esta lei. (ROLNIK, 1997, p.47)

Diante da questão problematizada, a habitação não poderia deixar de ocupar espaço na organização dos planejamentos urbanos. Com o intuito de regular o setor imobiliário, capitalizando recursos e promover a sistematização no mercado, o presidente Getúlio Vargas editou o Decreto-Lei N. 4.565 de 11 de agosto de 1942, denominada com a Lei do Inquilinato.

A Lei do Inquilinato foi um fator de extrema importância para o processo de reprodução do capital, pois, concedia ao empresariado formas de redução do salário social, uma vez que os aluguéis estavam congelados, de tal modo que não sugeriam reajustes no uso da força de trabalho. A Lei do Inquilinato transformou de sobremaneira as relações entre locador e locatário, além de estabelecer mudanças significativas nas relações de trabalho. Assim, Botelho considera que:

A instituição da Lei do Inquilinato em 1942, que estabelecia a regulamentação do mercado de aluguéis e seu congelamento, constituiu uma das principais causas da transformação das formas de provisão habitacional no Brasil, desestimulando a produção rentista e transferindo para O Estado e para os próprios trabalhadores (...) o encargo de produzir as suas moradias. (BOTELHO, 2007, p.102)

De fato, as transformações na provisão de moradias populares foram extremas, principalmente pela diminuição no número de residências destinadas à locação e, também, pelo efeito contraditório da lei que favoreceu a migração dos investimentos a outros setores econômicos. Para corroborar com nossa afirmativa, Teresa Caldeira concluiu que os reflexos da Lei do Inquilinato foram

significativos para a consolidação de novas espacialidades de assentamento da população operária, possibilitando o processo de periferização. Portanto:

Esse fator foi a Lei do Inquilinato, que congelou todos os aluguéis residenciais nos valores de dezembro de 1941. Essa medida deveria durar dois anos, mas foi sucessivamente renovada até 1964, com apenas alguns pequenos aumentos em resposta à inflação. (...) a consequência imediata foi uma diminuição do mercado de aluguéis, já que deixou-se de construir unidades de aluguel. Isso acelerou a partida de trabalhadores para a periferia, onde podiam encontrar terrenos baratos (e irregulares) para construir suas casas (CALDEIRA, 2000, p.218)

O aluguel como base incondicional de reprodução da força de trabalho nos centros urbanos, uma vez que os salários não comportavam outro meio de acesso a moradia, tornou-se a única forma possível de assentamento da classe operária. Nesse contexto, a Lei do Inquilinato decretada em 1942 tinha por finalidade o congelamento dos aluguéis a fim de contribuir com a classe operária no provimento da moradia popular. No entanto, Bonduki aponta para demais fatores que levaram o governo Vargas a decretar a Lei do Inquilinato.

“Instrumento de defesa da economia popular; estratégia de destruição da classe improdutiva dos rentistas; medida para reduzir o custo de reprodução da força de trabalho; instrumento de política econômica para acelerar o crescimento do setor industrial; forma de legitimação do Estado populista – tudo isso explica a emergência e a permanência do congelamento dos aluguéis” (BONDUKI, 1998, p. 245)

Em pleno regime do Estado Novo, as medidas editadas por Vargas tinham uma característica paternalista, no entanto, as pretensões do Estado eram de favorecimento para que o processo desenvolvimentista pudesse encontrar liberdade de atuação, sem barreiras capazes de frear o desenvolvimento crescente da industrialização. Com a retração no mercado de aluguéis, os trabalhadores tiveram que encontrar alternativas que viessem amenizar o grave problema da moradia operária. Nesse sentido, a Lei do Inquilinato não contribuiu para que se estabelecesse o provimento de habitações populares, pelo contrário, estimulou a formação de grupos imobiliários interessados em explorar um mercado em plena expansão, a “habitação operária”. Para corroborar com nossa argumentação, Nabil Bonduki esclarece que:

Ao limitar os aluguéis, subsidiar a produção e financiamento da moradia e facilitar a difusão da pequena propriedade, com soluções habitacionais de baixo custo empreendidas pelo trabalhador, foi possível reduzir os custos da habitação e o salário urbano, ao mesmo tempo em que a desestruturação do mercado de locação liberou recursos que naturalmente se dirigiam para o imobiliário. (BONDUKI, 1998,p.316)

A Lei do Inquilinato tornou-se significativa ao processo de planejamento urbano encaminhado pelo Estado, como direcionamento de soluções aplicáveis ao provimento da habitação popular. O planejamento urbano determinado pela expansão urbana e a transformação de um espaço agro-exportador para uma espacialidade urbano-industrial, alterou sistematicamente as relações sociais no planalto paulista e principalmente, a produção do espaço urbano. Ao tratar do processo de industrialização na problemática urbana, Lefebvre distingue dois eixos de interpretação: *o indutor e o induzido*.

Se distinguirmos o indutor e o induzido, pode se dizer que o processo de industrialização é o induzido e que se pode contar entre os induzidos os problemas relativos ao crescimento e à planificação, as questões referentes à cidade e ao desenvolvimento da realidade urbana, sem omitir a crescente importância dos lazeres e das questões relativas à “cultura. (LEFEBVRE,2001, p.3)

Para Lefebvre a cidade é “preexistente a industrialização”, no entanto, o processo submetido a produção do urbano sofreu profundas metamorfoses diante das novas relações sociais e econômicas entrelaçadas na dinâmica espaço – trabalho. Nesse amplo processo de formulações do urbano, Castells (1983) aponta para a existência de três elementos substanciais para a compreensão da problemática urbana na esfera capitalista: “as formas espaciais, o processo de reprodução da força de trabalho e sua articulação com a ideologia do urbano”. (CASTELLS, 1983).

Um fator de extrema relevância ao processo de reprodução da força de trabalho, consiste na atuação da ideologia do urbano, que reproduz artifícios extremamente poderosos para a manutenção e ampliação do capital articulados ao sistema urbano. Entendemos que a Lei do Inquilinato pode ser entendida como uma “ideologia do urbano”, sobretudo, responsável pela concepção da aquisição da casa própria, ideário que livra de qualquer ônus o empresário capitalista dos custos da habitação popular.

“A construção da casa própria constitui, de um lado, a única possibilidade de alojamento para os trabalhadores menos qualificados, cujos baixos rendimentos não permitem pagar aluguel e, muito menos, candidatar-se aos créditos do Sistema Financeiro de Habitação. Por outro lado, essa “solução” do problema habitacional contribui para deprimir os salários reais pagos pelas empresas aos trabalhadores. Eliminando-se dos custos de sobrevivência da força de trabalho um item importante como a moradia, os salários limitam-se a cobrir o demais gastos essenciais, como transporte e alimentação” (CAMARGO *et alii*, 1982, p.43)

A casa própria surgir-se-ia como única possibilidade capaz de estabelecer o provimento de habitações populares e também uma tarefa aplicável ao próprio trabalhador. O problema da moradia foi encarado como uma questão de interesse especificamente da classe trabalhadora e por isso, a solução deveria vir por parte dos maiores interessados, ou seja, o próprio assalariado.

A escassez de moradias e a instalação de grandes projetos de intervenção urbana, que visou à remodelação dos centros urbanos com a construção de grandes avenidas, viadutos e etc., provocaram uma verdadeira disseminação da população pobre dos espaços urbanizados. A construção de grandes obras viárias com o propósito de fundamentar a modernização urbana, sensivelmente privilegiou a circulação de automóveis como requisito de crescimento, por outro lado, o bem estar social foi relegado ao segundo plano.

A classe trabalhadora forçosamente foi direcionada para espaços cada vez mais distantes dos centros estruturados. As demolições das habitações populares fizeram com que seus moradores tivessem que deixar suas moradias e buscassem assentamento em outras partes da cidade, em muitos casos, para outros municípios. Sobre a intervenção urbana na capital, Nabil Bonduki argumenta:

Durante o Estado Novo (1937-1945) o prefeito Prestes Maia implanta na zona central e adjacências o chamado Plano de Avenidas abrindo ou alargando dezenas de novas vias que visavam ampliar o centro de negócios e revitalizar zonas, que, embora fossem centrais, eram consideradas deterioradas. (leia-se habitadas pela população de baixa renda). As transformações viárias, as demolições e conseqüentemente as modificações imobiliárias provocam uma acentuada elevação nos preços dos terrenos nas áreas da cidade atingidas pela “cirurgia urbana” e acompanhada por um intenso processo de verticalização. (BONDUKI, 1999, p. 128-9)

A modernização urbana provocou a eliminação das moradias operárias de seus antigos espaços e exigiu de imediato, outra solução para compor os espaços dedicados à habitação operária. A estratégia viria com a ocupação das áreas distantes do centro urbano, facilitado pelo processo de mercantilização da terra urbana.

O movimento de condução da classe operária para espaços distantes do centro urbano denominou-se como “*padrão periférico de crescimento*”. O “*padrão periférico de crescimento*” ascendido em grande parte pela ideologia da casa própria determinou suas bases com o estabelecimento da segregação espacial no planalto paulista, sobretudo, com a crise habitacional instalada após a Lei do Inquilinato, a provisão por moradia ganhou novos contornos, metamorfoseados nos loteamentos periféricos. Ao expor a segregação imposta às classes operárias na capital paulista, e nos municípios vizinhos, Sachs esclarece:

“A segregação social se traduz, em São Paulo e nos municípios da região metropolitana, por uma segregação espacial muito pronunciada. Os pobres são repelidos para a periferia, cada vez mais distante e subequipada, enquanto os ricos nos bairros centrais e bem dotados em infra-estrutura e em habitações de qualidade, quando não de alto luxo. (SACHS, 1999,p. 56)

O padrão periférico de crescimento surgiu como a grande alternativa para a produção de moradia popular aos trabalhadores urbanos, além disso, com os salários ainda mais suprimidos, os empresários deixaram de arcar com os custos da moradia, repassando todo o ônus ao próprio trabalhador. O salário passou a compor somente os custos com alimentação, transporte etc.

A periferia urbana, como composição de uma nova espacialidade e centro de reprodução da força de trabalho, concretizou-se amplamente como lugar da população operária. Distante dos espaços com infra-estrutura, o processo de periferização deu-se em espaços extremamente isolados do centro urbano, sem a existência de transporte, energia elétrica, água e outros equipamentos necessários a inserção da classe operária ao urbano.

As periferias consolidaram-se em diferentes espaços e de maneiras desiguais, produzindo especificidades totalmente distintas de um *lugar* para outro. Observamos então, a conformação de um espaço desigual e irregular no

município, prevalecendo à existência de novas centralidades no interior de uma mesma aglomeração. Logo, a caracterização da moradia popular se perpetua no padrão periférico de crescimento, determinado pela “*produção doméstica*” da moradia. Com relação às características do espaço da moradia popular, Sachs salienta:

“O loteamento periférico irregular, as favelas e os cortiços constituem os três segmentos principais do mercado de habitações populares, que funcionam segundo suas próprias leis, mas que estão estreitamente ligados entre si”. (SACHS, 1999, p.22)

Caracterizados pela “*produção doméstica*”, a habitação popular no espaço periférico ganhou status de pobreza e de áreas desestruturadas. A falta de recursos básicos que pudessem conceder aos trabalhadores urbanos os benefícios da “*urbanidade*” resultou num processo de “*inclusão precária*” da população à moradia. Ao utilizarmos o conceito de “*inclusão subalterna*” ou “*precária*”, estamos diante da conclusão de que o padrão periférico atingiu o seu objetivo, que foi o de promover a ideologia da casa própria, no entanto, não incluiu o urbano em sua plenitude. José de Souza Martins ao contrariar o conceito de *exclusão social* entende ser mais conclusivo, falar de uma ação includente, ou seja, uma “*inclusão precária e instável, marginal*”. (MARTINS, 2003, p.20).

A periferização constituída na conformação dos loteamentos periféricos e a intensificação do processo de favelização relacionam-se como principais veículos de inclusão das populações operárias no sentido do urbano, mesmo que em sua determinação estejam afastados dos benefícios concebidos pela urbanização, sobretudo, da arquitetura moderna. O planejamento urbano das grandes cidades seguiu a estrutura pertinente ao capitalismo, direcionando as formas de composição do capital e de maneira racionalizada definiu o provimento da habitação popular. “A construção, dessa forma, de casas para os mais pobres ajuda, de fato, a viabilizar a cidade corporativa” (SANTOS, 2007, p. 62).

O planejamento de um modelo periférico de habitação baseado na tríade “*loteamento periférico, produção doméstica e casa própria*” (padrão periférico), contraditoriamente, resultou no desprendimento de recursos ainda mais

elevados por parte de seus moradores. Morar em espaços caracterizados pela ausência de infra-estrutura e sem os serviços urbanos predominantes nas grandes cidades industriais acaba por contrair um investimento significativo por parte dos moradores, que para terem acesso aos serviços pagam muito mais caro por eles. Assim:

Como morar na periferia é, na maioria das cidades brasileiras, o destino dos pobres, eles estão condenados a não dispor de serviços sociais ou a utilizá-los precariamente, ainda que pagando por eles preços extorsivos. (SANTOS, 2007, p.63)

Partindo do mesmo pressuposto de Santos, Suzana Taschner e Lúcia Bógus (2000) apontam para a precariedade dos serviços existentes nos espaços distantes do centro e principalmente, para os altos custos que a população pobre acaba arcando para poder utilizá-los, mesmo em escala menor, ou seja, os custos de reprodução nas periferias das cidades são bem mais elevados se comparados com os usuários de centros estruturados.

(...) quanto pior a condição socioeconômica do indivíduo, mais caro ele paga pelos serviços: mais horas de transporte, piores condições sanitárias, aluguel relativamente maior, uso de gás liquefeito de petróleo em vez de gás natural, falta telefonia fixa, obrigando ao uso do celular. (TASCHNER E BÓGUS, 2000, p.274)

A concentração dos serviços nas áreas centrais contribuiu para que os pobres assentados na periferia tivessem maiores dificuldades para obterem o acesso aos serviços. Em geral, a concentração da estrutura urbana encontra-se disponível em grande escala no centro urbano, isso, colaborou para que a prestação de serviços na periferia fosse resolvida pelos próprios moradores.

Os aspectos assinalados nos levam ao reconhecimento das noções apresentadas por Amélia Damiani (2004) da existência de uma *urbanização crítica*, caracterizada de sobremaneira aos aspectos de uma “inclusão precária”, um urbano incompleto e inconsistente na sua forma estrutural. “Os pobres sobrevivem às custas de uma economia que envolve os próprios pobres e quase exclusivamente eles: são os serviços e o comércio nas áreas periféricas”. (DAMIANI, 2004, p.30).

Para a reprodução da força de trabalho, os serviços realizados pelos próprios moradores das áreas periféricas iniciam quase sempre na construção da

própria moradia. No provimento da casa própria, a “*produção doméstica*” caracterizou-se como o elemento fundamental para que as horas livres do trabalhador resultassem na constituição de um teto. Szmrecsányi (2004) ao tratar da expansão periférica, ressalta a importância do próprio morador na produção de sua moradia como única forma possível de acesso a casa própria²⁹.

A autoconstrução foi provocada e ao mesmo tempo permitida por salários arrochados de trabalhadores em busca de moradia. Esses loteamentos, cada vez mais distantes do Centro, foram empreendimentos muitas vezes irregulares ou ilegais, permanecendo muitos deles até hoje nessa situação”. (SZMRECSÁNYI, 2004, p.127)

Os loteamentos periféricos foram viabilizados a partir do parcelamento de áreas qualificadas como rurais. O proprietário tinha como única preocupação a tarefa de disponibilizar suas terras para que fossem loteadas, e, posteriormente, colocadas a venda. A participação do poder público municipal era praticamente nula, e muitas vezes conivente por não interferir nas irregularidades, concedendo ao loteador a possibilidade de agir sem grandes preocupações no planejamento e execução do empreendimento imobiliário. A intermediação ficava a cargo do empreendedor, que negociava o lote diretamente com o comprador, de tal forma que “cada um fazia seu loteamento isoladamente” (MONBEIG, 2004, p.56)

A instalação dos loteamentos seguiu um planejamento de execução muito comum. Com a disponibilidade de extensas glebas de terra, os lotes eram parcelados seguindo um cronograma que possibilitasse maior lucratividade, colocando a venda os lotes de piores condições, somente depois, da valorização, que os lotes de melhor localização eram vendidos, extraindo assim uma maior renda diferencial da terra. Em seu processo de abertura e consolidação participam cinco agentes: o proprietário fundiário, o empreendedor do loteamento, o corretor, os compradores dos lotes (moradores), e o Estado, por meio de seu aparelho técnico, legal e financeiro. (Figura 11)

²⁹ Szmrecsányi utiliza o termo “autoconstrução” para designar o trabalho engajado pelo próprio morador na construção de sua casa. No entanto, preferimos a utilização do termo “*produção doméstica*” por entendermos haver uma maior apropriação com a prática doméstica ou caseira de produção. A família participa diretamente da construção e os recursos utilizados são de domínio dos próprios moradores.

Figura 11: Esquema de abertura dos loteamentos

Fonte: Esquema montado a partir de Bonduki; Rolnik, 1982, p.120

A função do Estado que evidentemente seria a de promover a legalidade dos loteamentos garantindo a instalação de estruturas necessárias para sua liberação, quase não existiu, ficando restrito a pequenos casos. Os loteamentos irregulares passaram a configurar a conformação da periferia, que diante da inoperância do Estado, as áreas loteadas na irregularidade eram facilmente justificadas por sua falta de infra-estrutura. O poder público alegando desconhecimento da área loteada produziu uma argumentação consistente, liberando o Estado do ônus da inoperância³⁰.

“A clandestinidade dos loteamentos que seriam, na verdade, loteamentos que a prefeitura desconhece oficialmente, dá a ela a desculpa institucional para não instalar os equipamentos faltantes: pavimentação, luz, água, esgoto, canalização de água pluviais e de cursos d’água, etc.” (CAMPOS FILHO, 1999, p.36)

Com o estabelecimento do processo de periferização como condição para a reprodução do espaço urbano, o loteamento periférico perpetuou-se como acesso à casa própria concedendo a periferia status de espaço proletarizado.

A massa trabalhadora urbana vai, no entanto, se assentando principalmente nas periferias das cidades, que é onde sua baixa capacidade aquisitiva lhe permite pagar o aluguel ou comprar seu terreno. (CAMPOS FILHOS, 1999, p.35)

³⁰ O Estado aparecia na regulamentação do loteamento, em pequenos casos atuou como provedor de infra-estrutura no momento de abertura dos loteamentos. No entanto, a demora no processo de liberação acabava por facilitar os loteamentos irregulares, uma vez que a burocracia servia como álibi para que os empreendedores loteassem glebas inteiras sem a liberação exigida.

A conformação da periferia como espaço de moradia da população operária, resultou de uma concepção de planejamento urbano instituído na “ideologia do urbano”. Como explicitou Manuel Castells (1983), em “*A Questão Urbana*”, a complexidade que envolve a dinâmica da ideologia do urbano deve ser extremamente compreendida a fim de possibilitar a apreensão dos elementos constitutivos do sistema urbano. Assim,

“Chamamos de sistema urbano à articulação específica entre os elementos fundamentais do sistema econômico. O sistema urbano define-se assim, como estrutura das relações entre processo de produção e processo de consumo num complexo espacial dado e através de um processo de intercâmbio e de um processo de gestão dessas relações”.(CASTELLS, 1979, p.225)

A articulação do sistema urbano consiste eminentemente nos elementos necessários à ampliação do capital nas grandes cidades. Esse conjunto de elementos/articulações está, sobretudo, estruturado no que caracterizamos como planejamento urbano, sendo possível dizer que “a problemática do urbano coincide cada vez mais com a do planejamento urbano” (CASTELLS, 1979, p. 209).

Entendemos que a introdução do loteamento periférico como base ao provimento de moradia popular, atende aos requisitos voltados ao planejamento urbano. O loteamento de periferia como elemento colaborativo do sistema urbano busca constantemente articular a dinâmica de reprodução do espaço, a fim de estabelecer as bases de ampliação do capital, no entanto, é um elemento significativo na representação das contradições produzidas na esfera do urbano.

“No que se refere à reprodução da força de trabalho, existe contradição entre a necessidade de concentrar esta força em metrópoles industriais (como mão-de-obra e como mercado) e a incapacidade que os níveis – mesmo mínimos – de habitação e equipamento, incapacidade justificada pela escassa rentabilidade destes investimentos, a qual é provocada pela estratificação dos rendimentos resultantes do sistema”. (CASTELLS, 1979, p.229).

A contradição na estrutura do sistema urbano é evidente e claramente organizada com base nos princípios da industrialização/urbanização que permite o movimento de ampliação do capital por meio de instrumentalizações

que se justificam na ideologia do urbano, sendo assim, a urbanização é um aspecto social de complexidades múltiplas que determinam o (re)produção do espaço. Todavia;

A produção espacial expressa as contradições da sociedade atual na justaposição de riqueza e pobreza, esplendor e fealdade; em última análise, na segregação estampada na paisagem, e que tem sua natureza no modo de exploração do trabalho pelo capital fundado na propriedade, em que os homens se distinguem pelo ter, isto é, pela condição de proprietários de bens". (CARLOS, 1994, p.23)

Considerando a síntese de Carlos parece-nos clara a existência de contradições expressas na reprodução do urbano, na medida em que se cria instrumentos de segregação socioespacial, a fim de gerar espacialidades distintas, possibilitando conceder usos diferenciados em certos espaços de uma mesma escala urbana. O preço da terra varia de acordo com a dinâmica da especulação imobiliária que em determinadas localizações espaciais determina valores distintos a reprodução do espaço. De certo modo, a paisagem urbana reflete claramente as formas de reprodução do espaço na lógica capitalista, num processo em que a periferia consagrou como *locus* da população operária e como espaço de reprodução da força de trabalho.

2.4- Bairros – jardins na periferia de Guarulhos

O bairro de Cumbica é uma espacialidade em que a reprodução do espaço deu-se em constante parceria com a capital paulista. O processo de expansão da capital decididamente influenciou a espacialidade de Cumbica, principalmente a partir de 1945 quando Guarulhos passa a sediar a Base Aérea de São Paulo – (Figura 12).

A doação da Fazenda Cumbica para a instalação da Base Aérea trouxe alterações de grande expressão ao município, contribuindo para dinamizar a valorização do espaço na zona Leste de Guarulhos. Conseqüentemente, a inauguração da Via Dutra, consolidou Cumbica como um espaço capitalizado, principalmente, com a instalação do loteamento Cidade Industrial Satélite. Em

termos habitacionais formou-se em Cumbica nas dependências da Base Aérea, uma vila militar exclusiva aos militares da aeronáutica. Em torno da antiga fazenda, agora área militar, a paisagem era constituída por chácaras e bairros operários.

Figura 12: Base Aérea de São Paulo – Cumbica década de 1970

Fonte: Departamento de Informática e Telecomunicações – (DIT). Prefeitura Municipal de Guarulhos - PMG.

Na Figura 12, é possível observarmos as pistas da Base Aérea nas antigas instalações da fazenda Cumbica e ainda uma ampla porção de terras sob o controle do Estado, espaço que posteriormente receberia a instalação do Aeroporto de São Paulo. Dentro da base militar, formas particulares de reprodução do espaço se efetivaram. Além da vila militar, o ramal do Trem da Cantareira que houvera sido prolongado à Guarulhos em 1915, teve sua extensão elevada até a Estação Cumbica, de uso exclusivo da aeronáutica. Com isso, o transporte chegava ao bairro de Cumbica, mas somente a uma parcela específica de usuários. Apenas os militares faziam uso da estação neste ponto da ferrovia. Em torno da existência da estação, Ribeiro ressalta:

(...) em 1945, com a inauguração da Base Aérea de Cumbica da FAB, a partir da Estação Guarulhos, foi prolongado um ramal até dentro da Base, para uso exclusivo dos militares da aeronáutica, local onde fora construída uma pequena estação, que ainda encontra preservada, como se tombada fosse, por ordem do comandante da Base. (RIBEIRO, 2006, p.38)

Embora o trem tivesse especificamente a função de servir a Base Aérea, Cumbica caracterizou-se como um espaço privilegiado aos loteadores e proprietários, em razão da proximidade com a rodovia Presidente Dutra que possibilitava uma facilidade de circulação, conseqüentemente, uma maior mobilidade espacial. Além disso, as empresas estavam fixando suas plantas nas proximidades da Dutra, o que atraía uma demanda de trabalhadores necessitados de moradia, fator que elevou o preço da terra urbana.

A espacialidade de Cumbica foi fortemente determinada pela presença dos equipamentos voltados a estruturação urbana da capital. O parcelamento da Fazenda Cumbica, foi basicamente ofertado ao poder do Estado, que na defesa de seus interesses, quase sempre dispersos das necessidades dos moradores locais, desenvolveram planos diretamente relacionados a um projeto modernista, sem naturalmente estabelecer o urbano à crescente população operária no município.

A princípio recorremos em teoria ao que Antonio Carlos R de Moraes (2005, p.93) descreveu para o processo de valorização do território brasileiro, ao citar que o processo de formação do Brasil, se deu num projeto de construção do país, ou seja, privilegiando a territorialização sem que houvesse indícios ou preocupação de formar uma sociedade, portanto, carente do exercício de cidadania.

Para o caso guarulhense, chegamos à compreensão de que as questões ressaltadas por Moraes são relevantes ao município, sendo que, numa prerrogativa de desenvolvimento territorial, a espacialidade local tornou-se prioritariamente um “lugar” de relações estratégicas sem que as questões sociais fossem priorizadas na esfera de produção do espaço local. Deste modo:

(...) começa a tomar corpo uma concepção que vai identificar o país não com sua sociedade mas como seu território. Isto é, o Brasil não será concebido como um povo e sim como uma porção do espaço terrestre, não uma comunidade de indivíduos mas como um âmbito espacial.(MORAES, 2005, p.93)

Na dialética de valorização do espaço, Cumbica é representativamente um exemplo da constituição de “fundo territorial”. Para Moraes, os fundos territoriais serviam como suporte ao ideário das elites para o desenvolvimento de novas ocupações aos territórios não *usados*.³¹ Como espacialidade destinada ao desenvolvimento da modernização, os demais bairros em torno de Cumbica foram tendenciados a seguirem os padrões aplicados na esfera do eixo Dutra - Base Aérea. Como consequência, os bairros posicionados além de Cumbica³² ficaram predispostos a uma estrutura urbana extremamente vinculada as contradições do capital, sendo, que o planejamento urbano nesses bairros passou primeiramente pelo aspecto industrial e tão somente depois, as relações sociais.

O Jardim Presidente Dutra

Cumbica como sede de instalação da Base Aérea de São Paulo e por contemplar um dos acessos à via Dutra, além de preferencialmente acomodar a instalação de empresas importantes, tornou-se a espacialidade de maior representatividade no município. A princípio essa importância era recorrente às questões de interesse econômico por parte da administração municipal, mas logo, veio a consolidar-se como referência de ocupação operária.

A facilidade de acesso produziu um movimento de mobilidade capaz de favorecer os trabalhadores no provimento por moradia, com isso, novas espacialidades ganharam importância no município. Vizinho a Cumbica, o bairro Presidente Dutra surgiu como um espaço atrativo, principalmente a

³¹ Antonio Robert de Moraes argumenta em torno dos fundos territoriais dando ênfase aos conceitos de território usado desenvolvido por Milton Santos

³² Consideramos como referência o ponto a partir da rodovia presidente Dutra, pois com a instalação da Base Aérea a reprodução espacial do município já apresentava indícios de fragmentação espacial, no entanto, essa argumentação se concretizar-se-ia com a construção do aeroporto no final da década de 1970 e início de 1980.

população migrante.³³ Entre as décadas de 1960 – 1970 o bairro Presidente Dutra concentrou populações de diferentes lugares do Estado, sobretudo, da zona Leste da capital. A proximidade com Cumbica ascendeu para um espaço de forte atração demográfica, consideravelmente admitida pela administração municipal, como demonstra na citação a seguir:

A importância dessa região na economia guarulhense tem origens históricas bem conhecidas. A partir da construção da rodovia Presidente Dutra que liga duas metrópoles brasileiras, São Paulo e Rio de Janeiro, a estrutura urbano-industrial guarulhense passou a diversificar e aos poucos Cumbica transformou-se no centro dinâmico do crescimento municipal. (Plano urbanístico do município de Guarulhos, 1970, p.135)

Numa interpretação mais detalhada em torno da citação acima, nota-se que as contradições do capital começam a apontar para suas determinações. Como espaço capitalizado, o município de Guarulhos torna-se fluxo de atração para as empresas, criando incentivos, concedendo infra-estrutura e outros elementos que impulsionaram a consolidação do pólo industrial. Em contrapartida a reprodução do espaço urbano apresenta uma situação completamente oposta.

A periferia é organizada seguindo critérios pouco significativos, sem o estabelecimento de condições estruturais que contribua para a conformação de uma espacialidade condizente com a modernidade. Na abstração cada vez maior do capital, a reprodução do espaço periférico encontra sua definição na “produção doméstica da moradia” essencial, a reprodução da força de trabalho.

Os resíduos do urbano-industrial tornaram-se visíveis a paisagem da periferia, os moradores do bairro Presidente Dutra recebem novos vizinhos, entre os quais, a multinacional Pésico Pizzamiglio e Yamaha, além de tantas outras que viriam se instalar no espaço periférico da zona leste de Guarulhos.

³³ Nesse contexto, influenciado plenamente pela rodovia Presidente Dutra, conhecida por interligar as duas maiores capitais do país – São Paulo – Rio de Janeiro, e estrategicamente, industrializando em torno da própria rodovia

O Jardim São João

O bairro São João surgiu do parcelamento das terras da fazenda Bananal, que até meados do século XX compreendia desde a sede da fazenda (atual bairro Bananal) até onde hoje está a Base Aérea de São Paulo no bairro de Cumbica.

São João é um distrito do município de Guarulhos, localizado próximo ao Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos, possui cerca de 25 mil habitantes, um dos mais populosos da cidade. Uma das suas principais vias urbanas são: Rodovia Juvenal Ponciano de Camargo, que vai até a cidade de Nazaré Paulista recebendo denominação de Estrada Guarulhos/Nazaré, Estrada do Saboó que leva a divisa da cidade de Mairiporã e Avenida Florianópolis onde é concentrada a maior parte do comércio local da Região. (www.wikipedia.org – Acesso em 10/01/2009 – Por Nilton Gama)

A atividade econômica da fazenda estava praticamente centralizada na produção de tijolos, consequência disto, a reprodução espacial nessa localidade apresenta reflexos da atividade oleira, com áreas que foram ocupadas após o declínio da produção das olarias. A estrada das olarias, principal espaço de produção de tijolos nos limites da fazenda Bananal, cedeu lugar aos assentamentos de moradias populares, em sua maioria provida por ocupações.

A fazenda Bananal é o ponto de partida para a reprodução do espaço nessa parte da periferia, principalmente, em razão da paisagem ser constituída por olarias e casas ocupadas por famílias que dominavam a técnica da olericultura. Os antigos trabalhadores das olarias modelaram a paisagem urbanística do bairro, determinando as feições espaciais e os resíduos da relação capital-trabalho impregnada na estrutura urbana do jardim São João.

Embora não houvesse uma apropriação da terra como elemento de especulação fundiária, a Fazenda Bananal foi responsável por relações sociais extremamente significativas para a reprodução do espaço urbano na periferia

de Guarulhos. Extensões de terra eram dedicadas aos trabalhadores das olarias, que construíam suas casas nos arredores de seu local de trabalho.³⁴

A conformação da espacialidade do bairro São João começa a se delimitar com os contínuos processos de fracionamento da área por parte dos proprietários da fazenda. Com a redução dos limites espaciais da fazenda Bananal e o parcelamento de algumas áreas, novos proprietários foram constituindo propriedade, sendo o mais expressivo, a instalação da Granja Aliança. A Granja Aliança de propriedade de Marcial Lourenço Seródio passou a compor uma parte significativa da Fazenda Bananal, com uma extensa área de terras que mais tarde sediaria parte dos loteamentos que configuraram a espacialidade do bairro São João (Distrito). Em termos circunstanciais a fazenda Bananal e a Granja Aliança cederam lugar para o surgimento dos loteamentos Cidade Seródio, Lenise, Santos Dumont, Bananal e São João.

Com relação ao parcelamento da Granja Aliança, o processo de loteamento deu-se de forma muito mais consistente, com a instalação do empreendimento que levou o nome de Cidade Seródio. Quanto a Fazenda Bananal, o limite da propriedade passou por processo de fracionamento resultando na apropriação de diversos proprietários, sendo alguns por transferência como pagamento de dívidas, outros pela própria venda e também com divisões entre herdeiros.

As formas que determinaram o loteamento da Granja Aliança foram totalmente opostas ao empreendido na Fazenda Bananal, pois a área da granja seguiu um planejamento de parcelamento do solo sobre o controle do proprietário. Mais tarde, a família constituiu sua própria imobiliária a fim de promover a comercialização dos lotes. Notamos com relação à reprodução espacial neste eixo da periferia guarulhense, que as características dos loteamentos são representativas entre si, pois, todos ilustram uma precariedade tangente à conformação da espacialidade que compõe o distrito do São João.

³⁴ As casas construídas nos arredores das olarias eram feitas pelo processo de “produção familiar” da habitação. Toda a casa, desde o planejamento ao assentamento dos tijolos era uma função da própria família, processo que será empregado na construção de novas casas quando da abertura de loteamentos nos limites da fazenda Bananal.

No plano teórico, o planejamento urbano baseado na formação dos bairros (“jardins”)³⁵, caiu no plano do simbólico sem nenhuma aplicação na periferia. Com o crescimento da periferia novos loteamentos foram implantados e o bairro São João consolidado como distrito administrativo. Cabe mais falarmos em “regionalização dos problemas”, uma vez que a periferia continuou segregada aos seus próprios limites. Isso em razão de compreendermos que a aplicação dos recursos em infra-estrutura urbana serem muito mais voltados para a instalação dos interesses econômicos do que propriamente com a população moradora. As intervenções ocorridas no espaço urbano de Guarulhos foram muito mais em razão da necessidade de reprodução do capital, do que para amenizar os problemas de falta de estrutura urbana das populações periféricas. Campos Filho (1999) ao tratar do processo de urbanização, a qual denomina como “otimização das cidades”, argumenta que:

É uma preocupação com a eficiência dos serviços e não com a eficácia na solução dos problemas envolvidos. Significa buscar atingir um determinado objetivo de forma ótima, isto é, com o dispêndio mínimo de recursos humanos, financeiros e tecnológicos. (CAMPOS FILHO, 1999, p.13)

Consideramos na conclusão de Campos Filho (1999) que as necessidades urbanas são geridas com uma preocupação claramente política, com medidas que possibilitaram o provimento de serviços e equipamentos meramente condicionados a números sem minimamente equacionar os problemas com ênfase na qualidade da reprodução do espaço urbano. Um exemplo que entendemos recuperar a interpretação de Campos Filho foi a instalação dos loteamentos na periferia das grandes cidades, em especial, no município de Guarulhos.

Consideravelmente, diante de uma expressiva população urbana e da consistente queda na oferta de moradias operária, e por outro lado, a

³⁵ As transformações urbanísticas nas principais cidades industriais contribuíram para que os urbanistas se preocupassem em um planejamento urbano dedicado a pensar as alterações no urbano. Ebenezer Howard foi o idealizador das cidades-jardins na Inglaterra, sendo que sua principal preocupação era de manter o equilíbrio entre as representações do campo na cidade. As áreas verdes recebiam especial atenção com espaços imbricados entre si, e a distribuição de áreas dedicada a função específica, preservando as características funcionais da cidade, mas ao mesmo tempo, vinculadas com o campo. No entanto, o projeto não se aplicou nos bairros dedicados a população operária, principalmente, no município de Guarulhos. Algumas exceções ocorreram, como por exemplo, o caso paulistano com a criação do bairro dos Jardins na capital. Em alusão ao movimento da arquitetura moderna do século XX, os loteamentos receberam a transcrição teórica as cidades-jardins inglesas de Howard.

existência de cortiços nas áreas centrais dos espaços urbanos, emergiu uma preocupação em gerir recursos e condições para resolver o problema da moradia popular. Logo a solução que mais se enquadrou na concepção de urbano na lógica brasileira, foi o parcelamento de áreas consideradas rurais. Deste modo, a espacialidade do jardim São João torna-se representativa para apreensão dos conceitos que determinaram a reprodução da força de trabalho no município, bem como, compreender os meandros da conformação do espaço periférico, como lugar da moradia operária.

O Jardim das Lavras

Lavras e Bonsucesso são os bairros mais antigos de Guarulhos e possuem uma relação histórica engendrada pelas articulações voltadas ao processo de ocupação do território brasileiro, sobretudo, do planalto paulista. Na organização espacial do município a espacialidade das Lavras e Bonsucesso apresentam-se como espaços de maior importância ao aspecto econômico, e que mantiveram relações de trabalho escravista. A extração de ouro nas terras situadas nessas áreas concedeu ao bairro das Lavras uma reprodução espacial vinculada à acumulação capitalista. A descoberta do ouro ocorreu em meados de 1589, conforme descrição nos primeiros registros relatando a existência do metal nas antigas terras indígenas do Aldeamento de Nossa senhora da Conceição dos Guarulhos.

Descobriu e explorou ouro em Guarulhos, na lagoa Velha do Geraldo (1.589). Ao ditar ao Padre João Álvares suas últimas vontades, em 1604, declarou ter 80.000 cruzados de ouro enterrados em botelhas de barro. Por sua vez, Geraldo Correia Sardinha, em 1612, descobriu no Riveirão Maquirubú, em Guarulhos”. (RANALI, 1986, p.16)

Os registros da época evidenciam claramente que houve diferentes áreas de exploração aurífera no território indígena, e também, a possibilidade de que o processo de extração do minério tenha constituído a primeira atividade realmente econômica do núcleo de Conceição.

“Houve ao menos seis lavras auríferas em território Guarulhense, que se localizam em pontos diferentes de uma vasta área, compreendendo algumas dezenas de quilômetros quadrados, onde se acham os bairros de Lavras, Cata Velhas, Monjolo de Ferro, (esta deve ter sido a chamada Lavras-Velhas-do-Geraldo), Campos dos Ouros, Bananal, e Tanque Grande”. (ROMÃO E NORONHA, 1980, p. 55)

O processo de exploração nas áreas de mineração demandou uma considerável força de trabalho, sendo que além da mão-de-obra indígena, contou também, com a escravidão do negro africano. “A vastidão da área revolvida a grandeza do sacrifício empregado, leva-nos a supor que centenas de negros escravos ali morejaram durante dois séculos”. (ROMÃO; NORONHA, 1980.p. 48).

O resgate histórico que pronunciamos a realizar justifica-se no intuito de relacionarmos que a reprodução do espaço urbano no bairro das Lavras e Bonsucesso sofreram influências do período de mineração, principalmente, na acumulação fundiária que caracteriza o bairro. O número de áreas ocupadas na espacialidade das Lavras e Bonsucesso nos fornecem pistas para uma breve interpretação em direção da acumulação fundiária circunscrita na paisagem urbana do município e nas áreas relacionadas.

O assentamento Anita Garibaldi e IV Centenário são espacialidades que contribuíram significativamente para o adensamento populacional em Bonsucesso e Lavras nos últimos anos, sendo em grande parte promovida por ocupação irregular. No início do século XX, as olarias foram predominantes na paisagem, tanto de Lavras como de Bonsucesso, além de portos de extração de areia e outros produzidos direcionados à atividade ceramista. Em um trabalho dedicado ao bairro Presidente Dutra, encontramos o seguinte relato:

Nas proximidades do bairro, seguindo sentido à Cantareira e na área que atualmente se encontra o aeroporto internacional de São Paulo em Guarulhos, existiam vários portos de areia, olarias para a fabricação de telhas e tijolos, cerâmicas para a fabricação de lajotas para pisos e uma pedreira situada na serra que até hoje está em funcionamento. (CORREIA, 1994, p.25-6)

O número de olarias nesta parte do município era relativamente grande e em confluência com inúmeras chácaras destinadas à horticultura e cultivo de flores³⁶, caracterizava as formas de reprodução do espaço. Dos loteamentos implantados na espacialidade do bairro das Lavras, muitos estão em situação irregular, por inconsistências nas documentações, como falta de recolhimento de impostos municipais, além das áreas provenientes de assentamentos. Vimos que a determinação espacial da periferia guarulhense em sua zona leste

³⁶ A paisagem local ainda é composta por algumas chácaras que continuam desenvolvendo tanto a horticultura como o cultivo de flores.

contempla o processo de parcelamento do solo rural como determinação do lote urbano impulsionado pela facilidade dos proprietários extraírem a renda da terra, o que consolidou a prática dos loteamentos periféricos como mercadoria aplicável a população operaria. No item a seguir, iremos analisar os loteamentos periféricos em sua gênese, buscando elucidar as variantes que cercam a execução do loteamento, desde o planejamento e divulgação da terra urbana como uma mercadoria, a fim de gerar meios exeqüíveis de extração da renda da terra em seu processo mais primitivo de acumulação.

2.5- A produção do espaço: os loteamentos periféricos em Guarulhos

A evolução urbana do município de Guarulhos intensifica-se com as alterações sócio-espaciais produzidas pelo processo de modernização industrial. Não houve em Guarulhos nenhum grande plano de interferência urbanística que viesse alterar as características da espacialidade do município, antes da década de 1980³⁷.

Tal metamorfose deu-se em razão do crescimento populacional iniciada na década de 1950 e sua intensificação a partir da construção da via Dutra, que por sua vez, acabou contribuindo para a conformação de uma nova espacialidade no município³⁸. A Dutra confirmou-se como principal eixo de circulação entre São Paulo - Rio de Janeiro e um articulador significativo ao processo de ampliação do capital. As indústrias em busca de maior fluidez fixaram suas plantas em torno das rodovias. A expansão urbana e a espacialização das empresas em torno das rodovias foi assinalada por Sachs da seguinte forma:

A área de urbanização não cessou de aumentar, principalmente a partir de 1930, ao longo das estradas de ferro e, a partir de 1950, das rodovias, muito procuradas para a instalação das indústrias. (SACHS, 1999, p. 48)

³⁷ Isso viera a ocorrer com a construção do Aeroporto Internacional de São Paulo, responsável pela desapropriação de diversas famílias e por suprimir bairros inteiros, como foi o caso do jardim Maringá.

³⁸ Não entendemos que houve uma expansão urbana, mas a produção de uma nova espacialidade com especificidades próprias e caracterizadas pelas contradições sócio-espaciais existentes entre o centro e a periferia urbana - (aqui entendida como uma nova espacialidade).

A mobilidade urbana também recebeu influências da rodovia Presidente Dutra, pois ampliou a capacidade de circulação da população operária. Para o trabalhador urbano, a mobilidade possui uma ampla representação na reprodução da força de trabalho, ao contribuir para a instalação do padrão periférico de crescimento. Nesse sentido:

Se a periferização decorre do avanço da industrialização, ela só seria possível com a alteração do sistema de transporte: a linha de ônibus passa a viabilizar longínquas zonas habitáveis ao unir a moradia ao local de emprego e a consistir fator de intensa especulação imobiliária, na medida em que áreas brutas são transformadas em “lotes” a serem vendidos ao crescente número que se avoluma com a ampliação e diversificação do parque fabril. (KOWARICK E ANT, 1994, p.80)

Com um planejamento voltado ao desenvolvimento da mobilidade urbano, permitiu que a classe operária ocupasse os loteamentos periféricos em Guarulhos. A instalação de sistemas viários e a presença de transportes públicos motivaram os trabalhadores a optarem pela moradia de “produção doméstica” em lotes distantes da área central. Nesse aspecto Campos Filho (1999), argumenta:

No nível mais específico do planejamento urbano, o enfoque estrutural desenvolveu-se a partir do reconhecimento do papel estruturantes do sistema viário e, mais especialmente, do papel específico desempenhado por cada um dos meios de transporte como o maior gerador de renda diferencial. (CAMPOS FILHO, 1999, p.26)

A instalação de um sistema viário contribuiu para valorização espacial determinada pela localização. As áreas em que a mobilidade se deu em maior escala, a especulação imobiliária pode extrair uma maior renda diferencial. Contudo, a partir da instalação de áreas de mobilidade urbana, o trabalhador buscou a consolidação de sua moradia em espaços cada vez mais distantes do centro urbano, lugar onde seu salário o permitia adquirir um o lote.

A partir de então surge no cenário urbano o que passou a ser designado de “periferia”: aglomerados distantes dos centros, clandestinos ou não, carentes de infra-estrutura, onde passa a residir crescente quantidade de mão de obra necessária para fazer girar a maquinaria econômica. (KOWARICK, 1979, p.31)

Diante de um planejamento urbano voltado para a produção da periferia como provimento de habitação popular, o processo de periferização encontrou

sua conformação com a instalação do “*padrão periférico de crescimento*”.³⁹ Na parte Leste do município de Guarulhos surgiram diferentes loteamentos provenientes do parcelamento de antigas áreas. A instalação dos loteamentos atendia a um planejamento muito comum ao parcelamento do solo. Os proprietários de extensas glebas de terras, que em períodos anteriores administravam chácaras e olarias, alteraram rigorosamente a maneira de constituição de suas riquezas. Com a queda da produção das olarias e o grande aquecimento do mercado imobiliário nas áreas periféricas, o processo de loteamento caracterizou-se como um investimento de amplas vantagens a acumulação do capital.

Para a instalação do loteamento ocorria uma parceria entre o proprietário e o empreendedor. Por meio de concessão, o proprietário concedia suas terras para que o loteador desenvolvesse o plano de loteamento a ser comercializado. O proprietário não tinha nenhum gasto efetivo para a realização do processo de parcelamento de suas glebas. Por outro lado, o empreendedor responsável pelo planejamento e execução da divisão da gleba em lotes, investia o mínimo possível, para poder auferir uma renda muito maior com a comercialização dos lotes.

No empreendimento de loteamentos predomina o sistema de concessão, mecanismo que consiste na associação do proprietário da gleba com o loteador, cabendo a este de 40 a 50 por cento das carteiras relativas ao loteamento. O proprietário entra no negócio apenas com a gleba enquanto todos os demais encargos competem ao loteador: projeto e aprovação do loteamento, obras de terraplanagem, arruamento e demais benfeitorias exigidas pela lei, elaboração do plano de vendas, determinação do preço e das prestações, contato com os corretores, recebimento das prestações e serviços relacionados com a cessão de escritura de compra e venda. (BONDUKI E ROLNIK, 1982, p.120-1)

Na perspectiva, surgiram no município de Guarulhos vários processos de parcelamento do solo, impulsionados pelos loteamentos periféricos destinados ao provimento da casa própria. Caracterizados pelo movimento de expansão urbana, e, sobretudo, pelas áreas consideradas de grande valor estratégico, a porção Leste do município destacou-se como principal ponto da

³⁹ O padrão periférico de crescimento foi determinado pela instalação de loteamentos em áreas distantes ao centro urbano, principalmente, em antigos espaços dedicados a produção agrícola. A base de fundamentação do padrão periférico consistiu na produção doméstica da moradia, sendo o proprietário o responsável pela arquitetura e construção da casa-própria, e, assim, reduzindo o custo de reprodução ao deixar de arcar com o aluguel.

mercantilização de lotes na periferia do município. Assim, a ocupação da terra na espacialidade de Cumbica, Presidente Dutra, São João, Lavras e Bonsucesso⁴⁰, passaram a ser definidas pela existência dos loteamentos e personificados na venda do “terreno”.

O terreno próprio, onde ocorre a construção da casa, deve se localizar num loteamento, pois todos os equipamentos de infraestrutura necessários para um abrigo se transforme em habitação, e uma gleba em território efetivamente urbano, só podem ser instalação se forem para um conjunto de lotes. (BONDUKI E ROLNIK, 1982, p.120)

A fase em que os loteamentos periféricos foram predominantemente determinantes ao provimento da moradia operária no município de Guarulhos deu-se a partir da década de 1960. A instalação dos loteamentos seguiu em direção ao vetor compreendido pela via Dutra espacializando em torno da porção Leste do município. A execução dos loteamentos produziu espacialidades completamente desprovidas de recursos urbanos, em muitos casos, a falta de infra-estrutura não possibilitava ao menos, condições de estabelecimento da casa própria.

O parcelamento do solo seguiu uma racionalidade que buscou reduzir ao máximo os custos com o empreendimento e a maior lucratividade com a venda dos lotes. Sobre a relação que determinava o preço do lote Campos Filho nos esclarece:

Os lotes são oferecidos a partir de um processo de loteamento que vai se implantando de modo a ter o mínimo custo para permitir um preço baixo de venda ao alcance do ganho muito baixo da maior parte da população urbana, que cresce de modo rápido, vegetativamente e por migração. (CAMPOS FILHO, 1999, p.35)

As consequências da redução dos custos na elaboração dos loteamentos refletiram nas condições estruturais da área loteada. As ruas sem nenhum tipo de calçamento eram verdadeiros obstáculos ao deslocamento da população em direção a outros espaços do bairro. A manutenção das vias a cargo dos próprios moradores sofria intervenções sem nenhum critério técnico,

⁴⁰ Ainda, constituem a porção Leste do município os seguintes bairros: Pimentas, Itaim, Macedo, Fátima, Cecap, São Roque, Várzea do Palácio, Água Azul, Mato das Cobras, Água Chata, Aracília e Sadokin. A porção Leste correspondem a 508.108 habitantes, de uma população total de 1072717 no município. Fonte: Mapa da Exclusão/Inclusão Social da cidade de Guarulhos – PMG. 2003, p.21

correspondendo apenas às necessidades dos habitantes da localidade. Como descrição dos loteamentos na periferia guarulhense, Eloi Pietá apresentou a seguinte conclusão.

Muitas ruas são de terra. Praticamente todas as casas estão em obra, com blocos ou tijolos sem reboco. O capim alto toma conta dos terrenos vazios situados entre casas ou grandes espaço vagos, à espera de valorização. (PIETÁ, 1992, p.19)

A falta de infra-estrutura urbana perpetuou-se na extensa área periférica do município, predominando uma situação extremamente contraditória, ao passo que o desenvolvimento econômico atingia níveis de elevação, alavancada pela instalação de diversas indústrias no município, enquanto a situação da população periférica não apresentou mudanças significativas, principalmente, em relação à reprodução do espaço urbano.

A ineficiência de um planejamento voltado às dimensões sociais provocou um gradativo processo de “pauperização” espacial, refletindo diretamente nas condições de vida da população. A *“produção doméstica”* da moradia predominou na periferia de Guarulhos, produzindo uma paisagem em constante transformação.

Facilitado pela compra do lote em prestações, atraído pelo fato de vir a conquistar a casa própria e ainda com a possibilidade de livrar-se do custo do aluguel, o trabalhador sentiu-se incentivado a ocupar a periferia, mesmo sem a infra-estrutura urbana necessária. Para que o preço dos lotes vendidos em prestações, pudesse viabilizar a compra, o empreendedor definia alguns critérios, sendo que:

Na determinação do preço dos lotes o mais importante é a fixação de uma prestação compatível com a disponibilidade de pagamento do trabalhador de baixa renda, cujo cálculo já leva em conta que este fará sacrifícios para pagar o lote, considerando a importância que atribuí à casa própria. O morador não está prioritariamente preocupado com o preço total do lote nem com o número de prestações, mas sim com quanto irá despendar por mês. Assim o loteador fixa a prestação como uma porcentagem do salário mínimo e, na medida em que o preço total do lote é estabelecido no ato da venda e não sofre reajustes, o período de pagamento das prestações não é pré-fixado, situando-se, em geral, entre cinco e dez anos. (BONDUKI E ROLNIK, 1982, p.121)

O parcelamento foi nitidamente o ingrediente possibilitador para que os loteamentos tornassem acessíveis à população de baixa renda. A venda dos

lotes por meio do financiamento que permitia saldar a dívida em várias prestações facilitou de sobremaneira o acesso da classe operária a casa própria. Em entrevista com moradores do Jardim São João constatamos a importância das prestações para a compra do lote e principalmente a estratégia do empreendedor na divulgação dos novos loteamentos na zona leste de Guarulhos.

Eu lembro que quando comprei esse lote aqui, as imobiliárias faziam propagandas no rádio e nos finais de semana tinha uma perua que saía do centro de Guarulhos e também de São Paulo para levar as pessoas até os loteamentos. O valor do terreno era bem baixo e era dividido em parcelas baseadas pelo salário mínimo. (Adilson Pacheco, 25 de Jul. 2008)

O Decreto-Lei nº 58, de 10 de dezembro de 1937 que regulamentou as formas de parcelamento do solo possibilitando a venda de terrenos e o pagamento a prestações, concedeu subsídios importantes para que os loteadores pudessem planificar formas para a comercialização das glebas, determinando também, novas concepções de acumulação capitalista. Deste modo:

(...) o decreto estabelecia condições de financiamento habitacional tendentes a ampliar a demanda, com a redução das taxas de juro de 8% para 6% (não existia atualização monetária); a ampliação dos prazos de pagamento de 10 para até 25 anos; a elevação do limite máximo de financiamento; e a autorização para concessão do benefício para associados que já possuísem casa própria. (BONDUKI, 1998, p.104)

As parcelas acessíveis ao trabalhador urbano alargou as possibilidades de compra, tornando a venda a prazo um elemento representativo à espacialização da periferia guarulhense. Com relação às consequências do estabelecimento de um sistema de crédito ao mercado capitalista, Harvey comenta:

O sistema de crédito possibilita a expansão geográfica do mercado por meio do estabelecimento da continuidade onde antes não existia continuidade alguma. A necessidade de anular o espaço pelo tempo pode em parte, ser compensada pelo surgimento de um sistema de crédito. (HARVEY, 2005, p.51)

O pagamento em prestações do terreno compôs a possibilidade do trabalhador ter acesso à moradia, no entanto, a posse da terra não resultou de imediato na existência de um teto. Para tanto, o trabalhador deveria se

preocupar com outros fatores necessários à construção da moradia. Com relação a essas preocupações, Manuel Castells nos aponta para elementos indispensáveis ao provimento da habitação.

A produção da moradia resulta da articulação dos três elementos: o terreno no qual se constrói; os materiais e/ou elementos incorporados na construção do imóvel propriamente dita, a saber, a aplicação da força de trabalho numa dada organização, sobre os materiais de base, para produzir a habitação. (CASTELLS, 1983, p.190)

De propriedade do terreno, o trabalhador tinha então, a preocupação em destinar recursos para o provimento da edificação de sua casa. O material para a construção da casa se dava de maneira escassa e com alto custo de obtenção. A “*produção doméstica*” exigia do trabalhador uma poupança que fosse suficiente para a compra dos materiais impossíveis de improvisação, além do planejamento e a própria edificação da casa.

Quando comprei o terreno aos poucos fui construindo até poder aumentar a casa. Eram só dois cômodos, mas dava para morar e pelo menos não tinha que pagar o aluguel. Eu trabalhava numa empresa e quando saí usei o Fundo de Garantia para comprar os blocos e assim fomos construindo a casa eu e meu pai. (Francisco de Assis, Dezembro 2008)

A produção doméstica consistia no aproveitamento das horas de descanso do trabalhador, e sua utilização na construção da moradia. Toda família participava de alguma maneira do processo de edificação. O auxílio das esposas aos seus companheiros, carregando blocos, areia e até mesmo, no alinhamento e assentamento dos tijolos/blocos materializou-se como algo necessário.

Diante da dificuldade para a construção da casa, que ocorria nas horas de folga ou no regresso do trabalho (ao anoitecer), a construção da casa pela “*produção doméstica*” adquiriu um caráter interminável, chegando a durar longos anos. Em torno do assunto, Elói Pietá contribuiu afirmando:

A imensa maioria dos habitantes de nossa cidade vive nas condições que vou procurar descrever. As casas, cuja construção só termina depois de 5, 10 ou 20 anos, são em geral pequenas e abrigam um grande número de moradores. Sobra pouco espaço para a circulação interna. É muito comum o uso de cama-beliche para acomodar a todos. É costumeiro também usar a sala como dormitório, e mesmo cozinha. (PIETÁ, 1992, p.22)

A construção era iniciada quase sempre com um ou dois cômodos para que a família pudesse ter um teto, e não ter que arcar com os custos do aluguel. Por isso, a construção muitas vezes não apresentava condições necessárias para serem habitadas, mas, eram ocupadas simplesmente para eliminar o peso do aluguel. Com isso, a construção tornou-se um abrigo que acomodava a família contra as intempéries do clima. Sem reboco ou mesmo contra-piso, as moradias acabavam se deteriorando por falta de recursos para o acabamento e tão pouco, para a ampliação da casa. Com base no processo da “*produção doméstica*”, Maricato assim, explica:

A casa começa a deteriorar-se antes de receber o material de acabamento (não estamos nos referindo ao supérfluo, evidentemente) dado ao longo tempo de uso que precede ao mesmo. (MARICATO, 1982, p.91)

A necessidade de ocupar a moradia, em geral, ainda em construção, expressa a importância da casa própria para a reprodução da força de trabalho. O desprendimento dos custos do aluguel é um componente significativo na composição dos recursos do trabalhador, que destina os valores economizados ao pagamento da prestação do lote, e o “*sobran*te”⁴¹ para suas despesas básicas. Em entrevista com um empresário do setor imobiliário em Guarulhos e que participou no processo de comercialização dos loteamentos na periferia, a venda dos lotes era muito fácil, isso porque existia uma demanda muito grande, permitindo que os empreendimentos fossem vendidos totalmente em um curto espaço de tempo.

As prestações eram muito baixas e dava para o trabalhador pagar. Era menor do que o aluguel. Tá certo que os lotes não tinha nenhuma benfeitoria, mas isso era provisório, na medida em que mais pessoas fossem comprando, logo os recursos começariam a chegar. Para se ter uma idéia, nós lançávamos o projeto e em um único final de semana o loteamento era vendido tamanha era a demanda. (Oswaldo Mazoni, Agosto 2009)

Vemos que a casa tornou-se uma mercadoria de grande valor para a reprodução da força de trabalho que tornam-se proprietária de sua residência, constituía meios que compor melhorias em sua qualidade de vida, tamanha era

⁴¹ Denominamos como sobran

a reserva dispensada para o pagamento do aluguel. Considerando a casa como uma mercadoria, a reprodução da força de trabalho se dá na dimensão das relações entre capital-trabalho, consistindo no movimento de circulação do capital que se realiza na compra e venda da força de trabalho. À medida que o trabalhador vende sua força física ao capitalismo como forma de sobrevivência, a casa torna-se uma mercadoria fundamental para que a reprodução da força de trabalho se conclua, uma vez que sem a propriedade da terra para o trabalhador subsistir, não há como existir a reprodução da força de trabalho.

Nos centros urbanos, a moradia adquiriu o caráter indissociável a reprodução da força de trabalho, uma vez que a propriedade privada produziu o controle do espaço e conseqüentemente, sua escassez. A exceção viria das áreas de ocupação e do movimento de favelização do espaço urbano, que consiste em uma forma de reprodução da força de trabalho, no entanto, sem o consumo regular da mercadoria habitação. As formas de estabelecimento da reprodução da força de trabalho foram definidas por David Harvey da seguinte maneira:

A circulação do capital impõe a compra e venda da força de trabalho como mercadoria. A separação entre compradores e vendedores suscita uma relação de classe entre eles. Aqueles que compram direitos relativos à força de trabalho para a obtenção de lucro (os capitalistas) e aqueles que vendem direitos relativos à força de trabalho para viver (os trabalhadores) existem em lados opostos concernente a essa divisão entre comprador e vendedor. (HARVEY, 2005, p.133)

A casa é realmente a condição essencial de sobrevivência do trabalhador, por isso, item de primeira grandeza no estabelecimento de suas necessidades básicas. Diante de tal importância, os loteamentos periféricos tornaram-se a solução imediata para a população urbana ao estabelecimento da casa própria. Por outro lado, a “*produção doméstica*”, exerceu uma função auxiliadora para que o provimento da casa própria pudesse se concretizar, pois, o trabalhador urbano tornou-se responsável absoluto pela constituição de seu teto. A falta de uma ação do Estado no sentido de contribuir para o provimento de habitações populares dificultou de sobremaneira a reprodução da força de trabalho no espaço urbano de Guarulhos e também em outras áreas do território brasileiro. Sobre o tema, Mautner ressalta que:

No Brasil, a garantia da reprodução da força de trabalho por meio da intervenção do Estado jamais foi colocada como necessidade imediata para a acumulação de capital. O investimento sistemático em áreas da economia consideradas estratégicas para o desenvolvimento econômico e o descaso para com a reprodução da força de trabalho impediu uma leitura mais sutil de formas de provisão habitacional dirigidas aos setores estratégicos da força de trabalho necessária para a consolidação do desenvolvimento econômico. (MAUTNER, 1999, p.249)

Com a espacialização da periferia guarulhense em sua porção Leste, algumas intervenções do Estado se fizeram presentes em Guarulhos, principalmente, a partir de 1964 com criação do BNH (Banco Nacional da Habitação). Na década de 1960 foi construído no bairro Presidente Dutra um conjunto de moradias financiadas pelo Banco Nacional da Habitação (BNH), em loteamento que na década de 1980, parte de sua área integraria o processo de desapropriação para a construção da pista de pouso e decolagem do Aeroporto de São Paulo/Cumbica⁴².

Figura 13: Moradias populares – Jardim Presidente Dutra

Fonte: Arquivo Histórico do município de Guarulhos. Autoria Desconhecida. S.d.d

⁴² (...) 1959-1964: instalação do loteamento, construção de casa-padrão pelo BNH em terrenos 10x25 – cerca de 300 casas (...). (CORREIA, 1994, p.50)

A imagem acima é do Jardim Presidente Dutra que continuou existindo, apesar do recorte espacial redesenhando os limites do bairro. Ao lado das moradias, vemos uma rua que hoje é a atual Avenida Papa Pio XII, e ao fundo, uma área inundada que atualmente é uma das pistas de pouso e decolagem do aeroporto. As casas vistas na imagem foram umas das poucas moradias subsidiadas pelo BNH nessa espacialidade do município.

Além do BNH, os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) foram criados com a pretensão de estabelecer uma política de habitação popular no Brasil⁴³. Responsáveis pela introdução da arquitetura moderna como solução ao problema da habitação, os Institutos baseados nos padrões da escola de Le Corbusier introduziu a verticalização como um modelo de habitação racional. Em Guarulhos foi construído o conjunto Habitacional Zezinho Magalhães financiado pela então Caixa de Pensões (Cecap)⁴⁴.

Projetado pelos arquitetos Vilanova Artigas, Fábio Penteado e Paulo Mendes o conjunto Habitacional Cecap (como é conhecido no município) foi construído ao lado da rodovia Presidente Dutra, e nas proximidades da Base Aérea de São Paulo⁴⁵. Seu padrão arquitetônico inovador e que remonta aos moldes da escola de Bauhaus, que aqui no Brasil ficou conhecido com Le Corbusier por seu estilo racional de habitação, o conjunto habitacional Zezinho Magalhães foi construído seguindo uma estratégia de constituição de moradia popular operária. Ao lado da mais significativa das rodovias do país, a rodovia Presidente Dutra, o conjunto habitacional foi instalado a poucos quilômetros do maior pólo industrial de Guarulhos e um dos mais importantes da então região metropolitana de São Paulo. Observando a figura 14 vemos um padrão de habitação tipicamente operária, utilizando dos *Pilotis* que na visão dos arquitetos, permitia uma maior utilização do espaço e uma integração entre ambientes. Além disso, nota-se ao fundo uma ampla área a ser utilizada, o que

⁴³ Os institutos de Aposentadoria e Pensões – IAPs, exerceram um papel de destaque na tentativa de proporcionar projetos habitacionais que viessem a estabelecer a provisão por Habitação Popular no Brasil.

⁴⁴ Ver sobre em (N. BONDUKI, Origens da habitação social no Brasil. Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria 1998)

⁴⁵ Posteriormente na década de 1980 seria construída a rodovia Helio Smidt principal acesso ao Aeroporto Internacional de São Paulo / Cumbica.

ao nosso entendimento já contemplava a instalação do equipamento aeroportuário em Guarulhos.

Figura 14: Conjunto habitacional Zezinho Magalhães – Parque Cecap

Fonte: Arquivo Histórico do Município de Guarulhos. Autoria desconhecida. S.d.

Contudo, a imagem acima evidencia a nova configuração espacial dada ao município de Guarulhos com a construção do conjunto habitacional Cecap. Também, nos mostra o planejamento centrado nas áreas de desenvolvimento, que estão junto a rodovia Presidente Dutra na parte inferior da imagem, e, principalmente, ao lado da Base Aérea de São Paulo com uma extensa área desocupada que viria contemplar o aeroporto Internacional de São Paulo.

Na verdade, esperavasse que os conjuntos habitacionais contribuíssem para a formação de uma política habitacional voltada ao provimento da moradia popular a classe trabalhadora brasileira. Mas, o que ocorreu foi um favorecimento corporativista de algumas classes de trabalhadores, sendo que a maior parte da população continuava desassistida. Setores que de alguma forma já eram privilegiados foram os que conseguiram entrar no programa habitacional representados pelas caixas e institutos de pensões.

(...) são abundantes os indícios de que segmentos de renda média e até mesmo alta foram beneficiados pelos planos dos institutos, que, por outro lado, excluía deliberadamente os trabalhadores não-assalariados, que não podiam associar a nenhum dos institutos. (BONDUKI, 1998, p. 109)

Os pobres não encontraram espaço para habitarem o conjunto de arquitetura moderna, a eles, o loteamento periférico continuou a ser o caminho de via única para o acesso a moradia.

Junto a Dutra foi gradeado um conjunto habitacional do início dos anos 60, arquitetonicamente famoso por seguir rigorosamente os princípios do Movimento Moderno, inclusive o dos espaços sem muros. Projetado para trabalhadores de baixos salários, foi ocupado pela classe média. (SZMRECSÁNYI, 2004, p.141)

Longe da estrutura urbana e dos detalhes arquitetônicos do “Movimento Moderno” a população moradora em lotes periféricos, buscou saídas para sua sobrevivência. A falta de água resultou em dos problemas mais graves na periferia de Guarulhos. Os poços eram a única forma possível para abastecer as moradias. A “produção doméstica” era responsável também pela perfuração do poço na área da propriedade e assim, poder estabelecer o acesso ao abastecimento básico. Ermínia Maricato (1982) ao estudar o que denominou como autoconstrução (para nós produção doméstica) em loteamentos periféricos, concluiu da seguinte maneira:

Em nossas pesquisas empíricas verificamos que ela abrange a construção de igrejas, escolas primárias, creches, sede de sociedades amigos de bairro, centros comunitários. É freqüente observar aos sábados e domingos, em bairros que não contam com calçamento, moradores se organizarem para melhorar as ruas, caminhos de acesso, pontes, limpeza de córregos, etc. (MARICATO, 1982, p.79)

A “produção doméstica” materializada na construção da casa própria determinou as formas de reprodução do espaço na escala da coletividade. O abastecimento de água somente viria com a perfuração do poço que geralmente ocorria depois da construção da moradia, proporcionando um enorme desconforto ao trabalhador e sua família. No entanto, falta de água não existiu nas instalações da Base Aérea de São Paulo localizada no bairro de Cumbica. Por meio de uma tubulação de metal, o abastecimento da Base era realizado por coleta de água em reservatório no Tanque Grande, que cortava toda a extensão do bairro São João até as instalações da Base Aérea / Cumbica.

A iniciativa da população foi de estourar a tubulação para poder estabelecer a retirada da água em tambores, baldes e latas. A água ficava vazando constantemente, durante dias (e noites), até que fosse reparado o rompimento da tubulação. Após o reparo, a população voltava a romper a tubulação. A ausência de infra-estrutura materializava-se nos esgotos lançados a céu aberto, denunciando a precariedade do espaço periférico.

O saneamento improvisado com a perfuração de fossas coletoras, que armazenavam no subsolo, o esgoto produzido na moradia. Fossas e poços dividiam espaço na dimensão do lote. Somados aos problemas já citados, o transporte público constituiu mais um dos grandes transtornos da periferia. Os poucos ônibus que serviam aos bairros da zona leste não conseguiam atender a população, devido às péssimas condições das estradas de acesso. Sem a infra-estrutura necessária para a melhoria do sistema de transportes, os poucos empresários que exploram os serviços na periferia de Guarulhos não se sentiam estimulados a estenderem os serviços e tão pouco promover alterações nas precárias condições de transporte oferecidas aos loteamentos do jardim São João.

A energia elétrica era totalmente ausente aos loteamentos periféricos instalados nas imediações do Jardim São João. Em alguns bairros de melhor localização o processo de instalação da rede elétrica decorria por intermédio de ações coletivas dos próprios moradores, que promoviam o prolongamento da rede de outros bairros. Os moradores interessados na obtenção da energia elétrica organizavam-se para arrecadar recursos financeiros com o intuito de comprarem os cabos elétricos com a finalidade de estender a rede de energia até as suas casas.

Geralmente, o contato era feito com um morador do bairro vizinho que permitia o prolongamento da rede a partir de sua residência. Os acordos possibilitam a população dos loteamentos do jardim São João ter a acesso a energia. A maneira como o processo de prolongamento da rede elétrica ocorria nos foi narrada por um morador do jardim Jade, argumentando da seguinte forma.

Quando viemos para cá não havia energia elétrica, nós usávamos um lampião. Depois de alguns anos o sr Pedro que era um dos moradores mais antigos aqui no bairro, ele tomou a iniciativa para reunir os moradores para realizar a instalação da energia. Foi feito um rateio para comprar os fios e ele mesmo entrou em contato com um morador de outro bairro que concordou dividir a energia com os moradores aqui da rua. Com isso, os próprios moradores colocavam postes de madeira na rua e trazia a energia até aqueles que haviam contribuído com a instalação. Todos os meses nos pagavam o valor que nos era passado, na maioria das vezes não víamos nem a conta e acabava pagando o valor que a pessoa dizia ter vindo na conta. (Francisco de Assis, Dezembro, 2008)

A falta de energia elétrica um dos recursos básicos de extrema necessidade a população só poderia ser obtida com o improviso dos moradores dos bairros existentes no São João. Essa é uma demonstração de que os loteamentos periféricos instalados na zona leste do município de Guarulhos foram responsáveis por um intenso processo de periferização do espaço, amplamente caracterizado pela pauperização do espaço urbano.

De fato a precariedade dos serviços estendia-se por todos os recursos básicos necessitados pela população do Jardim São João, sendo o transporte mais uma das grandes agonias da população operária. Os ônibus que serviam a zona leste mantinham um itinerário que ia somente até Cumbica, em alguns casos ao Parque São Luiz, bairro vizinho a Cumbica.

Os moradores do Presidente Dutra, Lavras e São João tinham que andar por quilômetros para terem acesso aos ônibus completamente lotados. Para algumas pessoas, o transporte não existia por simplesmente não haver condições de adentrar ao veículo. Como resultado do descaso enfrentado pelos trabalhadores que tinham horário para saírem e nunca horário de chegada, a alternativa encontrada foi o seqüestro de ônibus. Revoltada, a população seqüestrava os ônibus até o local para onde desejavam que o transporte contemplasse, liberando o veículo somente depois da promessa de melhoria no transporte.

As manifestações por transporte foram se radicalizando devido à imobilidade do poder público. Os moradores do jardim São Domingos já haviam inventado, em 1977, uma forma de luta que depois seria usada com frequência: “o seqüestro de ônibus”. Uma multidão entra no ônibus e manda o motorista levá-los até novo ponto final, onde os carros são mantidos sob vigilância popular até a conclusão das negociações com o poder público e as empresas. Manifestações desse tipo ocorreram na década de 80 no São Domingos, novamente no Parque Mikail, Parque Primavera, Haroldo Veloso, Parque Santos

Dumont, Lavras, Jardim Nova Cumbica, Cidade Soberana e Cabuçu, tendo em todos os casos sido vitoriosos. (PIETÀ, 1992, p.132)

A precariedade das vias dificultava o acesso com outras áreas servidas de infra-estrutura, acarretando o desinteresse dos empresários em destinar recursos para o estabelecimento e melhoria do transporte rodoviário nos bairros de Presidente Dutra, Lavras e São João. Na estação Cumbica uma extensão da estrada de ferro Tramway da Cantareira, várias chegadas ocorriam ao longo do dia, no entanto, apesar da existência de uma estação na periferia do município, os moradores não podiam utilizar o transporte ferroviário, a disponibilidade era destinada somente aos militares da Base Aérea.

Para conseguir ir até o centro, era preciso caminhar pela estrada de Nazaré até o Parque São Luiz (Presidente Dutra) ou Cumbica, porque aqui não tinha ônibus. Era 4 horas da manhã e ia aquela multidão andando até o ponto de ônibus para poder ir ao trabalho. A tarde, tudo de novo. (Hilda Nascimento, Janeiro, 2009)

Morar na periferia de Guarulhos em sua porção Leste resultou numa árdua e difícil tarefa, pois o encontro com o urbano frente às extensas e profundas barreiras contribuíram para a determinação de espaços fragmentados. O efeito da fragmentação é observada com a divisão do espaço urbano do município ao limitar o acesso à infraestrutura em área específica, como por exemplo, a Base Aérea⁴⁶. Por meio da figura 15 vemos a dificuldade para se manter o transporte público ajustado às condições dos bairros que formam a zona leste guarulhense, mais precisamente, o distrito São João. Os problemas com o transporte era uma preocupação constante, como nos relatou um dos moradores.

⁴⁶ A fragmentação do espaço na zona Leste de Guarulhos seguiu para sua intensificação, principalmente com a construção do Aeroporto Internacional na mesma localidade em que instalou-se a Base Aérea de São Paulo. Mas uma vez, o limite da urbanidade cessa em um equipamento situado no município, a principal rodovia de ligação de ligação entre a Dutra e Ayton Sena, a Helio Smidt, é bloqueada ao acesso a periferia do bairro São João (Lavras, Presidente Dutra e Bonsucesso). Sobre a alegação de um canteiro de obras, o trânsito é interrompido ao chegar ao aeroporto e o transporte público é impedido de circular em uma via que serve o município, tendo que aumentar seu percurso em alguns quilômetros.

O ônibus não conseguia passar pela lama e quando passava não dava para entrar porque já vinha lotado. Muitas vezes a única forma era ir andando até um outro bairro mais próximo para poder ir para o trabalho. Hoje tem lotação, tem empresa possui seus ônibus, antigamente quando quebrava o ônibus ficávamos sem condução até consertar. (Francisco de Assis, Dezembro, 2008)

Figura 15: Ônibus trafegando pelas ruas do Jardim São João

Fonte: Queiroz, Willian . Foto sem data.

No detalhe da imagem, vemos um dos ônibus da empresa Transcol que transitou na linha Vila Galvão - Haroldo Veloso - Cumbica. Diante de ruas esburacadas e sem pavimentação, a empresa Trascaol foi uma das poucas a realizar o transporte coletivo no jardim São João. A dificuldade em trafegar nos períodos de chuva desmotivava os investimentos por parte da empresas que mantinham os ônibus mais velhos para os loteamentos com péssimas condições de trânsito. Por outro lado, as imagens a seguir (16 e 17) revelam uma realidade muito diferente das vivenciadas pela população dos bairros próximos a Base Aérea. Na instalação militar, havia uma estação ferroviária que os moradores do jardim São João e imediações nunca chegaram a utilizar.

Figura 16: Estação Cumbica na Base Aérea de São Paulo

Fonte: Arquivo do Museu da Cia. Paulista. Foto sem data.

Figura 17: Base Aérea preserva Estação Cumbica

Foto: FREITAS, Plínio César de. A estação de Cumbica em dezembro de 2007.

As figuras 16 e 17 ambas da Estação Ferroviária Cumbica, sendo que a última nos mostra a preservação da sede da estação no espaço comandado pela Base Aérea de São Paulo, nos permite remontar um importante momento

da configuração espacial da periferia no município, partindo da relação de extrema contrariedade nos usos do espaço urbano. Os trens que serviam a estação Cumbica eram de exclusividade da Base Aérea, somente os soldados poderiam utilizá-los a partir da estação Guarulhos. Até o centro urbano do município o uso do trem era permitido, no momento em que se destinava a periferia o trajeto era restrito. Esse perfil nos atenta para um modelo de planejamento urbano que não enxergava a população guarulhense como partícipes do processo de integração com o espaço. As interferências na espacialidade do município se fizeram acima de qualquer consideração com a população moradora, desprezando suas relevâncias na (re)produção do espaço.

O avanço em torno de uma estruturação urbana esbarrou quase sempre nos limites da expansão urbana no município. As benfeitorias não chegavam aos loteamentos periféricos como políticas públicas, mas sim, como resultado dos interesses da especulação imobiliária. Sobre a questão da terra no município, vejamos a argumentação de Eloi Pietá.⁴⁷

Nunca houve controle sobre a abertura desorganizada, irracional e predatória de loteamentos, para não contrariar os donos de terras no mais antigo e persistente ramo de negócios da elite econômica local. O próprio município, por não preservar áreas para si, foi em toda a sua história um grande comprador de terras para atender as necessidades públicas. Um absurdo ganhou aparência de normalidade. Para abrir ou alargar ruas, instalar escolas, praças, cemitérios e até construir a própria prefeitura, **o poder público entrava sempre no negócio imobiliário comprando terras particulares.** (PIETÁ, 1992, p. 48) – Grifo nosso.

O argumento de Pietá (1992) representa grosso modo as formas de reprodução do espaço urbano, mediada pela instalação dos loteamentos periféricos e a livre iniciativa do setor imobiliário no mercado, que ajustado pela especulação elevou as formas de ampliação do capital. Outro ponto de grande importância é o fato do poder público municipal participar como comprador de terra para fins de investimentos urbanos no município. Trata-se de uma enorme

⁴⁷ Eloi Pietá teve uma ligação política com as comunidades de bairro dos moradores da zona leste de Guarulhos (São João, Lavras, Presidentes Dutra entre outros) participando das reivindicações por melhores urbanas nos loteamentos periféricos. Eleger-se vereador pelo partido dos trabalhadores e entre 2000 à 2008 foi prefeito do município pelo mesmo partido.

contradição uma vez que o município foi responsável pela concessão de terras a membros da sociedade paulistana e também local, atribuindo aos requerentes “Termos de Contrato de Aforamento”.

O assunto levanta uma questão que nos permite pensar na deliberação dos processos de legitimação da terra no município. Os aforamentos de terras permitiram o processo de absolutização da propriedade, principalmente, nas terras de Bonsucesso, Lavras e São João. Notoriamente, a apropriação permitiu a concentração de terras no domínio de uma elite, que posteriormente, compôs a comercialização dos loteamentos na periferia de Guarulhos (Zona Leste).

A dinâmica de apropriação da propriedade materializada na produção rentista, limitou o acesso a terra favorecendo a valorização imobiliária, conseqüentemente, uma maior renda diferencial. A acumulação do capital por meio da especulação imobiliária, só ocorre por conta da produção da raridade, uma apropriação que permite produzir a escassez como forma de estabelecimento da reprodução capitalista no espaço urbano. Sobre a concepção de raridade, Ana Fani Carlos (2004) esclarece que:

A condição de raridade do espaço manifesta-se, em áreas precisas (...). No centro, ou nas proximidades do centro, o espaço assume o papel de “nova raridade”, em conseqüência da generalização no mesmo, do valor de troca, que definido pela existência da propriedade privada do solo urbano, se reproduz fragmentado a cidade, como conseqüência do processo que o transforma em mercadoria. Podemos dizer que o fenômeno da raridade se concretiza pela articulação de três elementos indissociáveis: a existência da propriedade privada do solo, a centralidade do capital e das novas atividades econômicas e o grau de ocupação (índice de construção) da área no conjunto do espaço da metrópole. A idéia de escassez, alia-se, também, a necessidade de um novo padrão construtivo, apoiada numa rede de circulação e comunicação específicas, pois o ciclo do capital envolve, em cada momento histórico, condições diferenciadas para sua realização. É nesta direção que podemos afirmar que os “novos serviços”, em função de sua especificidade e da necessidade de proximidade com outros setores da economia, buscam uma localização específica com características particulares, que necessita ser criada no centro. (CARLOS, 2004, p. 61).

Ao promover a apropriação da terra se produziu a escassez do solo urbano de maneira a contribuir para o processo de acumulação capitalista. A terra entendida como mercadoria passou a ser um elemento da taxa de

acumulação. Marx ao tratar da composição dos salários na produção industrial, faz uma consideração relevante ao monopólio da terra ao afirmar que:

O monopólio das terras coloca o proprietário rural na posição de se apropriar de uma parte da mais valia sob designação de renda, quer a terra seja utilizada na agricultura para construção de edifícios, estradas de ferro ou qualquer outro fim produtivo. (MARX, 1988, p. 63)

A monopolização da terra permitiu ao proprietário promover a especulação imobiliária, que diante da crescente demanda por moradia encontraram nos loteamentos uma forma de extrair a renda da terra. Para reduzir os custos de instalação, os loteamentos em sua maioria não seguiam os processos de regularização.

Favorecidos pela morosidade do poder público, os loteadores agiam praticamente em consonâncias aos seus interesses, comercializando loteamentos sem nenhuma estrutura urbana. Desta maneira, a “forma” espacial do urbano materializada na periferia, ganhou *locus* de pobreza e moradia da classe operária. A conformação da periferia determinou formas metamorfoseadas na moradia de “produção doméstica” caracterizada por um espaço em constante transformação. A periferia é um espaço que se altera em seu cotidiano, a cada bloco, ou laje usinada é uma nova forma espacial que se delimita. Assim:

O espaço está em evolução permanente. Tal evolução resulta da ação de fatores externos e de fatores internos. Uma nova estrada, a chegada de novos capitais ou a imposição de novas regras (preço, moeda, impostos, etc), levam a mudanças espaciais, do mesmo modo que a evolução “normal” das próprias estruturas, isto é, sua evolução interna, conduz igualmente a uma evolução. (SANTOS, 1985, p. 16)

Entendemos a periferia como uma construção, produzida para atender aos interesses inerentes à acumulação primitiva do capital, e, ao mesmo tempo, como espaço de reprodução da força de trabalho. A periferia passa a constituir o planejamento urbano a partir da lei de zoneamento decretada em 1969, que tratava da zona Leste do município como zona de expansão urbana. Ao considerar os novos loteamentos ressaltou-se na lei:

A linha perimétrica da primeira Zona de Expansão Urbana inicia-se na confluência da Estrada de Nazaré com o rio Baquirivú Mirim Nazaré com o rio Baquirivú Mirim e por este abaixo, contornando os loteamentos denominados “Jardim Maringá” e “Cidade Seródio”, até a sua confluência com o Ribeirão Tanque Grande e por este acima até encontrar novamente as divisas do loteamento denominado “Cidade Seródio” e por estas até encontrar as divisas do loteamento denominado “Jardim São João” e por estas até encontrar o eixo da Estrada do Saboó e por este em direção ao Bairro do Taboão até encontrar as divisas do loteamento denominado “Parque Santos Dumont” e por estas até encontrar novamente o eixo da Estrada do Saboó e por este em direção à Estrada de Nazaré até encontrar novamente as divisas do loteamento denominado “Jardim São João” e por estas até encontrar as divisas do loteamento denominado “Jardim Lenise” e por estas até encontrar o eixo da Estrada de Nazaré e por este em direção ao Bairro de Cumbica, até encontrar o eixo da Rua Seis do loteamento denominado “Jardim Nova Portugal” e por este até encontrar o eixo da Rua Oito deste mesmo loteamento e por este eixo até encontrar o eixo da rua Dois e por este até encontrar o Rio Baquirivú e por este acima sempre divisando com o Jardim Presidente Dutra (...) (Lei Nº 1.503, de 17 de setembro de 1969)

A consideração da lei de Nº 1503 feita à zona Leste de Guarulhos é um indício de que os loteamentos já haviam se consolidado e de que o adensamento populacional estava materializado nas novas espacialidades que se formavam no município, com os bairros Seródio, São João, Lavras e Presidente Dutra⁴⁸.

A lei de zoneamento, ao capacitar novas áreas no município, denominando-as como Zona de Expansão Urbana, evidentemente estava assumindo que os bairros já haviam se consolidado, mas, no entanto, o poder público municipal não destinava a periferia da zona Leste recursos que permitissem uma integração com o urbano. A fragmentação do espaço urbano é claramente determinada na própria edição da lei, ao reconhecer que os bairros de Presidente Dutra, Cidade Seródio e São João já eram áreas de grande ocupação.

⁴⁸ Os bairros (Jardins) Lenise, Parque Santos Dumont, Bananal, Soberana (além de outros mais recentes) são unidades do distrito São João, que compreende toda a espacialidade em torno do aeroporto internacional.

Figura 18: Jardim Lenise e Vila Rica

Fonte: Arquivo Histórico do Município de Guarulhos. Foto. Folha metropolitana, 22/08/1980

Na figura 18 é visível a falta de recursos urbanos dos bairros periféricos envolvendo zona leste do município. A inexistência de uma rede coletora de esgoto, além da falta de água, dificultava as formas de vida da população moradora nos bairros periféricos que formam o distrito São João. No entanto, as dificuldades que os moradores enfrentavam já eram conhecidas no momento da compra do lote, mas o desejo para obtenção da casa própria e a necessidade de deixar de arcar com os custos do aluguel, motivavam o trabalhador a enfrentar as adversidades. Assim, esclarece

Quem comprava um lote num loteamento recém inaugurado sabia que dos problemas que ia enfrentar, mas o comprador estava disposto a deixar o aluguel e leve mesmo quem construía a casa e ia morar com a família. Os piores lotes eram praticamente dados, os preços eram simbólicos. Era uma estratégia para povoar o loteamento e fazer divulgação do projeto. No outro final de semana você voltava no lugar e já havia várias construções erguidas. Era tudo rápido demais. (Osvaldo Manzoni, Agosto, 2009)

O depoimento acima revela as condições que lotes ofereciam e também a facilidade que os empreendedores tinham para comercializar os lotes. Com isso, as propriedades foram em sua maioria oferecidas para a instalação de um

projeto de loteamento. O jardim São João surgiu do desmembramento das terras das fazendas Bananal e Cumbica, como também o próprio bairro Bananal.

Figura 19: Jardim Bananal

Fonte: Arquivo Histórico do Município de Guarulhos. Foto sem data.

A imagem 19 do jardim Bananal é uma das espacialidades que formam a antiga Fazenda Bananal. Nas proximidades da casa seda da Fazenda Bananal, propriedade que compunha toda a espacialidade que hoje é representada administrativamente pelo distrito São João é possível vermos que a expansão dos loteamentos periféricos e configuração espacial da periferia. Podemos perceber que são espaços de intensa ocupação popular, que embora o poder público municipal demorasse a reconhecer, já constituíam as áreas de expansão urbana do município. Não acreditamos que os loteamentos na espacialidade do Jardim São João fossem ignorados, mas sim, na falta de interesse em estabelecer a expansão dos recursos urbanos para a periferia, uma vez que a ocupação da Fazenda Cumbica concedeu ao Ministério da

Aeronáutica o domínio territorial da espacialidade periférica do município em sua porção leste.⁴⁹

Figura 20: Jardim Cidade Seródio – Distrito São João

Foto: Folha Metropolitana, 14/09/1979

Na figura 20 vê-se o jardim Cidade Seródio, bairro que passou a existir com o processo de parcelamento da Granja Aliança, que limitou a extensão da granja e loteou as demais áreas. Ao fundo da imagem percebe-se uma aglomeração urbana e uma extensa área, que hoje comporta o Aeroporto Internacional. Toda as moradias que observamos na imagem foram condenadas a demolição com o planejamento da expansão aeroportuária e a construção de uma nova de pouso e decolagem, além de novos terminais. As indefinições pairam até os dias de hoje, mas o que se percebe é o prolongamento das discussões e a incapacidade de gerar soluções que venham a privilegiar a estruturação do espaço urbano na periferia, No entanto, as moradias em grande parte realizada por meio da técnica de “produção doméstica” sofre com a ação do tempo e a morosidade da desta pública. No entanto, o que pretendemos demonstrar é a velocidade com que os

⁴⁹ Nesta porção do município, o processo de parcelamento da Fazenda Bananal constituiu os loteamentos que formam o distrito do Jardim São João

loteamentos periféricos se expandiram na espacialidade guarulhense e sua importância na promoção de moradia aos trabalhadores urbanos.

Figura 21: Jardim Cidade Soberana – Distrito São João

Fonte. Arquivo histórico do Município de Guarulhos. 30/07/1998. Autoria desconhecida.

No detalhe da figura 21 vemos a Avenida Monte Alegre no jardim Cidade Soberana, mais um dos bairros que compõe o distrito São João e que teve sua formação promovida pelos loteamentos periféricos. As ruas sem calçamento e o perfil das moradias em bloco a vista sem nenhum reboco, lotes sem muros são algumas das características da conformação da periferia no município e que os órgãos públicos municipais tendenciosamente desconheciam. Isso somente viria a ocorrer com a expansão dos loteamentos na periferia e a necessidade de reorganizar o espaço urbano do município, só então, a periferia passa a existir aos olhos da administração municipal.

O reconhecimento da periferia na Lei Nº 1.503 que trata do Zoneamento, veio consolidar a importância dos loteamentos para a reprodução da força de trabalho na zona Leste do município. A grande procura por moradia e a

instalação de empresas na periferia, proporcionou um lugar de grande representatividade para a classe trabalhadora. Sendo que:

Devido à industrialização ocorrida no município, o afluxo do contingente humano incentivou a formação de loteamentos efetuados sem grandes preocupações com a urbanização, a infra-estrutura e os serviços de utilidades públicas. Verifica-se que a tendência de crescimento do município é no sentido Leste, de forma a dar uma regularidade na ocupação do espaço urbano (CORREIA, 1994, p.15)

O adensamento na zona Leste ocorre de maneira intensa, elevando o índice populacional do município a níveis expressivos. Um dos fatores da grande procura por loteamentos periféricos em Guarulhos decorreu da proximidade com a capital e principalmente pela formação do pólo industrial em torno da rodovia presidente Dutra.

Com relação à transferência da população urbana da capital para Guarulhos, podemos destacar o alto grau de desenvolvimento urbano da cidade de São Paulo e suas interferências no plano urbanístico que acarretou a expulsão das populações carentes para as periferias da própria capital e dos municípios vizinhos. Um dos grandes impactos deu-se com o plano de avenidas de Prestes Maia. “As desapropriações e demolições provocadas pela instalação do Plano de Avenidas pelo prefeito Prestes Maia em São Paulo, por sua vez, estimularam a especulação e provocaram escassez ainda maior de prédios”. (BONDUKI, 1998, p. 251)

Como resultado desse movimento de transformações urbanísticas na capital, o processo de conurbação integrou áreas de outros municípios ao da capital, no caso de Guarulhos os 17 km que distinguiam uma unidade a outra desapareceu, principalmente com a inauguração da rodovia Dutra.

Uma consequência necessária desse crescimento assombroso foi uma expansão horizontal que não só arruou e preencheu com edificações muitos quilômetros até então rurais de São Paulo, como invadiu outros municípios, num incessante avanço da periferia, no fenômeno da conurbação. (SZMRECSÁNYI, 2004, p. 125)

O município de Guarulhos tornou-se então uma espacialidade em confluência ao crescimento da capital e principal meio de reprodução da força de trabalho. Com relação à transferência da população paulistana ao município de Guarulhos, selecionamos um recorte que traduz tal movimento.

O jardim Presidente Dutra, entre 1968 a 1976, atraiu populações vindas de todo o lugar, principalmente das zonas leste e norte paulistanas. Nos últimos anos seu ritmo de crescimento tem se diminuído diante da de outras regiões mais dinâmicas do município e, é claro, a capital. Mas o jardim presidente Dutra continua a crescer dentro da região de Cumbica que é a região que lidera a economia guarulhense, especialmente através da nova divisão do trabalho, que lhe confere o comando da articulação dos serviços e do capital financeiro. (CORREIA, 1994, p. 24)⁵⁰

Ao tratar do crescimento do Jardim Presidente Dutra, Correia (1994) nos fornece uma informação de importante representatividade para compreender e identificarmos o crescimento da população periférica na zona Leste de Guarulhos, e, sobretudo, a evolução e relevância dos loteamentos periféricos nessa parte do município. Nesse contexto, os loteamentos seguiram uma espacialização quase sempre sobre a mesma determinação. Maria Irene Szmrecsányi (2004) ao tratar dos loteamentos periféricos, nos apresenta uma situação que ilustra fidedignamente a prática também aplicada a Guarulhos.

Nessas “vilas” ou “jardins” periféricos, os terrenos passaram a ser bem menores do que os vendidos para operários no passado. As ruas continuam mal traçadas, com declividades inadequadas, sem curvas de nível. Só depois de anos, quando já bem povoadas, algumas passaram a receber da municipalidade sarjetas, canalização de águas pluviais ou asfalto. Faltavam-lhes, de início, água encanada, esgoto, iluminação pública, postos de saúde, escolas ou até mesmo eletricidade. Só não se dispensou o transporte garantidor da chegada ao trabalho, reivindicação a políticos e à prefeitura pelos primeiros compradores e atendido sempre por ônibus, cuja linha teria de passar por área vaga, em reserva, para ser assim valorizada. (SZMRECSÁNYI, 2004, p. 127)

A base para a conformação da periferia em Guarulhos deu-se com a instalação dos loteamentos periféricos com subsídios da “*produção doméstica*”, sem a qual, a ideologia da casa própria não teria prosperado, uma vez que o recurso para a construção da moradia advinha quase que exclusivamente da utilização as horas de folga do próprio trabalhador. Para a conquista da infraestrutura urbana, podemos dizer que esses recursos somente viriam por iniciativas dos moradores. É fato que as transformações no espaço urbano decorrem das relações sociais impregnadas nas diversas formas do urbano, e

⁵⁰ O crescimento do jardim Presidente Dutra sofreu um retalhamento por conta da instalação do equipamento aeroportuário nos limites de sua espacialidade. Tal intervenção, além de provocar transtornos à população moradora, trouxe também a desconfiança por parte de novos moradores. No entanto, notamos que a o bairro sempre apresentou altos índices populacionais, mesmo com a redução de sua extensão espacial.

que necessariamente, são essas relações que iram determinar a reprodução do espaço. Deste modo:

O espaço é um produto material em relação com outros elementos materiais – entre outros, os homens, que entram também em relações sociais determinadas, que dão ao espaço (bem como aos outros elementos da combinação) uma forma, uma função, uma significação social. (CASTELLS, 1983, p. 146)

As formas espaciais determinadas, sobretudo pela “produção doméstica”, foram materializadas na periferização da zona Leste de Guarulhos reforçadas pela precariedade de recursos urbanos destinados a essas novas espacialidades. Todavia:

A produção espacial expressa às contradições da sociedade atual na justaposição de riqueza e pobreza, esplendor e fealdade; em última análise, na segregação estampada na paisagem, e que tem sua natureza no modo de exploração do trabalho pelo capital fundado na propriedade, em que os homens se distinguem pelo ter, isto é, pela condição de proprietários de bens”. (CARLOS, 1994, p.23)

Nas contradições do urbano a periferia desponta como espacialidade de organização popular na tentativa de reverter/amenizar o estado de pobreza espacial predominante nos loteamentos periféricos. As alterações na estrutura urbana dos bairros da zona leste, somente viriam a ocorrer com a mobilização dos seus moradores. A mobilização popular depois de seguidos anos conseguiria trazer à periferia algumas melhorias estruturais, como asfaltamento, energia elétrica entre outras. Na verdade, os serviços se realizam na esfera da própria espacialidade periférica, com a população moradora desenvolvendo os serviços de maior necessidade aos bairros. Assim, concordamos com Amélia Luisa Damiani (2004) em sua argumentação.

Não há urbano para todos. Está é a radicalidade do urbano na História, colocada atualmente com clareza suficiente. Todo o aparato teórico-conceitual que sempre explicou a miséria e o desemprego, ou o subemprego, como faces do capitalismo dependente, acabou por obscurecer o limite que estamos vivendo. (DAMIANI, 2004, p. 30)

A realidade dos loteamentos, principalmente, no jardim Presidente Dutra, Lavras e São João, a atividade comercial surgiu da iniciativa dos próprios moradores, tornando-os responsáveis pelo abastecimento de itens básicos a população, uma vez que era extremamente penoso o acesso às áreas centrais para as compras domésticas.

A localização do comércio e dos serviços nesses bairros segue a seguinte lógica: quanto mais pobre a comunidade, mais ela tende a adotar comércio e serviços prestados pelos próprios moradores como forma de ganho alternativo. (CAMPOS FILHO, 1999, p. 116)

Compondo os serviços que nunca foram realmente alcançados, a população dos bairros de Presidente Dutra, Lavras e São João foi estruturando uma teia de relações econômicas viabilizando o imaginário do urbano, a “dimensão simbólica da cidade” (LEFEBVRE, 2001, p.65).

Na prática, os loteamentos periféricos na zona Leste de Guarulhos foram determinantes para o processo de reprodução da força de trabalho. A disponibilidade de terras no município contribui para que grandes parcelas populacionais encontrassem em Guarulhos uma localização para sua moradia, e, contando com um importante fluxo de circulação, que é a Via Dutra, Guarulhos tornou-se um espaço estratégico a reprodução do capital. A “*produção doméstica*” determinou o ritmo da reprodução do espaço numa dinâmica materializada nas formas espaciais da periferia. A cada localidade uma periferia, um efeito individual da “*produção doméstica*”.

A cada localização é, pois um momento do imenso movimento do mundo, apreendido em um ponto geográfico, um lugar. Por isso mesmo, cada lugar está sempre mudando de significação, graças ao movimento social: a cada instante as frações da sociedade que lhe cabem não são mesmas. Não confundir localização com lugar. O lugar pode ser o mesmo, as localizações mudam. E o lugar é o objeto ou conjunto de objetos. A localização é um feixe de forças sociais se exercendo em um lugar. (SANTOS, 1985, p.2)

Considerando as ponderações de Milton Santos (1985) compreendemos a periferia como uma localização que se mantém em constante movimento, ou seja, um espaço em continua transformação. Nesse aspecto, a produção doméstica coexiste gradualmente ao movimento de transformação que determinaram as características do lugar.

A periferia como uma construção social é resultado das contradições do capital, que de forma residual promoveu a *inclusão subalterna* da classe trabalhadora nas periferias dos municípios industrializados, como é o caso específico de Guarulhos. Como resultado da inclusão subalterna a produção doméstica resultou no principal movimento de produção do espaço. Como movimento social a produção doméstica tornou-se responsável pelas

constantes alterações no espaço urbano, caracterizada pelas mudanças na paisagem periférica.

A periferia muda a cada instante, impulsionadas em grande medida pela “produção doméstica” que num constante processo de reprodução do espaço urbano cria cotidianamente novas formas espaciais. A cada dia uma nova moradia ocupa novos espaços no frenético crescimento da periferia, uma paisagem que se define pela ação dos movimentos sociais na busca do incessante processo de vivência do urbano.

A expansão urbana dar-se-ia com o prolongamento do espaço periférico impulsionada por um mercado cada vez mais intenso. A seguir discutiremos a mercadoria “casa própria” como subsídio de reprodução da força de trabalho e também um aspecto de ascensão por parte do trabalhador. A obtenção da casa própria contribuiu para a estabilidade financeira da classe operária, criando condições de planejamento e um sentimento de realização, de posse. Trataremos de aprofundar a discussão da casa própria no sentido de explorar as nuances que determinaram a moradia como uma mercadoria a ser consumida, sobretudo contribuindo também, para a acumulação do capital por meio da renda da terra.

2.6- Casa própria: reprodução da força de trabalho e ascensão social

Na relação entre homem e espaço as transformações se dão por conta das determinações engendradas no processo dialético espaço-tempo e circunscritos na historiografia do lugar. A moradia como espaço de assentamento e meio de reprodução da força de trabalho, resultou também como elemento substancial ao processo de reprodução do capital. Assim:

(...) o espaço residencial não é também uma página onde viria imprimir-se a marca dos valores sociais. Ele é, por um lado, historicamente constituído, e por outro, articulado ao conjunto da estrutura social, e não só à instância ideológica. (CASTELLS, 1983, p. 142)

A moradia como construção é determinada por diversos agentes sociais que contribuem para a definição dos meios de reprodução do espaço urbano. A produção do espaço industrial gerou a necessidade de uma força de trabalho destinada ao processo de industrialização. Com a metamorfose na constituição da riqueza e a consolidação da propriedade privada da terra (SUZUKI, 2004, p. 146) a moradia tornou-se uma forma de renda capitalizada.

A casa indissociável ao trabalhador urbano, pois a subsistência do proletariado realiza-se com a existência de um espaço dedicado a abrigar sua família. A alternativa de primeira mão sempre foi o aluguel, seja em cortiço, vila operária e mais recentemente, em favelas. Céline Sachs (1999, p.70) chegou a falar de um processo de “cortização”, devido à ampla representação desse tipo de habitação aos operários urbanos. A falta de uma demanda solvável no atendimento da população operária, e o aumento das restrições à presença dos cortiços, foram fatores que contribuíram para se propagar a ideologia da casa própria.

Diante da insolvência no provimento de moradias populares, o Estado brasileiro contribuiu para discernir a idéia da casa-própria criando o simbolismo da realização, da ascensão social. Além de ser uma solução para o problema da moradia nos municípios industriais, resultou também em contribuição para a reprodução do capital, ao passo que estimulou a mercantilização da terra urbana. Desta forma, a ideologia do urbano focado na concepção da casa própria concedeu ao trabalhador a oportunidade de constituir um patrimônio, um bem capitalizado. Deste modo:

A moradia, além de sua escassez global, é um bem diferenciado, que apresenta toda uma gama de características, no que concerne a sua qualidade (equipamento, conforto, tipo de construção, durabilidade etc.), sua forma individual, coletiva, objeto arquitetural, integração no conjunto de habitações e na região e seus status institucional (sem título, alugada, casa-própria, co-propriedade etc.) que determinam os papéis, os níveis e as filiações simbólicas de seus ocupantes. (CASTELLS, 1983, p. 185)

A moradia resulta de uma característica próxima da conquista, da realização do trabalhador em adquirir um espaço privatizado com a construção da casa. “A moradia é um mundo de signos, um mundo carregado de pulsões e de frustrações, e a composição de seus símbolos é expressão da inserção

social e da evolução psicológica de seus habitantes”. (CASTELLS, 1983, p. 209)

A noção de propriedade resolvida com a absolutização da propriedade privada gerou na relação sociedade-espço, uma reprodução do espaço urbano fundado no parcelamento do solo e o assentamento do trabalhador em pequenos lotes. A casa como item de extrema relevância a subsistência do trabalhador, elevou-se também como componente de ascensão social. “É importante ressaltar apenas que a habitação é depois da alimentação o componente que mais pesa no orçamento proletário. (MARICATO, 1982, p. 75)

O fato de a habitação representar uma conquista ao trabalhador advém necessariamente das dificuldades de subsistir nas cidades industriais. Sem condições de arcar com os valores do aluguel, a casa-própria resumia-se como a condição substancial para a composição dos custos de reprodução do trabalhador. “A casa própria se constitui numa fórmula encontrada pelo trabalhador, como expediente de reprodução, para subsistir na situação em que o salário se situa abaixo do custo de reprodução da força de trabalho”. (BONDUKI: ROLNIK, 1982, p. 127).

As dificuldades dos trabalhadores urbanos intensificam à medida que os municípios iniciaram nos centros urbanos, diversas intervenções urbanísticas, promovendo critérios para utilização dos espaços centrais. Com isso, a população operária se viu sem moradia e teve que optar por novas formas espaciais. Um exemplo disso verificou-se em São Paulo, com o plano de avenidas durante o governo de Prestes Maia.

O mais famoso empreendimento urbanístico do governo municipal no começo do século levou a uma transformação do padrão de segregação e representou uma mudança na concepção de intervenção do Estado no planejamento urbano. Foi o Plano de Avenidas, elaborado por Francisco Prestes Maia durante a administração de José Pires do Rio, o último prefeito da República Velha. O plano propunha mudar o sistema de circulação da cidade abrindo uma série de avenidas partindo do centro até os subúrbios. Ele exigiu uma considerável demolição e remodelação da região central, cuja zona comercial foi reformada e aumentada, estimulando a especulação imobiliária. Conseqüentemente, os trabalhadores que não podiam pagar os elevados aluguéis acabaram expulsos do centro. (CALDEIRA, 2000, p. 216-7)

Intervenções foram decisivas para que a população operária fosse direcionada para espacialidades distantes do centro urbano. Um novo mercado de amplo potencial de acumulação originou-se nos principais municípios do planalto, principalmente, no que se denominaria por Grande São Paulo. O parcelamento de áreas consideradas rurais incorporou o planejamento de habitação na Grande São Paulo e concedeu ao trabalhador a necessidade de ser proprietário de um lote. “A “produção” do espaço urbano se dá, em geral, pela incorporação à cidade de glebas que antes tinham uso agrícola”. (SINGER, 1982, p. 23)

Os loteamentos periféricos criados para atender a uma crescente demanda de trabalhadores urbanos, foram criados em espaços completamente distintos das áreas centrais dos municípios. Sem apresentarem infra-estrutura urbana capaz de atender a família dos trabalhadores, a “produção doméstica” materializada na reprodução do espaço periférico consolidou-se como processo de urbanização a novas espacialidades na periferia.

A “produção doméstica” como reprodução do espaço urbano na periferia, foi responsável pela produção da moradia no momento de instalação dos loteamentos periféricos. Não só da moradia a “produção doméstica” foi responsável, mas também, pelo beneficiamento do loteamento, com a perfuração do poço, da fossa, abertura e manutenção de ruas etc. O loteamento surgiu como uma ideologia de acesso aos padrões do urbano.

Assim a ideologia dos loteamentos exalta a sabedoria, a segurança, o aconchego, a clausura e o retiro; a ideologia da cidade exalta o orgulho consumista da elite, que tornou-se dona do centro do espaço; a filosofia da moradia social enfatiza o lado prático, ao mesmo tempo que convida a olhar para trás, para os que estão mal instalados, e para a frente na direção da utopia do campo, vivida de forma mítica e mantida como isca de mobilidade social. (CASTELLS, 1983, p 209)

Para os trabalhadores o encontro com o urbano estava materializado no loteamento na periferia, que se transformou em *lócus* de moradia da população operária. Incorporada a ideologia da casa própria o trabalhador passou a reunir recursos que pudessem contribuir para adquirir o lote na periferia. Para tanto;

Bastava ter um trabalho e associar-se a um parente ou a um amigo para dividir o lote e consorcia-se num trabalho que poderia levar a vida toda. Pronto, estavam dadas as condições para começar a construção da casa própria. Assim, da necessidade objetiva de

morar, passava-se suavemente para a ideologia da casa própria que alimentou e alimenta processos singulares entre nós. (SEABRA, 2004, p.302)

Os baixos preços dos lotes tornaram um atrativo eficaz para solucionar a difícil situação do trabalhador com os custos do aluguel, por outro lado, diante dos recursos da “produção doméstica” encontrou meios de acumular renda, ao passo que ao utilizar sua própria força de trabalho, gerou um produto com potencial de comercialização. Ao construir sua própria casa, o morador estabelece à moradia, um valor de troca, que pode realizar-se com a venda ou a locação, com a construção de uma segunda residência no lote.⁵¹

Diante da grandeza que a casa própria incorporou no ideário da classe trabalhadora, ser proprietário de um imóvel na periferia possibilitou o acesso a outros setores do mercado capitalista, disponibilizado recursos de crediário, além de isentar do aluguel uma taxa dos ganhos da família operária.

Subjetivamente, a aquisição de um imóvel se constitui na principal evidência de sucesso e da conquista de uma posição social mais elevada. Objetivamente, a casa própria não só melhora as possibilidades de acesso ao crediário, como libera o orçamento familiar da obrigação mensal inexorável do aluguel. (BOLAFFI, 1982, p. 43-4)

A casa própria é acima de tudo uma mercadoria, e como qualquer mercadoria no processo capitalista, passa por valorização à medida que a escassez incorpora a possibilidade de renda diferencial. A casa construída em um lote na periferia e resumida como mercadoria passa a constituir o movimento de especulação imobiliária. O trabalho não pago da “produção doméstica” resultou na produção de um bem ao trabalhador e que de acordo com a localização, a valorização da moradia encontra valores que permitem a acumulação. Portanto:

O trabalhador, ao optar pela casa própria, não visa apenas eliminar o gasto mensal com a habitação, mas objetiva também a formação de um **patrimônio** – uma garantia frente à instabilidade no emprego e a ineficiência da previdência social, características das condições de trabalho prevalentes. (BONDUKI; ROLNIK, 1982, p.138) – Grifo nosso.

⁵¹ Além da segunda residência, a verticalização é um recurso bastante utilizado para unidades habitacionais em um mesmo lote, que são dirigidos ao mercado de locação ou para um membro da própria família.

A casa realmente torna-se um patrimônio alcançado pelo trabalhador e as vantagens locacionais criam uma exclusividade, dando-lhe condições de extrair a renda diferencial do imóvel. Como forma de ascensão social, a moradia representa ao trabalhador uma estabilidade frente às incertezas do mercado de trabalho, além de compreender uma possibilidade de crédito. A valorização da moradia tem sua grandeza na redução da oferta de lotes na periferia.

Os loteamentos tornaram-se escassos dificultando a possibilidade de compra, por outro lado, a escassez eleva a valorização da casa própria. Em consequência, “(...) o empobrecimento da população e a escassez e encarecimento dos lotes geraram um acelerado crescimento da população favelada (...)” (BONDUKI, 2004, p.305)

A dada valorização dos lotes na periferia dar-se-ia mediante a necessidade sempre constate de reprodução da força de trabalho. Com a fundamentação da ideologia da casa própria e a implantação dos loteamentos na periferia, o salários foram rebaixados, uma vez que os empresários transferiram todo o ônus de reprodução aos próprios trabalhadores. “As empresas transferem assim o custo da moradia (aquisição, aluguel, conservação do imóvel) conjuntamente com os gastos do transporte para o próprio trabalhador (...)”. (KOWARICK, 1979, p.31)

O trabalhador é responsável por sua reprodução e para isso, vai utilizar a “produção doméstica” nos loteamentos periféricos como elemento de constituição do salário social, necessário para sua subsistência. Para Nabil Bonduki (1998), a questão da moradia popular possui determinações muito mais amplas que simplesmente a reprodução da força de trabalho, mas, sobretudo, como meio de reprodução ampliada do capital no mercado imobiliário.

Ao limitar os aluguéis, subsidiar a produção e financiamento da moradia e facilitar a difusão da pequena propriedade, com soluções habitacionais de baixo custo empreendidas pelo trabalhador, foi possível reduzir os custos da habitação e o salário urbano, ao mesmo tempo em que a desestruturação do mercado de locação liberou recursos que naturalmente se dirigiam para o imobiliário. (BONDUKI, 1998, p.316)

Acreditamos que a ideologia da casa própria propiciou um novo vetor de acumulação capitalista ao destinar ao mercado imobiliário, lotes de terra em espaços completamente desprovidos de investimentos urbanos, ou seja, sem aplicação de capital investido. Por outro lado, estruturou um mercado imobiliário essencialmente especulativo e promotor da segregação espacial. Ao destinar os recursos urbanos aos que podem pagar pela localização dos lotes, a especulação imobiliária contribuiu para o fortalecimento de espaços fragmentados e sistematicamente regidos por uma hierarquia estratificada na diferença, entre o urbano e pobreza.

A pobreza socialmente construída encontra-se circunscrita na formas da estrutura urbana da periferia. Os loteamentos periféricos constituíram o espaço dedicado aos pobres, aos que sem recursos para ocuparem o centro urbano, optaram pela “produção doméstica” como requisito primordial de reprodução. Por outro lado, a segregação espacial identificada pela reserva de espaços dedicados a quem possui recursos para arcar com os custos locacionais, dividiu o urbano em duas esferas, o da nobreza e o da pobreza. Compreendendo a segregação espacial como uma construção ideológica e também comercial, buscamos em Castells a seguinte definição:

Num primeiro sentido, entenderemos por segregação urbana, a tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, sendo esta disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também de hierarquia. (CASTELLS, 1983, p. 210)

Conforme a indagação de Castells (1983) o espaço segregado compreende uma organização social baseado na escala das diferenças e rigorosamente mantido por padrões de hierarquia. Todavia:

A distribuição dos locais residenciais segue as leis gerais da distribuição dos produtos e, por conseguinte, opera os reagrupamentos em função da capacidade social dos individuais, isto é, no sistema capitalista, em função de suas rendas, de seus status profissionais, de nível de instrução, de filiação étnica, da fase do ciclo da vida, et. (CASTELLS, 1983, p. 210)

Considerando a capacidade social dos indivíduos na distribuição da moradia no espaço urbano, os trabalhadores foram direcionados a ocuparem as periferias dos municípios, sem que houvesse determinações com o urbano.

Na verdade, “essa ocupação urbana, mas pode-se dizer também que é desurbanizada (...)” - (MARICATO, 1982, p. 83)

A “produção doméstica” como componente de reprodução da força de trabalho materializou-se como técnica e com isso, contribuiu para a definição dos aspectos de reprodução do espaço urbano, num movimento do “constante fazer”.⁵² O processo de periferização do espaço está circunscrita na necessidade básica de reprodução da força de trabalho. Ao mesmo tempo, a moradia é a garantia de estabilidade do trabalhador, pois ao utilizá-la como residência tem atribuído valor de uso, em contrapartida, ao tornar-se mercadoria materializa-se em valor de troca.

A moradia imbuída da concepção de patrimônio é componente indissociável na reprodução da força de trabalho, uma vez que ao deixar de arcar com os valores do aluguel, o trabalhador passa a destinar os recursos que seriam encaminhados ao pagamento da locação em outros setores do mercado.

O custo de reprodução da força de trabalho é determinado historicamente, variando no espaço e no tempo; fundamenta-se do ponto de vista econômico, no grau de produtividade do setor produtor de bens de salário e na incorporação de novas necessidades de consumo, coletivas ou individuais, pelos trabalhadores. (BONDUKI E ROLNIK, 1982, p. 149)

Ao adquirir possibilidades de tornar-se proprietário da casa própria, o trabalhador residente em um loteamento periférico, está disposto a enfrentar as adversidades da falta de infra-estrutura como forma de livrar-se do aluguel. Nesse sentido, acreditamos que a reprodução da força de trabalho se confirma como elemento indispensável ao processo de subsistência do trabalhador.

Com o decorrer dos anos, a casa própria consolidou-se como ideologia e reafirmando a sua vocação de elemento de composição do salário social. Desta forma, nos é assertiva a argumentação de Castells (1983, p. 209), ao dizer que a moradia é repleta de signos que dinamizam a inserção social do

⁵² A construção na periferia é dinâmica e segue um ritmo de constante transformação. Os recursos escassos exigem do trabalhador um trabalho dosado, que à medida que surgem meios de obtenção para a compra do material a obra volta a ser executada. O constante fazer se dá pela rotina de trabalho em detrimento de uma mesma atividade, em que muitas vezes um reboco chega a demorar anos para ser concluído. Quando isso acontece, já é o momento de reparar a deterioração.

indivíduo no tempo-espaço. A conquista da casa própria para a classe trabalhadora é elemento de maior representação social, pois reúne a significação maior do capitalismo que é a “propriedade privada”. Como patrimônio, a casa própria é responsável pelo sentimento de conquista do trabalhador, que adquirindo a propriedade de uma residência, cria simbolicamente a concepção do espaço conquistado.

Quando compramos este lote aqui, foi porque estava bem barato e dava para gente pagar. Meu marido veio trabalhar aqui na Pedreira e o encarregado tinha casas aqui perto para alugar e nos alugávamos dele. Depois com o tempo conseguimos comprar aqui à prestação. (...) Foi muito bom porque não tinha mais que pagar o aluguel e agora a casa era nossa, não tinha que depender de ninguém e nem sofrer se o aluguel ia aumentar ou não. Com a casa própria você tem uma estabilidade, a casa é sua. (Hilda do Nascimento, Janeiro, 2009)

Em termos gerais, a conquista da casa própria é o resultado de seu trabalho, de sua capacidade de realização, de transformar a venda de sua força de trabalho em um produto capitalizado. Ao tornar-se proprietário da casa própria o trabalhador cria possibilidades de poupar recursos, contribuindo para que se estabeleça uma relação de consumo em outros setores da atividade capitalista. A ideologia da casa própria não teria fundamento maior, se não se sustentasse na reprodução do processo capitalista. Ao apoiarem a difusão da casa própria aos trabalhadores os capitalistas tinham em mente um planejamento de mercado muito mais amplo, que se justificou na liberação de recursos ao mercado consumidor. Então:

Convencidos de que os empregadores não podiam arcar com a responsabilidade de resolver esse problema, os industriais eram favoráveis à aquisição da casa própria pelos trabalhadores, o que poderia reduzir suas despesas com moradia e aumentar suas possibilidades de consumo. Obviamente, também estavam interessados em organizar o espaço da cidade para a expansão industrial. (CALDEIRA, 2000, p. 217)

Conforme Caldeira (2000) os interesses do capital compreendiam que a casa própria seria uma solução equilibrada para garantir a reprodução da força de trabalho e fundamentalmente, como processo da acumulação capitalista. É importante lembrar que a forma predominante de moradia consistia na locação

da habitação⁵³, não havendo uma mentalidade e nem recursos, para a constituição da casa própria. (BONDUKI, 1998, p.43)

O apoio do Estado e também dos industriais, resultou no padrão periférico de crescimento⁵⁴ como a grande alternativa de produção de moradia a partir da segunda metade do século XX. A casa própria definida em novas espacialidades decorrentes do parcelamento de glebas em áreas afastadas do centro urbano determinou a consolidação da periferia como espaço de moradia da classe operária. Responsabilizados diretamente pela produção da casa própria, os trabalhadores reproduziram novas espacialidades preenchendo dia a dia as lacunas do espaço urbano. Deste modo:

A periferia é de fato um local onde vivem os pobres, é socialmente segregada, e o preço da terra é baixo, porém, ao mesmo tempo, é um local mutante, sempre reproduzindo em novas extensões de terra, enquanto velhas periferias são gradualmente incorporadas à cidade, ocupadas por novos moradores e reorganizadas pelo capital. (MAUTNER, 1999, p. 254).

Como espaço em mutação a periferia adquiriu novas formas, num constante processo de metamorfose do espaço. As relações sociais determinadas no espaço periférico são claramente influenciadas pelas transformações processadas na reprodução do espaço, refletindo diretamente nas dimensões da espacialidade periférica. Milton Santos ao definir as lacunas do espaço habitado, nos indicou possibilidades de análise ao afirmar que “o fenômeno humano é dinâmico e uma das formas de revelação desse dinamismo está, exatamente na transformação qualitativa e quantitativa do espaço habitado”. (SANTOS, 1997, p.37)

Como base nas questões gerais que envolvem a casa própria como reprodução da força de trabalho, a periferia surgiu como condição indissociável para a conformação da propriedade como moradia. O processo de desenvolvimento ideológico da casa própria resumiu-se diretamente no

⁵³ Alguns trabalhadores que conseguiam realizar algumas economias e chegavam a adquirir um terreno e utilizando da “produção doméstica” construía a sua casa. Com a consolidação do processo de loteamento nas periferias a prática de comercialização do lote urbano intensificou-se, materializando a “produção doméstica” como recurso de construção. Ver mais em BONDUKI, 1998.

⁵⁴ Entende-se por padrão periférico de crescimento a consolidação da casa própria em loteamentos implantados em áreas distantes da área centro e fundamentalmente, tendo o próprio morador como construtor da residência. (BONDUKI, 1998; MARICATO, 1982; SACHS, 1999; SZMRECSÁNYI, 2004; ROLNIK, 1994; SINGER, 2004; CALDEIRA, 2000; BOTELHO, 2007)

potencial de aproveitamento da força de trabalho do próprio trabalhador, como elemento primordial para a construção da casa. Por outro lado, os efeitos da “*produção doméstica*” somente encontraram condições de se materializar, com a instalação dos loteamentos periféricos nas antigas áreas rurais, localizações completamente desprovidas de infra-estrutura urbana.

Contudo, a consonância do parcelamento dos lotes considerados rurais e a determinação da “*produção doméstica*” estabeleceram a ideologia da casa própria como principal conquista patrimonial do trabalhador, numa mera concepção de que a capitalização da classe operária se resume na própria força de trabalho.

Assim, discutiremos no próximo capítulo a conformação da periferia do município de Guarulhos na dinâmica espacial da Região Metropolitana, que nos pressupostos gerais determinam a administrativamente uma espacialidade de confluências, com características econômicas que se assemelham. No entanto, discutiremos as interferências do capital na (re)produção do espaço urbano do município de Guarulhos principalmente com a criação do espaço metropolitano, que acreditamos ter subordinado o espaço periférico guarulhense a reorganização espacial da metrópole em pontos estratégico, como por exemplo, o Aeroporto Internacional de São Paulo

3- A CAPITALIZAÇÃO DO ESPAÇO: ingerência do capital na espacialidade do município de Guarulhos

3.1- Guarulhos: espaço capitalizado

Entendemos o município de Guarulhos como um espaço privilegiado por sua posição geográfica que em razão de sua localização tornou-se eminentemente capitalizado. Acreditamos que o conceito “espaço capitalizado” seja apropriado ao município por se tratar de uma espacialidade de ampla reprodução do capital, concentrando empreendimentos de alta representatividade ao capital internacional e conseqüentemente ao desenvolvimento econômico da capital paulista.

Como espaço capitalizado o município de Guarulhos tornou-se estratégico para a fluidez da circulação e a reprodução do capital. O direcionamento de recursos investidos na reprodução do espaço urbano de Guarulhos visa claramente os interesses do capital como elemento fundamental para sua reprodução. A escala de investimento aplicado no espaço urbano do município na visa o benefício coletivo e muito menos corresponde à reprodução do espaço vivenciado pela população guarulhense.

Deste modo, como espaço capitalizado os investimentos são diretamente canalizados na escala do espaço metropolitano estrategicamente orientado ao favorecimento da ampliação do capital. Como exemplos, podemos citar a instalação do aeroporto internacional de São Paulo/Cumbica que de maneira geral, não visou estruturar a periferia integrando os espaços. O que houve foi uma fragmentação espacial entre o espaço capitalizado do aeroporto e a população moradora da periferia. O Terminal de Cargas Leste (TIC – Leste) foi instalado para favorecer a fluxo de circulação integrado ao aeroporto de Cumbica e as rodovias Dutra e Ayrton Senna. Outras intervenções urbano-estruturais caminham em meio às licitações todas elas convencionadas ao desenvolvimento de um conjunto de obras que aumento a fluidez na circulação, como a intenção de construção de um túnel entre o trevo de Bonsucesso e o

viaduto de Cumbica, no km 214 da Dutra. Assim, circula matéria publicada em jornal local:

De acordo com o projeto, a obra será dividida em quatro etapas – de 2008 a 2011 e subdivididas em cinco trechos. Para cada trecho haverá liberação gradual de recursos que também serão definidos no Orçamento da União. O prefeito Elói Pietá deseja que a primeira liberação de recursos seja de R\$ 50 milhões. (www.olhao.com.br - Geral – Acesso em 19/11/2007 – Nilton Gama)

O mesmo ocorre com o projeto do Expresso Guarulhos que visa transportar passageiros da capital até o município de Guarulhos, mais precisamente, até o aeroporto internacional. Agora já se fala em uma linha destinada a população moradora do município, embora não chegaria até a zona leste da periferia a estação, o projeto contemplaria um Expresso popular com a instalação da Estação Cecap. Deste modo, consta em processo:

A partir da Estação USP-Leste, o Expresso Aeroporto e o Trem de Guarulhos se desligam das demais linhas e seguem elevados no sentido norte. As duas serão paralelas, sendo que o Trem de Guarulhos termina na futura Estação Cecap - no conjunto habitacional Zezinho Magalhães - e o Expresso segue até os terminais de passageiros de Cumbica. As composições seguirão inicialmente por um túnel até a região do Brás. (www.diariodeguarulhos.com.br - Acesso 13/05/2009 – Nilton Gama)

Desta maneira, Guarulhos ascendeu como um espaço extremamente capitalizado engajado com o desenvolvimento estratégico de processo de grande importância a reprodução do capital, investimento esses que afetam diretamente a reprodução do espaço urbano guarulhense. Talvez o projeto mais polêmico em andamento seja o trecho norte do rodoanel que cortará a periferia do município e principalmente os limites de preservação ambiental da serra da Cantareira.

O objetivo do rodoanel é interligar as rodovias da região Metropolitana de São Paulo com grande prioridade as Rodovias Dutra, Fernão Dias e Airton Senna, principais acessos para a zona aeroportuária de Guarulhos. Além disso, a interligação com o porto de Santos passando pelo eixo rodoviário Jacu Pêssego até o Aeroporto Internacional e a Via Dutra. Com relação ao traçado Norte do rodoanel o projeto determina as seguintes ações:

Já no município de Guarulhos, o Rodoanel passará atrás do Jardim Fortaleza em dois pequenos túneis (um de 300 metros e outro de 400 metros aproximadamente), cruzará as estradas Guarulhos-Nazaré, Albino Martello, Morro Grande, passando atrás do Conjunto Residencial Bambi, quando corta o Rio Baquirivu e chega até a Via Dutra, no quilômetro 206, próximo à divisa com Arujá. (www.aceguarulhos.com.br– Acesso em 10/12/2008 – Nilton Gama)

A configuração sócioespacial do município segue determinantemente os direcionamentos da reprodução do capital que insere ao espaço urbano de Guarulhos de investimentos de capitais a fim de ampliar a taxa de acumulação e a promoção de infra-estrutura que aumente a fluidez da circulação. Embora, Guarulhos receba a inserção de capitais, a reprodução do espaço urbano não se beneficia dos recursos investidos, uma vez que o direcionamento é estrategicamente conduzido ao interesse do capital. Para a população guarulhense, os recursos ocorrem de maneira residual proporcionando uma inclusão precária das camadas operárias ao urbano.

Figura 22: Projeto de infra-estrutura - Rodoanel e Aeroporto Internacional

Fonte: www.portalagende.org.br - Acesso em 15/01/2009. Por Nilton Gama

Como resultado do planejamento urbano integrado ao projeto metropolitano de desenvolvimento, o processo de modernização dos eixos estruturais de circulação são prioritários em detrimento das solicitações da sociedade local. Na figura 22 podemos observar o planejamento urbano viabilizando o cenário metropolitano na resolução dos problemas inerentes a fluidez da circulação com o terminal aeroportuário e as redes de rodoviárias priorizando seu atendimento.

Viabilizando o cenário desenvolvimentista da região metropolitana em que Guarulhos destaca-se como principal articulador desse crescimento, nos parece que a presença do aeroporto na periferia do município passa a contemplar grande parte do planejamento urbano voltado a espacialidade periférica, exercendo papel fundamental na estruturação do tecido urbano do município de Guarulhos.

3.2- Guarulhos: Aeroporto Internacional na periferia do município

O município de Guarulhos está situado a nordeste da referida Região Metropolitana de São Paulo e a 17 quilômetros do centro da capital paulista. Entre os 39 municípios que compõem a região metropolitana, Guarulhos possui a segunda maior população do estado⁵⁵, sendo superada apenas pela capital paulista. Com uma área de 320,5 km², Guarulhos é um município de base economicamente industrial e segundo dados do IBGE, possui o 2º maior parque industrial do estado de São Paulo⁵⁶. Estrategicamente localizado, o

⁵⁵ Segundo dados do IBGE, Guarulhos é a segunda cidade mais populosa do estado de São Paulo. Tinha 1.072.717 em 2000 e passou para 1.283.253 na projeção elaborada para este ano. Com uma taxa de crescimento de 3,03% ao ano (00-06), o município é o segundo maior do estado em população e têm a maior taxa de crescimento entre os dez municípios mais populosos de São Paulo. Fonte: www.guarulhos.sp.gov.br

⁵⁶ Aché Laboratórios, Pfizer, Phibro, Visteon Sistemas Automotivos, Cummins Brasil, Ambev, Editora FTD, Allergan, Saint Gobain Abrasivos, Laboratórios Stiefel, Asea Brown Boveri, Siemens VDO, Bauducco, Saraiva Editores, FURP, SEW Eurodrive, Frigorífico Aurora, Gerdau, Rosset, Radiadores Visconde, Dyna, Gate Gourmet, Bardella, Pepsico, Honeywell Brasil, Pom Pom, Yamaha, Gilbarco, Bérigamo, Levorin,

município guarulhense apresenta características determinantes ao processo de reprodução do capital e um espaço de grande aproveitamento engendrado pela proximidade com a cidade de São Paulo. O município ocupa a terceira posição entre as principais economias do estado, sendo nos limites da região metropolitana, a maior receita entre municípios da RMSP, superando importantes áreas industrializadas de outras divisões administrativas do estado. (Figura 23)

Figura 23: Valores Fiscais do Estado de São Paulo: principais municípios

Fonte: PMG: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (2006)

O município de Guarulhos tem sua espacialidade como área de interesse ao capital a partir da década de 1940, quando da instalação de importante equipamento Estatal no espaço rural de Guarulhos, a Base Aérea de São Paulo.

(...) à Base Aérea de São Paulo, a qual em virtude do gigantesco desenvolvimento da cidade de São Paulo, e atendendo às necessidades técnicas surgidas, foi transferida para os terrenos da Fazenda Cumbica, recém doada ao ministério da Aeronáutica pelo Sr. Eduardo Guinle. A instalação da Base em Cumbica ocorreu exatamente em 26 de janeiro de 1945. (ROMÃO E NORONHA, 1980, p.177)

Na argumentação de Romão e Noronha (1980) já é possível identificarmos as interferências da capital paulista se fazendo presente na espacialidade do município. A especialização do espaço guarulhense colaborou para intensificar a posição estratégica do município com a formação de um significativo eixo de circulação, que se deu com a inauguração da Rodovia Presidente Dutra e Fernão Dias.

Inaugurada em 19 de janeiro de 1951 com a sigla BR-02, a Via Dutra é uma das mais importantes rodovias do País, responsável pela principal ligação rodoviária entre São Paulo e Rio de Janeiro. Criada para substituir a antiga Rio-São Paulo (construída em 1928), a Dutra aproveitou poucos quilômetros do antigo traçado. Sua construção representou um grande avanço na história da engenharia brasileira. (www.novadutra.com.br - Acesso em 10/01/2009 - Nilton Gama)

A inauguração da rodovia presidente Dutra e posteriormente, a rodovia Fernão Dias, contribuiu para que o município de Guarulhos fosse determinado localmente como uma espacialidade de representatividade econômica. À medida que a *fluidez na circulação* se acentua e o desenvolvimento urbano da cidade de São Paulo alcança o bojo da sociedade capitalista, o município de Guarulhos passa a ocupar um espaço representativo na organização de redes de serviços essenciais à reprodução do capital e na constituição de sua acumulação.

O desenvolvimento em torno da rodovia Presidente Dutra mostra-se importante ao dinamismo da capital paulista, formando um imenso corredor industrial no eixo Rio-São Paulo. Além da industrialização, a rodovia Dutra atraiu um grande contingente de operários para os municípios vizinhos a capital. São Paulo rotulada como a “cidade das oportunidades” contribuiu para a expansão urbana no município de Guarulhos, em razão da via Dutra favorecer a circulação dos trabalhadores entre o local de moradia e o local de trabalho.

Figura 24: Rodovia Presidente Dutra na década de 1970

Fonte: Departamento de Departamento de Informática e Telecomunicações (DIT) – Prefeitura Municipal de Guarulhos - PMG, 2008

Figura 25: Rodovia Presidente Dutra e Parque Industrial em Cumbica

Fonte: Arquivo Histórico do Município de Guarulhos. Autoria desconhecida. Sd.

As duas imagens da Via Dutra apontam para dois momentos distintos. Na Figura 24 a rodovia apresenta um processo de ocupação ainda tímido, no entanto, com a presença de áreas de cultivo. Já na década de 1970 o Parque Industrial Cidade Satélite estende-se as margens da rodovia Presidente Dutra. (Figura 25)

A concretização desse aspecto de interferência espacial efetiva-se com o processo de industrialização e o aumento populacional na capital paulista, provocando uma acelerada expansão territorial para os limites de outros municípios. Tal expansão, logo determinaria a sujeição dos municípios vizinhos à conformação do espaço denominado por “Grande São Paulo”.

Para colocar a questão em termos mais precisos é necessário assinalar que a área abrangida pela Grande São Paulo não é fixa, porém tem se estendido a medida em que o núcleo urbano se expande. Estudos urbanísticos urbanísticos ainda em curso mostram que a Grande São Paulo, em 1930, se restringia a uma parte do distrito de São Paulo, que em 1940 tinha atingido certos subdistritos da capital (Guaianases, São Miguel), que só em 1950 se expande ao longo da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí para os lados de São Caetano e Santo André e que apenas por volta de 1960 é que a *Grande São Paulo passa a abranger Guarulhos* e os municípios ao longo da Estrada de Ferro Central do Brasil, como Poá, Ferraz de Vasconcelos, Itaquaquecetuba e Suzano. (SINGER, 2004, p. 205) Grifo nosso.

Como afirmou Singer em suas considerações, a cidade de São Paulo segue seu movimento de expansão urbana, e continua definindo novas espacialidades. Ainda, com o reordenamento espacial que se faria constituir com a criação de uma espacialidade administrativa, denominada região metropolitana, se perpetuou a conformação de uma nova espacialidade. O conceito de região metropolitana passou a existir por meio da lei federal nº14 decretada em 1973, determinando a criação das regiões metropolitanas no Brasil.

Com isso, ficaram estabelecidas as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. A região metropolitana de São Paulo é constituída por 39

municípios⁵⁷, sendo Guarulhos um dos municípios da também designada, Grande São Paulo. Assim:

O conceito de “Região Metropolitana” é recente e surgiu para significar uma realidade nova: a conurbação de cidades que extravassam os limites dos seus respectivos Municípios, constituindo uma única mancha urbana. (AZEVEDO, 1976, p.14)

Na prerrogativa do conceito de Região Metropolitana e ainda precedida pelo movimento de conurbação, administrativamente passa a existir uma uniformidade espacial, o que nos leva a suposição de um espaço comum. No entanto:

“As deficiências da Região Metropolitana de São Paulo, nos campos do saneamento básico, transporte coletivos e de massa, uso do solo, habitação e outros, deixam patente que qualquer área fortemente urbanizada, por mais próspera e materialmente desenvolvida, não pode fugir às condições da sociedade a que pertence, ou, em outras palavras, à etapa, fase ou modo de desenvolvimento por que ela passa.” (GREGORI, 1976, p.38)

Gregori traduz com precisão os efeitos da Região Metropolitana, uma vez que as especificidades de cada município apresentam-se em temporalidades distintas, não representando a mesma configuração sócioespacial de sua metrópole. Guarulhos, cujo limite de proximidade com a capital contribuiu para a conformação de sua espacialidade urbana fortemente determinada pelo desenvolvimento do planalto, principalmente, com a estruturação do parque industrial em Cumbica, consolidou o município no plano de desenvolvimento industrial da determinada região metropolitana. As indústrias fixaram-se estrategicamente às margens da rodovia Presidente Dutra, e a população operária seguiu o fluxo das indústrias, buscando moradia nas periferias do município guarulhense.

⁵⁷ Lei Complementar Federal 14, de 08 de junho de 1978 - A região metropolitana de São Paulo é formada pelos seguintes municípios: São Paulo, Arujá, Barueri, Biritiba-Mirim, Caieiras, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Diadema, Embu, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guararema, Guarulhos, Itapeverica da Serra, Itapevi, Itaquaquecetuba, Jandira, Jquiritiba, Mairiporã, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Poá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Salesópolis, Santa Isabel, Santana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Suzano e Taboão da Serra.

Mapa 3: Região Metropolitana de São Paulo – RMSP

Fonte: www.igc.sp.gov.br - Acesso em 27/12/2007. Nilton Gama

Guarulhos muito antes de integrar a *região* metropolitana já exercia um papel de extrema importância ao desenvolvimento da cidade de São Paulo, e já se observava “um reordenamento” espacial no território do município por parte da capital paulista, facilmente compreendida com transferência da Base Aérea de São Paulo para Cumbica - BASP. No mapa 1 fica evidente o processo de conurbação constituído entre a capital e o município de Guarulhos, além de outros municípios que formam a Grande São Paulo. Mas é perceptível o destaque locacional de Guarulhos quando observamos o traçado das rodovias Dutra e Fernão Dias e ainda a interligação com o Rodoanel, este ainda em fase de instalação. Nota-se que os investimentos necessários a reprodução ampliada do capital passa estrategicamente pela espacialidade do município de Guarulhos, o que nos faz determinar a idéia de um espaço capitalizado.

O processo de conurbação dar-se-ia de maneira frenética em direção a Guarulhos, compondo um reordenamento estratégico do plano de desenvolvimento capitalista no planalto. Outro aspecto que entendemos como

uma ação de reordenamento da capital aos limites do município guarulhense, ocorreu com a determinação administrativa do conceito de *região*. No início da década de 1980, decide-se pela construção do Aeroporto Internacional de São Paulo no espaço urbano de Guarulhos. Sobre o tema, Romão e Noronha argumentam da seguinte forma:

A comissão Coordenadora do Projeto Sistema Aeroportuário da Área Terminal de São Paulo – COPASP, em novembro de 1979, foi à prefeitura de Guarulhos informar que o Aeroporto Metropolitano em Cumbica era irreversível. (ROMÃO E NORONHA, 1980, p. 180)

Em publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, o governador Paulo Salim Maluf por meio do Decreto nº 14.089 de 18 de outubro de 1979 determinou a desapropriação das áreas próximas a Base Aérea (entre as quais, Jardim Cidade Seródio, Novo Portugal, Maringá entre outras) para a construção do aeroporto internacional.

Considerando que é necessário dotar a Área Terminal de São Paulo de aeroportos capazes de atender ao crescimento e as exigências do tráfego aéreo, para a mesma previstos nos próximos vinte anos;

Considerando que, para se atingir tal objetivo, impõe-se a desapropriação de imóveis destinados à implantação de um aeroporto junto à Base Aérea de São Paulo (Cumbica);

Considerando que por força de Convenio, celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e o Governo do Estado de São Paulo, este se obrigou a promover referidas desapropriações;

Considerando que a Comissão Coordenadora do Projeto Sistema Aeroportuário da Área Terminal de São Paulo (COPASP), incumbida pelo Ministério da Aeronáutica de coordenar os trabalhos relativos ao desenvolvimento do referido projeto, apresentou a este Governo planta geral da área a ser desapropriada, acompanhada de justificativas técnicas;

Decreta:

Artigo 1º - Ficam declarados de utilidade pública, a fim de serem desapropriados pela Fazenda do Estado, por via amigável ou judicial, os imóveis a seguir caracterizados e respectivas benfeitorias com a área total aproximada de 4,1 hm², situados no município de Guarulhos, necessários a implantação de um aeroporto junto à Base Aérea de São Paulo (Cumbica).

(Decreto nº 14.089 de 18 de outubro de 1979 – Diário Oficial do Estado de São Paulo, 1979, p.6)

O processo de desapropriação da área completar-se-ia com a regulamentação do Governo Federal, concedendo limites espaciais da Base Aérea ao Estado, necessários à construção do aeroporto. De tal forma que:

Art. 1º A União renuncia, em favor do Estado de São Paulo, o domínio direto das áreas a seguir descritas necessárias à ampliação da Base Aérea e à implantação do Aeroporto de Guarulhos no Estado de São Paulo, que se configuram como parte do “Antigo Aldeamento de Índios de São Miguel e Guarulhos” (...) (Decreto – Lei nº 1.854 de 10 de fevereiro de 1980)

É nítida a questão estratégica com relação aos interesses políticos e econômicos, em torno da construção de um aeroporto em território guarulhense. Guarulhos como bem definiu o Decreto Federal Nº 1854 ao descrever o município como um “Antigo Aldeamento de Índios”, caracterizando tratar-se de um território a ser ocupado, um “fundo territorial”⁵⁸. Tal movimento característico pelas grandes interferências urbanas, construções de rodovias e de outros equipamentos, pode ser definido como um planejamento de “construção do país”. (MORAES, 2005, p.93).

Construir o país pressupunha a construção de grandes obras definindo formas urbanas em algumas centralidades, no entanto, a questão social ficou direcionada aos resíduos do urbano. Nesse contexto, faz pleno sentido a frase de Washington Luis quando governador de São Paulo na década de 1920: “Governar é abrir estradas”.

Portanto:

(...) a construção do aeroporto em Cumbica e o projeto de um “Sistema Aeroportuário” faziam parte de um contexto de aplicação de políticas metropolitanas que, por sua vez, incluía-se nos quadros da economia brasileira vivenciando crise de pagamento da dívida externa e de crescente endividamento interno, derivados das mudanças de orientação econômica em âmbito mundial. (SANTOS, 2006. p.195)

A decisão da construção de um aeroporto na espacialidade de Guarulhos alterou consideravelmente a forma espacial da periferia na zona leste do município. Embora os efeitos econômicos pudessem refletir o planejamento destinado à região metropolitana, o aspecto social sofreu duro impacto com as desapropriações e, principalmente, com sua conclusão e operação. Inicialmente, as obras seguiram nas áreas de menor densidade

⁵⁸ O conceito de fundos territoriais é uma argumentação defendida por Antonio Carlos Robert de Moraes. “Território, região e Formação colonial: apontamentos em torno da geografia histórica da independência brasileira. *Ciência & Ambiente*, nº33, Universidade Federal de Santa Maria, Julho/Dezembro, 2006, p.9-16”.

habitacional, como a antiga fazenda Cumbica que já havia sediado a instalação da Base Aérea de São Paulo – BASP. Posteriormente, as obras avançaram seguindo um cronograma de desapropriações, que inicialmente constava a remoção de aproximadamente 1000 famílias.

Figura 26: Área da antiga fazenda Cumbica

Fonte: Arquivo Histórico do Município de Guarulhos. Autor desconhecido. sd.

No detalhe da imagem, vemos o processo de terraplanagem para construção do aeroporto internacional na sede da Base Aérea de São Paulo, que desde 1945 passou a ocupar as terras da fazenda Cumbica. Com o decorrer das obras as moradias próximas ao projeto de construção aeroportuária começariam a ser demolidas de acordo com o plano de desapropriação do Ministério da Aeronáutica. Utilizando-se de uma divulgação simples, a Aeronáutica chegou a distribuir folhetos comunicando a remoção de áreas de interesse da União e traçado do espaço a ser desapropriado (figura 27).

O impacto da desapropriação foi imediato a população dos bairros afetados em razão da rapidez com que o processo foi encaminhado após a decisão por Cumbica como espaço de instalação/construção do equipamento aeroportuário metropolitano.

Figura 27: Área de Desapropriações para Construção do Aeroporto de São Paulo em Guarulhos

Fonte: Secretária de Desenvolvimento Urbano – SDU, PMG - Sem Escala.

O planejamento de construção do aeroporto foi destinado a uma área de crescimento, com atividade agrícola, industrial e principalmente, um espaço destinado à moradia. Com a decisão da construção de uma zona aeroportuária na periferia do município, bairros inteiros foram submetidos ao desaparecimento, eliminando as atividades produtivas existentes no lugar e colocando as relações sociais em segundo plano. Em relatório da Comissão Coordenadora do Projeto Sistema Aeroportuário da Área Terminal de São Paulo (COPASP), as indicações para a extinção de espaços já ocupados foram claras.

(...) após cuidadosos estudos realizados juntamente com a empresa encarregada de elaboração do Plano Diretor em questão, concluiu-se pela possibilidade de excluir, da área considerada de utilidade pública, uma extensão de terra onde se encontram 300 unidades residenciais e 6 indústrias, em que trabalham perto de 1000 empregados. Em contrapartida, será necessário desapropriar 2 outras áreas, uma das quais se destina a proporcionar suprimento de terra para as atividades de terraplanagem e construção, e outra para permitir implantação mais adequada para as instalações industriais das empresas de aviação. (Ofício nº 1005 - COPASP. 16/10/1980 – SDU – PMG)

Os espaço habitados passaram por um intenso processo de metamorfose, alterando ruas e avenidas que serviam os vários bairros existentes na Jardim Presidente Dutra, Parque São Luiz, Novo Portugal, São João e Maringá. Este último, foi totalmente suprimido pelas construções do aeroporto e hoje, em seu lugar existe uma das pistas de pouso e decolagem. Em entrevista realizado com Adilson Pacheco, morador na jardim Seródio desde 1970, nos forneceu detalhes significativos referente as alterações espaciais decorrente da construção do aeroporto.

Existia um bairro bastante habitado que era o Jardim Maringá que ficava ao lado da estrada de Nazaré. Hoje onde está a pista do aeroporto passava uma ponte que ligava ao bairro e a estrada de Nazaré subia pelo morro até aqui no São João. (Adilson Pacheco, Julho, 2008)

As intervenções para adequar a estrutura do aeroporto produziu a fragmentação do espaço entre o centro e a zona Leste do município. O recorte espacial determinou a reprodução do espaço urbano na periferia. Os acessos que interligavam ruas e moradias foram extintos, estabelecendo novas formas à espacialidade da zona Leste do município de Guarulhos.

Figura 28: Demarcação da Área para construção do Aeroporto de São Paulo

Fonte: Revista *Veja*, 19 de setembro de 1979, p.123

A matéria da Revista *Veja* (1979) informava da decisão em torno da construção do terminal aeroportuário de São Paulo no espaço da Fazenda Cumbica, que em 1945 fora cedida para a instalação da Base Aérea de São Paulo. Na imagem acima, no centro pode-se ver a Base aérea já estabelecida e também uma ampla área sem ocupação, mas preservada sobre o comando da aeronáutica. Com a decisão pela construção do aeroporto vemos no traçado pontilhado a dimensão do espaço a ser desapropriado para que o equipamento urbano possa vir a se concretizar. Mais de 7 quilômetros quadrados seriam necessários para incorporar as terras pertencentes à União conformando 14 quilômetros de espaço aeroportuário. Nota-se ainda no espaço pontilhado da imagem, que toda a espacialidade pretendida para construção do aeroporto é de espaço habitado por loteamentos de uma população moradora estabelecida bem antes da intencionalidade de construção do terminal, pois a ocupação marca as origens da fazenda Cumbica e Fazenda Bananal. A população guarulhense muito pouco restou a fazer, como uma tentativa de mobilização, a revista *Veja* registrou:

Cartazes e folhetos com o slogan “Aeroporto, não” voltaram a adornar paredes e vidros de carros no município paulista de Guarulhos, a 26 quilômetros da capital, na semana passada. Praticamente ninguém, no entanto, tem ainda a ilusão de que os protestos vinguem. Nem mesmo o prefeito Néfi Tales, eleito em 1976 sob a legenda do MDB, com 50.000 votos, boa parte dos quais atribuída a suas sistemáticas campanhas contra a implantação do aeroporto metropolitano de São Paulo em terras de seu município. (Revista Veja, 19 de setembro, 1979, p. 123)

Como registro, a revista *Veja* focou o sentimento da população moradora com a relação a instalação de um aeroporto no município, até mesmo com o apoio do poder público municipal contrário ao equipamento urbano metropolitano. Sem meio de reverter o processo encaminhado pelo Governo do Estado e com a decisão da União, o processo de desapropriação levou a reorganização da espacialidade do município a detrimento da população residente de bairros importantes como Maringá, Presidente Dutra, Haroldo Veloso, Seródio e São João.

Figura 29: Processo de Desapropriação em Cumbica

Fonte: Arquivo Histórico do Município de Guarulhos. Década de 1980. Autoria Desconhecida.

Na imagem acima, é possível perceber que o processo de desapropriação seguiu em ritmo acelerado, sendo que, em alguns casos, o avanço da terraplanagem ocorria mesmo com as residências habitadas por

seus moradores. Deste modo, muitas famílias iam abandonando suas casas a medida que os tratores e caminhões avançam sobre suas moradias.

Diante da insatisfação dos moradores, a instalação do aeroporto sofreu duras críticas por parte da comunidade local, que utilizou vários recursos na tentativa de amenizar os impactos a suas moradias. Sobre o tema, Romão e Noronha argumentam:

Houve manifestações das sociedades civis contrárias ao Aeroporto devido à problemática social quanto as desapropriações, pois trata-se de uma **região onde só residem operários**, que, com muita dificuldade, **construíram suas casas** e agora se vêem na iminência de abandoná-las. (ROMÃO E NORONHA, 1980, p. 180) – Grifo nosso.

As Comunidades Eclesiais de Base tiveram um papel de grande relevância na busca por soluções para os problemas dos bairros da zona Leste e Nordeste de Guarulhos, frente à decepção dos moradores quanto às desapropriações e a iminência de verem suas casas demolidas. As CEBs⁵⁹ do Parque São Luiz, Presidente Dutra e São João, apoiadas pela Vila Fátima, participaram ativamente da luta contra a implantação do aeroporto em Cumbica na década de 70. (PIETÁ, 1992, p.128)

A área de instalação do aeroporto apenas em seu projeto inicial compreendia mais de 12 km² de extensão, mantendo ainda uma área para a construção de novos terminais. Atualmente o aeroporto possui 14km² ocupando uma significativa parte do espaço urbano do município. Frente a construção de um equipamento urbano de tamanha proporções espaciais, de fato que o reordenamento da territorialidade guarulhense sofreria impactos importantes na dinâmica estrutura e social de seus habitantes.

⁵⁹ (...)nos anos 70 e início dos 80, falava-se muito no impacto da atuação das CEBs no campo sócio-político, enquanto geradoras de uma nova consciência das camadas populares e fator de grande importância no processo de libertação dos pobres." Em outras palavras, essas pequenas comunidades cristãs, de 20 a 100 membros, eram consideradas um novo sujeito popular (Petrini, 1984), capaz de reverter a situação de pobreza e apontando para uma nova sociedade mais justa e fraterna. (<http://www.pime.org.br/mundoemissao/igrejacebs.htm> - Acesso em 05/01/2009 - Por Nilton Gama).

Figura 30: Moradia ao lado de uma das pistas do aeroporto

Fonte: Arquivo Histórico do Município de Município. Década de 1980. Autoria Desconhecida.

A estrutura espacial da zona Leste foi alterada em vários segmentos, dos quais a moradia evidentemente trouxe um maior comprometimento com as relações sociais. A estrada de Nazaré uma das principais ligações entre a periferia e o centro do município, e que também, permitia o acesso a Via Dutra, teve seu percurso interrompido na altura do também extinto Jardim Maringá. A mudança alterou completamente o ciclo de vida dos moradores que viviam nos bairros Cidade Seródio, Novo Portugal e São João. Em relatório da Copasp à municipalidade de Guarulhos, o fato foi notificado da seguinte maneira:

Conforme é do conhecimento de V. Exa., a implantação do futuro aeroporto de Guarulhos exigirá a recolação da Estrada Guarulhos-Nazaré no trecho entre os bairros Seródio e Jardim das Nações. (Ofício nº 1187 - COPASP. 03/12/1980 – SDU – PMG)

Além da alteração do percurso da estrada de Nazaré, outras intervenções faziam-se necessárias para que a construção das pistas do Aeroporto Internacional fosse construída, dentre as quais, a retificação do rio Baquirivu – Guaçú.

Terá que ser feito o desvio e canalização do rio Baquirivu - guaçu ao norte da área e construída uma galeria celular sob a plataforma das pistas para escoamento das águas de dois riachos. A boa drenagem superficial prevista para área impedirá as enchentes. (Aeroporto de Guarulhos - Plano Diretor, COPASP, 1981, p.1/7)

Ao contrário do que afirma o relatório do plano diretor elaborado pela COPASP, a retificação do rio Baquirivu – Guaçu trouxe inúmeros problemas a população do Jardim São João, Cidade Seródio e arredores. As enchentes tornaram-se freqüentes e com a alteração do curso do rio, a única estrada de acesso a outras localidades do município fica completamente alagada, ilhando os moradores.

Figura 31: Avenida João Jamil Zarif ao lado do Aeroporto de Guarulhos

Fonte: www.olhao.com.br – Acesso em 10/06/2008 – Por Nilton Gama.

No detalhe da Figura 31, a principal a principal via de acesso a periferia sofre com as constantes enchentes do rio Baquirivu- Guacú retificado em decorrência da construção do Terminal Aeroportuário. No lado direito da foto, árvores servem de muro natural para separar a rodovia Hélio Smidt da periferia inundada.

Figura 32: Principal acesso ao Jardim São João e também ao Aeroporto de Guarulhos

Fonte: www.olhao.com.br – Acesso em 10/06/2008 – Por Nilton Gama.

A imagem acima é da Avenida João Jamil Zarif inundada na altura do bairro Haroldo Veloso, num dos problemas recorrente com o transbordamento do rio Baquirivú. A interpretação da imagem nos permite demonstrar a precariedade de acesso aos bairros periféricos da zona leste do município, em especial, ao Jardim São João. A imagem do motociclista junto aos caminhões pesados nos revela o cotidiano da população moradora na espacialidade do distrito Jardim São João. Como principal acesso a outras espacialidades do município e, principalmente ao aeroporto, a Avenida João Jamil Zarif é mantida no verdadeiro improviso, pois surgiu como ligação ao canteiro de obras do aeroporto, e, portanto, vedado a circulação de veículos credenciados pela Infraero.

Os transtornos durante as obras do aeroporto foram inúmeros: fluxo contínuo de caminhões, máquinas pesadas, interrupção de acessos importantes aos bairros localizados, principalmente aos bairros próximos a Cumbica e Jardim São João. Tais problemas foram muitas vezes alertados pela própria administração pública às instâncias superiores. Ao relatar os

problemas gerados ao município com a inauguração do aeroporto, o prefeito Oswaldo de Carlos afirma:

(...) considerando que o mesmo, mesmo operando com cerca de 25% de sua capacidade total, vem originando reflexos na estrutura urbana da cidade, principalmente quanto ao sistema de circulação e transportes (...) (Ofício nº 2.558/85 - PMG, 02/07/1985)

Alguns investimentos foram aplicados para garantir o acesso da capital paulista e das áreas centrais do município até o aeroporto. Para o acesso da capital, a Via Dutra e Ayrton Senna foram interligadas ao aeroporto com a construção da rodovia Hélio Smidt. Para o acesso à periferia, nenhum projeto foi executado, ou melhor, nenhum projeto foi apresentado para que a estrutura urbana do município contemplasse suas áreas periféricas, principalmente, em torno do aeroporto. Pelo contrário:

Aí está agora o aeroporto, como uma ilha rica do Primeiro Mundo cercada de bairros com os problemas do Terceiro. Foram apenas esses bairros que resistiram em diversas manifestações, minados pela covardia das autoridades locais. Nenhum melhoramento foi feito pelo governo Federal nesses bairros. O único, feito pelo governo Estadual, foi asfaltar, bem mais tarde, a estrada Taboão-Haroldo Veloso. Hoje os bairros vizinhos suportam o ruído intenso, poluição e proibição de construir, sem contrapartida, o que mostra os danos da submissão do governo municipal a outros níveis de governo. (PIETÁ, 1992, p.131)

O terminal aeroportuário está espacialmente fixado no centro do território municipal, com 14km² de extensão tornou-se um dos espaços capitalizados de maior representação em Guarulhos. Para a reprodução e ampliação do capital, o aeroporto constituiu-se como fundamental equipamento de acesso ao capital globalizado, dinamizando a escala geográfica para que a mobilidade e fluidez do capital possa se reproduzir sem nenhuma barreira. Assim,

Consideramos que, a partir dos anos 70 do século XX, as transformações no sistema econômico mundial encaminham-se para a “financeirização” da acumulação de capital, enquanto no plano nacional, define-se a imersão direta do espaço local de Guarulhos nas rotas internacionais da globalização, pela escolha do local de implantação do aeroporto de São Paulo. (SANTOS, 2006, p. 211)

Guarulhos apresenta-se como um espaço capitalizado que dispõe de hierarquias espaciais visando à composição do capital. A periferia na porção Leste e Nordeste conformaram-se num espaço de reprodução da força de trabalho materializada nas moradias de “produção doméstica”.

Quanto ao uso do espaço urbano, a população moradora dos bairros nas proximidades do aeroporto, mais precisamente, jardim Presidente Dutra, Lavras, Haroldo Veloso, Cidade Seródio e São João, resultaram em espacialidades segregadas quanto à utilização do urbano. Localizado fisicamente no centro do espaço territorial do município, o aeroporto isolou espaços na periferia, impedido o contato com outras áreas do município. As ligações existentes foram incorporadas pela construção do terminal e com a retificação do rio Baquirivu – Guaçú, os bairros na proximidade do Jardim São João, ficaram segregados, sem vias de acesso para integrar a periferia ao centro urbano. Coube apenas, a existência de “caminhos”, interligando o jardim São João ao bairro do Taboão.

Devido à proximidade do bairro com o aeroporto poderia ser construída uma entrada já que existe uma avenida circundando o aeroporto, mas a única e principal entrada está a 9 km de distância do bairro. Esta entrada facilitaria muito o acesso aos bairros adjacentes ao aeroporto e também a criação de linhas de ônibus, porque não existe uma para aquelas áreas. Só existe uma linha de ônibus municipal que liga o centro ao aeroporto. (CORREIA, 1994, p.29)

A inoperância da municipalidade e o descaso das autoridades em integrar possibilidades de acesso à periferia, somente, viriam muitos anos depois, com o asfaltamento da Avenida João Jamil Zarif (PIETÁ, 1992, p. 131)

A rodovia Hélio Smidt principal sistema viário de acesso ao Aeroporto seria também uma das mais importantes vias de rodagem à periferia da zona Leste e Nordeste de Guarulhos. Por estar localizada no centro da espacialidade periférica, a circulação pela rodovia Hélio Smidt permitiria o acesso dos moradores dos bairros próximos ao Aeroporto, uma interligação entre a Avenida João Jamil Zarif e as rodovias Presidente Dutra e Ayrton Senna. No entanto, a rodovia que poderia unir as diversas espacialidades do município, permitindo a população local uma maior mobilidade, simplesmente só permite o acesso até o terminal. A partir daí uma cancela bloqueia o acesso à periferia (figura 33).

A organização espacial definida para contemplar a instalação do Aeroporto Internacional em Guarulhos determinou diferenças visivelmente perpetuadas nas formas urbanas da periferia do município. A zona

aeroportuária como representação hierárquica acabou por definir as diferenças espaciais em Guarulhos, levando até os limites do aeroporto os recursos que o capitalista exige para sua reprodução.

Desta maneira, a afirmação de Castells (1983) ao considerar a segregação espacial como uma consequência da distribuição dos produtos e da capacidade de consumo de cada indivíduo, nos permite identificar a periferia de Guarulhos como espaço de circulação dos produtos e principalmente das diferenças de renda.

Figura 33 – Imagem de Satélite Rodovia Hélio Smidt

Fonte: <http://maps.google.com.br> Acesso em 10/01/2009 – Por Nilton Gama

Utilizamos-nos da imagem de satélite para tornarmos claro o término da Rodovia Hélio Smidt (1) e o ponto em que passa a existir as guaritas de bloqueio impedindo o acesso à Avenida João Jamil Zarif, que num determinado trecho leva o nome de Avenida Candea (2).

Desde a inauguração do aeroporto o acesso à Avenida João Jamil Zarif é bloqueado por uma vigilância constante que permite apenas o tráfego de pedestres e de veículos credenciados. Mantido como um canteiro de obras há mais de vinte anos, o Aeroporto transformou-se em uma verdadeira muralha em volta dos bairros que formam o distrito do São João.

Desde que o Aeroporto Internacional de São Paulo foi construído, na década de 80, uma área entre a rodovia Helio Smidt, que dá acesso ao empreendimento, e a avenida João Jamil Zarif, é bloqueada por uma cancela, controlada por vigilantes contratados pela Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), que ficam no local 24 horas por dia. O acesso, que permitiria uma grande economia de tempo para os motoristas que se deslocam entre a região central e a do São João, porém, é proibido. (www.guarulhosweb.com.br – Acesso em 21/03/2008 – Por Nilton Gama)

As interferências na dinâmica de (re)produção do espaço urbano do município são visíveis, intensificando ainda mais com as restrições impostas pela presença do terminal aeroportuário no município. Por outro lado, a rodovia Hélio Smidt que permite o acesso ao aeroporto pela rodovia Presidente Dutra e Ayrton Senna, possui uma verdadeira cortina verde que ao mesmo tempo é utilizada para valorizar a paisagem urbana, serve também para dividir o espaço capitalizado, da periferia de “produção doméstica”. Do lado oposto a rodovia Hélio Smidt, seguindo o traçado retificado do rio Baquirivú todo o espaço reservado a expansão aeroportuária foi ocupada com a instalação de lotes irregulares. A indefinição em torno da expansão aeroportuária provocou a processo de ocupação de terras de controle do Estado e também de áreas denominadas como particulares. No entanto, a existência de pendências fiscais ou mesmo de registros de propriedade possibilitaram a total ocupação dos espaços que circundam o equipamento aeroportuário. A relação entre o espaço capitalizado e dinâmico com a periferia se estabelece por meio de uma cancela de controle que interrompe a integração entre os espaços.

Figura 34: Bloqueio entre a Rodovia Hélio Smidt e João Jamil Zarif

Fonte: www.guarulhosweb.com.br - Acesso em 21/03/2008 – Por Nilton Gama.

Além dos impactos diretos aos moradores com desapropriações, alterações no ciclo de vida, ruídos e outros problemas acarretados pela instalação do aeroporto, os que não foram afetados pela demolição de suas casas, tiveram que enfrentar outro dilema, a restrição do uso do solo. Em março de 1985, ano da inauguração do termino, o prefeito Oswaldo de Carlos decreta:

Artigo 1º- Os usos, as dimensões mínimas e as condições de ocupação na área do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos, inserido na Zona Especial da Base Aérea – ZEBAERO, de que trata o Parágrafo 1º, Artigo 8º e Quadro 04, da Lei Municipal nº 2360, de 08 de janeiro de 1980, são definidos pela Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – INFRAERO. (Decreto nº 10.918 de 14 de março de 1985)

Com a determinação de que somente a Infraero estaria em condições de especificar as condições para o parcelamento e uso do solo urbano nas áreas próximas ao Aeroporto, a situação de abandono proliferou no espaço periférico de bairros como São João (Lavras, Seródio, Haroldo Veloso) e Presidente Dutra. Em panfleto do Movimento de Moradores das áreas afetadas pela construção do aeroporto recolhemos informações a respeito:

O Aeroporto de Cumbica começou a ser construído em 1979. Porém, milhares de famílias já moravam nos bairros muito antes do Aeroporto vir para cá. Por isso, não aceitaremos as consequências que venham a nos prejudicar. Devido ao crescimento de Guarulhos – principalmente com a implantação do Aeroporto – a Prefeitura criou um projeto de lei regularizando o uso dos terrenos. Essa lei diz como e onde é permitido construir casas, indústrias, comércio etc. Acontece que isso pode afetar gravemente a vida dos moradores nos bairros ao redor de Aeroporto – isto é, nas zonas aeroportuárias. Esse projeto é baseado em outra lei do Ministério da Aeronáutica. Ela divide as áreas ao redor do Aeroporto conforme o ruído, o barulho causado pelos aviões. Os locais de maior ruído são nas Áreas 1 e 2. (Panfleto distribuído pela Comissão de Moradores das Zonas Aeroportuária, 1990 – SDU, Prefeitura Municipal de Guarulhos, PMG)

A preocupação dos moradores das áreas próximas ao aeroporto intensificava na medida em que não havia definições quanto à lei de zoneamento nas denominadas Zonas Aeroportuárias. A partir da criação da Lei de Zoneamento nº 3999/91, algumas espacialidades da Zona Aeroportuária foram liberadas para a utilização de parcelamento do solo. Tal liberação ocorreu muito mais para os moradores do que aos administradores municipais, que continuaram apoiados na alegação da existência de uma área de expansão.

A prefeitura teve como prática mais constante adequar o uso e a ocupação do solo municipal à presença do aeroporto, atendendo às restrições e exigências do MAER – Ministério da Aeronáutica. O planejamento do município foi adaptado à presença do aeroporto e as suas restrições quanto à área ocupada em seu entorno. A exemplo dos períodos anteriores, o poder público municipal atuou no sentido de conceder o espaço municipal às intervenções regionais e federais, buscando tirar proveito dos resultados dessas intervenções. (SANTOS, 2006.p. 203-4)

Ao mesmo tempo em que aguardava por investimentos por parte dos governos federais e estaduais, a municipalidade se isentava dos compromissos com a população alegando impossibilidade de gestão, por se tratar de uma área de competência da Infraero. A promessa de uma área de expansão com a construção de uma terceira pista, além de inviabilizar qualquer planejamento por parte dos moradores com relação a suas casas, também, deixou de lado o beneficiamento e infra-estrutura nos bairros da periferia. Diante de circunstâncias favoráveis às ampliações do Aeroporto de Guarulhos, várias foram as declarações em torno da área de expansão e das possíveis desapropriações. Sobre o assunto o representante da Infraero explica que:

(...) o governo deverá gastar R\$ 800 milhões para fazer a terceira pista do Aeroporto de Cumbica, em Guarulhos. Deste total, R\$ 600 milhões serão usados para indenizar as 6 mil famílias que serão desalojadas para dar lugar à terceira pista, cujos custos foram avaliados em R\$ 200 milhões. (www.uol.com.br - Acesso em 10/12/2007 - Por Nilton Gama

Na iminência da construção de uma terceira pista de pouso e decolagem no Aeroporto de Guarulhos houve uma neutralização na demanda por a infraestrutura urbana nas vias de acesso à periferia da zona Leste justificada em grande medida, pela ampliação do terminal aeroportuário em Cumbica.

Figura 35: Desapropriação para construção de Terceira Pista

Fonte: Jornal Diário de Guarulhos, 21/08/2007, p. 07

Para o governo municipal a construção da terceira pista traria excelentes resultados ao município, caracterizando o pleno apoio da municipalidade à ampliação do terminal. Em entrevista a Revista Portal do Brasil, o prefeito do município ressaltou a importância do aeroporto na economia local e destacou a arrecadação de 2004 numa soma superior a R\$ 1,1 bilhão, consolidando o município como a segunda maior economia do estado. (Revista Portal do Brasil: Infraero, Janeiro de 2005, p.17)

De fato a construção do aeroporto na periferia de Guarulhos dinamizou a economia do município, consolidando a formação de novas redes de serviços, como na hotelaria, que recebeu investimentos de grandes redes internacionais:

Accor, Meliá, Caesar`s, Doby e Atlantic Hotels. Sem dúvida, a periferização da zona leste de Guarulhos se consolidou como um lugar estratégico ao desenvolvimento da capital paulista, e hoje, sobretudo, a acumulação do capital. Enquanto os recursos são direcionados especificamente à reprodução ampliada do capital, as espacialidades periféricas são relegadas a falta de infra-estrutura e de possibilidades de viver o urbano. Diante da iminência da desapropriação, a periferia se fragiliza e espacialidades dadas como conformadas, são nitidamente espaços vulneráveis ao avanço do capitalismo.

Com base no que Amélia Luisa Damiani (2004) denominou como *urbanização crítica*, o espaço urbano do município de Guarulhos reproduz claramente essas contradições, fazendo com que os fragmentos se perpetuem na espacialidade urbana. Tais contradições nos apontam para a compreensão de que a periferia transformou-se em verdadeiras barreiras ao processo de “valorização ou capitalização do espaço”. (DAMIANI, 2004, p. 35). Portanto:

É preciso abrigar a idéia de quão estruturais são as mudanças espaciais, movidas pela economia vigente, e o quanto atravessam a vida, especialmente, daqueles que moram em lugares ainda a explorar: todas as áreas pobres são, potencialmente, novos espaços para a valorização do capital. Elas, do ponto de vista dos habitantes parecem ter usos consolidados e a casa conquistada define-se como patrimônio inclusive a mobilizar, comercializando-a, como forma possível de sobrevivência; mas, do ponto de vista das estratégias de produção do espaço, são zonas vulneráveis. (DAMIANI, 2004, p. 41)

O caso de Guarulhos com a construção do aeroporto é exemplar para corroborar com a síntese de Damiani. As transformações decorrentes da construção do terminal aeroportuário na zona leste do município subjugaram bairros inteiros ao desaparecimento (no caso mais específico o jardim Maringá), e, ainda, após sua inauguração em 1985, o dilema da área de expansão tirou o sossego de muitos moradores, diante da ameaça de novas desapropriações.

A construção da terceira pista do aeroporto internacional de Cumbica, em Guarulhos (SP), demandaria a desapropriação de moradias localizadas em nove bairros da cidade, uma área de aproximadamente 1 milhão de metros quadrados. Alguns bairros teriam de ser desapropriados integralmente. A ação faria com que cerca de 5 mil famílias, aproximadamente 20 mil pessoas, fossem retiradas do local. As informações são do secretário de Desenvolvimento Urbano do município de Guarulhos, Moacir Souza. (<http://www.folhadaregiao.com.br>- Acesso em 10/12/2008 – Por Nilton Gama

O planejamento para a construção da terceira pista em Cumbica estipulou uma área de desapropriação em diferentes bairros do município numa extensão de 1 milhão de metros quadrados, sendo necessária a extinção integral ou parcial de alguns bairros na porção Leste e Nordeste de Guarulhos. Um dos bairros com a sua área comprometida integralmente é o conjunto Haroldo Veloso. Mais de 20 mil pessoas constam da lista de desapropriação divulgada pela Infraero, numa média de 6 mil famílias obrigadas a abonarem suas moradias para as obras de expansão aeroportuária⁶⁰.

Diante de problemas orçamentários e do prolongamento de uma crise no sistema aéreo brasileiro, as pressões para a construção da terceira pista em Cumbica aumentaram, surgindo especulações em vários setores da empresa e na política local do município⁶¹. O plano de expansão de Cumbica consiste em uma estrutura de grande porte, com a implantação de um centro de convenções no espaço onde hoje está assentada a favela das Malvinas. Sobre o assunto, Carlos José Ferreira dos Santos (2006) apresentou uma síntese da revista exame que expõe as bases do projeto.

(...) o “centro de Exposições, Feiras e Convenções de Guarulhos” ocupará uma área a partir de 150.000m² e terá investimentos na ordem de 350 milhões de reais, tendo como investidor o Governo do Estado de São Paulo. A infra-estrutura do “Centro” contará com cinco pavilhões, dois hotéis, duas torres de escritórios, um centro de convenções, um flat, área para shows e um shopping. (SANTOS, 2006, p.209)

A proposta para a expansão do terminal aeroportuário constitui muito mais do que a construção de uma terceira pista, mas uma intervenção urbana de grande intensidade, definindo novas formas espaciais para a periferia do município, e principalmente, removendo as moradias populares das proximidades do aeroporto.

⁶⁰ Segunda a Infraero os bairros a serem desapropriados são: Jardim Planalto, Jardim Marilena, Santa Lúcia, Jardim dos Eucaliptos, Malvinas, Haroldo Veloso, Cidade Seródio, Jardim Regina, e Jardim Novo Portugal.

⁶¹ Na Folha On Line foi destacada uma matéria que sintetiza claramente os reflexos da “Crise Aérea” nos aeroportos brasileiros: “O governo sinalizou nesta terça-feira que a crise nos aeroportos deve se estender pelos feriados do Natal e Ano Novo. O ministro da Defesa, Waldir Pires, afirmou que a expectativa é que a situação só esteja normalizada num prazo de 60 dias, ou seja, apenas em janeiro os aeroportos devem voltar a operar sem atrasos”.

<http://www1.folha.uol.com.br/fofha/cotidiano/ult95u128205.shtml> - Acesso em 14/11/2006 - Por Nilton Gama

No entanto, a indefinição em torno da construção da terceira pista nas proximidades do aeroporto resultou na reprodução de espaços determinados por um processo “*espoliação urbana*”. Por espoliação urbana, Lúcio Kowarick nos fornece a seguinte argumentação:

(...) é o somatório de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho. (KOWARICK, 1979, p.59)

A falta de infra-estrutura materializada na ausência de políticas públicas contribuiu para a espoliação do espaço periférico na zona Leste do município, principalmente nos limites do jardim São João ao Presidente Dutra. Os recursos urbanos caracterizados pela precariedade estenderam-se pela periferia dos principais bairros em torno do aeroporto.

A Avenida João Jamil Zarif, principal eixo de ligação da periferia ao centro urbano, e acesso ao aeroporto pela cancela de controle, é um exemplo da espoliação urbana em que o espaço periférico do município se constituiu.

Figura 36: Avenida João Jamil Zarif acesso ao aeroporto

Fonte: www.diariodeguarulhos.com.br. Acesso em 25/04/2008. Nilton Gama

O estado de abandono da Avenida João Jamil Zarif auxiliou-nos para reforçar nossa hipótese em da interferência da escala regional na reprodução

da periferia urbana do município de Guarulhos, mas especificamente no distrito do Jardim São João – Zona Leste. No início de 2008 a definição sobre ampliação do aeroporto foi finalmente resolvida, e contrariando aos interesses do poder público municipal, a decisão foi pela desistência da construção da terceira pista. Diante dos altos custos das indenizações e também por questões de nível técnico, a construção da terceira pista tornou-se inviável. Após anos de expectativas e indecisões, o governo federal declara a desistência da terceira pista, provocando a decepção de alguns grupos econômicos locais e da região metropolitana, que apostavam na expansão aeroportuária de Guarulhos. Assim;

Segundo o ministro da Defesa, Nelson Jobim, a construção da terceira pista em Cumbica seria tecnicamente inviável já que os custos da obra seriam maiores do que o benefício que a obra traria. Jobim disse também que a alternativa seria a construção de um terceiro aeroporto em local ainda a ser definido. (Disponível em: <http://noticias.cancaonova.com/noticia.php=250262> - Acesso em 27/01/2008 – Por Nilton Gama).

Para muitos a questão estava praticamente resolvida pela construção da nova pista de pouso, no entanto, o dilema da indefinição se esgotou. Com a definição a municipalidade alterou o discurso, e, diante de quase três décadas sobre a ausência de soluções destinadas a espacialidade da periferia, é feito um acordo entre a Prefeitura do Município e a Infraero, denominado Termo de Ajustamento de Conduta. Sobre o longo período de falta de ação, a municipalidade ressalta que:

A demora de mais de 20 anos na assinatura do contrato foi justificada pelos representantes da Infraero e pelo prefeito Elói Pietá (PT). "O acordo tinha de ficar bom para os três envolvidos e, durante esses anos, foram feitos ajustes. Pela Infraero, não poderíamos contrariar a lei que criou a empresa, pois ela impede obras fora do sítio aeroportuário," declarou João Márcio Jordão, superintendente em Cumbica. (Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). (www.guarulhosweb.com.br - Acesso em 02/02/2009 – Por Nilton Gama)

O fato demonstra o quanto a reprodução do espaço urbano no município foi e ainda persiste determinada pela influência do aeroporto. As formas espaciais representadas pelas fragmentações espaciais reproduzidas ao longo dos vinte anos nos dão a convicção de que a estrutura regional foi decisiva para a imposição de mecanismos necessários a reprodução do capital. Como

barreira física à periferia, o aeroporto contribuiu para que a espoliação urbana se propagasse aos bairros ligados ao distrito do Jardim São João.

Sem a desapropriação para a terceira pista, algumas obras foram recomendadas ao aeroporto, entre as quais, ainda existe a necessidade de desapropriar moradias que estão numa área junto à pista de decolagem no jardim Novo Portugal (São João). No entanto, o poder público está desprestigiado pelos moradores que se dizem acostumados com as promessas e alegam não acreditar em mudanças. Em entrevista ao jornal O Estado de São Paulo, um dos moradores apresentou uma expectativa que reflete o sentimento da maior parte dos moradores do Jardim Novo Portugal (São João).

Vizinho do cemitério de aviões da falida Vasp, em Cumbica, o floricultor Manuel Craveiros, de 52 anos, não acredita mais "nesse papo de desapropriação". "Moro aqui há mais de 15 anos e sempre ouvi que teríamos de sair", diz, em meio ao campo de flores copo-de-leite que cultiva a 70 metros da cabeceira de uma das pistas. Craveiros vive no Jardim Portugal, loteamento que será riscado do mapa em 2009. A desapropriação, decidida por "medida de segurança operacional", atingirá 572 famílias. Até o ano passado, antes da desistência do governo de construir a terceira pista em Cumbica, o projeto previa a remoção de 20 mil pessoas que vivem às margens do Rio Baquirivu-Guaçu. (www.estadao.com.br – Acesso em 14/09/2008 – Por Nilton Gama).

Inaugurado em 1985 e localizado no centro da periferia urbana do município (zona leste), o aeroporto veio ocupar uma espacialidade já consolidada, embora existissem vazios, os bairros da zona Leste no distrito do Jardim São João constituíram formas de vida vinculadas ao seu espaço. Atividades econômicas e relações sociais estavam impregnadas no tecido urbano das áreas ocupadas pelo aeroporto.

O que nos causou certa estranheza foi os dados da prefeitura Municipal de Guarulhos destacando em seu ordenamento do Plano Diretor de dezembro de 2004, o espaço instalado do aeroporto e todos os bairros que compõem o distrito do Jardim São João como uma espacialidade de macrozona de desenvolvimento econômico e urbano (ver mapa 4). No mínimo há uma contradição significativa nas representações atribuídas a espacialidade da periferia do município especificamente ao Jardim São João e demais bairros.

Mapa 4: Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Social de Guarulhos

Ao analisarmos os dados apresentados no mapa do Plano Diretor (mapa 4) toda a faixa da rodovia Presidente Dutra que contempla o parque Industrial Cidade Satélite e seu espraimento ao longo da rodovia é considerado como espaço de potencial econômico, ou seja, espaço de desenvolvimento. Saindo da faixa da via Dutra e do bairro de Cumbica, a grande mancha destacada como potencial de crescimento e de maior dinâmica econômica é justamente a espacialidade junto ao aeroporto internacional. Todo o trecho que conforma a denominada zona de influência aeroportuária estende-se aos bairros do Lavras, Cidade Seródio, Presidente Dutra, Bonsucesso e principalmente, do Jardim São João.

Compreendemos na análise do mapa que o aeroporto é visto comum principal indutor da economia guarulhense e todas as fichas estão sendo creditadas na expansão de sua área. A consideração é baseada na conformação apresentada no Plano Diretor que claramente homogeneizou o equipamento urbano a periferia do município. É bom lembrarmos que para ter acesso aos bairros que formam o distrito do Jardim São João, o aeroporto simplesmente interrompe a junção entre os espaços. O Plano Diretor parece não considerar as questões sociais que estão estabelecidas nessas espacialidades, pois apresenta um perfil extremamente econômico ao considerar um plano de ação em o aeroporto é o direcionador das transformações espaciais na periferia do município.

A paralisia em torno das questões urbanas no Jardim São João está alicerçada na existência do aeroporto na periferia da cidade. Reconhecemos que o equipamento urbano das dimensões de um aeroporto internacional torna a periferia do Jardim São João um espaço diferenciado e de qualidade estratégicas por conta da especialização do espaço. No entanto, tais diferenças refletem apenas as contradições com que o capital se expressa na reprodução do espaço urbano. De fato, o adensamento urbano no distrito do Jardim São João como espaço de moradia ganhou novos moradores, seja pelo parcelamento do solo ou por áreas de ocupação, constituindo um imenso aglomerado de moradias populares. A integração do espaço periférico com o Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos se dá basicamente entre divisas, como por exemplo, os moradores do Jardim Novo Portugal (figura 37).

Figura 37: Jardim Novo Portugal **Foto: Gama, Nilton. Maio de 2008.**

Das Chácaras que predominavam na década de 1970 antes da construção do aeroporto, alguns moradores ainda resistem às interferências do vizinho barulhento. Nesta imagem o cultivo de flores e verduras sobrevive apesar das constantes ameaças de desapropriação, para a expansão aeroportuária.

Figura 38: Aviões da antiga Vasp a beira do Jardim Novo Portugal **Foto: Gama, Nilton. Maio de 2008.**

Os moradores do Jardim Novo Portugal, bairro recortado por uma das principais pistas do Aeroporto internacional de São Paulo / Cumbica, vivem com a indefinição da expansão do aeroporto. Na última década os moradores dividiram sua rotina com a possibilidade da desapropriação que não se efetivou. Sem uma definição objetiva, os moradores convivem com o imprevisto e o descaso do poder público municipal e estadual. A pauperização do espaço é eminente, pois a falta de infra-estrutura é relacionada na impossibilidade de ação por se tratar de uma zona de abrangência da Infraero.

Contudo, o município permanece na agenda de desenvolvimento econômico e urbano da capital (sempre representado pela RMSP), sendo que, nos últimos dois anos, passou a incorporar projetos de extremo impacto ao tecido urbano da cidade, como, por exemplo, a construção de um Expresso até o Aeroporto, ligação das rodovias ao complexo Jacu Pêssego, túnel junto a Rodovia Presidente Dutra, além de um novo viaduto de acesso ao centro da cidade. Todavia, as intervenções produzidas no espaço urbano do município estão vinculadas a um planejamento de infra-estrutura que pretende viabilizar uma maior fluidez e circulação aos mecanismos de reprodução do capital em esfera regional, mais uma vez representadas na ocupação da espacialidade guarulhense.

Figura 39: Construção de Viaduto sobre a Rodovia Ayrton Senna

Fonte: www.diariodeguarulhos.com.br - Acesso em 10/11/2007. Nilton Gama

Pensando as formas urbanas determinadas no espaço urbano do município, a periferia é notadamente a espacialidade de maior transformação em Guarulhos. Considerando a representação econômica e espacial do aeroporto para Guarulhos, os bairros da zona Leste do município foram determinantes para o processo de acumulação capitalista, não só na esfera local, mas, sobretudo, na dinâmica de reordenamento espacial da região metropolitana.

Como espaço de reprodução da força de trabalho, a periferia exerceu a sua função de alojar a imensa população operária, que na prática da “produção doméstica” da moradia contribuiu na composição do salário social e destinou ao mercado parcelas de investimentos para a reprodução ampliada do capital.

Para David Harvey a potencialidade do capitalismo acaba por subjugar a força de trabalho num pleno domínio de suas relações, constituindo assim, a mão-de-obra como uma mercadoria. Nesse aspecto: “A força de trabalho é uma mercadoria; o que significa que também é uma forma de propriedade privada, sobre a qual o trabalhador tem direitos exclusivos de renda”. (HARVEY, 2005, p.84)

A força de trabalho metamorfoseada em mercadoria realizou-se na “produção doméstica” sua forma de acumulação de renda. Como ressaltou Harvey (2005) o trabalhador tem direitos de extrair renda vendendo sua força de trabalho, de tal feita, que na construção da casa-própria, o trabalho não pago realiza-se na forma de renda acumulada. Assim, a “produção doméstica” da moradia serviu plenamente ao processo de desenvolvimento do capital, determinando a reprodução do espaço urbano materializada na paisagem da periferia, como lugar e reprodução da força de trabalho.

3.3- Periferização e espoliação urbana: inoperância do Estado e a ocupação de áreas públicas no município de Guarulhos

O processo de desencadeamento dos loteamentos periféricos ocorreu fundamentalmente em decorrência da promoção da ideologia da casa própria, que permitiu a comercialização de lotes em áreas recém parceladas e desprovidas de infra-estrutura urbana. A casa própria como um dos anseios da população trabalhadora ganhou corpo a partir da segunda metade do século passado e conseqüentemente, traduziu-se como um patrimônio da classe trabalhadora (BONDUKI; ROLNIK, 1982, p.138).

No município de Guarulhos a expansão dos loteamentos em sentido à periferia deu-se em direção a zona Leste do município, com o surgimento de bairros densamente povoados, como o caso do bairro Pimentas, Presidente Dutra, Lavras, Seródio, São João e outros. No gráfico 1, apresentamos números de moradias nos bairros de maior representatividade na zona leste do município.

De acordo com o levantamento realizado pelo IBGE e apresentado no Censo de 2000, o número total de residências no município era de 294.845 moradias, sendo que, 291.171 mil consideradas particulares. A representação dos números nos mostra um cenário de grande consistência para a moradia em casa própria, com um número significativamente pequeno de moradias de aluguel ou de outras representações.

A questão da moradia no município é predominantemente caracterizada pelos loteamentos periféricos que na realização da “produção doméstica” da moradia, contribuiu para a definição das formas da periferia urbana. No início da década de 1980, o processo de comercialização dos loteamentos na periferia do município sofre uma redução em decorrência da diminuição da oferta e também pelo endurecimento das políticas urbanas para a liberação dos empreendimentos. Mesmo assim, e na periferia da zona leste do município que se concentra a maior parte da população operária. O bairro dos Pimentas que prolonga-se até a divisa com a zona leste paulista e está entre as rodovias

Dutra e Airton Senna apresentava segundo os dados do IBGE mais de 34.719 habitações seguido por Cumbica com pouco mais de 23.000 moradias. Somando somente os 6 bairros da zona leste são mais de 108.000 moradias na zona leste do município de Guarulhos (gráfico 3). É quase um terço do total de moradias apenas nessa espacialidade do município, isso sem contar os dados com as áreas de ocupação.

Gráfico 3: Concentração populacional na Zona Leste de Guarulhos: número de domicílios

Fonte: Gráfico elaborado para essa pesquisa a partir das informações obtidas do Censo 2000 IBGE – **Elaboração:** PG – SDU – Depto de Gestão e Informações.

Diante da constante demanda por habitação popular e o crescimento gradativo da população no município, o problema da habitação ganhou novos contornos. A falta de infra-estrutura visivelmente incorporada na periferia do município persistiu ao longo dos anos. Com a redução na oferta dos loteamentos, o número de ocupações irregulares e clandestinas cresceu significativamente no município. A reprodução do espaço urbano dar-se-ia pela ocupação de áreas públicas e particulares por meio de submoradias, formando unidades de inúmeras favelas no município. A casa própria materializada na favela veio se consolidando como processo de assentamento das populações pobres do município. Céline Sachs ao distinguir o conceito de casa própria

(propriedade privada) das demais formas de moradia, entre as quais, a favela, deixou claro que:

(...) o que diferencia a favela das outras formas de habitação popular é a ocupação ilegal da terra, bem mais do que a autoconstrução ou uso de materiais usados. Uma favela começa com a “invasão” de um terreno. Os favelados não são seus proprietários. (SACHS, 1999, p. 87)

Recuperando a argumentação de Sachs, uma favela inicia-se com a ocupação ilegal de uma área, seja ela em propriedade particular ou não. Neste caso, a população é a responsável pelo parcelamento da área e distribuição dos lotes dimensionados a critérios definidos pelos próprios moradores. A partir do processo de ocupação, a “produção doméstica” surge como fundamento de construção da moradia (barracos).

O processo de favelização em Guarulhos foi iniciado em meados da década de 1970 em espaço próximo de onde está localizado o paço municipal. “O primeiro registro oficial de submoradia no município data de 1970: tratava-se de 12 (doze) barracos situados na faixa de saneamento entre Vila Flórida e Jd. Bom clima. (GEHAB – Grupo Executivo de Habitação, p.9, Fevereiro 2002)

Figura 40: Favela Vila Florida

Fonte: Secretaria de Habitação – Autoria desconhecida - Ano 2000

O adensamento da população⁶² ocorrido nas últimas décadas alavancou a demanda por moradia e, conseqüentemente, a redução no número de loteamentos na periferia, contribuíram significativamente para a intensificação das ocupações em favelas. O aumento populacional por fluxo migratório elevou a população urbana do município em números superiores à população local. (Gráfico 4)

Figura 41: Favela Vila Florida: população moradora

Fonte: Secretaria de Habitação – Autoria desconhecida - Ano 2000

Seguramente a redução na oferta de novos loteamentos desencadeou uma elevação no número de trabalhadores sem moradia. No entanto, é o aumento populacional por migração que significativamente resultou na insolvência absoluta da habitação no município. Para corroborar nossa indagação, buscamos em Pietá a seguinte afirmativa.

No censo de 1980 constatou-se que 71 26% da população local não havia nascido no município e que 43,62% tinha chegado à cidade de 1970 em diante. Constatava-se que a presença predominante de pessoas nascidas no interior de São Paulo. Mas, em segundo lugar, 16% da população local era dos Estados da Bahia e de Minas Gerais. Outro tanto vinha de vários Estados do Nordeste. (PIETÁ, 1992, p.33)

⁶² A população de Guarulhos atingiu altos índices de crescimento entre 1940 a 1990, elevando o número de moradores de 13.000 para mais de 700 mil habitantes em 1990. Fonte: IBGE, Censos demográficos de 1940 a 1991)

Certamente o crescimento demográfico contribuiu para o surgimento de novos núcleos sub-habitacionais na espacialidade do município, e, também com determinações sociais que contribuíram para o processo de favelização. Em 1987 foi decretada a Lei municipal 3283/87 criando áreas de interesse social. Pela Lei 3283/87 as áreas selecionadas e determinadas como de interesse social, passaram a receber a implantação de infra-estrutura, com planejamento e projetos de implantação e reformas das moradias existentes. Ao morador cadastrado pela Secretaria de Habitação passou a ser atribuído o título de propriedade (concessão) por um período de 90 anos.

Gráfico 4: Composição Demográfica do Município de Guarulhos – Censo 1980

Fonte: Plano de Acessibilidade do Aeroporto - Secretaria de Planejamento, PMG, Junho 1984

Amparados pela Lei 3283/87, a população sem condições de arcar com os custos do mercado imobiliário teve por funcionalidade caminhar para o processo de favelização. Sobre os temas da Lei, selecionamos dois fragmentos:

Artigo 2º - N §1, do artigo 63, do Decreto Lei Complementar nº 9 de 31 de dezembro de 1969, fica autorizado o Executivo a outorgar de direito real de uso, pelo prazo de 90 (noventa anos).

Artigo 4º - A concessão de direito de uso real somente será formalizada àqueles que declararem, sob pena da lei, que não

possuem, a qualquer título, outra propriedade imóvel, no município ou fora dele, passível de uso habitacional, ou de qualquer outro uso (...) (LEI Nº 3283/87 de 04 de dezembro de 1987)

O efeito da Lei 3283 veio em parte contribuir para o processo de favelização, estipulando um precedente para que houvesse o reconhecimento da área ocupada, fornecendo a concessão ao morador da favela. Várias foram as áreas ocupadas no processo de reprodução das submoradias. Para ser ter uma idéia da expansão do processo de periferização no espaço urbano guarulhense entre as décadas de 1980 e 1990, os números oscilaram de 94 núcleos (em 1989) para 218 em 1993. Esse processo de “espoliação urbana” pode ser observado no gráfico abaixo:

Tabela 3: Evolução no Número de Núcleos Subhabitacionais em Guarulhos

ANO	NÚCLEOS	DOMICÍLIOS	POPULAÇÃO
1989	94	8.795	43.975
1993	206	24.128	112.913
1994	218	25.441	115.517
1995	240	25.921	130.000
1996	254	29.071	133.000
1997	289	31.184	141.304
1998	301	37.709	177.104

Fonte: Dados Fornecidos pela secretaria de Habitação – SH/SH2/SH21, PMG, 2000

Várias foram as áreas ocupadas no processo de reprodução dos núcleos sub-habitacionais, principalmente, na periferia do município. Em Cumbica, junto ao pólo de industrialização do município, a concentração desses núcleos seguiu a expansão das indústrias

Instalados entre fábricas e transportadoras, os núcleos subhabitacionais Cidade Satélite e Nova Cumbica surgiram aproximadamente na década de 1970 e com o aumento de sua população, constituem hoje uma área caracterizada pela espoliação urbana reproduzida pelo processo de favelização. Em relatório elaborado pela Secretaria de Habitação no sentido de viabilizar propostas de urbanização da favela Nova Cumbica, e auxiliados na

análise, por depoimentos de moradores do núcleo, selecionamos um trecho que esclarece as circunstâncias em torno do surgimento do núcleo.

Segundo declaração dos moradores, o assentamento começa a ser ocupado na década de 70 por migrantes nordestinos vindos principalmente da região nordeste do país, em busca de empregos nas indústrias implantadas junto a Rodovia Dutra. Esses migrantes, sem condições de pagar aluguel, começam a ocupar a área livre junto a Rua Crato, uma das ruas que faz limite com o assentamento (esse processo de ocupação pode ser visto em outras comunidades da região). Mesmo com o sentimento de provisoriedade, a comunidade continua a ser adensada e em 1988, a população é informada da remoção do assentamento para o Jd. Araponga, para a instalação de uma praça na área. Os moradores contra a remoção iniciaram o primeiro movimento social do assentamento e conseguiram na época a **desafetação** da área e o direito real de uso por 90 anos aos moradores do local. Além disso, os moradores conseguiram a implantação de água e energia elétrica oficial nas moradias existentes na época. Com isso as moradias que eram em sua maioria de madeira, começaram a ser substituídas por moradias de alvenaria. (Plano de Trabalho Social para Etapas de Obras e Pós Obras-Vila Nova Cumbica-PMG, Nov/2005, p.11-12)

A substituição dos materiais improvisados, principalmente a madeira e o papelão, cederam lugar para a alvenaria, com isso a condição provisória que se havia determinado para a existência das favelas, conformou-se como a propriedade da “casa própria”.⁶³ Mesmo para a população moradora, a concepção de ocupar uma área em uma favela constitui-se em uma possibilidade de poupar recursos e com o tempo deixar a moradia precária. Por isso:

“A primeira explicação que desponta é que a favela seria um estágio temporário no percurso do migrante, uma espécie de período de poupança forçada que lhe permitiria trocar o barraco por uma habitação de melhores condições. (KOWARICK, 1979, p. 93)

Na verdade, o processo de favelização representado pela ocupação de lotes irregulares, surgiu como uma possibilidade de moradia aos trabalhadores localizados nos grandes municípios, como Guarulhos. Nesse aspecto, Lúcio Kowarick (1979, p.95) ao analisar as nuances do processo de espoliação urbana constituída pela favelização, concluiu que a favela tornou-se moradia definitiva, e, em pequenos casos a situação pode ser revertida. Portanto, a eventualidade dar-se-ia:

⁶³ Mesmo a favela realizando-se como uma moradia irregular estabelecida em área pública ou privada, a constituição da moradia determina ao morador o valor simbólico da propriedade, o que estabelece laços de poder nos limites de sua moradia.

Em primeiro lugar, quando há apoio externo, expresso na existência de parentes que chamam os favelados para residirem conjuntamente ou ajudarem na construção ou aluguel de uma moradia. A segunda eventualidade pode ocorrer na época da remoção, quando a Prefeitura auxilia os favelados que tem terreno, dando-lhes materiais ou dinheiro para que dêem início a construção da casa própria. (KOWARICK, 1979, p. 95)

O fato, é que a favelização ocorre por motivo bastante evidente, a necessidade de moradia para a subsistência do trabalhador. Na tentativa de diminuição dos custos com moradia, o trabalhador opta em morar em uma favela, criando possibilidade de subsistência e sua colocação no mundo do consumo. As condições de difícil reprodução da força de trabalho contribuíram para a elevação dos núcleos sub-habitacionais na espacialidade de Guarulhos, no entanto, a organização popular reforçou o movimento por moradia a partir da década de 1980.

Os movimentos sociais organizados ganharam notoriedade no município de Guarulhos, dada a questão fundiária e a elevada necessidade de moradia devido ao crescimento populacional. Lúcio Kowarick e Nabil Bonduki (1994) ao situarem a presença dos movimentos sociais na capital, e de certa forma na grande São Paulo, apontaram para a seguinte argumentação:

As invasões/ocupações organizadas de terra surgem a partir de 1981, marcando um novo quadro de situação habitacional em São Paulo, no qual para os trabalhadores de baixa remuneração é cada vez mais difícil adquirir um lote periférico e ingressar no longo e desgastante processo da autoconstrução. (KOWARICK:BONDUKI, 1994, p.171)

Notamos que em Guarulhos as ocupações irregulares cresceram de maneira acelerada, conseqüentemente, a reprodução dos núcleos passou a estabelecer a proximidade com a casa própria. As ocupações em sua maioria ocorrem por organização do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MSTU), que utilizam a ocupação como recurso de pressão aos administradores públicos.

As ocupações possuem o objetivo de sensibilizar o poder público ao problema habitacional no município e que a área seja decretada como de utilidade pública, e assim, serem destinadas a projetos habitacionais. Em entrevista ao jornal Olho Vivo, um dos líderes do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, afirmou que as áreas ocupadas são propriedades que estão na

ilegalidade, pois não há recolhimento de impostos junto a prefeitura, além de não existir projeto para a área.

Nós temos projeto para área e a moradia não é o nosso único propósito. No projeto, tem um espaço para plantação de hortaliças, alimento que o trabalhador não tem acesso, defende Batista. (Jornal Olho Vivo, p. 03, 22/05/2001).

O movimento de ocupação tornou-se responsável pela reprodução do espaço periférico no município de Guarulhos. Divisões de lotes, abertura de ruas, desvios de canalizações de água e energia elétrica, além da iminência de acidentes, constituíram as formas da paisagem urbana do município.

Tabela 4: Moradia em área de Ocupação – Guarulhos

Habitações em:	Quantidade de assentamentos	Número de Domicílios	População
Favelas	379	54.625	213.038
Área Pública	266	26.390	102.921
Área Particular	41	19.940	77.766
Área mista	72	8.295	32.351
Cortiços	S/I	S/I	S/I
Loteamento irregular	S/I	S/I	S/I
Loteamento Clandestino	84	S/I	S/I
Total	720	54.625	213.038

Fonte: Secretaria de Habitação, PMG, Julho de 2004

A zona Leste foi uma das áreas de maior concentração dos movimentos de ocupação, com destaque ao assentamento “Jardim Mato das Cobras”, “IV Centenário” e “Anita Garibaldi”. A ocupação do núcleo Anita Garibaldi (figura 42) mobilizou um adensamento populacional de grande envergadura na zona leste do município, contribuindo para a elevação do processo de espoliação urbana iniciada com a periferização em meados da década de 1970. “Tenta-se agora construir a terceira pista de pousos e decolagens, sobre a maior invasão de terras da área metropolitana, favela rebeldemente denominada Anita Garibaldi. (SZMRECSÁNYI, 2004 p.140).

Figura 42: Processo de ocupação: Assentamento Anita Garibaldi

Fonte: Jornal Folha Metropolitana, p. capa. 12/05/2001. Foto. J.B.Maciel

A Ligação irregular de energia no assentamento na Ponte Alta, zona Leste do Município de Guarulhos, reflete minimamente as questões habitacionais no município guarulhense. O problema da moradia ultrapassou diferentes momentos na (re)produção do espaço periférico no município e agora diante da redução ou mesmo, o desaparecimento dos loteamentos periféricos os processos de ocupação ganharam maior amplitude.

Hoje não existe como produzir lotes para a população pobre como antigamente. Quando existia a grande oferta de loteamentos o trabalhador tinha condições de comprar um lote e ele mesmo construía um cômodo e ia morar, deixava de pagar aluguel. Eram lotes com poucos recursos mas com o tempo ele sabia que ia melhorar. Agora não há nenhuma possibilidade de ofertar lotes para um trabalhador de baixa renda, os custos para promover são altíssimos. Para vender hoje um lote de 250 metros sai acima de 30 mil reais, só o lote. (Osvaldo Manzoni, Agosto, 2009)

O posicionamento do empreendedor de certa maneira nos orienta para o entendimento de que a escassez dos loteamentos periféricos é uma realidade. A falta de políticas habitacionais de certo modo contribuiu para que os movimentos de ocupação fossem encorajados, uma vez que o trabalho necessita de moradia para sua reprodução. Foi o que ocorreu no Jardim Ponte Alto com a ocupação de uma área de aproximadamente 250 mil m².

Em meio à suntuosidade de um importante equipamento de reprodução do capital, em vias de desenvolvimento da economia mundializada, o Aeroporto Internacional de São Paulo/Cumbica divide espaço com a espoliação urbana materializada nas unidades de favelas reproduzidas no espaço urbano do município. A capitalização do espaço urbano guarulhense organizado na mais ampla esfera do capital internacional, consolidou-se estrategicamente, como um fluxo de logística à reprodução ampliada do capital. Com amplos projetos em tornar o município um centro de capitalização de recursos internacionais, o Aeroporto de Guarulhos contribuiu para conformar a fragmentação espacial, dividindo as áreas centrais da periferia urbana.

O desenvolvimento econômico alcançado com as instalações aeroportuárias no município não atingiu a reprodução do espaço urbano. O investimento em infra-estrutura seguiu exclusivamente as vias de ligação entre os centros urbanos ao Aeroporto. As áreas periféricas ficaram restritas a segregação imposta pela fragmentação espacial intensificada com o terminal aeroportuário. A conformação do acesso à moradia por meio de favelas elevou as características de uma espoliação urbana na periferia do município. As moradias improvisadas em área ocupada tornaram-se comuns à paisagem urbana de Guarulhos.

Áreas em que a existência de água e energia elétrica é proveniente de arranjos que permitem a ligação clandestina. A falta de rede de esgoto complementa a situação de espoliação urbana vivenciada nas favelas do município. Ao mesmo tempo em que a riqueza é exaltada pelos administradores públicos, o empobrecimento do espaço urbano é direcionado pela reprodução dos núcleos sub-habitacionais nas favelas do município.

Em relatório elaborado pela consultoria Austin Rating (tabela 5) em abril de 2007, o município recebeu a elevação em grau de investimento, destacando-o como um espaço apropriado para a aplicação de investimentos e exaltando a responsabilidade política e econômica da administração municipal.

Tabela 5 – Guarulhos entre os Dez Maiores Município Segundo PIB Total – 2005 (em milhões)

em milhões R\$

Municípios	Valor Adicionado (VA)					PIB (3)	PIB per Capita (4)
	Agropecuária	Indústria	Serviços		Total		
			Administração Pública	Total (2)			
1º São Paulo	14,57	52.654,37	14.314,85	165.021,43	217.690,37	263.177,15	24.082,86
2º Barueri	0,00	4.209,66	497,13	13.779,89	17.989,56	22.430,47	87.337,92
3º Guarulhos	3,64	7.723,75	1.529,84	10.699,86	18.427,25	21.615,31	17.275,96
4º Campinas	34,69	4.904,74	1.608,99	12.168,22	17.107,65	20.620,77	19.719,47
5º São Bernardo do Campo	3,46	6.397,35	1.151,76	8.411,21	14.812,03	19.448,02	24.662,70
6º Osasco	0,57	2.082,99	856,96	12.057,79	14.141,36	18.310,45	25.955,70
7º São José dos Campos	17,42	7.686,90	921,74	6.615,16	14.319,48	17.090,19	28.481,33
8º Santo André	0,97	3.710,81	784,14	5.831,67	9.543,44	11.426,97	17.065,58
9º Jundiaí	20,29	3.091,65	496,36	5.384,89	8.496,83	10.185,10	29.540,94
10º Ribeirão Preto	35,33	1.668,11	719,32	7.199,05	8.902,49	10.095,56	18.311,88
TOTAL ESTADO (SP)	11.265,01	193.980,72	51.848,75	406.723,72	611.969,44	727.052,82	17.977,31

Fonte: Fundação Seade; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

(1) Dados sujeitos a revisão.

(2) Inclui o VA da Administração Pública.

(3) O PIB do Município é estimado somando os impostos ao VA total.

(4) O PIB *per Capita* foi calculado utilizando a população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Fonte: www.guarulhos.sp.gov.br - Acesso em 02/07/2007 - Por Nilton Gama

Além disso, dados importantes são apresentados nesse relatório que em contribuição com a Fundação Seade, apresenta o município de Guarulhos como a segunda economia do município, e, considerando o desenvolvimento dos municípios brasileiros, Guarulhos e a 25ª economia do país. O desenvolvimento econômico do município não reflete transformações na constituição do tecido urbano guarulhense. O aspecto contraditório apresenta-se nas determinações espaciais em torno do Aeroporto Internacional de Guarulhos. Dos loteamentos periféricos às favelas existentes na proximidade do aeroporto, as formas espaciais engendradas pela manutenção de uma política urbana direcionadas apenas em manter a expansão do terminal aeroportuário, trouxe conseqüências diretas à reprodução do espaço urbano, com “cicatrizações” da espoliação materializada na submoradia.

No mapa de uso do espaço urbano do município observamos a aglomeração urbana em Guarulhos com uma intensificação de área urbanizada em torno o aeroporto e também, a espacialização das favelas no espaço urbano do município.

Mapa 5:
Uso e Ocupação do solo no Município de Guarulhos

Com efeito, a espoliação urbana é resultado da interferência do capital na reprodução do espaço no município, direcionando a expansão aeroportuária como um fundamento de maior magnitude, deixando à deriva milhares de moradores que vivem em torno da espacialidade ocupada pelo aeroporto. Considerando as características de reprodução do capital, a deterioração da paisagem urbana seguiu os mesmos parâmetros de “espoliação urbana” determinados a espacialidades da região metropolitana. Com síntese na argumentação de Baltrusis (2006) podemos relacionar o processo de favelização no município de Guarulhos, como uma relação dimensionada da esfera regional, demonstrando que os efeitos do capitalismo seguem uma uniformidade em suas ações de acumulação.

O processo de favelização do município obedece ao mesmo padrão de ocupação encontrado em outras cidades da Região Metropolitana de São Paulo. Até a década de 80, o número de favelas era pequeno, a principal forma de irregularidade eram os loteamentos clandestinos ou irregulares, alguns cortiços e ocupações em áreas ambientalmente frágeis ou de risco. De acordo com os dados da Secretaria Municipal de Habitação existem no município 343 favelas. O aumento do número de favelas e da população favelada se deve, principalmente, a ocupação de novas áreas e adensamento das favelas existentes. (BALTRUSIS, 2006, p.02)

Ao observarmos a paisagem urbana no município de Guarulhos, somos naturalmente determinados pelas suposições em torno do “real”. A reprodução do espaço urbano materializada na espoliação urbana que configurou a espacialidade periférica com as favelas tornou-se uma paisagem voltada a diversas interpretações, análises que nos permitem o desvendamento das performativas estruturais engendradas no espaço intra-urbano. Considerando os núcleos sub-habitacionais como formas espaciais e naturalmente paisagem, buscamos em Ana Fani A. Carlos (1994) a seguinte argumentação:

A análise da paisagem urbano faz-nos atentar para o fato de que não estamos descrevendo ou montando um quadro, e sim elaborando uma construção cujo objetivo é entender o modo pelo qual se produz, sua substância e conteúdo a partir de relações reais. Isso nos leva a considerar dois movimentos: aquele que decompõe a paisagem geográfica a partir da consideração do sítio urbano, e o que recompõe os elementos da paisagem. Deste modo, a paisagem não se apresenta como uma simples imagem, nem a cidade como mera localização. (CARLOS, 1994, p.44)

A argumentação de Ana Fani é esclarecedora, pois nos auxilia a interpretar a reprodução do urbano a partir da análise da paisagem, permitindo contextualizar os diferentes agentes numa integralidade espacial e social na dinâmica territorial (município). O real sugere a investigação dos processos que conformaram a reprodução do espaço, identificando os agentes que caracterizaram a espoliação urbana em diferentes espacialidades do município.

A submoradia enquanto reprodução da paisagem proporciona ao espaço urbano os reflexos da “espoliação urbana” entendida como espaço precarizado. Em números oficializados pela Prefeitura do Município de Guarulhos, são mais de 200 mil pessoas incluídas na mais pura precariedade espacial. Nessa inclusão precária, José de Souza Martins (1997, p.37) ao negar o termo Exclusão Social nos atenta para as formas de Inclusão captadas pela sociedade frente às contradições do capital.

Deste modo, concluímos que a submoradia nas favelas do município são meras alternativas sociais para as populações carentes de habitação, que frente à insolvência de políticas públicas encontraram na “produção doméstica” em área de ocupação a maneira de acesso à moradia.

Quando pensamos no alternativo, podemos ver que a população mesma está construindo a alternativa, uma alternativa includente, não uma alternativa que aprofunde o abismo com o existente, não a recusa das contradições da sociedade atual. Uma alternativa includente provoca a necessidade de resolver, de criticar, de recusar a exclusão desta nossa sociedade; a recusa sobretudo da dupla sociedade, uma sociedade daqueles que só tem obrigações de trabalho e não tem absolutamente mais nada, e uma sociedade daqueles que tem em princípio absolutamente tudo e nenhuma responsabilidade pelo destino dos demais. (MARTINS, 1997, p.37)

Na precisa indagação de Martins, consideramos que as alternativas encontradas pela população que optou em residir em Guarulhos foram de encontro às contradições impostas pelo capitalismo na reprodução do espaço urbano. Ao tornar o aeroporto uma centralidade econômica e referência ao município, a espacialidade periférica ficou entregue às alternativas possíveis de reprodução espacial, determinadas quase sempre pela “produção doméstica” da moradia, num processo de constante inclusão social.

Com a segunda maior população do Estado, o município de Guarulhos veio acumulando significativo crescimento demográfico, principalmente em direção ao espaço periférico. Guarulhos consolidou-se com o espaço de maior preponderância para a moradia da classe operária na referida região metropolitana. “Guarulhos foi a cidade paulista que mais cresceu nos anos 90, com taxa anual de 4,31% e crescimento absoluto de 185 mil pessoas, das quais 100 mil por crescimento migratório”. (TASCHNER: BÓGUS, 2001, p. 34)

Com relevante crescimento populacional, a reprodução do espaço urbano em Guarulhos caracterizado pela expansão da periferia, sobretudo, na zona leste do município, vem demonstrando que a proximidade com a capital paulista e por estar entre importantes eixos viários de grande circulação – Via Dutra – Ayrton Senna e Fernão Dias, contribuiu para o adensamento da população operária no município. Em pesquisa em que apontam para a periferização em torno dos municípios limítrofes da capital, Taschner e Bógus argumentam:

A periferização da população metropolitana, já evidente nos anos 80, acentuou-se nos anos 90: os moradores mais pobres são impelidos para regiões cada vez mais distantes, tanto para o entorno da capital, como para as cidades limítrofes. (TASCHNER: BÓGUS, 2000, p.253)

A expansão da capital encontrou sua maior representação em direção a Guarulhos, pois, não só a população operária destinou-se ao município, mas também, os equipamentos de grande representação à região metropolitana. O município contempla em sua espacialidade o Aeroporto Internacional de Cumbica, o Terminal de Tancagem de Combustível, o Terminal Intermodal de Cargas (TIC-Leste) e o Terminal de Abastecimento (TAG) (Sumário de dados de 1999 - Secretaria de Economia e Planejamento, PMG).

Os equipamentos de impacto regional ganharam representação na espacialidade de Guarulhos, justificada pela secretaria de Economia e Planejamento (Sumário de Dados, 1999) pela proximidade com a capital e principalmente por sua localização estratégica. Deste modo:

Conclui-se que o uso do solo desse ponto estratégico é exemplarmente revelador da história recente de São Paulo, repercutindo a do país: a classe média ocupa o local dos pobres, estes se favelizam e criminalizam e os ricos se internacionalizam. (SZMRECSÁNYI, 2004, p.41)

Atualmente é observado na área central do município um intenso processo de verticalização urbana, principalmente, empreendimentos de alto padrão. As moradias simples estão cedendo lugar aos prédios e moradias destinadas à classe média, por outro lado, a periferia cresce em expansão espacial e também em contingente populacional.

A construção do viaduto Guarulhos no centro urbano remonta às características recentes do processo de valorização do espaço no município. Impulsionada pela escalada imobiliária, a construção favorece em grande parte aos moradores das áreas nobres, além representar um status econômico ao município. Para viabilizar o acesso das áreas mais distantes do centro urbano, a situação não se alterou.

Contudo, pensamos o município de Guarulhos como uma espacialidade voltada à acumulação capitalista, que por meio de contribuições do próprio Estado, a segregação e a pobreza foram espacializadas em direção à periferia, reproduzindo um espaço urbano caracterizado pela alternativa de situações “includentes” (MARTINS, 1997, p. 37)

As vicissitudes que determinaram Guarulhos como a segunda maior população do Estado (mais de 1200.000 milhão) e como uma das grandes espacialidades econômicas do país⁶⁴, deu-se em parte, em razão de seu posicionamento geográfico, mas fundamentalmente, pelo desenvolvimento desenfreado da capital, exigindo a conformação de novas espacialidades e o constante reordenamento do tecido urbano guarulhense.

⁶⁴ O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou nesta quarta-feira, dia 19, o Produto Interno Bruto (PIB) de 2004 a 2005 dos municípios do Brasil. Uma das novidades do levantamento é que Guarulhos passou a ocupar o 5º lugar no setor industrial, com R\$ 7,7 bilhões, subindo quatro posições em relação à pesquisa anterior. A cidade fica atrás somente de São Paulo, Rio de Janeiro, Campos de Goytacazes e Manaus. Fonte: Site da prefeitura de Guarulhos – www.guarulhos.sp.gov.br – acesso em 20/12/2007

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso do termo periferia sempre esteve atrelado a generalizações dificultando seu entendimento e alargando para algumas ambigüidades. Uma situação comum era vinculação de periferia a subúrbio, numa constante homogeneização espacial utilizada para expressar tanto espaço periférico como áreas suburbanas. Sabemos que as características são totalmente opostas e que representam situações de outra natureza, embora sejam conceitos que surgem com processo urbano-industrial. A colaboração de José de Souza Martins na tentativa de esclarecimento em torno do conceito de subúrbio enveredou para uma aproximação mais sistemática da compreensão do termo periferia e seu real significado. Em busca de aprimorarmos o discurso frente a noção de periferia defendemos que o espaço periférico é algo “novo” e que remete ao processo de industrialização, sobretudo na segunda metade do século XX.

Antes disso, não vamos falar em processo de periferização, mas sim de espacialidades que caracterizam a formação dos subúrbios próximos a áreas de incipiente industrialização. Insisto na diferenciação dos termos não só para esclarecer as oposições no sentido dos conceitos, mas principalmente, para evidenciar a constatação da influencia da industrialização na (re)produção do espaço, nas alterações da paisagem e na configuração espacial. Fruto da reprodução do capital a periferia surge como representação urbana dedicada à promoção de espaço habitacional aos operários urbanos. Estimulados a deixarem o campo para o exercício da mão de obra operária nos centros urbanos um grande volume de trabalhadores vão se dedicar ao trabalho assalariado nas indústrias. Como evidenciou Karl Marx na existência de uma mão de obra excedente denominada por ele como “exercito de reserva” protagonizou o inchamento dos centros urbanos em benefício dos interesses do capital.

A preocupação das empresas era exclusivamente de manter condições para que o capital se reproduzisse sem obstáculos que viessem a levar em redução dos ganhos. É verdade que nos primeiros anos de sua formação, os

empresários buscavam manter os seus operários próximos ao local de trabalho, mesmo que sobre certo controle das vilas operárias. O trabalhador recebia condições para morar em habitações razoavelmente confortáveis e próximas ao local de trabalho, no entanto, o valor do aluguel ou a compra do imóvel era debitado do salário do próprio trabalhador. De certa maneira, o empresário respondia por uma preocupação em alocar recursos para a moradia operária. Esse modelo de produção de moradias operárias não se concretizou e logo a moradia passou a ser um problema claramente do trabalhador. A busca por moradia constituiu parte incondicional do salário do trabalhador que para a sua reprodução tinha eminentemente suprir os gastos com a habitação.

Nesse aspecto, a moradia passou a incorporar significativamente os custos de reprodução da força de trabalho, que sem moradia não possuía condições básicas de sobrevivência. As poucas moradias concentradas nos centros urbanos não atendiam as necessidades dos trabalhadores. Essa breve retomada possibilita-nos assegurar que a moradia é indissociavelmente necessária a reprodução da força de trabalho, em razão da fixação do operário como fornecedor de mão de obra à indústria, tornando-se um consumidor efetivo não só de produtos materiais, mas principalmente, do espaço em forma de moradia. Nabil Bonduki em “Origens da habitação no Brasil” nos aponta para as dificuldades do operariado em conseguir manter-se no mercado de locações, evidenciando uma crise generalizada no mercado de moradias prolongado ainda mais com a Lei do Inquilinato reeditada em 1942 no governo Vargas. As proposições que levam à moradia a base de reprodução da força de trabalho são significativas para a apreensão da estrutura urbana sustentada com a (re)produção do espaço periférico.

Como sustentáculo da expansão urbano-industrial as áreas de potencial acomodação a classe operária dar-se-ia nos denominados subúrbios paulistas, entre os quais, destacamos o município de Guarulhos. A dinâmica de reprodução do espaço urbano de Guarulhos está sistematicamente representada pela expansão urbano-industrial da capital paulista em meados da década de 1950, processo que já havia se antecedido com a instalação da

Base Aérea de São Paulo para as dependências da Fazenda Cumbica. Vemos que a intencionalidade administrativa do governo do Estado⁶⁵ paulista frente ao município de Guarulhos reflete a importância da espacialidade do município de Guarulhos para a reprodução dos interesses do capital. Observamos que além do Estado proprietários paulistas destinaram seus interesses na aquisição de terras municipais em Guarulhos. Os registros efetuados nos Contratos de Termo de Aforamento constam da destinação de terras a vários representantes da capital paulista. Ao nosso entendimento a espacialidade guarulhense serviu como “Fundo Territorial” para posteriormente contemplar a expansão da capital. Antonio Robert de Moraes evidencia a prática desse recurso na ocupação do território brasileiro numa nítida preocupação em estabelecer o conhecimento do espaço e posteriormente estabelecer a urbanização.

No caso guarulhense, podemos relacionar, reservas de terras em poder de proprietários ligados à capital que no processo de expansão urbana foram os principais mediadores no “padrão periférico de crescimento”. A proximidade de Guarulhos com a capital paulista, além de ter sido um dos aldeamentos que sustentaram a manutenção do núcleo de Piratininga justifica o interesse pelas terras guarulhense. Fato intensificado com a descoberta de jazidas de ouro em três grandes áreas de exploração, sendo uma das primeiras jazidas exploradas no Brasil. Não nos parece contraditório que a população operária não fosse seguir sentido a Guarulhos, uma vez que as estratégias destinavam a esse plano. A própria industrialização descentralizou-se da capital para a borda dos municípios vizinhos.

Diante da insolvência na promoção de moradias dedicadas a população operária os loteamentos periféricos surgiram como uma medida do capital visando atenuar a crise por habitação e produzir no tecido urbano a ideologia da casa própria. Nesse aspecto, sustentamos o termo ideologia da casa própria em razão do mercado imobiliário fundamentar de maneira sistemática a moradia como uma “mercadoria” a ser consumida. O ideário da casa própria incorporado a um dos requisitos de reprodução da força de trabalho viabilizou o processo de extração da renda da terra com a comercialização de lotes em

⁶⁵ Não somente do Estado, mas também na esfera Federal pelas determinações do comando aéreo militar que influenciaram a conformação do espaço periférico do município.

áreas de características remanescentes da atividade agrícola. O parcelamento de grandes glebas tornou-se viável frente a agonia do trabalhar em abandonar os gastos com a locação do imóvel e em muitos casos, na possibilidade de deixar as ruas e conquistar um teto. Sem destinar gastos para a execução dos loteamentos o proprietário destinava suas terras a um empreendedor que procedia a terraplanagem e divulgação de venda. Neste caso a extração de renda por meio da comercialização da terra por parte do proprietário tornou-se vantajosa e sem nenhum risco de perda. Por outro lado, o trabalhador atraído por parcelas de baixo valor em relação ao seu salário e o aluguel, incorporou os lotes periféricos como meio de obtenção de moradia conformando o espaço periférico.

Com a existência de grandes propriedades no município de Guarulhos, a conformação da periferia deu-se com a comercialização de lotes aos operários da indústria local e também da capital. Os lotes não apresentavam infra-estrutura urbana alguma, pois a água só era possível por intermédio de poços, a iluminação quando possível era improvisada por postes de bambu e fios clandestinos, o esgoto mantinha-se a céu aberto, sendo o esgoto dos banheiros coletados em fossas cépticas. A sujeição do trabalhador a essas condições dar-se-ia em razão da condição de proprietário e do não pagamento do aluguel, garantindo assim, maiores possibilidades de reprodução da força de trabalho. As características que conformaram a periferia de Guarulhos na zona leste do município baseiam-se eminentemente na “produção doméstica” da mordida. O trabalhador era que construía todas as etapas de edificação, que na maioria das vezes era apenas um cômodo.

Os reflexos da produção doméstica na paisagem são observados pela constante transformação na reprodução do espaço, um dinâmico refazer intercalados em diferentes momentos. Como espaço da moradia operária a periferia de Guarulhos conformou-se sobre os efeitos da reprodução capitalista facilmente observada pela industrialização e no processo de encadeou a extração da renda da terra que foi a instalação dos loteamentos periféricos. O fenômeno de conformação da periferia urbano de Guarulhos reflete também as conseqüências do reordenamento espacial da capital paulista no espaço

urbano do município. A utilização da espacialidade de Guarulhos como estratégico a dinâmica de reprodução do capital, estabeleceu ao município características de plena indefinição quando ao planejamento local. O aeroporto internacional de São Paulo é um modelo de ocupação da espacialidade guarulhense que ofereceu a capital recursos de infra-estrutura em detrimento do bem estar da população residente no distrito Jd. São João. A população moradora na espacialidade periférica vive a mercê das indefinições do Estado, impossibilitando a instalação de redes estruturais beneficiando os moradores. O caso do aeroporto nos é exemplar como análise, sua instalação instituiu uma fragmentação espacial no tecido urbano do município isolando a periferia em extremos.

A retificação do rio Baquirivú Guaçu provocou o transbordamento contínuo de suas águas mantendo ilhados milhares de moradores que compõem o distrito Jd. São João. A escala regional que compõe Guarulhos como um dos seus municípios administrativamente privilegia os interesses do capital de forma incondicional, mantendo inoperante a manutenção de recursos que beneficiariam a população do distrito São João. As fases de reprodução do capital estão ativas na espacialidade guarulhense que favorecidas pelo discurso de modernização da metrópole, atribuem a Guarulhos condição *sine qua non* ao desenvolvimento econômico da capital e substancialmente da nação brasileira. O expresso Rio - São Paulo e, outro até Campinas, ambos contemplam o município de Guarulhos no tecido urbano de interesse do capital, neste caso, o terminal aeroportuário.

As populações em torno do aeroporto continuaram desprovidas de infra-estrutura em razão de não estarem alicerçadas aos interesses capitalistas e também por não reunirem subsídios necessários ao desenvolvimento da metrópole paulista. Em suma, continuaram “inclusos numa condição de extrema subalternidade”. Por outro, a administração pública municipal é conivente com a representação que Guarulhos adquiriu perante a metrópole. O discurso globalizante e o fato de possuir alocado em sua espacialidade um equipamento urbano de relevância internacional, tem sustentado o aporte político e a projeção de crescimento urbano e econômico ao município. No

entanto, a conformação espacial da periferia urbana em sua porção lesta revela uma pauperização do espaço mediada em grande proporção pela manutenção de condições influenciadas pela presença do aeroporto internacional. O outro aspecto de notável relevância ao município é o trecho do rodoanel Mario Covas, que para a sua realização depende da utilização da espacialidade guarulhense. De fato, nas dimensões representativas, Guarulhos possui status de espaço privilegiado e estratégico aos interesses do capital e de fato, conformou-se em espaço de reprodução da força de trabalho tendo como principal elemento de constituição a “produção doméstica” nos lotes periféricos.

Com uma população que supera índices de importantes capitais brasileiras, Guarulhos corresponde a segunda população do estado e favorecida pelo processo de conurbação, hoje está intimamente estabelecida ao espaço metropolitano, dividindo funções e até mesmo compartilhando situações de crescimento. Compartilhamento que resumiria como a (re)produção da espacialidade periférica em lugar de reprodução da força de trabalho estabelecida na transformação da cidade de barro às edificações dos tijolos das olarias. O encadeamento dos lotes periféricos e a técnica da “produção doméstica” contribuíram para a conformação da espacialidade do distrito São João uma vez favorecidos pela dinâmica de expansão da capital paulista e principalmente parcelamento das glebas rurais em lotes urbanos.

De fato, o decreto Lei 58 dinamizou a possibilidade de obtenção dos lotes periféricos e garantiu a extração da terra da terra até então desprovida de condições que pudessem gerar efetivamente renda. Além de promover uma possibilidade de acesso a moradia, mesmo que em condições degradantes, o Estado articulou uma solução de desencadeou um dinamismo imobiliário de grande envergadura, pois não só marcou um novo momento no processo de urbanização no país como também, criou elementos passíveis de gerenciamento de uma das crises criadas pelo próprio capital. Assim, alocamos de Damiani a definição de “urbanização crítica” responsável a certo modo pela manutenção de soluções contingenciais as crises do capital, mas por outro lado produz condições subalternas de inclusão ao urbano, uma urbanidade carente de recursos ou simplesmente, fornecida de maneira limitada.

Portanto, a periferia urbana do município de Guarulhos nos aponta para um *lugar* de significados específicos, numa lógica em que a segregação espacial vem tomando novas configurações por conta da mobilidade em que os fluxos passaram a determinar, justificado pela fluidez da circulação no território do município. Agora em 2010 comemora-se o 450º aniversário do município, mais de quatro séculos de formação de uma espacialidade que ainda não conseguiu refletir aos seus moradores o pleno estabelecimento de uma estrutura urbana condizente com seus recursos e potencial humano.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Aroldo. Subúrbios Orientais de São Paulo. São Paulo: Tese de Concurso de Cadeira de geografia do Brasil - FFLCH/USP, 1945.

AZEVEDO, Eurico de Andrade. "A região Metropolitana no Brasil e seu regime Jurídico." Paulo, Governo do Estado de São. O Desafio Metropolitano. São Paulo: Emplasa, 1976. 14-36.

BALTRUSIS, Nelson. "O mercado imobiliário informal na favelas de Guarulhos." ANPUR, XI Encontro Nacional da Associação de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - (2005).

BALTRUSIS, NELSON. Relatório sobre a dinâmica do mercado imobiliário em Guarulhos. Guarulhos: SDU - PMG, 2003.

BECKER, Bertha e Cláudio A. EGLER. O embrião do projeto geopolítico da modernidade: o vale do Paraíba e suas ramificações. Rio de Janeiro: LAGET/UFRJ, 1989.

BERMAN, Marshal. Tudo que é sólido desmancha no ar. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BIDERMAN, Ciro. "A expansão do setor terciário." SZMRECSÁNYI, Tamás. História econômica da cidade de São Paulo. São Paulo: Globo, 2004. p.238-262.

BLAY, Eva Alterman. Eu não tenho onde morar. São Paulo: Nobel, 1985.

BOLAFFI, Gabriel. "Habitação e Urbanismo." MARICATO, Ermínia. A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. São Paulo: Alfa Omega, 1982. 37-70.

BONDUKI, Nabil. "Crise de Habitação e Luta pela Moradia no Pós Guerra." KOWARICK, Lúcio (org). As Lutas Sociais e a Cidade. São Paulo, passado e presente. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. 113-146.

BONDUKI, NABIL e Raquel ROLNIK. "Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho." MARICATO, Ermínia (org). A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. 2ª Edição. São Paulo: Alfa-Omega, 1982. p.117-154.

BONDUKI, Nabil. "Habitação e urbanismo." SZMRECSÁNYI, Tamás. História econômica da cidade de São Paulo. São Paulo: Globo, 2004. p.300-326.

—. Habitat São Paulo: reflexões sobre a gestão urbana. São Paulo: Estação Liberdade, 2000.

—. Origens da habitação social no Brasil. Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria. 2ª. São Paulo: Estação liberdade / Fapesp, 1998.

BORIS, Fausto. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 1995.

BOTELHO, Adriano. O Urbano em Fragmentos: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2007.

BOURDIEU, Pierre. Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CALDEIRA, Teresa. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania. Trad. Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: Edusp, 2000.

CAMARGO, Cândido P. Ferreira et alii. São Paulo 1975: crescimento e pobreza. 13ª. São Paulo: Edições Loyola, 1982.

CANO, Wilson. Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1970. 3ª. São Paulo: Unesp, 2007.

CARDOSO, Fernando Henrique. Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional : o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

CARLOS, Ana fani Alessandri. A (Re) Produção do Espaço Urbano. São Paulo: Edusp, 1994.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano. São Paulo: Edusp, 1994.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. "O consumo do espaço." CARLOS, Ana Fani Alessandri (org). Novos Caminhos da Geografia. São Paulo: Contexto, 2001. 173-186.

CASTELLS, Manuel. A Questão urbana. Trad. Arlene Caetano. 3ª. 48 vols. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

—. A sociedade em rede. Trad. Rosineide Venâncio Majer. 8ª rev e ampl. Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

—. Problemas de Investigação em Sociologia Urbana. Trad. Lemos de Azevedo. 2ª ed. São Paulo: Editorial Presença / Martins Fontes, 1979.

CORREIA, José Rogério. A (re)produção do espaço na área Aeroportuária: o exemplo do bairro Jardim Presidente Dutra. São Paulo: Monografia de TGI Apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, 1994.

COSTA, Luiz Carlos. "Estrutura urbana." Paulo, Governo do Estado de São. O Desafio Metropolitano. São Paulo: Emplasa, 1976. 56-82.

DAMIANI, Amélia Luisa. "O lugar e a produção do cotidiano." CARLOS, Ana Fani Alessandri (org). Novos Caminhos da Geografia. São Paulo: Contexto, 2001. 161-172.

DAMIANI, Amélia Luisa. "O urbano no mundo da mercadoria." CARLOS, Ana Fani Alessandri e Amália Inês Geraiges de (org) LEMOS. Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003. 367-369.

DAMIANI, Amélia Luisa. "Urbanização crítica e situação geográfica a partir da metrópole de São Paulo." CARLOS, Ana Fani Alessandri e Ariovaldo Umbelino (orgs) OLIVEIRA. Geografias de São Paulo: representação e crise da Metrópole. São Paulo: Contexto, 2004. p.73-93.

DEDECCA, Cláudio Salvatori. "O trabalho na metrópole." SZMRECSÁNYI, Tamás. História econômica da cidade de São Paulo. São Paulo: Globo, 2004. p.264-299.

DIAS, Leila e Rogério (org) SILVEIRA. Redes, sociedades e territórios. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005.

FERNANDES, Vicência Purificação. Pequenas Histórias da Vila Galvão. Guarulhos: s/e, 2002.

FILHO, J. R.de Araújo. "A população paulistana." AZEVEDO, Aroldo. A Cidade de São Paulo: Estudo de Geografia Urbana. II vols. São Paulo: Nacional, 1958. p.167-247.

FREYRE, Gilberto. Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano. 15ª. São Paulo: Global, 2004.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004.

GAMA, Haroldo Leandro Expedito. Formação de Uma Metrópole. São Paulo: CDDH, 1996.

GLEZER, Raquel. "O campo da história." Paulo, Museu Paulista da universidade de São. Cadernos de História de São Paulo (Os campos do conhecimento e conhecimento da cidade). São Paulo, 1992. p.9-14.

GORENDER, Jacob. "A participação do Brasil na segunda Guerra Mundial e suas consequências." SZMRECSÁNYI, Tamas e Rui G (org) GRANZIERA. Getúlio Vargas e economia contemporânea. Campinas-São Paulo: Hucitec/Unicamp, 2004. 82-96.

GORENDER, Jacob. "A participação do Brasil na segunda Guerra Mundial e suas consequências ." SZMRECSÁNYI, Tamas e Rui G (orgs) GRANZIERA. Getúlio Vargas e a economia contemporânea. São Paulo: Hucitec / Unicamp, 2004. p.82-96.

GRANZIERA, Rui Guilherme. "Getúlio Vargas e a Cultura da Modernidade." SZMRECSÁNYI, Tamas e Rui G (org) GRANZIERA. Getúlio Vargas e a economia contemporânea. Campinas-São Paulo: Hucitec/Unicamp, 2004. 193-207.

GREGORI, Lúcio. "Planejamento Integrado." Paulo, Governo do Estado de São. O Desafio Metropolitano. São Paulo: Emplasa, 1976. 37-45.

HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.

—. Condição Pós Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Trans. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 17ª. São Paulo: Loyola, 2008.

IANNI, Octávio. "A "Redemocratização" de 1946 e as Tentativas de Reorientação da Política Econômica." SZMRECSÁNYI, Tamas e Rui G (org) GRANZIERA. Getúlio Vargas e a economia contemporânea. Campina-São paulo: Hucitec/Unicamp, 2004. 97-111.

IGLÉSIAS, Francisco. "Aspectos Políticos e Econômicos do Estado Novo." SZMRECSÁNYI, Tamas e Rui G (org) GRANZIERA. Getúlio Vargas e a economia contemporânea. Campinas-São Paulo: Hucitec/Unicamp, 2004. 65-81.

KOWARICK, Lúcio. A espoliação urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KOWARICK, Lúcio e Clara ANT. "Cem anos de promiscuidade: o cortiço na cidade de São Paulo." KOWARICK, Lúcio (org). As lutas sociais e a cidade. 2ª rev e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. p.73-93.

KOWARICK, Lúcio et al. As lutas Sociais e a cidade. São Paulo passado e presente. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

KOWARICK, Lúcio: CAMPANÁRIO, Milton A. "São Paulo, Metrópole do Subdesenvolvimento Industrializado: do milagre à crise econômica." KOWARICK, Lúcio (org). As Lutas Sociais e a cidade. São Paulo, passado e presente. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. 66-73.

KOWARICK, Lúcio:BONDUKI, Nabil. "Espaço urbano e espaço político: do populismo à redemocratização." KOWARICK, Lúcio (org). As Lutas Sociais e a Cidade. São Paulo, passado e presente. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. 147-180.

LEFEBVRE, Henri. De lo rural a lo urbano. Barcelona: Península, 1971.

—. O direito à cidade. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LENCIONI, Sandra. "Agricultura e Urbanização - A intensificação do capital no campo e a nova relação rural-urbano no Estado de São Paulo." Revista do Departamento de Geografia/USP (1985): 41-51.

LENCIONI, Sandra. "Metropolização do Espaço." CARLOS, Ana Fani Alessandri e Amália Inês Geraiges de (org) LEMOS. Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003. 35-44.

—. Região e Geografia. São Paulo: Edusp, 2003.

LENCIONI, Sandra. "Região e Geografia. A noção de região no pensamento geográfico." CARLOS, Ana Fani Alessandri (org). Novos Caminhos da Geografia. São Paulo: Contexto, 2001. 187-204.

LUNA, Francisco Vidal. "A capital financeira do país." SZMRECSÁNYI, Tamás. História econômica da cidade de São Paulo. São Paulo: Globo, 2004. p.328-355.

MACHADO, João e Antonio Cerveira de MOURA. Guarulhos: do barro sai a forma do sonho... do sonho que se desfaz em pó. São Bernardo do Campo: Usina de Idéias, 2005.

MARICATO, Ermínia. "Autoconstrução, a arquitetura possível." MARICATO, Ermínia (org). A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. São Paulo: Alfa Omega, 1982. 71-94.

—. Habitação e Cidade. São Paulo: Atual, 1997.

MARTINS, José de Souza. Capitalismo e Tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

—. Exclusão Social e a Nova Desigualdade. 2ª ed. São Paulo: Paulus, 2003.

—. Fronteira; A degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

—. O Cativo da Terra. 7ª. São Paulo: Hucitec, 1998.

—. Subúrbio: Vida Cotidiana e História no Subúrbio da Cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha. São paulo: Hucitec / Prefeitura de São Caetano do Sul, 1992.

MARX, Karl. Salário, Preço e Lucro. Trad. Olinto backerman. 6ª. São Paulo: Global, 1988.

MARX, Murilo. Cidade no Brasil terra de quem? São paulo: Nobel/Edusp, 1991.

MARX, Murilo. Cidade no Brasil: Terra de Quem? São Paulo: Nobel / Edusp, 1991.

—. Nosso chão: do sagrado ao profano. São Paulo: Edusp, 1988.

MATOS, Odilon Nogueira de. "São Paulo no Século XIX." AZEVEDO, Aroldo de (dir). A Cidade de São Paulo; estudos de Geografia Urbana. Vol. I. São Paulo: Nacional, 1958. 49-100.

MATOS, Odilon Nogueira de. "São Paulo no Século XIX." AZEVEDO, Aroldo. A Cidade de São Paulo; Estudos de Geografia Urbana. Vol. II. São Paulo: Nacional, 1958. p. 49-100.

MAUTNER, Yvonne. "A periferia como fronteira de expansão do capital." DEÁK, Csaba e Sueli Ramos SCHIFFER. O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: Edusp, 1999. 245-260.

MELLO, João M. Cardoso. O Capitalismo Tardio: contribuição à revisão crítica da formação do desenvolvimento da economia brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MELLO, Zélia Maria Cardoso de. Metamorfoses da Riqueza. São Paulo, 1845-1895. São Paulo: Hucitec, 1990.

MONBEIG, Pierre. "O crescimento da cidade de São Paulo." SZMRECSÁNYI, Tamás (org). História econômica da cidade de São Paulo. São Paulo: Globo, 2004. p.14-115.

MONTEIRO, John Manuel. Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Bases da Formação Territorial do Brasil. São Paulo: Hucitec, 2000.

—. Meio Ambiente e Ciências Humanas. São Paulo: Hucitec, 1994.

—. Território e História no Brasil. São Paulo: Annablume, 2005.

MORAES, Antonio Carlos Robert. "Território, Região e Formação Territorial: Apontamentos em torno da geografia histórica da independência brasileira." Ciência & Ambiente - 33. Universidade Federal de Santa Maria, Julho/Dezembro, 2006. 9-16.

NEGRI, Barjas. Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990). Campinas: Unicamp, 1996.

NORONHA, Adolfo de Vasconcelos. Guarulhos Cidade Símbolo. Guarulhos: s/e, 1960.

OTTONI, Dácio Araújo Benedicto. São Paulo - Rio de Janeiro: Séculos XIX e XX. Aspectos da formação de seus espaços urbanos. São Paulo: Tese de Doutorado FAU / USP, 1972.

PETRONE, Pasquale. Aldeamentos paulistas. São Paulo: Edusp, 1995.

PETRONE, Pasquale. "São Paulo no século XX." AZEVEDO, Aroldo de (dir). A Cidade de São Paulo; Estudos de Geografia Urbana. II vols. São Paulo: Nacional, 1958. p.101-165.

PIETÁ, Elói. Revirando a História de Guarulhos. São Paulo: Inca, 1992.

PINTAUDI, Silvana Maria. "A cidade e as formas do comércio." CARLOS, Ana Fani Alessandri (org). Novos Caminhos da Geografia. São Paulo: Contexto, 2001. 143-160.

Planejamento, Secretaria de. Plano de Acessibilidade do Aeroporto. Guarulhos: PMG, 1984.

PRADO JUNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 2004.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

RANALI, João. "Cronologia Guarulhense", glórias, alegrias e tritezas de uma cidade. 1 e 2 vols. Guarulhos: s/e, 1986.

REIS FILHO, Nestor Goulart. O lote urbano e a arquitetura no Brasil. São Paulo: FAU/USP, 1969.

RIBEIRO, Silvio. Destino - Guarulho: a história do trem da Cantareira. Diadema: Germape, 2006.

—. Guarulhos "Uma Explosão". São Paulo: Maitiry, 1995.

ROLNIK, Raquel. A cidade e a lei: legislação, política urbana e território na cidade de São Paulo. São Paulo: Fapesp / Studio Nobel, 1997.

ROLNIK, Raquel. "São Paulo, início da industrialização: espaço e a política." KOWARICK, LÚCIO (org). As Lutas Sociais e a Cidade. São Paulo, passado e presente. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1994. 73-94.

ROMÃO, Gasparino J e Adolfo de V. Noronha. Guarulhos 1880 - 1980. Guarulhos: PMG, 1980.

ROMÃO, Gasparino: NORONHA, A.V. Guarulhos: 1880-1980. Guarulhos: PMG, 1980.

SACHS, Céline. Políticas Públicas e Habitação Popular. São Paulo: Edusp, 1999.

— São Paulo: Políticas Públicas e habitação Popular. Trad. Cristina Murachco. São Paulo: Edusp, 1999.

SAID, Edward. Cultura e Imperialismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SALGUEIRO, Teresa Barata. “Espacialidades e temporalidades.” CARLOS, Ana Fani Alessandri e Amália Inês Geraiges de (org) LEMOS. Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003. 99-104.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. Identidades urbanas e globalização: a formação dos múltiplos territórios em Guarulhos - SP. São Paulo: Annablume/SINPRO, 2006.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4ª. São Paulo: Edusp, 2008.

— Espaço do Cidadão. São Paulo: Nobel, 1997.

— Espaço e Método. São Paulo: Nobel, 1985.

— Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo: Hucitec, 1997.

— O Espaço do Cidadão. São Paulo: Edusp, 2007.

— Urbanização brasileira. São Paulo: Edusp, 2005.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. “Os embates entre as questões ambientais e sociais no urbano.” CARLOS, Ana Fani Alessandri e Amália Inês Geraiges de (org) LEMOS. Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003. 308-322.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. “São Paulo: a cidade, os bairros e a periferia.” CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (org). Geografias de São Paulo: Representação e crise da Metrópole. São Paulo: Contexto, São Paulo. 271-311.

SILVA, Raul de Andrade e. ““São Paulo nos Tempos Coloniais”.” AZEVEDO, Aroldo de (dir). A Cidade de São Paulo; estudos de Geografia Urbana. Vol. II. São Paulo: Nacional, 1958. 5-48.

SILVA, Raul de Andrade e. “São Paulo nos Tempos Coloniais.” AZEVEDO, Aroldo de (dir). A Cidade de São Paulo; Estudos de Geografia Urbana. Vol. II. São Paulo: Nacional, 1958. pp. 5-48.

SINGER, Paul. Desenvolvimento econômico e evolução urbana. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

SINGER, PAUL. "O uso do solo urbano na economia capitalista." MARICATO, Erminia (org). A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. São Paulo: Alfa Omega, 1982. 21-36.

SINGER, Paul. "Os últimos 40 dos 450 anos de São Paulo." SZMRECSÁNYI, Tamás (org). História econômica da cidade de São Paulo. São Paulo: Globo, 2004. p.218-235.

SINGER, Paul. "São Paulo." SZMRECSÁNYI, Tamás (org). História econômica da cidade de São Paulo. São Paulo: Globo, 2004. 146-217.

SOJA, Edward. Geografias Pós Modernas: A Reafirmação na Teoria Social Crítica. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SUZUKI, Júlio César. "Metamorfoses da expansão urbana na gênese da moderna cidade de São Paulo." CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (orgs). Geografias de São Paulo; Representação e crise da Metrópole. São Paulo: Contexto, 2004. p.131-156.

—. "Na busca dos momentos, a descoberta da transição: O estudo da urbanização de Rondonópolis-MT." GEOUSP-Revista de Pós Graduação em Geografia 1ª (1997): 65-71.

SZMRECSÁNYI, Maria Irene Q.F. "A macrometrópole paulistana: 1950-2004." SZMRECSÁNYI, Tamás. História econômica da cidade de São Paulo. São Paulo: Globo, 2004. p.116-143.

SZMRECSÁNYI, Maria Irene. "Rio e São Paulo: raízes da substituição da metrópole nacional." USP, Revista. São Paulo: USP, Março de 1993.

SZMRECSÁNYI, Tamás e Rui G. (orgs) GRANZIERA. Getúlio Vargas e a economia contemporânea. 2ª rev e ampl. Campinas: Hucitec, 2004.

TASCHNER, Suzana e M. Lucia BÓGUS. "São Paulo, o caleidoscópio urbano." Seade, Fundação. São Paulo em Perspectiva. Vol. 15. São Paulo: Fundação Seade, 2001.

TASCHNER, Suzana Pasternak e Lucia M.M BÓGUS. "A cidade dos anéis: São Paulo." RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (org). O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade. Rio de Janeiro: Revan / Fase, 2000. p.247-284.

VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel / Fapesp, 2001.

—. O que todo cidadão precisa saber sobre habitação. São Paulo: Global, 1986.

VILLAÇA, Flávio. “Uma contribuição para a história do planejamento no Brasil.” DEÁK, Csaba e Sueli Ramos SCHIFFER. O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: Edusp, 1999. 169-244.

WEFFORT, Francisco. “O nacionalismo, o populismo e o que restou do legado político e econômico de Vargas.” SZMRECSÁNYI, Támas e Rui G (org) GRANZIERA. Getúlio Vargas e a economia contemporânea. Campinas-São Paulo: Hucitec/Unicamp, 2004. 157-170.

—. O populismo na política brasileira. São Paulo: Paz e Terra, 1980.

Sites Pesquisados

www.aceguarulhos.com.br. 03 de Agosto de 2007
<<http://www.aceguarulhos.com.br/content.php?m=20070803180924&m1=conv>
eniado>.

www.agendeguarulhos.org.br.

www.cancaonova.com. 24 de janeiro de 2008
<<http://noticias.cancaonova.com/noticia.php?id=250262>>.

www.dieese.org.br/.

www.emplasa.sp.gov.br.

www.folhadaregiao.com.br. 02 de Agosto de 2007
<<http://www.folhadaregiao.com.br/noticia?73176&PHPSESSID=9d49a4158d706abba85ff4acdbed5187>>.

www.fotolog.terra.com.br. 15 de novembro de 2008
<<http://fotolog.terra.com.br/desbravandoarmsp:427>>.

www.globo.com. 28/07/07 de Julho de 2007.
<<http://g1.globo.com/Noticias/SaoPaulo/0,,MUL78628-5605-6720,00.html>>.

www.guarulhos.sp.gov.br.

www.guarulhosweb.com.br. 21 de Março de 2008
<<http://www.guarulhosweb.com.br/gwebnoticia.php?nrnoticia=13668>>.

www.ibge.gov.br.

www.igc.sp.gov.br. 25 de Novembro de 2007 <<http://www.igc.sp.gov.br/>>.

www.infraero.gov.br.

www.jornaldaserra.com.br. 08 de Setembro de 2008
<<http://www.jornaldaserra.com.br/8Arquivo/CumbicaJS/Rimaonline/Indice1.htm>>

www.mapas-sp.com. 12 de Fevereiro de 2008 <<http://www.mapas-sp.com/grande-sp.htm>>.

www.metro.sp.gov.br. 10 de Maio de 2008
<<http://www.metro.sp.gov.br/redes/mapa.pdf>>.

www.olhao.com.br. 22 de Janeiro de 2008
<http://www.olhao.com.br/geral_22012008202518.shtml>.

www.revistaveja.com.br/acervodigital

www.seade.gov.br. 20 de dezembro de 2008.

www.wikipedia.org. 10 de janeiro de 2009
<(http://pt.wikipedia.org/wiki/Jardim_S%C3%A3o_Jo%C3%A3o_(distrito_de_Guarulhos)>.

Documentos Oficiais

Aeroporto de Guarulhos - Plano Diretor (PD-1), Comissão Coordenadora Projeto Sistema Aeroportuário Área Terminal São Paulo (COPASP), Ministério da Aeronáutica, 30 de março de 1981.

Aeroporto Internacional de São Paulo/Cumbica - Proposta de Transporte Coletivo Municipal e Intermunicipal para atendimento Regional e Local. Companhia Metropolitana de São Paulo - METRO, Outubro de 1984.

Boletim Técnico – Departamento da Aviação Civil Comissão de Estudos e Coordenação da Infra-estrutura Aeronáutica (CECIA), Ministério da Aeronáutica, 31 de março de 1981.

Censos Demográficos de 1940-1941, IBGE.

Indicadores da Cidade de Guarulhos, SIGEO, PMG, 1997.

Memorando Nº 045/81-ASS. Prefeitura Municipal de Guarulhos, 19 de fevereiro de 1981.

Ofício Nº 2558/85 – GP. Prefeitura do Município de Guarulhos, 02 de julho de 1985.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, IBGE, 1998.

Pesquisa sobre Orçamento Familiar, 1996, IBGE.

Plano urbanístico do Município de Guarulhos, 1970, p.135

Relatório Analítico do Município de Guarulhos. Agência Austing Rating, junho de 2007

Relatório de Impacto Ambiental/Ampliações do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos, Infraero, 01/2004.

Termo de Contrato de Aforamento, 1890-1891, livro 1º

Leis e Decretos

Decreto-Lei Nº 2672, de 20 de Outubro de 1875.

Decreto-Lei Nº 58, de 10 de Dezembro de 1937.

Decreto-Lei N. 4.565 de 11 de Agosto de 1942

Lei Nº 444 de 26 de Março de 1957.

Lei Nº 1.503 de 17 de Setembro de 1969.

Lei Nº 3.283 de 04 de Dezembro de 1987.

Lei Nº 6.766 de 19 de Dezembro de 1979.

Lei Nº 6.055 de 30 de Dezembro de 2004.

Lei Nº 6.253 de 24 de Maio de 2007

Jornais e Revistas

Jornal Diário de Guarulhos, 21/08/2007, p. 07

Jornal Folha Metropolitana, 12/05/2001, p. capa.

Jornal Olho Vivo, 22/05/2001, p.03.

Portal do Brasil. Revista Infraero, Janeiro, 2005, p.17.

Quem é quem na economia de Guarulhos: Guarulhos se estrutura. Olho Vivo, ano II – nº2, 30 de setembro de 2008

Depoimentos

Adilson Pacheco. Guarulhos: Julho, 2008.

Ariovaldo Medina. Departamento de Registros Imobiliários - PMG. Guarulhos, Maio, 2008.

Carla Rosana Barcellos Pereira Gogliano. Secretaria de Habitação. Guarulhos: Agosto, 2008

Francisco de Assis. Depoimentos. Guarulhos. Dezembro: 2008.

Geraldo – Imobiliária Continental. Depoimentos. Guarulhos: Março, 2008

Hilda Maria do Nascimento. Depoimentos. Guarulhos: Janeiro, 2009.

Mariosan Pereira. Secretaria de Habitação. Guarulhos: Setembro, 2008.

Nelson Dias de Sá. Depoimentos. Guarulhos: Dezembro, 2008

Osvaldo Manzoni – Imobiliária Mediterrâneo. Guarulhos. Agosto, 2009.

Willian Dias Barbosa. Depoimentos. Guarulhos: Dezembro 2008.

ANEXO

Anexo 1: Principais Empresas instaladas no município de Guarulhos

PRINCIPAIS EMPRESAS INSTALADAS NO MUNICÍPIO DE GUARULHOS – 1951-1970		
DATA	EMPRESA	ATIVIDADE / SETOR
31/07/1951	Microlit S.A	Fabricação de pilhas secas e baterias
18/12/1951	Asea Elétrica Ltda	Fabricação de transformadores elétricos
15/01/1952	Vanmil do Brasil	Produção de massas alimentícias e biscoitos
09/05/1952	Persico Pizzamiglio S.A	Fabricação de tubos de aço carbono e tubos aço inoxidável
03/02/1953	Indústria de Metais Laminados Cindumel	Produção de molas para veículos rodoviários e ferroviários
27/02/1953	Dornbusch & Cia. Indústria e Comércio Ltda	Fabricação de máquinas para acabamento de peles.
11/06/1953	Atelier Mecânico Morcego Ltda	Autopeças
08/02/1955	Sanchez Ind. e Com. de Peças para Autos	Autopeças
31/10/1955	Gall Guarulhos S.A ind e Comércio	Pisos e revestimentos cerâmicos esmaltados
01/06/1956	Olivetti do Brasil	Máquinas de escrever
01/06/1956	Bender S.A	Utilidades domésticas
06/07/1956	Cremart Durlim S.A	Tintas e Vernizes
21/02/1957	Mannesmann S.A	Indústria Metalúrgica
26/05/1957	Borlem S.A	Rodas e aros para automóveis
01/09/1957	Impel Ltda	Moveis para escritórios
15/09/1957	Febernati S.A	Tanques para petróleo
30/09/1957	Indústria de Lâmpadas Sadokim S.A	Lâmpadas
03/03/1958	Metalúrgica Golin S.A	Tubos de aço perfilados
01/04/1958	Globo S.A	Tintas e pigmentos
30/04/1958	Permetal S.A	Metais perfurados
12/11/1959	VDO do Brasil	Medidores automotivos
19/06/1960	Philips do Brasil	Aparelhos eletrônico, áudio e vídeo, telecomunicações.
13/09/1960	Ideal S.A	Tintas, vernizes e esmaltes
28/10/1960	Hansa Plásticos S.A	Cinzeiros, esferográficas e apontadores
31/10/1960	Forjaria Wieland Ltda	Peças e ferramentas
22/02/1961	Indústria e Comércio de Acumuladores Fulguris	Acumuladores
21/03/1960	Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A	Farmacêutica
02/09/1961	Indústria Marília Auto Peças S.A	Auto peças e instalações elétricas
08/09/1961	Rosset & Cia Ltda	Setor têxtil
11/09/1961	Benafer S.A	Usinagem de chapas, vigamentos e cantoneiras.
02/03/1962	Acumuladores Narvit Ltda	Acumuladores
10/04/1962	Matrizaria e Estamparia Morillo Ltda	Peças estampadas de metal para automóveis.
01/08/1962	Barber Greene do Brasil S.A	Máquinas para pavimentação
12/10/1962	Bauducco & Cia Ltda	Biscoitos e massas alimentícias
08/11/1962	Componentes Eletrônicos Eletro Comp. Ltda	Placas de circuitos impressos, informática e teclados
15/11/1962	Indupar S.A	Parafusos
28/12/1962	Hatsuta Industrial S.A	Implementos agrícolas
02/01/1963	H W Schitz Ltda	Aparelhos elétricos
14/02/1963	Asahi Indústria de Papel Ondulado Ltda	Papel Ondulado

12/03/1963	<i>Tecelagem Nossa Senhora de Lourdes Ltda</i>	Tapetes, artigos de cama e mesa
03/04/1963	<i>Levorin S.A</i>	Pneumáticos para bicicletas
04/02/1964	<i>Kitchens Cozinhas E Decorações Ltda.</i>	Moveis de cozinha e eletro-domésticos.
12/06/1964	<i>Vibrotex Telas Metálicas Ltda</i>	Telas metálicas e esteira transportadora e cintas de carga.
15/07/1964	<i>Laminação Santa Maria S.A</i>	Metalúrgica
10/05/1965	<i>Elenco do Brasil Ltda.</i>	Equipamentos de foto mecânica e fotografia
02/06/1965	<i>Sace S.A</i>	Equipamentos eletrônicos.
14/07/1965	<i>Bardella S.A</i>	Indústria Mecânica
01/11/1965	<i>Reago Indústria e Comércio S.A</i>	Extratora de pedras e produção de artefatos de cimento.
15/12/1965	<i>Campel Calderaria e Mecanica Pesada Ltda</i>	Implementos industriais
04/01/1966	<i>Mangro Têxtil Ltda</i>	Confecção têxtil
07/01/1966	<i>Jacinto Zimbardi & Cia Ltda.</i>	Modelagem industrial
24/02/1966	<i>Lanificio Santo Amaro Ltda.</i>	Indústria têxtil
08/04/1967	<i>Projecta Grandes Estruturas Ltda.</i>	Estruturas metálicas
05/05/1967	<i>Antonini S.A</i>	Pecas para equipamentos rodoviários
02/06/1967	<i>Flexform Indústria Metalúrgica Ltda.</i>	Moveis para escritórios
07/07/1967	<i>Açoplast Indústria e Comércio Ltda</i>	Filtros e peneiras automotivas
09/03/1968	<i>Rio Negro Com. E Indústria de Aços Ltda.</i>	Metalúrgica
26/11/1968	<i>Nec do Brasil</i>	Telecomunicações
12/12/1968	<i>Indústria e Com de Plásticos Magestic Ltda.</i>	Tubos plásticos.
12/02/1970	<i>Renner Hermann S.A</i>	Tintas gráficas
23/03/1970	<i>Laboratório Avamiller de Cosméticos Ltda.</i>	Perfumes e cosméticos
22/04/1970	<i>Centauro Ind. Com Ltda</i>	Lataria para autos.
01/09/1970	<i>Sieid Sociedade Industrial de Escovas Ltda.</i>	Escovas industriais.